

Ana Cristina Guimarães de Oliveira

**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS
DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

Ana Cristina Guimarães de Oliveira

**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS
DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**

Tese apresentada pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia educacional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para à obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Aparecida Rechia.

Área de Conhecimento: Cultura e Educação.

Linha de Pesquisa: Identidade, Sociabilidade e Práticas de Lazer.

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional/UFMG

2021

O48e Oliveira, Ana Cristina Guimarães de
2021 Espaços sociais de lazer e a identidade cultural nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. [manuscrito] / Ana Cristina Guimarães de Oliveira – 2021. 282 f.: il.

Orientador: Simone Aparecida Rechia

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 240-252

1. Lazer – aspectos sociais – Teses. 2. Cultura popular – Teses. 3. Identidade cultural – Teses. I. Rechia, Simone Aparecida II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. III. Título.

CDU: 379.8

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB 6: nº 3132 da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DO LAZER
 ATA DA 70ª DEFESA DE TESE DE DOUTORADO
 ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Às 14h00min do dia 26 de abril de 2021 reuniu-se em plataforma virtual (via GoogleMeet) a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Programa para julgar, em exame final, o trabalho *“Espaços Sociais de Lazer e Identidade Cultural nos igarapés de Santa Izabel do Pará”*, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Estudos do Lazer. Abrindo a sessão, a Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Simone Aparecida Rechia, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra para a candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Membros da Banca Examinadora	Aprovada	Reprovada
Profa. Dra. Simone Aparecida Rechia (Orientadora)	X	
Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (UFMG)	X	
Prof. Dr. José Zaffalon Júnior (UEPA)	X	
Profa. Dra. Maria Cristina Rosa (UFMG)	X	
Profa. Dra. Mirleide Char Bahia (UFPA)	X	

Após as indicações a candidata foi considerada: **Aprovada**

O resultado final foi comunicado publicamente, para a candidata pela Presidenta da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidenta encerrou a reunião e lavrou a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2021.

Profa. Dra. Simone Aparecida Rechia

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama

Prof. Dr. José Zaffalon Júnior

Profa. Dra. Maria Cristina Rosa

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Mirleide Chaar Bahia, Usuário Externo**, em 27/04/2021, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rosa, Professora do Magistério Superior**, em 27/04/2021, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Aparecida Rechia Ferreira, Usuário Externo**, em 30/04/2021, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Zaffalon Júnior, Usuário Externo**, em 30/04/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Helder Ferreira Isayama, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2021, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0694417** e o código CRC **26B13E9C**.

Dedico esta pesquisa primeiramente à Deus, pois Ele é minha força e fortaleza, que me mostrou que nas dores você é moldado para a vida.

A meu esposo Geraldo e minha filha Ester, que cuidam de mim incessantemente e me deram força quando pensei em desistir.

A minha amada mãe (*in memoriam*) fonte inesgotável de amor e minha grande inspiração, te amarei para sempre.

Ao povo de Santa Izabel do Pará cujas raízes culturais são formas de resistência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu único Senhor e Salvador, meu auxílio nas dificuldades. A Ele que respondeu as minhas orações no momento de aflição e desfalecimento das forças. A ti clamei e me escutastes na tua misericórdia.

Ao meu amado esposo, Geraldo Bruno Costa de Andrade, o amor desde minha juventude, meu parceiro nessa jornada em busca do conhecimento. Você possibilitou a conclusão desta tese doando seu tempo para me conduzir nas pesquisas e me dando forças para jamais desistir.

A minha filha, Ester de Oliveira Andrade, minha benção e presente de Deus, que teve a paciência de esperar quando queria tanto brincar. Você é meu verdadeiro milagre.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Simone Aparecida Rechia, que contribuiu com seu extenso conhecimento para que esta tese se consolidasse, tornando possível sua finalização. Você é fonte de inspiração. Obrigada pela paciência e confiança depositada em mim.

Aos professores doutores Hélder Ferreira Isayama e Mirleide Char Bahia, que contribuíram no momento da qualificação com pontos relevantes para melhorias na construção da tese ora apresentada. Obrigada pelas críticas, que nos movem a melhores realizações.

Ao professor José Zaffalon Júnior, pelo apoio nesta reta final.

Aos professores do Programa Interdisciplinar de Estudos do Lazer, que fomentaram debates críticos sobre o Lazer e permitiram que construíssemos novos aportes sobre o tema em especial.

À Secretaria Acadêmica do Programa, em especial através da pessoa do Danilo da Silva Ramos, que sempre esteve disposto a ajudar.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, que sempre estiveram ao meu lado.

À Prefeitura de Santa Izabel do Pará, na figura do prefeito Evandro Barros Watanabe, que nos permitiu o acesso ao município e às Secretarias, disponibilizando acervos para a construção da tese.

A Maria de Fátima Tavares de Oliveira, que foi uma benção de Deus colocada no momento certo em nosso caminho. Você nos levou a conhecer cada

uma das comunidades e lideranças, esclarecendo alguns aspectos sociais nos espaços de igarapés.

Aos líderes comunitários, em especial ao Sr. José (Comunidade do Chiteua), ao Sr. Antônio (Comunidade de Conceição do Itá), ao Sr. Luís (Comunidade de São Francisco do Itá), e à Sr.^a Cristina (Espírito Santo do Itá). As lutas comunitárias fazem parte do amor por este povo e esta terra.

Ao Sr. Manoel (Sr. Bolacha), da comunidade de Caraparú, que com muita alegria nos recebeu e nos apresentou a D. Fátima, possibilitando nosso acesso às comunidades.

A todos os moradores que contribuíram com seus discursos sobre o lazer nos espaços de igarapés.

Aos alunos da Brinquedoteca Joana d'Arc, que me apoiaram incondicionalmente.

E por fim, à Prof.^a Joana d'Arc Guimarães de Oliveira, minha mãe, amiga e inspiração inesgotável, que iniciou meu interesse sobre o lazer e a recreação em Belém do Pará. No ano de 2020, a história da recreação e do lazer no estado do Pará perdeu uma grande professora e mestra para a Covid-19. Você consolidou a formação de inúmeros profissionais da Educação Física e do Magistério discutindo sobre o tema, mas, para mim, foi uma perda imensurável. Agradeço-te por todo meu caminho pessoal e profissional, que foi marcado pela sua orientação. Agradeço-te por seu amor, mulher negra, forte e guerreira. Parte desde doutorado só foi possível pelo seu auxílio e apoio. TE AMO.

Lutar contra outros é uma forma de resistir, mas lutar contra si é sobrevivência. (Ana Oliveira).

RESUMO

O estudo sobre os espaços sociais de lazer e a construção da identidade cultural nos igarapés de Santa Izabel do Pará tem por objetivo realizar a análise do discurso do sujeito coletivo a partir das intersubjetividades das formas de lazer e da apropriação do saber ambiental, bem como das experiências culturais ocorridas nos igarapés. A metodologia escolhida foi essencialmente qualitativa e partiu da abordagem multimetodológica, que defende o uso de diferentes formas para maior confiabilidade dos dados, pois o uso de diferentes métodos compensa as fragilidades de cada procedimento quando utilizado isoladamente. Participaram da pesquisa 66 sujeitos por amostragem por acessibilidade, envolvidos nas diferentes comunidades. Como lócus da pesquisa, realizou-se um recorte dos principais igarapés frequentados ou de referência no município de Santa Izabel do Pará. A técnica para coleta de dados se deu por meio da observação direta, o registro de imagens dos espaços de igarapés e a entrevista semiestruturada. A análise de dados utilizou: a observação qualitativa dos espaços de lazer em igarapés, as imagens paradas e os discursos dos sujeitos coletivos. Os resultados apontam a existência de diferentes vivências possíveis de lazer nos igarapés considerando-os como espaços sociais pela relação das convivências e pertencimento dos moradores, fortalecendo a identidade cultural. A sociedade izabelense possui um patrimônio natural que importa ser preservado. Observa-se a existência de diferentes sentidos do uso de igarapés, pois, para os moradores das comunidades, existe nos igarapés o fortalecimento da identidade cultural, mas, para os visitantes, a relação traz a cultura de massa do uso enquanto entretenimento temporário. Nos discursos analisados, percebe-se diferentes dimensões de lazer livre: as lúdicas, as criativas, as festivas, a ambiental-ecológica, a solidária; bem como o lazer intencional, voltado a aspectos de turismo e investimento econômico. Foi possível realizar uma triangulação entre a observação do espaço, o registro de imagens e os discursos, que nos permitiu entrelaçar as relações das necessidades dos sujeitos sociais nas comunidades quanto à conservação ambiental e à participação democrática nas decisões dos moradores locais, que ainda não se efetiva de modo pleno. Também foi possível identificar como a marca identitária surgiu como uma forma de *marketing*, e não da construção cultural dentro e pelas comunidades existentes no município. Nas falas verbalizadas, todavia, existe um reconhecimento, por parte dos moradores, da existência de vários igarapés no município, possibilitando a existência da identidade de 'cidade dos igarapés', entretanto há de ser constituída a preocupação com políticas públicas, a fim de garantir a não contaminação das águas dos igarapés, devida às grandes perdas sofridas em detrimento da lógica de desenvolvimento da cidade. O lazer possui potencialidades, a serem discutidas no município por instituições de fomento científico, como as universidades, juntamente com as comunidades e as Secretarias de Cultura, Lazer, Turismo e Desporto, entre outras. Enquanto espaço social de lazer nos igarapés, acredita-se que os sujeitos constroem e transformam individual e coletivamente a identidade cultural em prol de sua própria história de vida.

Palavras-Chave: Espaços Sociais. Lazer. Identidade Cultural. Igarapés.

ABSTRACT

The study on social leisure spaces and the construction of cultural identity in the streams of Santa Izabel do Pará aims to analyze the discourse of the collective subject, from the intersubjectivities of leisure forms and the appropriation of environmental knowledge, as well as of the cultural experiences that took place in the igarapés. The chosen methodology was essentially qualitative and departed from the multi-methodological approach that advocates the use of different forms for greater data reliability, as the use of different methods compensates for the weaknesses of each procedure when used alone. Sixty-six subjects participated in the research by sampling by accessibility, involved in different communities. As the locus of the research, a selection of the main streams frequented or of reference in the municipality of Santa Izabel do Pará was carried out. The technique for data collection was through direct observation, image recording of stream spaces and semi-structured interviews. Data analysis used: qualitative observation of leisure spaces on streams, still images and collective subjects' discourse. The results point to the existence of different possible experiences of leisure in the igarapés, considering them as social spaces due to the relationship of coexistence and belonging of the residents, strengthening the cultural identity. Izabel society has a natural heritage that must be preserved. Observe the existence of a different meaning in the use of streams, as for the residents of the communities there is a strengthening of cultural identity in the streams, but for visitors the relationship brings the mass culture of use as temporary entertainment. In the analyzed speeches, different dimensions of free leisure can be seen: the playful, the creative, the festive, the ecological environmental, the solidary; and intentional leisure focused on aspects of tourism and economic investment. It was possible to carry out a triangulation between the observation of space, the recording of images, and the speeches, allowing us to intertwine the relationships of the needs of social subjects in communities regarding environmental conservation and democratic participation in the decisions of residents that are not yet effective. full mode. It was also possible to identify how the identity brand emerged as a form of marketing and not culturally built within and by the existing communities in the municipality. In the verbalized speeches, however, there is recognition by the residents of the existence of several streams in the municipality, allowing for the existence of the identity of "city of streams", however, the concern with eminent public policies seeking to ensure the non-contamination of the waters of the streams must be constituted due to the large losses suffered to the detriment of the city's development logic. Leisure has potential to be discussed in the city through scientific fostering institutions, such as universities, with communities and the Departments of Culture, Leisure, Tourism and Sport, among others. As a social space for leisure on the streams, it is believed that individuals build and transform, individually and collectively, their cultural identity in favor of their own life story.

Keywords: Social Spaces. Leisure. Cultural Identity. Igarapés.

RESUMEN

El estudio sobre los espacios de ocio social y la construcción de identidad cultural en los arroyos de Santa Izabel do Pará tiene como objetivo analizar el discurso del sujeto colectivo, desde las intersubjetividades de las formas de ocio y la apropiación del conocimiento ambiental, así como de las experiencias culturales. que tuvo lugar en los igarapés. La metodología elegida fue esencialmente cualitativa, y partió del enfoque multimetodológico que aboga por el uso de diferentes formularios para una mayor confiabilidad de los datos, ya que el uso de diferentes métodos compensa las debilidades de cada procedimiento cuando se usa solo. Sesenta y seis sujetos participaron en la investigación por muestreo por accesibilidad, involucrados en diferentes comunidades. Como locus de la investigación se realizó un recorte de los principales arroyos frecuentados o de referencia en el municipio de Santa Izabel do Pará, la técnica de recolección de datos fue a través de la observación directa, registro de imágenes de los espacios fluviales y entrevistas semiestructuradas. Análisis de datos utilizados: observación cualitativa de espacios de ocio en corrientes, imágenes fijas y discurso de sujetos colectivos. Los resultados apuntan a la existencia de diferentes experiencias de ocio posibles en los igarapés, considerándolos como espacios sociales debido a la relación de convivencia y pertenencia de los residentes, fortaleciendo la identidad cultural. La sociedad Izabel tiene un patrimonio natural que debe conservarse. Se observa la existencia de un significado diferente en el uso de los arroyos, ya que para los pobladores de las comunidades existe un fortalecimiento de la identidad cultural en los arroyos, pero para los visitantes la relación trae consigo la cultura masiva de uso como entretenimiento temporal. En los discursos analizados se pueden apreciar diferentes dimensiones del ocio libre: la lúdica, la creativa, la festiva, la ecológica ambiental, la solidaria; y ocio intencional centrado en aspectos de turismo e inversión económica. Se logró realizar una triangulación entre la observación del espacio, el registro de imágenes y los discursos, lo que nos permitió entrelazar las relaciones de las necesidades de los sujetos sociales de las comunidades en materia de conservación ambiental y participación democrática en las decisiones de los vecinos que aún no son efectivos. modo completo. También fue posible identificar cómo la marca de identidad surgió como una forma de marketing y no construida culturalmente dentro y por las comunidades existentes en el municipio. En los discursos verbalizados, sin embargo, hay un reconocimiento por parte de los pobladores de la existencia de varios arroyos en el municipio, permitiendo la existencia de la identidad de "ciudad de arroyos", sin embargo, debe haber una preocupación por políticas públicas eminentes que busquen velar por la no contaminación de las aguas de los arroyos por las grandes pérdidas sufridas en detrimento de la lógica urbanística de la ciudad. El ocio tiene potencial para ser discutido en la ciudad a través de instituciones de fomento científico, como universidades, con las comunidades y los Departamentos de Cultura, Ocio, Turismo y Deporte, entre otros. Como espacio social de esparcimiento en los arroyos, se cree que los individuos construyen y transforman, individual y colectivamente, su identidad cultural a favor de su propia historia de vida.

Palabras clave: Espacios sociales. Ocio. Identidad cultural. Igarapés.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mapa aéreo das áreas verdes da Região Metropolitana de Belém (2 milhas/5 km).....	44
Figura 2 – Crianças tomando banho e brincando no igarapé, num pequeno afluente do Bairro do Condor	63
Figura 3 – Lavadeiras à beira dos rios de Belém do Pará.....	64
Figura 4 – Imagem de lavadeiras da Amazônia	65
Figura 5 – Demonstrativo da distribuição dos lotes para colonização da Colônia de Benevides publicado no Jornal <i>O Liberal</i> – 1879	69
Figura 6 – Estrada de Ferro de Bragança na Vila Santa Izabel	70
Figura 7 – Casas na Vila Santa Izabel – 1922	71
Figura 8 – Posto Médico ‘Miguel Pereira’ na Vila Santa Izabel – 1922	73
Figura 9 – Mapa do Município de João Coelho (1955).....	77
Figura 10 – Imagem do município de João Coelho (Ex-Santa Izabel) e as característica da cidade	78
Figura 11 – Estrada de Ferro de Bragança Rio Maguary.....	79
Figura 12 – Entrada da sede do município de Santa Izabel do Pará, praça em frente à SECULTD, com a imagem da padroeira	81
Figura 13 – Igreja Matriz com a praça na frente.....	83
Figura 14 – Localização de imagem por via satélite através do Google Maps da Rua 5ª Nova do Balneário Amaveline e registro de imagens da autora	104
Figura 15 – Localização de imagem por satélite através do Google Maps da rua 5ª Nova do Balneário Eco Park Açai e o registro de imagens realizado pela autora	109
Figura 16 – Localização de imagem por satélite da PA-140 no distrito de Caraparú via Google Maps e os registros de imagens realizados pela autora	117
Figura 17 – Detalhes da vista do igarapé a partir da Ponte da PA-140 (esq.) onde passa o igarapé e pessoas em canoas passando pela ponte (dir.).....	120
Figura 18 – Imagem do passeio de canoa no igarapé (esq.) e diagonal do igarapé com canoas (dir.).....	121
Figura 19 – Crianças da comunidade brincando no igarapé do Balneário Porto de Minas.....	123
Figura 20 – Localização de imagem por satélite da Rua Uxiteua no distrito de Caraparú via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora	126
Figura 21 – Igarapé familiar na Comunidade Uxiteua	130
Figura 22 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da Comunidade de Espírito Santo do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora.....	132

Figura 23 – Entrada do igarapé de espírito Santo do Itá e vivências de lazer através do banho	136
Figura 24 – Igarapé sendo utilizado por crianças e adultos como espaço de lazer, banho e brincadeiras	139
Figura 25 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da comunidade de São Francisco do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora.....	141
Figura 26 – Visão da quadra de areia para prática esportiva (esq.) e área de acesso, com declive localizado em frente ao igarapé (dir.)	143
Figura 27 – Visualização do Igarapé de São Francisco do Itá nas diferentes pontas	144
Figura 28 – Localização de imagem por satélite, no distrito de Caraparú, da comunidade de Conceição do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora.....	146
Figura 29 – Área para esportes em frente à igreja (esq.), estacionamento e acesso ao igarapé (dir.)	149
Figura 30 – Banco adaptado da natureza (esq.) e crianças e adultos no lazer em igarapés (dir.)	151
Figura 31 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da Vila do Caraparú pelo Google Maps; Pórtico de Entrada pela PA-140; Praça da Vila e Vista aérea do Campeonato de Jet Ski	154
Figura 32 – Pescadores no igarapé Caraparú (esq.) e Dimensão Socioeconômica dos restaurantes (dir.)	157
Figura 33 – Vivências de lazer nas águas do Caraparú.....	158
Figura 34 – Localização de imagem por satélite do distrito de Americano pelo Google Maps e registro da autora do Balneário Lagoa Azul na PA-140 km5 ...	164
Figura 35 – Vistas do espaço de piscina de água natural(dir.) e do igarapé (esq.) no Balneário Lagoa Azul	167
Figura 36 – Localização de imagem por satélite do distrito de Americano pelo Google Maps e registro da autora do igarapé na Fazenda Nova Canãa	169
Figura 37 – Vista da ponte de madeira acima do igarapé	170

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo de frequência e permanência nos igarapés Qual a frequência de uso do igarapé? E o seu tempo de permanência?	177
Tabela 2 – Gastos em reais realizados em igarapés	179
Tabela 3 – Avaliação subjetiva da estrutura e do acesso aos igarapés	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades de análise dos tipos de espaços de lazer em igarapés	99
Quadro 2 – Unidades de análise dos espaços sociais de lazer em igarapés.....	99
Quadro 3 – Análise metodológica qualitativa de espaços de lazer em igarapés...	100
Quadro 4 – Fatores e critérios qualitativos e indicadores dos espaços de lazer em igarapés.....	101
Quadro 5 – Análise das dimensões observadas no Balneário Amaveline	105
Quadro 6 – Análise das dimensões observadas do Balneário Eco Park Açai	109
Quadro 7 – Análise das dimensões observadas do Balneário Porto de Minas	117
Quadro 8 – Análise das dimensões observadas do Igarapé Familiar em Uxiteua	127
Quadro 9 – Análise das dimensões observadas do Igarapé de Espírito Santo do Itá	133
Quadro 10 – Análise das dimensões observadas do Igarapé de São Francisco do Itá	141
Quadro 11 – Análise das dimensões observadas do Igarapé de São Francisco do Itá	147
Quadro 12 – Análise das dimensões observadas do Igarapé do Caraparú	154
Quadro 13 – Análise das dimensões observadas do Igarapé no Balneário Lagoa Azul	165
Quadro 14 – Análise das dimensões observadas do Igarapé na fazenda Nova Canãa	169
Quadro 15 – Investimento público nos igarapés	183
Quadro 16 – Marca Identitária de “Cidade dos Igarapés”	187
Quadro 17 – Importância do lazer nos igarapés.....	192
Quadro 18 – Principais atividades culturais de lazer vivenciadas nos igarapés.....	198
Quadro 19 – Identidade cultural e os igarapés.....	202
Quadro 20 – Impacto causados’ - pelo desenvolvimento urbano nos igarapés	205
Quadro 21 – Diferenças entre igarapés públicos e privados.....	209
Quadro 22 – Contribuições livres sobre os espaços de igarapés.....	210
Quadro 23 – Publicações das Teses do Banco de Teses e dissertações da CAPES com a utilização do descritor Espaço de Lazer. (2015-2019).....	249
Quadro 24 – Publicações das Teses do Banco de Teses e dissertações da CAPES com a utilização do descritor Lazer e Cidade. (2015-2019)	250
Quadro 25 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Espaço de Lazer. (2015-2019)	250

Quadro 26 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Santa Izabel do Pará. (2015-2019)	251
Quadro 27 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente. (2015-2019)	252
Quadro 28 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Lazer e Cidade. (2015-2019) (continua)	252
Quadro 29 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Espaços de Lazer (2015-2019)	253
Quadro 30 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente (2015-2019)	254
Quadro 31 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019).....	255
Quadro 32 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Espaço de Lazer (2015-2019)	257
Quadro 33 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente (2015-2019)	258
Quadro 34 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019).....	259

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragem
AMM	Abordagem Multimetodológica
Anpel	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Contemplar	Coletivo Nordestino de Atenção ao Tempo Livre e Lazer
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressão Chave
EELAR	Educação Esporte Lazer e Arte
EFB	Estrada de Ferro de Bragança
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEIAT	Grupo de Estudos de Invertebrados Aquáticos e Terrestres do Nordeste Paraense
Gepelc	Grupo de Estudo de Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade
Gepelma	Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Lazer e Meio Ambiente
Guetu	Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas
HCEL	Grupo de Pesquisa em História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia
Ipea	Instituto de Pesquisa Economia Aplicada
Licere	Revista do Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer
Luce	Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Cultura e Educação
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
RAS	Rede Amazônia Sustentável
RBEL	Revista Brasileira de Estudos do Lazer
Rhania	Recursos Hídricos em Ambientes Naturais e Impactados na Amazônia
RMB	Região Metropolitana de Belém
RS	Representação Social

SECULTD	Secretaria de Cultura, Lazer, Turismo e Desportes.
SETUR/PA	Secretaria de Turismo do Estado do Pará
UEJF	Universidade Estadual de Juiz de Fora
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste Do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIVASF	Universidade Federal do Vale de São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	A PROPOSTA METODOLÓGICA OCORRIDA NAS ROTAS DAS ÁGUAS EM SANTA IZABEL DO PARÁ	43
2.1	TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO QUALITATIVA DE ESPAÇOS DE LAZER EM IGARAPÉS: EM BUSCA DE UM PROCESSO SISTEMATIZADO PARA ANÁLISE	50
2.2	IMAGENS PARADAS COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA	53
2.3	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DO PROGRAMA DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOFT (DSCSOFT)	56
3	A IMERSÃO NO CAMPO DE PESQUISA: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA CIDADE DOS IGARAPÉS – O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ	61
3.1	O NASCIMENTO DO POVOADO A PARTIR DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA	66
3.2	O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E DE LAZER NO SÉCULO XXI	83
3.2.1	Questões legais sobre o lazer e o desenvolvimento urbano/rural da cidade	85
4	A CONTEMPLAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER EM IGARAPÉS DE SANTA IZABEL DO PARÁ E AS ANÁLISES DE IMAGENS PARADAS	98
4.1	ROTA DAS ÁGUAS NA SEDE DE SANTA IZABEL DO PARÁ	103
4.1.1	Confrontamento crítico da Comunidade Quinta Nova	112
4.2	ROTA DAS ÁGUAS NO DISTRITO DE CARAPARÚ	116
4.2.1	Igarapé Porto de Minas	116
4.2.2	Igarapé familiar na comunidade Uxiteua	125
4.2.3	Igarapé em Espírito Santo do Itá	131
4.2.4	Igarapé de São Francisco do Itá	140
4.2.5	Igarapé de Conceição do Itá	145
4.2.6	Igarapé de Caraparú/Rio Caraparú	153
4.2.7	Confrontamento crítico do distrito de Caraparú	160
4.3	ROTA DAS ÁGUAS NO DISTRITO DE AMERICANO	163
4.3.1	Igarapé no Balneário Lagoa Azul	164
4.3.2	Igarapé Particular da Fazenda Nova Canãa	168
4.3.3	confrontamento crítico dos espaços de lazer no Distrito de Americano	172
5	ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS SUJEITOS COLETIVOS	175

6	CONCLUSÕES	228
	REFERÊNCIAS	238
	APÊNDICE A – ESTADO DE CONHECIMENTO DE TESES E ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (2015 A 2019)	249
	APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTO	260
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	261
	APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS	263
	APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (08 A 10 ANOS)	265
	APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (11 A 14 ANOS)	266
	APÊNDICE G – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (15 A 18 ANOS)	267
	APÊNDICE H – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES OU VISITANTES DOS ESPAÇOS DE LAZER EM IGARAPÉS	269
	APÊNDICE I – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES MENORES DE 18 ANOS (FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS) AUTORIZADOS PELOS RESPONSÁVEIS	271
	APÊNDICE J – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES MENORES DE 18 ANOS (FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS) AUTORIZADOS PELOS RESPONSÁVEIS	272
	APÊNDICE K – GUIA DE ENTREVISTA PARA A GESTÃO E OU ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO E DESPORTO (SECULTD)	273
	APÊNDICE L – CHECKLIST DE OBSERVAÇÃO DOS IGARAPÉS	275

1 INTRODUÇÃO

O tempo leva tudo, o tempo leva a vida. Lá fora as margaridas fazem cor. Eu lembro a alegria, boiar naquelas águas. E ver as lavadeiras lavando a dor. E levavam a minha esperança perdida, de crescer lá no igarapé. E lavavam o medo que tinha da vida. E agora o meu medo o que é? [...] E lavavam a minha paixão corrompida, as mulheres do igarapé. As Joanas, Marias, Creusas, Margaridas, lavarão o que ainda vier. (OSMAR JÚNIOR, 2011).

A letra poética da música *Igarapé das Mulheres*, de Osmar Júnior (2011), retrata diferentes sentidos e significados obtidos pelos sujeitos através das experiências vividas em espaços de igarapés.

Igarapé é uma palavra indígena, de origem tupi, que significa “caminho de canoa”, formada pela junção entre *ygara* (canoa) e *apé* (caminho) (BARBOSA, 1951). Do ponto de vista cultural, os igarapés servem para transporte, lazer e trabalho, pois são formados por um riacho que liga duas ilhas entre si ou uma ilha e a terra firme. Por ser um canal estreito, somente canoas conseguem navegar ou passar por ele. Possui relação direta com a natureza e a floresta; conseqüentemente, qualquer alteração poderia afetá-los, assim como extingui-los.

As formas de vivência nos igarapés trazem a relação entre o tempo da diversão, da memória, dos mitos, dos ritos, além de serem espaços dialógicos entre o lazer e o trabalho.

Partindo da obra musical, podemos refletir sobre os indícios tácitos dos processos sociais, históricos, políticos e culturais mediados entre espaços de igarapés e o seu entorno pelos sujeitos sociais que ali habitam ou que por ele transitam.

O estudo ora apresentado pretende contribuir criticamente com a discussão sobre os espaços sociais de lazer e sua interlocução com os processos de transformações identitárias e culturais que ocorrem nos igarapés, especificamente nos localizados no município de Santa Izabel do Pará. Para isso, imergimos no conhecimento sobre como as experiências de lazer vividas estabelecem diferentes impressões e saberes. Essas experiências são transmitidas pelos discursos dos sujeitos e dialogam com as interfaces do lazer, dos saberes ambientais e das identidades cultural nas diferentes comunidades do lugar.

Giddens e Sutton (2017) entendem que a comunidade é o agrupamento de pessoas que possuem interesses em comum e estabelecem interações

sistemáticas entre si a partir da convivência diária em uma determinada localidade. Apesar de existirem diferentes significados terminológicos, o que nos interessa no presente estudo é a percepção identitária do agrupamento de pessoas que compartilham interesses em comum nas experiências de lazer vividas nos igarapés.

Os igarapés da Região Amazônica, mais precisamente no estado do Pará, constituíram-se, até o final do século XIX, como lugares abertos à população. As pessoas tinham livre acesso aos igarapés e deles se apropriavam culturalmente de diferentes formas, através de brincadeiras, banhos, convivência familiar, lazer e trabalho.

Transitando-se entre os municípios paraenses, era possível identificar os igarapés, de modo que se tornou comum que alguns viajantes parassem nesses locais para um momento de banho, de diversão familiar ou simplesmente para tirarem a poeira dos seus carros, devido às estradas de barro batido.

Os igarapés possuíam uma dinâmica de distribuição do tempo constituída culturalmente pela comunidade, o que os levavam a ser ora espaços de diversão e lazer, ora espaços de trabalho, pois havia as lavadeiras, que lavavam as roupas ou pequenas louças nas águas geladas dos igarapés. Nesse sentido, existia plena integração entre o ser humano e a natureza.

As relações existentes entre o lazer e o trabalho ocorriam de modo fluido e espontâneo, sendo difícil distinguir o tempo de um e de outro. Nos espaços dos igarapés, a linha entre ambos era tênue, haja vista que, em ocasiões específicas, durante a lavagem de roupas, existia uma pausa estabelecida pela necessidade pessoal descanso – o início do lazer ou da brincadeira –; neste caso, podemos dizer que o tempo de lazer e o tempo de trabalho eram híbridos.

As crianças, por vezes, também auxiliavam na lavagem das roupas, para logo em seguida se dependurarem em um cipó e lançarem-se do alto das árvores no meio do igarapé. O tempo de lazer nos igarapés ocorria através do mergulho nas águas geladas, depois sentando-se à beira do igarapé para conversar ou aquecer-se ao sol. Esse tempo de lazer estava ligado diretamente ao tempo de espera para a secagem de roupas ao sol.

Para além do banho nos igarapés, existiam outras atividades culturais, que envolviam outras formas do saber local. Eram comuns, na beira dos igarapés, as histórias de lendas e mitos, que assombravam pelo suspense, principalmente quando o encontro era noturno, influenciando o imaginário e a cultura locais.

Os ritos nos igarapés envolviam as crenças religiosas, que ora saudavam as entidades africanas, ora voltavam-se ao círio, em homenagem ao santo padroeiro, que, normalmente, dava nome à própria comunidade.

A pescaria e os pescadores também fazem parte de atividades de subsistência onde o uso do igarapé é importante. A própria confecção da canoa e as técnicas utilizadas na pesca. Esse conjunto de processos de uso dos igarapés nos municípios que compõem a Amazônia, formam saberes ambientais.

Desde a metade do século XIX, há registros de atividades em rios e igarapés, tanto para o processo de subsistência como para o lazer.

Durante o processo de expansão da cidade de Belém, capital do estado do Pará, os habitantes mantiveram uma relação social, política, econômica, cultural e religiosa com as águas.

Com o desenvolvimento eurocêntrico, porém, os lugares de fontes, rios e igarapés começaram a ser reputados pelas autoridades como perigosos, por serem frequentados por 'gente de cor', que se encontrava ali para obter água para consumo, banhar-se ou lavar roupas; nesses momentos, podiam conversar, trocar ideias e informações, assenhorando-se dos espaços e fragilizando o controle social (ALMEIDA, 2010).

Desde a sua fundação, a expansão de Belém para os interiores promoveu transformações nas características ambientais e culturais da cidade. É importante ressaltar que esta preocupação das autoridades com o perigo dos igarapés, iniciada durante a metade do século XIX, ainda perdura no século XXI. Os igarapés públicos são utilizados, em sua maioria, por moradores que trabalham com agricultura familiar, portanto de baixa renda e baixo poder aquisitivo. Desse modo, o preconceito para com os igarapés, tidos como lugares perigosos, perpetua-se em razão do que se pensa de seus frequentadores.

A cidade de Belém, assim como os interiores, era rica em rios e igarapés. O processo de surgimento da cidade iniciou-se pela construção do Forte do Presépio, no ano de 1616, sendo reconhecida como primeiro núcleo urbano a Praça das Armas. As ruas foram construídas em paralelo ao rio. O crescimento urbano e populacional se acentuou em Belém somente a partir do ano de 1750, mesmo período em que novos caminhos foram abertos para fora do núcleo urbano (CRUZ, 1973a).

Com a ampliação das estradas em direção aos interiores do estado do Pará, surgiram diferentes comunidades, que posteriormente se transformaram em municípios. Muitos municípios no estado do Pará foram constituídos desde então, e as preocupações globais passaram a ter novo sentido de urbanização. Desde a década de 60 do século XXI, os centros urbanos precisaram ser planejados de modo mais efetivo enquanto redes para escoamento da produção.

A lógica do mercado sobre a concentração econômica desigual entre os municípios aumentou o vislumbre da desigualdade social, com diferentes graus de resolubilidade pelo poder público. Foi nesse contexto que se deu o surgimento da Região Metropolitana de Belém (RMB).

A RMB é composta de sete municípios, a saber: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. Sua localização está circunscrita à foz do rio Pará, sendo cortada por vários rios e igarapés (IPEA, 2010). Contam-se mais de trinta cursos d'água entrecortando seu território, cuja ocupação histórica ocorre em áreas alagáveis, constituindo assim condições precárias de habitação, urbanísticas e de infraestrutura (GREGÓRIO, MENDES, 2009).

Ao longo dos anos, o uso de igarapés no Estado do Pará sofreu alterações significativas, levando-nos a refletir criticamente sobre as transformações sofridas neste espaço social e a implantação de equipamentos que favoreçam experiências de lazer. As relações de convivência coletiva e de fortalecimento da identidade cultural das comunidades que viviam nas proximidades dos igarapés também sofreram impactos com as mudanças econômicas, políticas, sócio-históricas e culturais.

Além desses fatores, ainda há questões que necessitam ser pensadas, tal como, os saberes ambientais e os impactos causados pelo processo de desenvolvimento urbano da RMB e pela ampliação das redes rodoviárias consolidada pela conurbação.¹

Para Leff (2015), os saberes ambientais são constituídos a partir de reflexões sobre a construção social do mundo e a confluência da intervenção

¹ Segundo Ross (2005), conurbação é um processo de desenvolvimento urbano caracterizado pela expansão das cidades, acarretando a absorção de outras cidades ou municípios e/ou áreas rurais. Estas, por sua vez, passam a deter autonomia administrativa, política e econômica, bem como a se comportar como parte integrante da metrópole. Nesse caso, após a expansão e integração, os limites físicos desaparecem e formam-se diferentes núcleos urbanos.

humana. Nessa integração, os sentidos e significados são forjados pela rede social de convivência e pela intervenção humana sobre os elementos ambientais.

O entorno das áreas de igarapés vem continuamente modificando suas características naturais e ambientais, a fim de se adequar aos novos padrões de balneários.² Os igarapés se diferenciam dos balneários marítimos não somente pelas suas características socioespaciais, mas também pelos modos com que são apropriados. Atualmente, alguns igarapés vêm sofrendo com as mudanças ambientais em seu entorno, devido o assoreamento, assim como, com as modificações de sua estrutura para fins turísticos.

No século XX, a antiga Vila de Santa Izabel (agora município) era entrecortada por igarapés. Na década de 20, as famílias proprietárias de terrenos com nascentes franqueavam às pessoas o acesso aos igarapés, para banharem-se nas águas límpidas, frias e tranquilas sem a poluição característica do desenvolvimento urbano (MOURA FILHO, 1989).

No século XXI, a partir da década de 20, alguns igarapés foram transformados para fins de investimento.

Em 2014, a Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA) realizou um inventário do município de Santa Izabel do Pará que previu o levantamento de alguns igarapés públicos e privados.

O estudo dos espaços sociais de lazer e sua interlocução com a identidade cultural poderão contribuir com novas percepções, olhares e interpretações sobre a construção identitária que permeia as interações entre pessoas no município de Santa Izabel do Pará, com o recorte direcionado aos espaços de igarapés e aos saberes ambientais relacionados à integração as pessoas à natureza.

A escolha de Santa Izabel do Pará como lócus da pesquisa se deu em razão de o município defender a marca identitária de 'cidade dos igarapés'. A cidade possui três distritos: a sede, Santa Izabel, a vila do Caraparú e a vila de Americano.

Em levantamento realizado como inventário turístico, foram identificados alguns igarapés, no entanto existem mais igarapés para uso da população. Pelos

² Balneário (*balnĕum*) é um termo proveniente do adjetivo em latim que designa o banho ou a sala de banho. Dicionários Acadêmicos (2010). Os balneários marítimos estão relacionados diretamente à beira-mar, ou seja, são localidades com praias (bancos de areias) e mar (parte do oceano). Segundo Fagundes (2014), os balneários marítimos possuem uma formação socioespacial construída e legitimada a partir dos processos de democratização do seu *status* social como locais de lazer.

dois primeiros distritos, encontram-se distribuídos doze igarapés, a saber: a) privados: Porto de Minas, Lagoa Azul e Balneário da Mata; b) públicos: Caraparú, São Francisco do Itá, Conceição do Itá, Cai n'Água, Cumaru, Pau do Amor, Castanheiro, Pedras e Boa Vista. O distrito de Americano não possuiu igarapés de acesso público (HUFFNER, 2014).

O título de 'cidades dos igarapés' é ostentado em virtude de, até a década de 80 do século XX, ainda ser possível tomar banho, nadar e lavar roupas, no entanto, com a urbanização do município, alguns igarapés foram represados e, logo, poluídos, enquanto outros desapareceram, como o Igarapé do Tatu. Os três igarapés que atravessam o distrito estão poluídos somente na área urbanizada, mas suas nascentes estão preservadas, por se encontrarem em área de mata (PAZ, 2012).

Santa Izabel do Pará possui um número significativo de igarapés, em maior quantidade do que em qualquer outro município do estado, fator este que nos fez ver a importância de realizar um estudo que possibilitasse maior compreensão sobre como os sujeitos mantêm sua representação identitária com o local de igarapés, para banhos e/ou lazer, bem como de imergir nos saberes culturais e ambientais nestes espaços.

O tempo histórico da pesquisa iniciou em 2018 e findou em 2021, correspondendo ao período da construção e defesa da presente tese.

Nossa intenção é ampliar os debates a partir dos discursos dos sujeitos sociais, os habitantes do município de Santa Izabel do Pará e frequentadores do local. Do mesmo modo, buscamos favorecer a interpretação, a análise e a descrição dos elementos que compõem os espaços sociais de lazer e as experiências culturais que colaboram para a construção identitária nas proximidades dos igarapés paraenses, em específico os de Santa Izabel do Pará.

A contextualização problemática da pesquisa nos levou a refletir sobre os impactos gerados pelo desenvolvimento urbano de Santa Izabel do Pará partindo do pressuposto histórico da pós-modernidade e das contínuas transformações pelas quais o município passou a fim de se adequar aos modelos hegemônicos nacionais.

Em defesa do desenvolvimento urbano, a ausência de políticas públicas e planejamento sustentável sobre os espaços sociais e equipamentos públicos provocaram perdas socioambientais irreparáveis para a cidade até o presente

momento. As mudanças na direção do desenvolvimento entre o espaço urbano para o rural têm afetado diretamente as comunidades.

A estes fatores alinha-se também a mudança sociocultural decorrente do progresso tecnológico. Giddens e Souton (2017), partindo da teoria social, surgida aproximadamente entre 1970-1980, defendem que todo processo histórico está correlacionado à estrutura social e progride para sua transformação.

Na sociedade pós-moderna, observa-se o crescimento das tecnologias de informação e comunicação, que geram impactos sobre as relações de convivência e sobre as formas dos sentidos e significados culturais. O modelo hegemônico instituído pelo capital na sociedade moderna contribuiu para o crescimento urbano desordenado, provocando transformações significativas nas formas de lazer e na infraestrutura das cidades.

Para os igarapés, o processo de crescimento urbano trouxe impactos positivos e negativos dentro de cada comunidade. Alguns dos aspectos positivos estão relacionados principalmente à melhoria das estradas; por outro lado, os aspectos negativos estão consolidados principalmente na mudança do meio ambiente, neste caso, do próprio igarapé, que sofre com a poluição, o assoreamento e a ausência de investimentos públicos. Isso provocou algumas mudanças nos comportamentos das pessoas em relação ao uso dos igarapés.

A visão sobre as relações entre o lazer e o meio ambiente é envolta por concepções que necessitam ser esclarecidas. Para isso, tomamos como ponto de partida a compreensão trazida em Bruhns (2005), a qual compreende o ambiente como categoria social, pois faz parte de um processo histórico de interação e transformação, o qual envolve comportamentos, valores e saberes.

Há de se considerar que a população que forma as comunidades onde se localizam os igarapés possui uma relação complexa e imersiva com estes lugares, que envolve aspectos socioambientais, além de sentidos e significados culturais, que refletem sua identidade, seus valores e sua forma de vida, aos quais podemos correlacionar diferentes saberes ambientais.

Segundo Reigota (1998), existem interações contínuas entre o meio ambiente e os ambientes naturais e sociais. A natureza e a sociedade são transformadas pelos processos históricos e políticos, permitindo a criação cultural de modo contínuo. Dito isso, são pertinentes as preocupações com os espaços de lazer

públicos, que envolvem as águas, a integração ambiental e, no caso de nossa pesquisa, os igarapés.

Em áreas onde o processo urbano³ ainda é lento, os rios e igarapés servem tanto às rotinas de lazer quanto às atividades diárias. Nessas localidades, o cotidiano é ressignificado, pois o espaço é ora de lazer, ora de trabalho; portanto, a integração ambiental entre o ser vivo e a natureza são efetivas.

Em vista do exposto, **o objeto da pesquisa** está centrado na relação entre os espaços sociais de lazer e as transformações da identidade cultural, partindo dos discursos dos sujeitos que vivem em comunidades próximas ou afastadas dos igarapés, mas que vivenciam experiências na localidade.

A linha de pesquisa 'Identidade, Sociabilidade e Práticas do Lazer' nos permite considerar os processos subjetivos dos sujeitos sob as diferentes variáveis e categorias que possam surgir a partir dos discursos coletados. Nesse sentido, dialogamos de modo mais próximo com os teóricos do lazer, quando tratamos de aspectos que envolvem as atividades, os espaços e os equipamentos de lazer, mas também com bases teóricas que refletem sobre os aspectos sociais, históricos e culturais pertinentes às identidades e às mediações relacionadas aos igarapés.

Assim, **a questão central** de nosso estudo foi formulada nos seguintes termos: quais os sentidos do lazer nos espaços e equipamentos de igarapés que os tornaram lugares de identificação cultural para as pessoas que vivem em seu entorno ou afastadas deles?

E, como **questões norteadoras**, buscamos responder: a) que interpretações e compreensões emergem dos discursos dos habitantes e visitantes acerca das vivências de lazer nos igarapés?; b) que identidade cultural é evidenciada no discurso dos sujeitos a partir das relações entre os indivíduos e o contexto de integração ambiental nos igarapés?; c) como a comunidade expressa suas ideias acerca do surgimento da privatização dos igarapés comparativamente a outros espaços de acesso livre? d) como se apresentam os espaços e equipamentos dos igarapés para usufruto da população?; e) como a Secretaria Municipal de

³ Giddens e Souton (2017, p. 101) se preocupam com "A qualidade particular da vida nas cidades modernas e áreas urbanas e o seu impacto nas áreas suburbanas e rurais no entorno". Nesse sentido, o urbano está relacionado ao desenvolvimento daquilo que os autores chamam de centros de **poder** em relação a áreas de menores ocupações e se distingue pelo desenvolvimento industrial iniciado a partir do final do século XIX.

Cultura, Lazer, Turismo e Desportes (SECULTD) elabora o discurso sobre o lazer nos espaços de igarapés?

As produções nacionais e os diálogos aproximados, especificamente sobre os espaços de lazer, avançam no intento de analisar essas categorias conjuntamente com os processos de desenvolvimento da cidade.

O **objetivo geral** é realizar à análise do discurso do sujeito coletivo, a partir das intersubjetividades das formas de lazer e da apropriação do saber ambiental, bem como das experiências culturais ocorridas nos igarapés.

Os **objetivos específicos** são: a) interpretar os discurso dos sujeitos coletivos sobre o lazer nos igarapés em Santa Izabel do Pará; b) analisar as falas verbalizadas que constroem a identidade cultural e os saberes ambientais das pessoas na localidade; c) descrever os igarapés a partir dos debates sobre os espaços e equipamentos de lazer que ajudam a construir a marca identitária do município de Santa Izabel do Pará como a 'cidade dos igarapés'; d) mapear os igarapés que possuem maior referência no município; e) relacionar o discurso da SECULTD diante da garantia do direito social ao lazer em espaços de igarapés com os discursos dos habitantes ou visitantes.

A **hipótese** assumida é de que o lazer oriundo dos espaços de igarapés pode construir representações e saberes próprios da comunidade local, identificados através do discurso dos sujeitos sociais que formam um coletivo. Estes discursos são enriquecidos pelas experiências vivenciadas, demarcando transformações nas identidades culturais.

A reflexão sobre os espaços sociais do lazer consolida a possibilidade de ampliação de novos debates, partindo do aprofundamento investigativo sobre as relações culturais emergentes de comunidades que vivem ao entorno dos igarapés. Há também a perspectiva de a pesquisa trazer outros saberes, oriundos dos impactos promovidos pelo desenvolvimento urbano e da permanência de áreas ambientais.

No intuito de justificar a pesquisa, consideramos a importância de interpretar os processos sociais que envolvem as vivências de lazer e as relações dos sujeitos com o ambiente, principalmente quando se trata da Amazônia, onde os elementos naturais estão ainda presentes no dia a dia e dialogam com as relações interpessoais, assim como as relações existentes entre o ser humano, o trabalho e a natureza, através de contínuas transformações.

A importância teórica deste trabalho é fomentar as relações do lazer e a identidade cultural transformados historicamente, socialmente e economicamente pelo avanço urbano, pelos desmatamentos e pelas contaminações dos recursos hídricos em espaços de igarapés.

Alienar-se deste processo de debates é o mesmo que aceitar todas as decisões quanto à construção de espaços públicos e equipamentos sem compreender os discursos dos sujeitos que possuem identidade direta com o meio ambiente.

A pertinência da investigação proposta consiste na relação direta que existe entre o lazer e as transformações ocorridas na construção das identidades culturais de comunidades que residem nas proximidades dos igarapés de Santa Izabel do Pará. Há de se considerar como as mudanças trazidas pelo desenvolvimento urbano e a privatização interferiram nas inter-relações pessoais e nos saberes ambientais.

Os motivos que nos aproximaram da realização da pesquisa possuem dois movimentos, mediados pelo caráter pessoal e pelo caráter profissional.

O primeiro movimento envolve as memórias e a história do Ser (pessoa/pesquisa). Consideramos relevante que a pesquisa científica consiga estabelecer diálogos com as experiências vivenciadas culturalmente ao longo do tempo e suas transformações. As informações obtidas no decorrer da pesquisa consideram os processos sistematizados, conseguindo apropriar-se das informações coletadas e percebê-las dentro de seu contexto cultural.

No caso do estudo ora apresentado, o diálogo e a intencionalidade são mediados pelas memórias empíricas e pelas experiências culturais da infância nas matas e igarapés amazônicos.

As memórias do tempo de criança/adolescente remetem aos processos de diversão em igarapés. Havia, entre as décadas de 1970 e 1980, diversos igarapés acessíveis ao público. No percurso de deslocamento na estrada, quando se transitava entre os municípios, podia-se parar e banhar-se nos igarapés. Eram áreas abertas que se encontravam à beira das estradas. Suas águas geladas tinham a cor de jaspe sob a luz do sol e, de tão cristalinas, podia-se ver seu fundo.

Essa cultura era evidenciada também nos municípios próximos a Belém, com crianças e adultos compartilhando juntos o igarapé, um espaço de subsistência

para as lavadeiras e, ao mesmo tempo, de lazer e de brincadeiras para os pequenos.

Existia uma sincronia entre os momentos de lazer e de trabalho que ressignificava o tempo de brincar e o tempo laboral. Para as crianças, o auxílio doméstico na lavagem de roupas confundia-se com os momentos de diversão nos igarapés. Não dava para distinguir estes tempos de maneira cronológica; a passagem de um para o outro era quase instantânea.

A partir das transformações e do desenvolvimento urbano, com a pavimentação asfáltica das estradas, observamos que esses espaços gradualmente foram sendo perdidos, extintos ou poluídos. No entanto, ainda existem municípios que possuem áreas com igarapés, mas necessitam de estudos para nortear as políticas públicas voltadas à sua manutenção.

O segundo movimento está alicerçado em aspectos profissionais, relacionados à docência universitária na Universidade do Estado do Pará (Uepa), nas áreas de conhecimento Lazer, Ludicidade e Cultura. Academicamente, produzimos estudos e pesquisas voltados à reflexão sobre espaços e equipamentos de lazer. A vivência docente permitiu viagens para os municípios do interior do estado do Pará e ampliou nossos olhares sobre a imersão do conhecimento no assunto abordado nesta pesquisa.

Atuando como coordenadora do projeto de extensão Laboratório de Atividades e Pesquisas Lúdicas na Amazônia Paraense (Laplamp), estamos em vias de instituir o Grupo de Pesquisa em Ludicidade e Lazer, cujo fim é consolidar os estudos teórico-científicos voltados aos espaços e equipamentos de lazer na Amazônia paraense, possibilitando a ampliação dos debates sobre o planejamento responsável da cidade.

Aliado às considerações contidas no parágrafo anterior, chamou-nos a atenção um documentário regional veiculado no Programa do Bacana,⁴ que tratava dos processos de transformação de igarapés em balneários, com modificações nos espaços sociais e a instalação de equipamentos para fins de mercantilização do lazer.

⁴ Em 2003, o Programa do Bacana iniciou com a cobertura de diferentes tipos de eventos empresariais ou festivos. Porém, foi reformulado com o tempo, passando a exibir entrevistas com políticos ou empresários, profissionais liberais ou artistas. Outra característica do programa são as matérias de turismo do Bacana Tur. É exibido aos domingos, às 20h30min, na RBATV, afiliada Band no Pará. *Home page* disponível em: <https://bacana.news/programa-bacana>. Acesso em: 20 set. 2020.

Nesse sentido, o espaço social de lazer nos igarapés, antes democratizado e de práticas culturais livres, passou a incorporar a lógica mercadológica, fazendo com que os sujeitos passassem a consumir o lazer e a alugar os equipamentos (boias, câmaras de pneus e outros) para sua diversão.

Outro fator que nos conduziu a pesquisar o lazer nos igarapés foram as observações realizadas durante nossa pesquisa de mestrado, em 2008, que nos revelaram espaços de igarapés totalmente contaminados no município de Tucuruí, devido ao processo de urbanização da cidade.

Esses dois movimentos nos aproximaram do tema ora pesquisado, cujo aporte teórico possibilita a ampliação dos debates sobre estudos de lazer alinhados à identidade cultural e transversalmente perpassados pelos saberes ambientais.

Buscamos, através do estado de conhecimento, imergir nas produções existente que envolvem a temática da tese, a fim de refletirmos sobre os debates que surgem no solo brasileiro.

O estado do conhecimento, ou estado da arte, é definido como um estudo de caráter bibliográfico com o fim de realizar o mapeamento quali-quantitativo das produções acadêmicas existentes a respeito de um tema específico em uma determinada área, procurando responder quais os aspectos e as dimensões privilegiados em determinado período e local (FERREIRA, 2002).

O conhecimento das produções em estudos do lazer pode ser mensurado partindo-se da compreensão de onde houve maior avanço nos debates, mesmo quando considerados os diferentes contextos do campo a ser investigado. Nesse sentido, o estado do conhecimento nos permite observar o desenvolvimento dos debates e descobrir os assuntos e as diferentes bases teóricas que têm alicerçado as discussões sobre determinada área.

Isayama e Melo (2014) esclarecem que as pesquisas realizadas em periódicos científicos, além de cumprirem uma função de definição, também legitimam o campo de estudos do lazer, frisando que se trata de um campo de interesse para pesquisadores de diferentes áreas, como educação física, turismo, sociologia, antropologia, administração, economia, entre outras.

O estado do conhecimento deve servir não somente para constatar o que se está publicado/pesquisado mas também para compreender que o movimento transformacional da pesquisa consolida frentes de lutas às estruturas que fundam o

projeto capitalista, avançando no caráter interdisciplinar dos debates sobre o direito ao lazer em suas diferentes linhas de pesquisa no Brasil.

O direito social ao lazer também é tema de pesquisas produzidas nas pós-graduações, dando visibilidade aos debates e discursos que surgem dos sujeitos sociais que colaboram com a sua construção.

Este é um papel fundamental para o pesquisador: o de fazer ouvir as vozes de uma comunidade, de um grupo social ou de um grupo de cidadãos, demarcando sua história, sua cultura, sua identidade, seu contexto e suas experiências vividas, ou seja, tudo aquilo que os constitui em sua dimensão humana.

As produções que fundamentam este trabalho vislumbram a defesa do lazer enquanto direito humano, portanto voltado às dimensões social, histórica, cultural, política, econômica, psicológica, filosófica e ecológica. Por possuir essa amplitude, diferentes autores se debruçam sobre o tema, visando consolidar os debates deste fenômeno, que se iniciou no final do século XIX.

Realizamos um breve levantamento das produções do conhecimento que envolvem a integração das principais categorias da pesquisa, qual sejam: 'espaços de lazer', 'identidade cultural', 'igarapés' e 'comunidade', dando visibilidade àquilo que já foi construído sobre o tema da tese.

Nosso foco foi voltado às produções *stricto sensu* (teses), assim como aos artigos publicados em periódicos que tratam especificamente sobre o lazer no Brasil. Para isso, utilizamos como base de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Também foram realizadas pesquisas nos repositórios de dois periódicos específicos sobre o lazer: a Revista Brasileira de Estudos do Lazer (RBEL) e a Revista Licere.

Delimitamos o período de pesquisa entre os anos de 2015 e 2019.

Dentre os fatores que contribuem para a produção científica no Brasil, os Grupos de Pesquisas vinculados a instituições de educação superior (IES) promovem o avanço de debates críticos e permitem diálogos sustentáveis, com aportes teóricos contextualizados com as realidades sociais.

A dinâmica das produções escritas também está diretamente relacionada à distribuição dos Grupos de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre suas atribuições, o CNPq fomenta a pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Isso implica a necessidade de formação profissional qualificada para o desenvolvimento da pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento, cujos resultados validam o desenvolvimento e o reconhecimento das produções e dos pesquisadores brasileiros perante as instituições nacionais e a comunidade científica internacional.

Os resultados desse breve levantamento demonstram como essas categorias estão distribuídas pelas pesquisas, levando em conta o tema da tese e a região em que foi produzida. Ao realizar a busca diretamente no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, recorreremos ao auxílio do filtro de dados.

Os resultados preliminares, considerando-se todos os descritores, ratificam e ampliam que as pesquisas envolvendo espaços de lazer possuem áreas de conhecimentos voltadas à arquitetura e urbanismo, ao turismo, à antropologia, à educação, à educação física, à ecologia, à zoologia e às geociências.

Considerando-se as regiões brasileiras que se dedicam às pesquisas envolvendo os descritores citados, observa-se que em todas elas há produção sobre a temática: Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-oeste. Em ordem decrescente, a Região Norte possui sete grupos de pesquisas, considerando-se os diferentes descritores, seguida pela Região Nordeste, com cinco grupos, e após vêm a Região Sudeste, com quatro grupos, a Região Centro-oeste, com dois grupos; e, por fim, a Região Sul, com um grupo.

Quanto às instituições-sede dos grupos, observa-se uma predominância das Universidades Federais (12), dos Institutos Federais (2) e das Universidades Estaduais (2). Esse dado demonstra claramente a necessidade de as esferas governamentais estaduais investirem de modo mais substancial em pesquisas científicas, subsidiando as unidades administrativas no que diz respeito aos processos de desenvolvimento do Estado, através dos mecanismos de responsabilidade social, cultural e ambiental.

Considerando-se que nossa pesquisa está centrada na Região Norte, observa-se que, apesar de possuir sete estados, há somente dois grupos de pesquisa sobre os descritores utilizados neste trabalho: Pará e Amazonas.

Outro indicador que nos chama a atenção é a concentração de pesquisas na esfera pública federal, haja vista não haver grupos de pesquisa na Universidade

do Estado do Pará que estejam voltados a estudar os espaços de lazer, a identidade cultural e os saberes ambientais.

No decorrer desta tese, fortalecemos nossa preocupação com a posterior possibilidade de criar um grupo de pesquisa na Uepa, para consolidar os estudos sobre lazer tendo como linha de pesquisa os espaços e equipamentos de lazer, com o intuito de privilegiar os diálogos contextuais que envolvem as unidades administrativas e os municípios do estado do Pará.

É relevante observar que o tema da presente tese necessita alinhar as possíveis contribuições a respeito dos temas 'espaços de lazer e igarapés' e 'lazer e identidade cultural', visto que os focos dos grupos de pesquisa brasileiros não dialogam diretamente com a matriz proposta neste estudo. Diante disso, impõe-se o desafio de ampliar os debates sobre as vivências nos espaços de lazer e a identidade cultural em igarapés.

Dando continuidade, enquanto apontamentos preliminares, passamos a considerar as publicações que envolvem os descritores da pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na BDTD, bem como nos periódicos específicos de estudo do lazer: Licere e RBEL.

Os bancos da Capes e da BDTD possibilitam o acesso a pesquisas de pós-graduação *stricto sensu*, dando visibilidade à saturação de determinados temas, ao passo que os repositórios dos periódicos dão acesso aos estudos científicos produzidos no Brasil. A contribuição trazida pelos bancos de dados e pelos repositórios dos periódicos nos facilitou o levantamento de pesquisas que tratam da relação entre as categorias da presente tese, demonstrando ainda a necessidade de ampliarmos os estudos que versam sobre o lazer em espaços de igarapés e sobre a relação entre o lazer e a identidade cultural.

Percebemos que as categorias 'lazer', 'identidade cultural' e 'igarapés', quando tratadas isoladamente, figuram em inúmeras pesquisas, mas, ao integrá-las, constatamos a insuficiência de pesquisas que pudessem contribuir para o debate. Desse modo, nossa pesquisa possui relevância social para posteriores discussões acadêmicas.

A escolha das revistas Licere e RBEL se deu em virtude de ambas serem periódicos nacionais com aprofundamento na temática do lazer, em diferentes linhas de pesquisa, o que nos permitiu aquilatar os avanços dos estudos científicos e as tendências teóricas discutidas academicamente.

A revista *Licere* é um periódico trimestral vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG, e suas submissões são de fluxo contínuo, com publicações que discutem interdisciplinarmente o lazer em suas múltiplas dimensões e alinhadas à divulgação do conhecimento da área, além de contribuir com estudos e experiências (ISAYAMA; MELO, 2014).

A revista *RBEL* é um periódico quadrimestral vinculado à Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos do Lazer (Anpel) com a premissa de divulgar as produções nacionais e internacionais em estudos do lazer.

Assim, os periódicos escolhidos estão comprometidos com o aprofundamento e a difusão de pesquisas voltadas ao estudo do lazer, em seus diferentes matizes, promovendo o caráter interdisciplinar que permeia nossa tese.

Para o levantamento do estado do conhecimento, após a pesquisa digital, construímos onze quadros, que se encontram no Apêndice A, demonstrando o levantamento de todas as publicações, com seus respectivos títulos, instituições, anos, áreas de conhecimento e autor(es).

A organização do espaço de uma cidade está relacionada às forças econômicas e políticas, apresentando diferentes contrastes de enfrentamento. O espaço vivenciado, portanto, é social, político e econômico. Ele não se reflete somente na arquitetura e no urbanismo, mas também em suas formas de uso. Assim, torna-se importante compreender os aspectos sociais, históricos e culturais relativos ao espaço do lazer, sempre refletido pela matriz ideológica (PELLEGRIN, 2004).

Esse eixo temático, que pode ser considerado pelo binômio espaço de lazer/cidade, apresenta formas diversificadas, a depender do ponto de vista de diferentes pesquisadores e de suas respectivas áreas de estudo: geografia, arquitetura, urbanismo, educação, educação física, antropologia, entre outras. Está ligado também aos processos de planejamento urbano e, portanto, aos processos de governabilidade.

Em nossa pesquisa, tratamos de ampliar o olhar sobre os espaços sociais de lazer em igarapés, excedendo a mera descrição de suas estruturas, a fim de trazer também as falas carregadas de desejos simbólicos e ansiosas por melhorias nas comunidades que vivem em seu entorno, permeadas pela identificação cultural e pelos saberes construídos diariamente nessa relação imbricada entre lazer, identidade e igarapés.

As produções científicas em nível de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado) demonstram que as IES federais têm se sobressaído em relação às IES estaduais e privadas, bem como às associações, considerando-se os descritores escolhidos. Esse resultado é o reflexo de muitas variáveis.

Compreende-se que as produções acadêmico-científicas trazem retornos sociais que necessitam de reconhecimento dentro da esfera governamental, pois demonstram a seriedade com que as IES públicas produzem conhecimentos.

No Jornal da USP, foi publicado um relatório de coleta, entre os anos de 2003-2018, descrevendo o cenário ascendente das produções científicas no Brasil, em que pese o temor dos cortes orçamentários. Esses dados contradizem as falas do Governo Federal, que acusa as universidades públicas de não fazerem pesquisa (ESCOBAR, 2019).

Para além do problema dos cortes orçamentários, faz-se necessário que as produções de teses de IES brasileiras possam ser utilizadas para a promoção de debates entre os pesquisadores e a equipe técnica que trata da gestão governamental, considerando suas diferentes esferas (federal, estadual ou municipal). A pesquisa precisa ser consolidada para além dos muros universitários.

Hibbins (2020), em pesquisa sobre alunos de pós-graduação em lazer/gestão do lazer, dedicou-se a estudar o grau de continuidade profissional desses sujeitos e concluiu que grande parte dos estudantes seguiram a carreira acadêmica após a defesa de suas teses, muito embora se sentissem insatisfeitos com as expectativas na área de estudos do lazer, devido ao pouco avanço na carreira acadêmica. Essa compreensão estava alinhada aos poucos fundos de investimento para a pesquisa em lazer.

Durante a construção da presente tese, fomos tomadas pela inquietude a respeito de como os dados analisados poderiam contribuir para o desenvolvimento local do município.

Os desdobramentos de pesquisas em lazer e, no nosso caso, sobre os espaços de lazer em sua relação com a identidade cultural e os igarapés, além de outras linhas de pesquisas, precisam avançar em diálogos mais permanentes com os gestores que pensam a cidade. As intuições de cunho propriamente acadêmico, como a UFPA, requerem a promoção de cursos de mestrado e doutorado em estudos do lazer através de parcerias institucionais, a fim de dar continuidade à formação de profissionais no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Os estudos voltados aos espaços de lazer, ao lazer e cidade e ao lazer e meio ambiente atingiram seu ápice em 2017, ano em que houve significativo número de publicações demonstrando a preocupação científica em estudar as relações existentes sobre o assunto. Posteriormente, houve uma involução, e esse fator de oscilação pode se relacionar às mudanças de investimento do Governo Federal no desenvolvimento das cidades no Brasil.

Nossa contribuição com a presente pesquisa procura trazer reflexões sobre como a comunidade pode, através de seu discurso, colaborar para pensar a cidade – neste caso, o município de Santa Izabel – considerando aspectos específicos, que estão relacionados ao lazer, à identidade cultural e à conservação dos igarapés.

Rechia (2007) afirma que a cidade de Curitiba, PR, desenvolveu sua identidade cultural por meio do planejamento urbano voltado à construção de parques, com preocupações ambientais, o que mudou também as formas de ver e fazer uso desses espaços. Essa transformação é marcada pelo planejamento dialógico com as dimensões da cultura, do lazer, do esporte e da preservação da natureza.

Para haver possibilidades de transformação, é necessário o enfrentamento do modo como são construídos os planejamentos urbanos, a maior parte deles feita sem diálogo com as comunidades, nem consulta a pesquisas embasadas em dados científicos.

Harvey (2013) também apregoa que a discussão sobre o direito à cidade não se exaure no direito de acesso a espaços e bens oferecidos a partir da urbanização. De modo amplo, segundo o autor, possuímos o direito de mudar em direção à obtenção de um pertencimento construído qualitativa e coletivamente.

A ideia de pertencimento a um local envolve subjetivamente os membros de uma mesma comunidade, sobre a qual possuem sentimentos e depreendem significados que evidenciam sua própria cultura. Assim, as possibilidades das publicações que tratam do estudo sobre espaços de lazer/cidade e lazer/meio ambiente desdobram-se em conhecimentos locais, servindo como meios para as transformações necessárias ao desenvolvimento urbano zeloso da natureza e da identidade cultural da comunidade.

As áreas de conhecimento que mais se destacaram no estudo sobre 'espaços de lazer' e 'lazer e cidade' estão concentradas na arquitetura e urbanismo,

na educação física, na educação e na geografia. Outras áreas de conhecimentos aparecem com índices mais modestos: sociologia, psicologia, história, ciências ambientais e saúde coletiva.

No entanto, a área de educação física foi a que apresentou maior regularidade, com trabalhos pertinentes a todos descritores, incluindo 'lazer e meio ambiente'. Cumpre esclarecer, porém, que os dados dizem respeito apenas às teses; não elencamos os periódicos, por se tratar de publicações específicas em estudos do lazer, ambas pertencentes à área de educação física.

Observa-se, pelas áreas de conhecimento obtidas neste breve levantamento, a dinâmica interdisciplinar existente no debate sobre o estudo do lazer. Assim, pensar os espaços de lazer transforma-se em desafio, devido à inevitabilidade de consultar diferentes áreas de conhecimento, ampliando nossas discussões sobre o tema em questão.

Na análise dos títulos e resumos, chamaram nossa atenção alguns trabalhos que tratam da mesma linha de pesquisa e/ou possuem temas próximos ao do nosso estudo, sobre os quais discorreremos nos parágrafos a seguir.

Sydom (2017) compreende que os espaços e equipamentos de lazer são propícios ao convívio social, promovendo o desenvolvimento global dos cidadãos de todas as idades, tendo em vista a qualidade de vida. O autor considera a necessidade de ouvir os cidadãos para pensar a cidade, chegando à conclusão de que a cidade precisa ampliar seus espaços e atividades, bem como manter os equipamentos em bom estado de uso.

O estudo de França (2017) explora as matrizes de construção do espaço de lazer Portal da Amazônia, em Belém, PA, e o modo como este processo implicou perdas aos seus moradores, além da disputa entre diversos setores da sociedade (público, civil e privado). A reestruturação do espaço, com o fim de obter retorno econômico, provocou a insatisfação de seus moradores, pois estes não obtiveram o que lhes fora prometido, como as residências e a infraestrutura de saneamento. Atualmente, esta área de lazer, entre outras dificuldades, enfrenta a falta de estrutura adequada ao clima, além da ausência de banheiros e de segurança.

Silva (2015) apresenta o espaço como um lugar de interações sociais, portanto um lugar de encontros. Procura, a partir do Parque da Jaqueira e do Calçadão da Boa Viagem, em Recife, PE, abordar as relações entre sentidos e significados para as pessoas que usufruem destes locais. Conclui pela importância

de maior investimento público na melhoria das estruturas existentes, a fim de prover os benefícios a que os frequentadores almejam.

Segundo Stucchi (1997), é primordial que a ampliação do debate sobre os espaços de lazer considere a existência dos elementos espaço/tempo/consciência como parte do contexto sociocultural, ou seja, pensar o espaço requer a compreensão de que ele está alinhado a dimensões diferentes, entre sentidos e significados que se transformam social e culturalmente.

A análise dos espaços de lazer requer abordagens interdisciplinares que ultrapassem a visão produtivista e estrutural daquilo que é palpável ou finalizado. A questão dos espaços de lazer dialoga com aquilo que é sentido e, portanto, possui amplo significado a partir do contexto sociocultural, tangendo também a dimensão das relações intra e interpessoais.

O espaço também tem a ver com o movimento contínuo de transformações da sociedade e com a tomada de consciência democrática sobre os necessários enfrentamentos em favor de elementos que façam com que seja compreendido como espaço urbanizado (MARCELLINO, 1983).

Importante frisar que a busca por produções acadêmicas para a construção do estado do conhecimento nos favoreceu porque permitiu um breve levantamento de estudos de diferentes áreas de conhecimento, ao fim do qual se revelou a importância de nossa pesquisa, em razão do seu ineditismo. Além disso, contribui para que pesquisadores se voltem aos estudos dos espaços de lazer sob outras óticas, partindo das relações observadas nos descritores.

Cabe ressaltar que, durante o levantamento, optamos também por utilizar os descritores individualmente, na tentativa de obter resultados relevantes para a pesquisa, mas sem sucesso.

A título de exemplo, utilizando o termo 'igarapés', obtivemos 474 produções, cujas abordagens, no entanto, estavam voltadas à constituição do habitat e à composição taxionômica; às táticas reprodutivas de peixes; à ictiofauna dos igarapés; aos macroinvertebrados aquáticos, aos efeitos do assoreamento, entre outros temas. Estes estudos pertencem às áreas de conhecimento em história, ciências ambientais, zoologia ou ecologia aquática, que não se relacionam em nenhum momento com a intencionalidade de nossa pesquisa.

Apesar da existência de outras publicações que dialogam de algum modo com o tema geral de nossa pesquisa, as autoras citadas estão mais próximas dos

debates encetados no presente estudos, e os resultados obtidos na pesquisa digital consolidam a relevância do tema desta tese, pois demonstram claramente a ausência de estudos interdisciplinares sobre o lazer e a relação do lazer em igarapés na relação com a identidade cultura.

Essa triangulação do conhecimento para o estudo do lazer precisa ser refletida quando se trata do desenvolvimento de saberes nas comunidades locais do município em estudo.

A fim de organizarmos o presente estudo foi distribuído em cinco seções com as seguintes abordagens:

A primeira demarca o percurso metodológico da pesquisa, esclarecendo todos os procedimentos sistematizados que nos permitiram construir os conhecimentos científicos apresentados no estudo, cujas bases teóricas estão fundamentadas em Lefrève e Lefrève (2000), relacionado ao discurso do sujeito coletivo; Massukato-Nakatani (2009), no tocante à amostragem em pesquisa social; Minayo (2012), no que tange ao processo de observação na pesquisa social; Moro (2011) para a construção das dimensões a serem analisadas na observação dos espaços de lazer.

Nesta seção, também se encontra o sistema para avaliação qualitativa de espaços de lazer em igarapés que serviu à coleta de dados para a observação qualitativa dos espaços sociais de lazer em igarapés; o registro de imagens paradas e o discurso do sujeito coletivo.

A segunda seção foi construída a partir da análise bibliográfica dos processos historiográficos que constituíram o *lócus* da pesquisa: o município de Santa Izabel do Pará, permitindo-nos realizar uma imersão no contexto em que o município foi construído. As formações étnicas dos povos refletem-se nas influências culturais e econômicas que consolidam o desenvolvimento urbano e rural.

Partindo dessa premissa, são apresentados o plano diretor da cidade e as leis voltadas à organização, ao planejamento e à salvaguarda dos recursos naturais e culturais de Santa Izabel do Pará.

A terceira seção apresenta aspectos de análise dos espaços de igarapés a partir da rota das águas realizadas nos três distritos do município de Santa Izabel do Pará. Com o levantamento realizado pode-se apresentar as imagens dos igarapés nas comunidades compreendendo as observações das dimensões

morfológicas, funcionais, socioeconômicas e ambientais a partir das estruturas e equipamentos.

Consideramos nesta seção a análise de imagens paradas que traz em sequência a análise simbólica, a representação de sentidos, e ao final de cada análise realizada por distrito apresenta o confronto crítico. Este, por sua vez, traz a discussão das realidades encontradas frente as bases teóricas de pesquisadores do lazer.

A quarta seção analisa os discursos dos sujeitos coletivos a partir do resultado das entrevistas, apontando diferentes aspectos da compreensão do lazer nos igarapés e a relação com a construção identitária cultural dos moradores e visitantes refletidas frente as matrizes teóricas de pesquisadores sobre lazer e identidade cultural.

Nossas conclusões trazem o enfrentamento crítico sobre o lazer e identidade cultural nos igarapés considerando a necessidade de uma visão democrática do direito social. Nela procuramos responder à questão central e as questões que nortearam nossa pesquisa, seus objetivos e a hipótese.

A construção conclusiva é alinhada sobre os espaços sociais, lazer e identidade cultural na perspectiva de desenvolvimento sustentável na comunidade.

Os resultados apontam a necessidade de ampliarmos os debates de lazer e saberes ambientais, através da imersão e compreensão historicamente e culturalmente constituída que refletem nos processos de urbanização das cidades.

Há no século XXI uma polarização da visão entre o ambiente natural e o ambiente econômico. A resistência da perda dos diferentes saberes ambientais que se encontram em risco de extinção é um dos fatores que nos permite refletir criticamente sobre como os processos alienatórios são contínuos em nossa sociedade.

Precisamos trazer à tona os discursos dos habitantes não somente enquanto verbalizações sociais estratificadas, mas principalmente no intuito de compreendermos a importância de dialogarmos com o futuro respeitando os saberes constituídos pela comunidade e sua relação com o ambiente em que vive.

2 A PROPOSTA METODOLÓGICA OCORRIDA NAS ROTAS DAS ÁGUAS EM SANTA IZABEL DO PARÁ

No desenvolvimento da pesquisa, preocupamo-nos em analisar os espaços de igarapés em sua integração ambiental, bem como em refletir sobre os discursos dos sujeitos coletivos, em estreita relação com as práticas de lazer nos igarapés e as transformações culturais advindas das vivências diárias no contexto da Amazônia paraense que favorecem a construção identitária.

Considerando a existência desses processos para a construção do conhecimento do ser humano, valemo-nos da pesquisa social para subsidiar a rede de sistematização das realidades sociais do campo a ser estudado com caráter essencialmente qualitativo.

A pesquisa procurou trabalhar com a qualificação dos resultados, que, segundo Sampieri *et al.* (2006, p. 8), “[...] utiliza o recolhimento dos dados sem medição numérica [...]”. Como a comunicação e a linguagem possuem sentidos próprios, partimos das experiências e convivências de lazer nos igarapés para analisar os constructos identitário-culturais no município de Santa Izabel do Pará.

A pesquisa qualitativa não busca a quantificação, que resulta em dados percentuais ou gráficos estatísticos. Antes, procuramos analisar a essência da intersubjetividade expressa nos discursos dos sujeitos que ressignificam suas práticas sociais de lazer em igarapés no Pará.

O universo da produção humana se resume nas relações de representatividade e intencionalidade, sendo estas os objetos da pesquisa qualitativa, as quais dificilmente poderiam ser reproduzidas quantitativa ou estatisticamente, pois têm como fonte a intersubjetividade dos sujeitos sociais (MINAYO, 2012).

A pesquisa qualitativa também procura descobrir os códigos sociais por meio da análise da comunicação, dos símbolos e das observações sobre o objeto pesquisado, com vistas a valorizar, interpretar e compreender os dados obtidos e articulá-los com teorias que possam fundamentar os fatos sociais observados.

Para realizar o estudo consideramos a adoção da Abordagem Multimetodológica (AMM), por utilizarmos como métodos analíticos a observação qualitativa de espaços de lazer, a análise de imagens paradas e o discurso do sujeito coletivo.

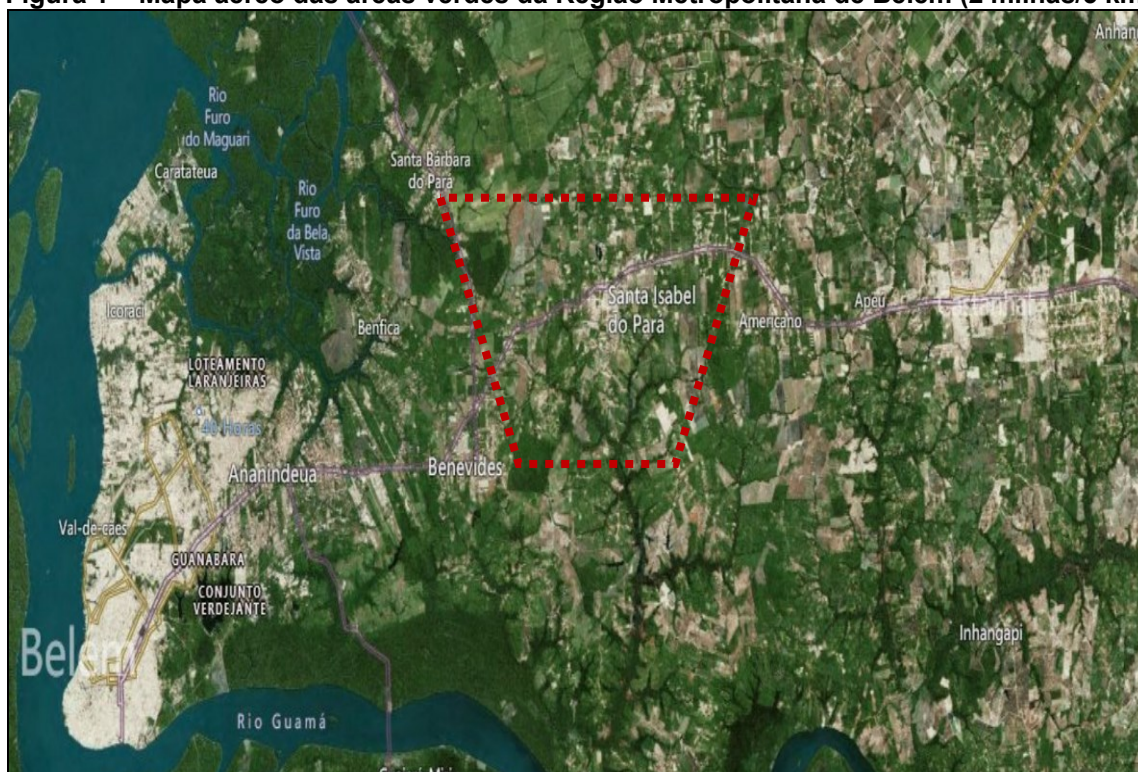
AMM considera que não existe um método específico mais apropriado que outro, pois todos possuem falhas e vantagens. A utilização de diferentes métodos em uma mesma pesquisa compensa as eventuais fragilidades de cada método tomado individualmente. (IGLESIAS E ALFINITO, 2006)

Podemos considerar que a AMM possibilita uma maior confiabilidade nos resultados, em virtude da síntese de diferentes faces do mesmo fenômeno. Não se trata de dados interdependentes, mas de diferentes métodos sistematizados sobre o mesmo objeto de estudo.

Elegemos para a realização da pesquisa um dos municípios da Região Metropolitana de Belém. Existe a rede que forma a conurbação dos sete municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara, Santa Izabel do Pará e Castanhal.

Alguns desses municípios caracterizam-se por seu desenvolvimento urbano, marcado por perdas de áreas verdes e contaminação hidrográfica, como é o caso de Belém. No entanto, há municípios que se encontram ainda em desenvolvimento urbano, portanto com suas áreas verdes preservadas e a natureza sem grandes transformações.

Figura 1 – Mapa aéreo das áreas verdes da Região Metropolitana de Belém (2 milhas/5 km)



Fonte: Imagem captada pela pesquisadora do Earthstar Geographics SIO, @ 2020 acessado pelo MicrosoftBing (2020).

Na Figura 01, percebe-se que Belém, Ananindeua e Marituba possui áreas mais urbanizadas do que reservas naturais. Os outros municípios, apesar da existência de áreas urbanizadas, ainda conservam áreas de vegetação significativas.

O município de Santa Izabel do Pará, lócus de nossa pesquisa, é reconhecido como a 'cidades dos igarapés' e possui grande apelo turístico, em virtude de a maior parte de suas águas ainda ser utilizada para banhos. É conhecido pelo seu roteiro de igarapés. O braço de rio, raso, transforma-se em paraíso de lazer para pessoas de diferentes faixas etárias.

Reconhecidamente, as águas geladas dos espaços de igarapés permitem experiências de lazer e vivências integrativas com a natureza de grande impacto na construção identitária.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Santa Izabel do Pará localiza-se a uma latitude 01°17'55" sul e a uma longitude 48°09'38" oeste, estando a uma altitude de 24 metros. Pertence à Região Metropolitana de Belém, distando 36 km desta capital. Possui uma área territorial de 717,662 km², registrada em 2019. A população de Santa Izabel do Pará foi estimada em 71.837 habitantes, segundo o IBGE (2020).

Tem como principal acidente geográfico o rio Caraparú, com uma extensão aproximada de 85 km, que nasce no distrito de Americano e deságua no rio Guamá (limite Sul do município). A bacia caraparuense se completa com os seguintes afluentes: Maguari, Itá, Mucuiambá e Jundiaí, com uma área aproximada de 380 km².

Em virtude de a rede hidrográfica constituir diversos braços de rios e de igarapés que não são de acesso ao banho, definimos como recorte da pesquisa os principais igarapés públicos que permitem experiências de lazer, os igarapés de uso particular/familiar e os particulares com fins privados.

O lema da cidade traz dístico "União e Labor", fazendo alusão à união para o trabalho e o desenvolvimento econômico. O atual prefeito de Santa Izabel do Pará é Evandro Barros Watanabe (2017-2020), do Partido Democratas (DEM). Ele foi reconduzido ao cargo após obter 46,94% dos votos para o período de 2021 a 2024.

O município é composto de três distritos: Sede, Caraparú e Americano.

A pesquisa considerou como recorte para a observação das localidades do município aquelas que prioritariamente possuíam maior alusão dos igarapés com

acesso ao público, como referência, e fossem promotoras de experiências de lazer, além das localidades com igarapés particulares, com fins familiares e privados.

As unidades de análise e as localidades escolhidas perfizeram oito grupos, a saber: Sede (Comunidade da Rua 5ª Nova [EcoPark Açaí, Balneário Amaveline]); Distrito Caraparú (Comunidade Uxiteua; Comunidade Porto de Minas; Comunidade Caraparú; Comunidade Espírito Santo do Itá; Comunidade São Francisco do Itá; Comunidade Conceição do Itá); Distrito Americano (PA-140 Km 5 [Lagoa Azul; Fazenda Nova Canaã]).

Priorizamos como sujeitos da pesquisa os moradores do município, em virtude de buscarmos as experiências de lazer e as relações identitárias culturalmente construídas. No entanto, não descartamos aqueles que visitavam os igarapés.

Optamos por entrevistar 66 pessoas que aceitaram contribuir com informações a partir da entrevista. Destas, 65 foram convidadas a participar da pesquisa, de diferentes localidades do município de Santa Izabel do Pará e diferentes faixas etárias, de 10 até 87 anos.

A participação de um servidor público da SECULDT visou estabelecer diálogos pertinentes entre os discursos da população em geral e a visão da gestão pública no tocante ao lazer em espaços de igarapés. Em virtude do número limitado de funcionários existentes na gestão desta Secretaria Municipal, obtivemos a contribuição de apenas um servidor. Não foi possível coletar o discurso do próprio secretário, devido ao momento de eleição política pelo qual o município passava na ocasião.

A quantidade dos sujeitos entrevistados está correlacionada diretamente à capacidade do Programa Discurso do Sujeito Coletivo Soft (DSCSoft), que permite o cadastro de 1.500 respostas ou 8 grupos.

A técnica delimitadora de amostragem não probabilística por acessibilidade foi utilizada para obter os dados da pesquisa junto aos sujeitos. Para Massukado-Nakatani (2009), trata-se de uma técnica por meio da qual os sujeitos da pesquisa são escolhidos pelo acesso, tornado possível a realização da pesquisa.

Nem todas as vezes é possível concentrar a população de nosso objeto de estudo, porém a acessibilidade de parte da população viabiliza a pesquisa (COSTA NETO, 1997).

Após a aplicação de todos os procedimentos legais para a coleta de dados, os sujeitos se dispuseram livremente a participar da pesquisa, destinando parte do seu tempo para contribuir com a coleta dos dados.

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram as seguintes:

- a) **a pesquisa bibliográfica**, permitiu o levantamento de obras e documentos existentes na Biblioteca Municipal e na Prefeitura, a fim de formar o acervo analítico desde a constituição do povoado até a sua transformação em município; bem como das leis municipais, do Plano Diretor e da Lei Orgânica do Município, para subsidiar os debates sobre o desenvolvimento da cidade e, portanto, dos igarapés como pontos turísticos, de lazer e de identidade cultural;
- b) **a observação qualitativa**, que, após a visita às comunidades com igarapés, favoreceu o registro e a avaliação qualitativa das estruturas e dos equipamentos contidos no instrumento de pesquisa *checklist*;
- c) **os registros de fotografias como documentos de pesquisa**, realizados por ocasião de nossas visitas às comunidades, para os quais utilizamos uma câmera fotográfica Nikon (15x optical zoom). Os registros fotográficos favoreceram a obtenção de informações documentadas imagneticamente.
- d) **a entrevista individual semiestruturada**, com a qual colhemos os discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés. Richardson (1999, p. 207) salienta que a entrevista “[...] é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas [...]”, ou seja, possibilita maior aproximação entre o entrevistado e o entrevistador.

Utilizamos como instrumento o guia de entrevistas semiestruturadas. Segundo Hernandez Sampieri *et al.* (2006, p. 597) “*Em las primeras entrevistas estructuradas, el entrevistador realiza su labor con base en una guía de preguntas específicas y se sujeta exclusivamente a ésta (el instrumento prescribe que ítems se preguntarán y em qué orden*”.

Neste caso, a entrevista semiestruturada foi formulada com perguntas para levantamento sócio-econômico e dez perguntas subjetivas, que levaram em consideração as experiências de lazer em espaços de igarapés e a construção identitária da comunidade a ser investigada.

A partir do guia de entrevistas semiestruturadas, mantivemos a fidedignidade das perguntas e as ordens sequenciais em que foram feitas.

O conjunto de documentos entregues aos entrevistados foi composto de: Carta de Apresentação e Agradecimento; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Maiores de 18 anos; e cópia do Guia de Entrevista. Ou, no caso de menores, de Carta de Apresentação e Agradecimento; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pais ou Responsáveis Legais; Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para Menores de Idade; e cópia do Guia de Entrevista.

Uma das vias foi entregue aos entrevistados, e a outra ficou em posse da pesquisadora, devendo ser incinerada 5 anos após a realização da pesquisa.

Como instrumentos de pesquisa, utilizamos um gravador de voz para registrar os diálogos, que foram posteriormente transcritos, e uma câmera fotográfica para captar as imagens dos igarapés.

Quanto ao aspecto de inclusão da pesquisa, optamos por incluir os sujeitos que moravam nas proximidades dos igarapés, pois possuem estreita relação histórica, social, econômica e cultural com os espaço e equipamentos de lazer.

Quanto aos aspectos de exclusão, foram eliminados apenas os sujeitos que não aceitaram assinar o TCLE.

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética através do cadastro na Plataforma Brasil. A participação dos sujeitos foi formalizada após prévia anuência e assinatura do TCLE e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) os quais possuíam o item de autorização de uso de imagens e gravação de voz para a pesquisa. Os dados foram transcritos e arquivados digitalmente.

Quanto aos riscos, além da possibilidade de desconforto em despender parte do seu tempo de trabalho ou lazer para responder às perguntas, o registro de imagem ou a gravação das respostas poderiam causara algum constrangimento adicional. Aparte isso, não foram observados quaisquer outros riscos significativos para os sujeitos.

Somente uma das entrevistadas optou por não ter sua entrevista gravada, mas aceitou participar.

Todos os entrevistados tiveram seus direitos garantidos e foram esclarecidos previamente através do TCLE e do TALE.

Quanto aos benefícios, a integridade dos dados obtidos foi preservada e o sigilo total dos participantes garantido. Os sujeitos foram informados de que poderiam desistir da participação a qualquer tempo e sem necessidade de nos dar satisfações, bem como de que seus dados poderiam ser posteriormente excluídos, caso desejassem. No entanto, nenhum dos entrevistados nos fez tais solicitações.

Outros benefícios estavam relacionados diretamente à pesquisa, como a difusão dos discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e suas experiências com a cultura local, fazendo com que os aspectos turísticos de Santa Izabel do Pará alcancem as mais diferentes regiões do Brasil, tanto no próprio estado do Pará como em outras unidades da Federação.

O procedimento para o desenvolvimento da pesquisa e da coleta de dados foi realizado em etapas distintas, a saber:

- **Primeira etapa:** visita ao município e à Prefeitura, a fim de dar entrada nas documentações necessárias à pesquisa. Essa etapa foi realizada no primeiro semestre de 2019. Após a autorização do prefeito Evandro Barros Watanabe, foi possível obter os documentos do Poder Público municipal que versavam sobre as leis turísticas e ambientais, o Plano Diretor e os mapas da cidade construídos em 2006. Alguns dos documentos foram obtidos diretamente no *site* da prefeitura, como as leis e o Plano Diretor, outros foram entregues à pesquisadora pela Secretaria de Obras, como os Mapas do Plano Diretor (2006). Nesta etapa, também procedemos ao levantamento de dados bibliográficos na Biblioteca Municipal Santa Izabel do Pará;
- **Segunda etapa:** aplicação da técnica de observação qualitativa nos espaços de igarapés, com a presença da pesquisadora *in loco* para registro da organização dos equipamentos de lazer. Para a aplicação da técnica, utilizamos o instrumento de pesquisa *checklist* (Apêndice L). Essa etapa foi realizada durante o segundo semestre de 2019 e visou à identificação dos igarapés e de suas respectivas localidades, bem como à obtenção de informações sobre as estruturas e os equipamentos existentes. Na ocasião, também foram registradas imagens para posterior análise;

- **Terceira etapa:** aplicação de entrevista semiestruturada versando sobre as experiências de lazer nos espaços de igarapé e seu significado para a construção da identidade cultural. A coleta ocorreu após a aprovação do protocolo de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, com o auxílio dos Guias de Entrevista, que se encontra nos Apêndices H, I, J e K. O documento foi composto de 17 questões, distribuídas na seguinte ordem: 6 perguntas objetivas, relacionadas ao perfil socioeconômico; 4 perguntas objetivas sobre aspectos relacionados ao uso dos igarapés e 7 perguntas subjetivas envolvendo o lazer, a identidade cultural e os igarapés. Ao total, foram cadastradas 1.122 respostas.
- **Quarta etapa:** lançamento de dados no Programa DSCSoft, seguido da análise dos dados obtidos.

As técnicas de análises de dados utilizadas foram pautadas em três sistemáticas: a observação qualitativa de espaços de lazer em igarapés; a análise de imagens paradas e o discurso do sujeito coletivo.

Consideramos que a produção de informações pode ser mais eficiente quando alinhamos procedimentos complementares.

2.1 TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO QUALITATIVA DE ESPAÇOS DE LAZER EM IGARAPÉS: EM BUSCA DE UM PROCESSO SISTEMATIZADO PARA ANÁLISE

A proposta comparativa entre diferentes formas de avaliação da qualidade de espaços públicos apresentada por Alves (2003) nos serviu como ponto de partida e referência para o desenvolvimento de uma matriz de observação dos espaços de lazer em igarapés.

As definições sobre a essência do que é ou como deve vir a ser o espaço público são objeto de diferentes debates. Conforme analisa Alves (2003), os contextos defendidos são alicerçados na tentativa descritiva de representar a cultura geográfica dentro dos pensamentos ideológicos existentes.

Se, no passado, estes espaços assumiam-se em grande parte como pontos essenciais da vida social e política, atualmente as suas funções recaem em componentes associadas ao recreio, ao lazer e ao ócio, muitas vezes com um consumo subjacente – seja cultural, seja desportivo, seja alimentar. (ALVES, 2003, p. 5).

A avaliação da qualidade dos espaços públicos foi ampliada para o âmbito das relações sociais que ocorrem durante o lazer, nos constructos culturais, esportivos e alimentares.

Durante a construção da pesquisa partindo da observação. Encontramos aporte para a elaboração nas bases teóricas de Mora (2009), Vaz e Saraiva (2007), Moro (2011), Cruz *et al.* (2012) e Cárdenas *et al.* (2020).

A contribuição dos autores versa sobre os espaços públicos, portanto nos permitiu traçar uma matriz de observação qualitativa que oportunizasse a apreensão das relações que ocorrem nestes espaços a partir de três fundamentos: a observação, a imagem e o discurso.

Para Moro (2011), a sistemática de análise deve estar pautada em três etapas: a definição do objeto de estudo e da unidade de análise; a definição das dimensões; e a identificação das variáveis para a constituição, ao final, da matriz de levantamento de dados. Em sua pesquisa, a autora tomou como objeto de estudo as áreas verdes (parques e praças) da cidade de La Plata, Argentina.

Na construção de uma análise sistemática da qualidade dos espaços urbanos “[...] incidem três aspectos de carácter geral que atuam como referência para a avaliação da qualidade ambiental: aspectos físico-natural; aspectos urbano-arquitetônico e aspectos sócio-cultural [*sic*]” (MORA, 2009, p. 7).

A ideia defendida hoje é a possibilidade de se promover o desenvolvimento sustentável levando em conta, implicitamente, conceitos múltiplos, que envolvem um olhar holístico, inclusivo, harmônico, saudável e gerador de identidades.

Vaz e Saraiva (2007) se propuseram a pesquisar a requalificação das águas no perímetro urbano, concluindo que o desenvolvimento urbano provoca impactos ambientais que necessitam ser pensados pela ótica da sustentabilidade. Segundo os autores, os indicadores de sucesso estão pautados em três indicadores gerais: o ecológico, o social e o econômico.

Cruz *et al.* (2005) compreendem que os espaços públicos de lazer devem servir de suporte para os moradores, tendo como norte a qualidade de vida da população. Portanto, o planejamento de áreas verdes, áreas livres e áreas construídas deve observar três parâmetros: a estrutura estética, os usos e a manutenção. Após a observação, deve-se realizar a ‘apreciação geral’, que consiste

na avaliação dos espaços públicos pela população, com o recolhimento de opiniões e sugestões subjetivas e detalhadas.

Cárdenas *et al.* (2020) defendem a análise de espaços públicos de esporte e lazer a partir da informação imagética, ou seja, do uso de imagens, para que a análise contextual se baseie não somente no discurso descritivo, mas também na interpretação visual daquilo que os espaços públicos de lazer possam apresentar.

Os aportes teóricos supracitados nos auxiliaram a reunir técnicas e elementos para a análise dos espaços de lazer em igarapés. Normalmente, encontramos instrumentos avaliativos de espaços públicos urbanos constituídos de elementos observáveis e mensuráveis, entretanto nossa premissa era construir um instrumento que nos permitisse realizar observações qualitativas por meio de um conjunto alinhado, para interpretarmos os resultados obtidos.

O primeiro passo foi compreender o que é o igarapé do ponto de vista do lazer, e isso demandou a aproximação com o ponto de vista de quem vai ao igarapé. Partimos, portanto, da função exercida pelos igarapés na cultura humana. Alguns questionamentos nos serviram de base para a sistematização: o que motiva os utentes a irem aos igarapés? Que percurso necessitam fazer para chegar ao local? O que influencia na sua escolha entre tantos igarapés? Quais as dificuldades encontradas? O que o igarapé oferece para usufruto do lazer?

Os igarapés paraenses possuem como atrativo principal as relações de identidade cultural, pois promovem a aproximação entre os usuários e a natureza. Nos municípios paraenses, são encontrados inúmeros igarapés, seja em áreas de mata, seja às margens das rodovias estaduais, próximos aos encostamentos, ou mesmo em bairros urbanos. Os espaços de igarapés servem ao lazer, sendo visitados nos fins de semana.

Conforme avaliação de Silvia Cruz no Diário Online de Notícias do Pará (IGARAPÉS..., 2017), os igarapés são “espaços de lazer no contexto amazônico”, ainda afirmou que esses espaços característicos do povo amazônico possuem recursos naturais e culturais com princípios de sustentabilidade e envolvimento comunitário, ricos em possibilidades de lazer e entretenimento, tanto para quem visita como para os próprios moradores.

A autora também apontou a necessidade de catalogar estes espaços e de definir critérios de avaliação para melhoria de sua infraestrutura e logística, a fim de criar guias turísticos para o estado do Pará.

Para Lüdke e André (2013), a observação é uma técnica de coleta de dados válida e fidedigna, desde que controlada e sistematizada. Para isso, faz-se necessária a realização de um planejamento cuidadoso. Dois fatores devem ser definidos com antecedência: 'o quê' e 'como'.

Em nosso estudo, 'o quê' está voltado aos espaços de lazer nos igarapés; e o 'como', ao processo de observação e à análise de documentos e entrevistas. Quanto ao observador, ele deve tomar alguns cuidados, quais sejam: aprender a realizar os registros de modo descritivo; separar os detalhes relevantes dos triviais; organizar as anotações; e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações.

Para a construção do guia de observação, pautamo-nos em duas bibliografias (MORO, 2011; FERNANDES, 2012), que nos permitiram constituir os aspectos a serem observados nos espaços visitados.

Para Fernandes (2012), após realizar amplo levantamento bibliográfico, o pesquisador deve estabelecer critérios de análise e indicadores que lhe permitam avaliar ambientes urbanos considerando a subjetividade da observação.

Estes critérios devem ser refletidos em concepções de busca da qualidade em espaços públicos nas quais os conceitos de 'público', 'sentido de lugar', 'identidade' e 'comunidade' se encontrem ameaçados ou negligenciem a garantia do direito de usufruto da população.

Após o método de observação qualitativa de espaços de lazer em igarapés, passamos à sistematização imagética, com possibilidades de facilitar a identificação como método complementar ao estudo.

2.2 IMAGENS PARADAS COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa com o uso de fotografias não é algo inovador, mas acrescenta à pesquisa social o registro de localidades, ações ou acontecimentos reais, portanto materializados. As fotografias podem ser empregadas como dado, haja vista a informação visual, no caso deste estudo, ser complementar à forma escrita e discursiva.

O registro de fotografias não está isento de problemas, pois pode vir a ser manipulado. Devemos considerá-las como representações de um complexo maior, já que as fotografias transmitem informações bidimensionais da realidade.

É possível elencar algumas limitações e vantagens da imagem fotográfica. De início, cumpre esclarecer que as imagens utilizadas passam pelo filtro do pesquisador, portanto trazem em si relações ideológicas. (LOIZOS, 2007).

As relações transculturais fatores que são levados em conta, pois, à primeira vista, pessoas não acostumadas às áreas amazônicas podem pensar que a cor amarronzada dos igarapés é estranha ou que suas águas são sujas, questionando como as pessoas podem nadar em um local assim. Ou, em sentido contrário, podem despertar a curiosidade para a beleza nativa e incentivar a visita aos espaços regionais.

Durante a pesquisa, o uso de imagens fotográficas nos auxiliou a perceber as mudanças históricas pelas quais passaram os igarapés, servindo de mote às discussões e aos debates sobre o lazer.

Devemos lembrar que o ato de fotografar pode ser marcado por alguns comportamentos característicos: a) pessoas sendo pegas de surpresa, o que denota um comportamento informal por parte dos sujeitos; b) pessoas que, percebendo que serão fotografadas, se ajeitam ou fazem poses que consideram adequadas ao contexto; c) o próprio fotógrafo solicitar que sejam mantidas posições específicas; entre outros.

Exemplificando: em nossa pesquisa, utilizamos o registro para fotografar os igarapés, a existência de equipamentos, a infraestrutura (interna e externa), os impactos ambientais e a sociabilidade entre os utentes – nos limites da permissão que nos fora dada pelo documento de autorização de uso de imagem.

O processo de análise das imagens fotográficas norteou-se pelas diretrizes de Penn (2007) e Cárdenas *et al.* (2020), que propõem o uso da fotografia como recurso de pesquisa.

É possível avaliar a qualidade dos espaços de lazer a partir dos registros imagéticos, “[...] tanto como técnica independente como instrumento complementar das metodologias existentes” (CÁRDENAS *et al.*, 2020, p. 672).

Penn (2007) afirma que a imagem é polissêmica ou ambígua e precisa ser acompanhada de algum tipo de texto para dirimir esta ambiguidade.

Pautadas pela defesa teórica da autora o procedimento de registro passou por cinco etapas especificadas, a saber:

- Identificação dos igarapés balneáveis, no que diz respeito às suas estruturas e aos seus equipamentos;
- Registro fotográfico;
- Escolha do material (fotografias com uma boa visibilidade e posterior arquivamento digital);
- Identificação analítica simbólica dos elementos contidos nas imagens simbolicamente representadas (descrição detalhada do que se vê na imagem que se encontram no corpo do texto). Foram escolhidas apenas algumas imagens paradas como representativas do todo.

As representações de sentido são os comentários que surgem a partir das referências qualitativas sobre a estrutura e os equipamentos, sob a ótica do lazer;

Confrontamento crítico é o cotejo entre as análises críticas advindas das imagens e as bases teóricas sobre as relações em espaços de lazer. Se faz no debate crítico e analítico consolidado a partir de bases teóricas sobre o lazer em comparação com as informações obtidas – tanto pela observação como pelo conjunto das imagens captadas no contexto da comunidade em geral.

A imagem é uma representação sobre o mundo produzida pela mente humana, portanto subjetiva, por se tratar da relação entre o sujeito e as representações simbólicas daquilo que está contido entre o significado e a produção de sentidos no espaço. Nesse viés, aquilo que se vê na imagem é uma representação parcial subjetiva dada pelo olhar do pesquisador sobre um determinado objeto.

“O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida” [...]. (LAPLANTINE; TRINDADE, 2000, p. 3).

A interpretação imagética perpassa por uma rede de signos e sentidos históricos, filosóficos e culturais que são atribuídos à realidade. “Apesar de toda esta rede de ideias ou imagens que compõem o todo representacional do sujeito perante o meio que o circunda, há um processo cultural e histórico que ultrapassa esta mera rerepresentação do real pelo ser humano” (ARAÚJO; REIS JUNIOR, 2012, p. 95).

Neste processo de análise da imagem parada, toda a representação simbólica está permeada de valores subjetivos. Pois, em nosso caso, para os sujeitos amazônicos, as relações entre as matas, os igarapés e a natureza contêm

símbolos e sentidos que representam culturalmente as raízes do povo em suas crenças míticas e religiosas.

2.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DO PROGRAMA DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO SOFT (DSCSOFT)

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) se pauta na teoria desenvolvida por Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000), que busca uma proposta para as pesquisas sociais que permita a interpretação das Representações Sociais (RS) oriundas da sociedade e, conseqüentemente, do discurso empírico dos sujeitos, através da identificação e análise de depoimentos semelhantes.

O DSC é apresentado “[...] como um método de resgate da Representação Social (RS) caracterizado pelo fato de buscar reconstituir tais representações preservando a sua dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014, p. 503). Nessa perspectiva, o DSC considera que o discurso individual integra uma rede articulada coletivamente a partir da representação social construída pelas experiências históricas, sociais e culturais dos sujeitos.

Esta relação interpretativa reúne os depoimentos semelhantes e acaba por desdobrar diversos depoimentos num significado coletivo unificado. Nesse sentido, ressalta-se que as representações sociais assumem a condição de fenômenos complexos que ultrapassam as manifestações verbalizadas dos sujeitos.

Lefèvre e Lefèvre (2014, p. 503) defendem que a representação social se encontra presente nos discursos, seja a partir de “[...] uma opinião, posicionamento, manifestação ou postura [...]” individual. Os processos da vida cotidiana dos sujeitos sociais podem ser revelados a partir da consciência, da representação e da interação entre os próprios sujeitos e a coletividade.

As representações sociais são entidades práticas usadas individual ou interativamente em grupos sociais e associadas a pensamentos, crenças e valores de uma determinada comunidade.

Os DSCs são opiniões individuais que, ao passarem pelo crivo analítico do pesquisador – o que exige o uso das operações de abstração e conceituação –, são transformadas em produtos cientificamente tratados, mantendo, porém, as características espontâneas e reconhecíveis como tais, da fala cotidiana. A resultante final de uma pesquisa como o DSC (um

painel de depoimentos coletivos) é um constructo, um artefato, uma descrição sistemática da realidade e uma reconstrução do pensamento coletivo como produto científico. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014, p. 504).

A partir das expressões verbalizadas dos indivíduos, ocorre o agrupamento em categorias, ou seja, os diferentes discursos individuais são sintetizados pelo agrupamento de sentidos semelhantes. Nesse sentido, a representação social contida no discurso não é mais individual, e sim coletiva.

Para Figueiredo, Chiari e Goulard (2013, p. 130), o DSC é uma técnica de tabulação e organização de dados qualitativos, “[...] um discurso-síntese elaborado com partes de discursos de sentido semelhante, por meio de procedimentos sistemáticos e padronizados”, portanto representa um avanço nas pesquisas qualitativas, por conseguir favorecer a representação social construída coletivamente sobre um determinado tema a partir de um método científico.

Nesse viés, o pensamento individual passa a ser materializado sob a forma de discurso-síntese, permitindo que haja o constructo coletivo, ou seja, a partir das ideias centrais obtidas pela síntese de cada sujeito individual, é possível constituir o sujeito coletivo – aquele que é portador das sínteses contidas nos discursos e carrega a representação social de determinado grupo social.

O DSC é uma estratégia a tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conformam um dado imaginário (artificial), de quadros, tabelas e categorias, mas sob a forma (mais viva e direta) de um discurso, que, como se assinalou, é o modo como os indivíduos reais e concretos pensam.

Visando elaborar instrumentos para a organização dos dados discursivos presentes na pesquisa social com o apoio da tecnologia, os autores construíram um *software* chamado Qualiquantisoft, com o qual buscam romper o preconceito para com as pesquisas qualitativas diante das quantitativas no que se refere ao estudo das representações sociais.⁵

É importante ressaltar que o DSC se encontra em um nível descritivo da análise do problema a ser investigado na pesquisa, somente obtendo as representações empíricas sobre aquilo que pensam os sujeitos sociais a respeito do

⁵ As representações sociais, segundo seus teóricos, são entidades sociais complexas que preenchem uma série de funções. São defendidas por LEFRÈVE (2000) de um modo deliberadamente simplificado, como um conhecimento próximo às ações e atividades cotidianas e que têm por premissa a justificativa das mesmas.

tema lazer. Lembramos, portanto, que os outros métodos poderão complementar a intencionalidade interpretativa e evolutiva das reflexões e diálogos construídos criticamente para as transformações sociais pertinentes (LEFÈVRE; LEFRÈVE, 2000).

A proposta do programa DSCSoft é analisar o material verbal expresso pelos sujeitos individuais, a fim de extrair as concepções centrais, ou ancoragens, e as correspondentes expressões-chave. Para isso, foram criadas quatro figuras metodológicas: a ancoragem, a ideia central, as expressões-chave e o DSC.

- **As expressões-chave (ECH)** são pedaços, trechos ou transcrições literais de cada resposta. Constituem o conteúdo essencial das representações ou 'teorias' subjacentes presentes nas respostas, permitindo a compreensão da essência dos conteúdos discursivos. São retiradas sempre de partes dos depoimentos; é partindo delas que, muitas vezes, se retira o DSC;
- **A ideia central (IC)** é um nome ou expressão linguística precisa, que revela e descreve o sentido presente na expressão-chave;
- **A ancoragem (AC):** a defesa construída pelos autores sobre a ancoragem se encontra na teoria específica de que as representações sociais têm a função de ancorar, ou seja, de encontrar justificativas que façam sentido para os indivíduos que vivenciam as ações (JODELET, 1982 *apud* LEFRÈVE 2000). Por vezes, as expressões-chave remetem não exatamente a uma ideia central, mas a uma figura sob inspiração de uma teoria, ideologia, crença ou valor utilizado pelo sujeito.
- **Discurso do Sujeito Coletivo (DSC):** é um discurso-síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas expressões-chave de respostas que têm ideias centrais ou ancoragens semelhantes.

O DSC procura romper com o processo de preconceito contra a pesquisa qualitativa; para tanto, expressa sua teoria partindo do pressuposto de que encontramos, nas palavras e nos depoimentos, expressões que podem ser chamadas de categorias.

As categorias expressam ideias ou conceitos equivalentes, daí o fato de romperem com o discurso empírico, uma vez que os agrupamentos de categorias

passam a ser signos, portanto classificáveis, permitindo que o entendimento ou conhecimento possa ser representado sem perder o caráter de cientificidade.

O programa Qualiquantisoft prevê etapas específicas a serem realizadas após a coleta de dados da entrevista:

- **Etapa 1:** inserção dos dados da pesquisa (cadastros que permitem o arquivamento de dados e bancos de dados relativos aos entrevistados, tais como sexo, idade, pesquisas, perguntas, cidades, distritos, grupos de entrevistados e faixa etária);
- **Etapa 2:** inserção dos dados das respostas de todas as perguntas no programa, separadas por sujeitos (resposta completa; expressão-chave; ideia central; ancoragem da expressão-chave; ancoragem da ideia central);
- **Etapa 3:** definição das categorias que surgem a partir da expressão-chave;
- **Etapa 4:** identificação do DSC por grupos categorizados;
- **Etapa 5:** análise do DSC a partir das categorias definidas através do suporte teórico-conceitual de pesquisadores do lazer.

As tabelas do *software* do DSC fazem parte do apêndice digital da pesquisa. A razão para tanto é que o programa DSCsoft possui letras em tamanho padronizado, não sendo possível sua modificação, por isso optamos por colocá-las em apêndice digital, e as análises das categorias no corpo da tese. Outro fator a esclarecer é que as tabelas estão identificadas pela instituição que deu origem ao programa, neste caso, a Faculdade de Saúde da USP.

Os dados coletados serão arquivados por um período de cinco anos, após o qual serão incinerados.

Para o método de saturação das entrevistas, pautamo-nos em Quivy e Campenhoudt (1998), que apregoam que o investigador deve ter em conta as origens e os constrangimentos da tensão durante a entrevista. Nesse sentido, cabe ao pesquisador se precaver quanto ao fato de as informações se tornarem contraditórias nas relações entre a realidade observada e a relatada.

O efeito saturação pode ser adquirido por via da observação participante e contínua na realidade social, mas deve-se levar em conta que esta realidade social

não é totalmente visível nem discernível a partir das repetições do discurso. Isso permitiria a interrupção da entrevista.

Foram realizadas várias visitas aos igarapés, em momentos diferentes, para observação qualitativa e registro fotográfico, e outras para a aplicação do instrumento de entrevista semiestruturada.

As dificuldades encontradas foram devidas à pandemia de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV-2), também reconhecida como Covid-19. O governo do Estado do Pará, através do Decreto n.º 609, de 16 de março de 2020, decidiu pelo fechamento de praias, igarapés, balneários, clubes e similares.

Para superar as dificuldades, optamos por realizar a fase de observação qualitativa e de registro fotográfico no segundo semestre de 2020; e as entrevistas, no início de 2021, quando o decreto já havia sido modificado, permitindo o acesso às áreas e aos moradores.

Em todas as fases, foi seguido o protocolo de segurança, com o uso de máscara e distanciamento. Os sujeitos entrevistados colaboraram com as entrevistas sem problemas, visto o protocolo ter mudado.

3 A IMERSÃO NO CAMPO DE PESQUISA: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA CIDADE DOS IGARAPÉS – O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Santa Izabel do Pará é um dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém. No ano de 2015, o jornal O Globo do Pará já anunciava a alternativa de um local mais tranquilo que as praias para os veranistas e recomendava as atividades de lazer, os banhos e as trilhas de canoa na ‘cidade dos igarapés’.

Procuramos, nesta seção, realizar uma breve reconstituição da formação do município no seu desenvolvimento urbano, suas influências étnicas, seus costumes e como estes se relacionaram com as águas dos igarapés.

Os processos históricos que consolidaram a transformação de povoado para município fazem parte do desenvolvimento urbano de Santa Izabel do Pará, assim como das mudanças nas relações ambientais. É importante realizar uma imersão histórica para compreendermos o desenvolvimento da Província do Grão-Pará, cuja sede inicia-se em Belém, e, posteriormente, a ampliação dos povoados e vilarejos surgidos em defesa do progresso.

Segundo Penteado (1968, p. 95), a cidade de Belém foi fundada em 1616, com o fim de “[...] servir de sinal de posse e como baluarte de defesa da imensidão Amazônica”. Suas fortificações foram erguidas às margens do rio, como o Forte do Presépio. Posteriormente, o casario que abrigava a colônia Feliz Lusitânia abriu caminhos nas matas para outras edificações, como a Igreja do Carmo.

Baena (1839, p. 259) descreve a tentativa de desenvolver a construção da cidade respeitando as relações da natureza,

Em 1771 o Major Engenheiro Gaspar Fernando da Costa de Ataíde Teive [formulou] um plano bem inferido da sua localidade: ele ajuizou que em vez de empregar trabalhos hydraulicos para obter a exsicação desta lezira era melhor ir com a indicação da natureza, e aperfeiçoar a sua obra, fazendo um lagamar que as águas da undação do rio e as ascendentes no fluxo do mar naturalmente ocupassem [sic].

A ideia era fazer das ruas da cidade uma nova Veneza, no entanto o plano não chegou a ser executado, e o rio Piri foi aterrado no governo do Conde dos Arcos, em 1803. Após o aterramento, que visava ao desenvolvimento urbano, surgiram a Praça Felipe Patroni, o edifício da Prefeitura e algumas ruas.

Em busca de desenvolvimento econômico imediato, as governanças não fazem estudos aprofundados de impacto ambiental. Com isso, as mazelas posteriores surgem nas cidades, acarretando diferentes formas de prejuízos. No caso de Belém, os aterramentos dos rios provocam alagamentos em alguns bairros até os dias de hoje, em decorrência de decisões históricas anteriores.

A funcionalidade do rio no ciclo hidrográfico é o seu percurso de escoamento, desaguando no mar ou em outros rios. Na mesma lógica, os igarapés que atravessavam e atravessam o Pará possuem funcionalidade natural, além daquela que é construída pelo ser humano.

Os igarapés são cursos de água caracterizados pela pouca profundidade, quando comparada a dos rios ou do mar, mas navegáveis por embarcações do tipo canoa ou por pequenos barcos. No entanto, sua primeira função é essencialmente ambiental, por se tratar de um corredor ecológico em meio às florestas. Algumas espécies de peixes são características dos igarapés, assim como alguns vegetais.

O desenvolvimento urbano das cidades muda as estruturas ambientais em defesa do poder econômico, no entanto pouco tem contribuído realmente para a melhoria de vida das populações e povoados que não se beneficiam de suas produções. Portanto, pode-se dizer que a exploração das florestas também se caracteriza pela exploração de um grupo de pessoas sobre outros grupos.

Nos tempos da Província do Grão-Pará, os igarapés e os rios tinham uma outra função além de servirem como locais para banho e lazer, qual seja, a de via de escoamento para mercadorias e arrecadações. Nos anos de 1841 e 1842, o então presidente da Província, João Antonio Miranda, denunciava os desvios da arrecadação:

Temos por outro lado os extravios provenientes de grande parte da facilidade com que pelos QUINTAIS QUE DEITAM PARA O RIO, se introduzem nas enchentes as canoas CARREGADAS DE GÊNEROS, sujeitos ao imposto, e de que por meio desse estratagem se salvam! (CRUZ, 1973b, p. 171, grifos no original).

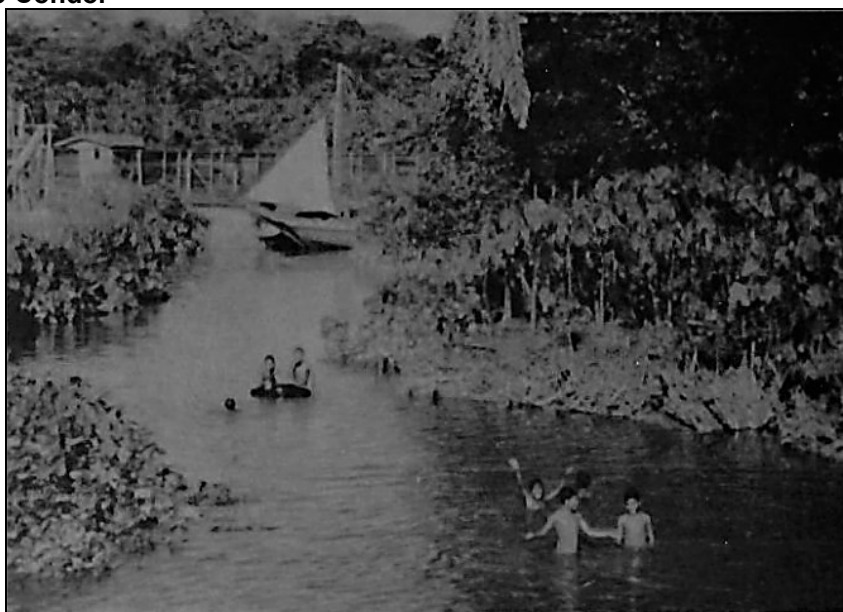
Importante saber como os igarapés fizeram e fazem parte do desenvolvimento urbano no Pará. Quando utilizados para fins ilícitos, conforme a denúncia do presidente da Província, os desvios da arrecadação praticados sobre suas águas dificultavam a solução dos problemas econômicos de Belém.

A perspectiva de lucratividade faz parte de nosso processo histórico, assim como a corrupção e os desvios, que se utilizavam dos igarapés para práticas criminosas. Mas o uso de igarapés não servia somente para escoamento de produtos; suas águas também se prestavam ao banho, ao lazer e ao uso familiar, além de servirem como meio de comunicação.

No processo de desenvolvimento urbano de Belém, muitos igarapés foram aterrados, perdendo sua função recreativa. Na Figura 2, abaixo, pode-se perceber que os igarapés eram rodeados por florestas virgens e tinham profundidade suficiente para o deslocamento em pequenas embarcações ou canoas.

Existiam casas com estruturas de cercados, cujos igarapés, por vezes, encontravam-se nos quintais. As crianças tinham acesso direto a esses igarapés e levavam objetos para servir às suas atividades lúdicas, como a que vemos com as boias feitas por câmaras de pneus de carros ou caminhões, utilizadas mesmo em nossa época, no século XXI.

Figura 2 – Crianças tomando banho e brincando no igarapé, num pequeno afluente do Bairro do Condor



Fonte: Penteado (1968, p. 59).

Quanto ao lazer em igarapés, a Figura 2 registra o momento em que crianças se banhavam em igarapé localizado no Bairro do Condor. A embarcação transita no mesmo momento em que as crianças brincam nas águas, utilizando boias feitas de pneu de carro. Ao entorno das águas, observa-se a mata virgem fazendo parte da paisagem ambiental.

Braga (1919, p. 223) afirma que os rios e igarapés serviam também como meio de comunicação: “A estrada atravessa uma magnífica região de florestas virgens, regada por grande número de igarapés e apropriada a todas as culturas do nosso clima”.

Os deslocamentos de uma área povoada para outra nem sempre eram realizados pelos rios; também eram usadas pequenas embarcações, que trilhavam o caminho das águas pelos igarapés. Esse processo faz parte da cultura dos indígenas, que utilizavam os igarapés não só para subtrair alimentos, mas também para se deslocar de uma área povoada a outra. Do mesmo modo, os núcleos coloniais que surgiram fizeram o uso da cultura indígena.

O uso dos igarapés reflete histórica e culturalmente a identidade dos povos que dele usufruem. O fato é que existem até hoje processos que se alinham ao uso de suas águas.

As lavadeiras, por exemplo, fazem parte do contexto cultural amazônico, pois dependiam das águas para o seu trabalho, que, por vezes, demandava boa parte do dia, conforme o acúmulo de roupas a serem lavadas. Após a lavagem, dava-se início ao processo de estender as roupas ao sol. Em meio ao trabalho, basicamente de caráter familiar, as crianças pequenas que acompanhavam as mulheres podiam brincar nas águas.

Encontramos uma foto sem datação (Figura 3), mas que demonstra essa relação:

Figura 3 – Lavadeiras à beira dos rios de Belém do Pará



Fonte: Joseph Righini por Bárbara da Fonseca Palha (NUNES, 2013).

O uso dos rios e igarapés para lavagem de roupa faz parte do processo cultural e identitário dos povos amazônicos. Com o processo de saneamento e abastecimento das águas, essa cultura foi suprimida, embora, em certas localidades, ainda persista.

Esse fato é atestado pelo trabalho fotográfico de Celso Lobo (2020), que nos apresenta, em pleno século XXI, com imagens (Figura 4) de práticas semelhantes, realizadas por crianças, como a lavagem de panelas em rios e igarapés, ou por mulheres de diferentes idades, como a lavagem de roupas.

A força da relação cultural se torna mais clara quando compreendemos a importância dos rios e igarapés em sua funcionalidade e sociabilidade, pois, no tempo de lavagem de roupas, as conversas e diálogos das lavadeiras tratavam de diferentes assuntos.

O povo reconhece a importância dos rios e igarapés por ser algo presente em suas vidas diárias. Isso inclui as formas e os hábitos construídos historicamente. Existe também o respeito pelas crenças e por outros elementos relacionados ao modo de vida. A sociabilidade nos espaços de igarapés ajuda no constructo da identidade cultural, que reflete o 'eu' e o 'outro' na relação direta com o ambiente natural.

Figura 4 – Imagem de lavadeiras da Amazônia



Fonte: Lobo (2020).

O papel histórico da mulher no uso de igarapés não se restringe às atividades domésticas. Elas estiveram presentes nas lutas e nos enfrentamentos populacionais.

Os igarapés também auxiliaram como rota de fuga na luta da Cabanagem no Pará. A história da Cabanagem nos dá indícios da participação de mulheres em lutas armadas. Em ofício encaminhado a Bernardo de Souza Franco, então presidente da Província do Grão-Pará, o comandante militar da Vila de Melgaço informa a dificuldade de limpar a Vila, devido à existência de mais de cem rios, furos e igarapés utilizados pelos rebeldes, apesar dos soldados saírem mensalmente em diligências.

Segundo o relato, os bandos eram formados por filhos, pais, mães, mulheres, irmãos e sobrinhos, que, em desvantagem, eram informados da situação e se retiravam do local por essas vias (FERREIRA, 2003).

Esse documento oficial mostra que, pelos igarapés, os grupos familiares resistiam à política da época. Aqui se compreende que esse meio foi utilizado para transporte de fugitivos.

Os igarapés, portanto, refletem formas dialógicas com diferentes dimensões do conhecimento que não só a ambiental, mas também a histórica, a cultural, a econômica e a social. Após a conquista e o povoamento, a Província seguiu na defesa do desenvolvimento econômico e iniciou a retomada para os interiores, causando destruição e devastação ambiental sob a égide da necessidade de escoar a produção agrícola.

3.1 O NASCIMENTO DO POVOADO A PARTIR DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

O projeto imperial de colonização, na metade do século XIX, contribuiu para o processo de colonização e criação do povoado que futuramente seria conhecido como Santa Izabel do Pará. A intensão do Poder Público da época era formar colônias agrícolas e construir ferrovias entre Belém e Bragança para o escoamento das produções, até alcançar o Maranhão.

Ambrósio Leitão da Cunha (o Barão de Mamoré) fez a leitura de um relatório na abertura da 1ª seção ordinária da 11ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1858, com o seguinte teor:

Levado por essas considerações, e movido pelo verdadeiro interesse que tenho, em vêr aqui encaminhada a colonização estrangeira de forma que não a vejamos comprometida para o futuro [...] para observa-lhe que os territórios medidos s. ex^a achavão-se encravados nas matas virgens da

comarca de Bragança, e sem comunicação alguma com essa capital, nem mesmo com outro centro de população em que os colonos, que se estabelecessem n'aquelles territórios, podessem hir vender os pructos que lhe colhessem de um solo, sem dúvida alguma espantosa fertilidade.

Que assim, cumprindo no meu entender, principiarmos por facilitar as comunicações d'aquelles territórios com esta capital, por convir em todo o caso aproveitar-se desde já a despeza que a fazenda nacional tem feito com aquellas medições e as excellentes qualidades d'aquellas terras para qualquer gênero de cultura, deveríamos principiar por abrir uma estrada regular d'aquelle ponto para aqui: estrada projetada, como com planos estudados, os quaes indicão que pouco trabalho e pequena despeza exigirá semelhante obra [sic]. (CUNHA, 1858 p. 29-30)⁶.

O discurso proferido pelo então vice-presidente da Província denuncia algumas situações sensíveis à região, como o processo de colonização pelos estrangeiros, haja vista não terem desenvolvido a produção esperada para o solo a partir das doações de terras e dos valores a eles cedidos pela Província. Muitos estrangeiros abandonaram as terras e os serviços, fato relatado no discurso.

A situação dos espaços territoriais à época, com vultosas matas virgens dificultando a comunicação com as colônias, em razão da ausência de estradas, causava dificuldades para o escoamento dos produtos agrícolas, mesmo que se tratasse de um solo fértil para a produção. Em vista disso, passou-se a defender a construção de uma estrada de ferro para ligar a capital com a Vila de Bragança. Assim, a partir da expansão da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), surgiram diversas colônias agrícolas.

Conforme descreve Araújo (1981), o início das obras atrasou, em virtude da inexistência de financiamento para custear o empreendimento, fato que viria a mudar a partir do Ciclo da Borracha (1870-1880). A venda da borracha para a Europa era uma atividade lucrativa desde 1870, no entanto seu apogeu iniciou-se em 1879.

Para Cruz (1955), os primeiros núcleos instalados na estrada de Bragança decorreram das concessões de terra feitas pelo Governo Imperial, na forma da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. Essas terras foram medidas e demarcadas a partir do ano de 1873, sob a responsabilidade de Valentim José Ferreira.

O presidente da Província do Grão-Pará, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, inaugurou oficialmente o núcleo colonial de Benevides

⁶ Discurso do vice-presidente Ambrósio Leitão da Cunha na abertura da 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Grão-Pará.

no dia 13 de junho de 1875. Para lá foram enviados 180 imigrantes, com o intuito de desenvolver a região social e economicamente por meio da agricultura.

Em dois anos, no entanto, houve desistência por parte dos antigos colonos: neste período, 364 imigrantes ingressaram e 247 saíram do núcleo de Benevides, restando apenas 117 colonos. O fato foi registrado pelo então presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Melo Filho, durante a reunião da Assembleia Legislativa Provincial de 15 de fevereiro de 1877: “Os colonos ali estabelecidos [Benevides] em sua maioria não são lavradores, e nem revelam amor ao trabalho e a propriedade territorial [sic]” (CRUZ, 1955, p. 8).

A luta pela colonização na Zona Bragantina decorreu do próprio atraso na construção da EFB. A ausência de estruturas e o modo de gestão provocaram diferentes conflitos. Do ponto de vista governamental, os imigrantes não se adaptaram ao clima e ao trabalho com a terra; do ponto de vista do imigrante, os processos de governabilidade falharam em inúmeras ocasiões, especialmente nas promessas não cumpridas.

Ferreira (1984) nos conta um pouco do povoamento de Santa Izabel, que se iniciou com a migração de nordestinos, devido a uma seca ocorrida em 1877. As terras em que hoje está a atual cidade de Santa Izabel eram constituídas de lotes agrícolas da Colônia Nossa Senhora do Carmo de Benevides.

Na época, o empreiteiro Valentim José Ferreira, que desde 1866 prestava serviços à EFB no alargamento e na abertura das estradas, também ficou responsável pela distribuição de terras aos colonos.

Em maio de 1877, a fim de construir vias de acesso para receber os novos imigrantes, Valentim José Ferreira começou a alargar as estradas desde Benevides, formando 80 lotes às suas margens.

Em seguida, distribuiu aos colonos os terrenos da 6ª transversal (Boca da Sexta ou, oficialmente, Aratanha), localidade que oferecia melhores condições para recebê-los, haja vista existirem ao seu término dois igarapés: o do Prata e o de São Francisco, que, posteriormente, seriam usados para o escoamento das produções da colônia. Foi lá que ele se instalou com sua companheira, de nome Izabel.

De acordo com Souza (2012), Valentim separou para si os lotes 73, 74, 75 e 76, nos quais ergueu uma barraca, que dividia com sua companheira Izabel, também conhecida como ‘Santa’, dando início ao povoado. Esse assentamento teve

início em 5 de abril de 1878, e em 1879 já figurava em reportagem do Jornal O Liberal (Figura 5):

Figura 5 – Demonstrativo da distribuição dos lotes para colonização da Colônia de Benevides publicado no Jornal O Liberal – 1879

LOTES DE TERRAS PARA CULTIVO NA COLÔNIA BENEVIDES EM 1878						
Demonstrativo das Linhas		N.º de lotes ocupados por cearenses	N.º de lotes ocupados por estrangeiros	Totalidade dos lotes ocupados	Totalidade dos lotes desocupados	Totalidade dos lotes
Benevides	Linha Fortaleza	82	15	97		97
	1ª Transversal Ibiapaba	37	03	40		40
	2ª Transversal Araripe	45	01	46		46
	3ª Transversal Meruoca	33	01	34		34
Santa Izabel	4ª Transversal Uruburetama	36		36		36
	5ª Transversal Baturité	34		34		34
	6ª Transversal Aratanha	35		35	01	36
	7ª Transversal Maranguape	20		20	16	36
	8ª Transversal Mucuripe	10		10	05	15
Total		332	20	352	22	374

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

Fonte: Souza (2012, p. 47).

Observa-se que o povoado de Santa Izabel se estabeleceu na 4ª Travessa Uruburetama, com a 5ª Travessa Baturité, 6ª Travessa Aratanha, 7ª Travessa Maranguape e 8ª Travessa Mucuripe. Sua população era exclusivamente formada por cearenses, aos quais foram distribuídos 135 lotes de terra.

Segundo Araújo (1981), em 1881, Santa Izabel quase desapareceu, em razão do abandono, após a retirada dos colonos cearenses em virtude do retorno da chuva no Nordeste. Também contribuíram com a evasão as oportunidades oferecidas pelo Ministro da Agricultura para a construção da Estrada de Ferro de Sobral e da Estrada de Ferro de Baturité, muito mais atrativas.

No dia 16 de março de 1885, a EFB finalmente atingiu a Vila Santa Izabel, então um povoado em decadência, pois havia menos de 20 habitações ocupadas. Seu desenvolvimento, portanto, foi lento.

A Fig. 6 abaixo mostra parte da EFB com parte do vilarejo. A chegada da EFB ao povoado de Santa Izabel demonstra o pouco desenvolvimento urbano da região à época, com pessoas agrupadas ao largo da estrada, terrenos irregulares e cobertos por gramíneas, bem como pequenas construções, demonstrando a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura.

Figura 6 – Estrada de Ferro de Bragança na Vila Santa Izabel



Com a chegada da Estrada de Ferro, o povoado de Santa Izabel inicia sua marcha para o desenvolvimento.

Fonte: Araújo (1981, p. 37).

A ascensão de Santa Izabel ao *status* de vila surgiu pela Lei Estadual nº 646, de 6 de junho de 1899, ainda no governo do Dr. José Paes de Carvalho (1897-1901), então situada às margens da EFB. Este mesmo decreto também transformou em vilas os povoados de Benevides, Apehú e Castanhal. (ARAÚJO, 1981).

Outro dado histórico relevante sobre Santa Izabel diz respeito ao surto de paludismo⁷ que acometeu a Vila durante a segunda década do século XX, conforme o relato de Araújo (1922, p. 21):

Na vila de Santa Izabel a mortalidade foi tão assombrosa em 1915 que devido a condenável indiferença dos poderes desse tempo, o distinto e humanitário médico Dr. Matta Bacellar resolveu inaugurar nessa vila um posto médico para acudir gratuitamente a centenas de pobres enfermos, baldos de recursos.

O autor também faz menção ao relato do Dr. Anastácio da Silva Monteiro (subinspetor sanitário rural), que percorreu a EFB. Ele trouxe algumas contribuições descritivas sobre a situação da Vila Santa Izabel entre o período de junho de 1921 a maio de 1922. De modo geral, eram aspectos comuns às colônias, então agrupadas em pequenos povoados ou vilas, mas importantes para o desenvolvimento econômico dos núcleos coloniais (ARAÚJO, 1922).

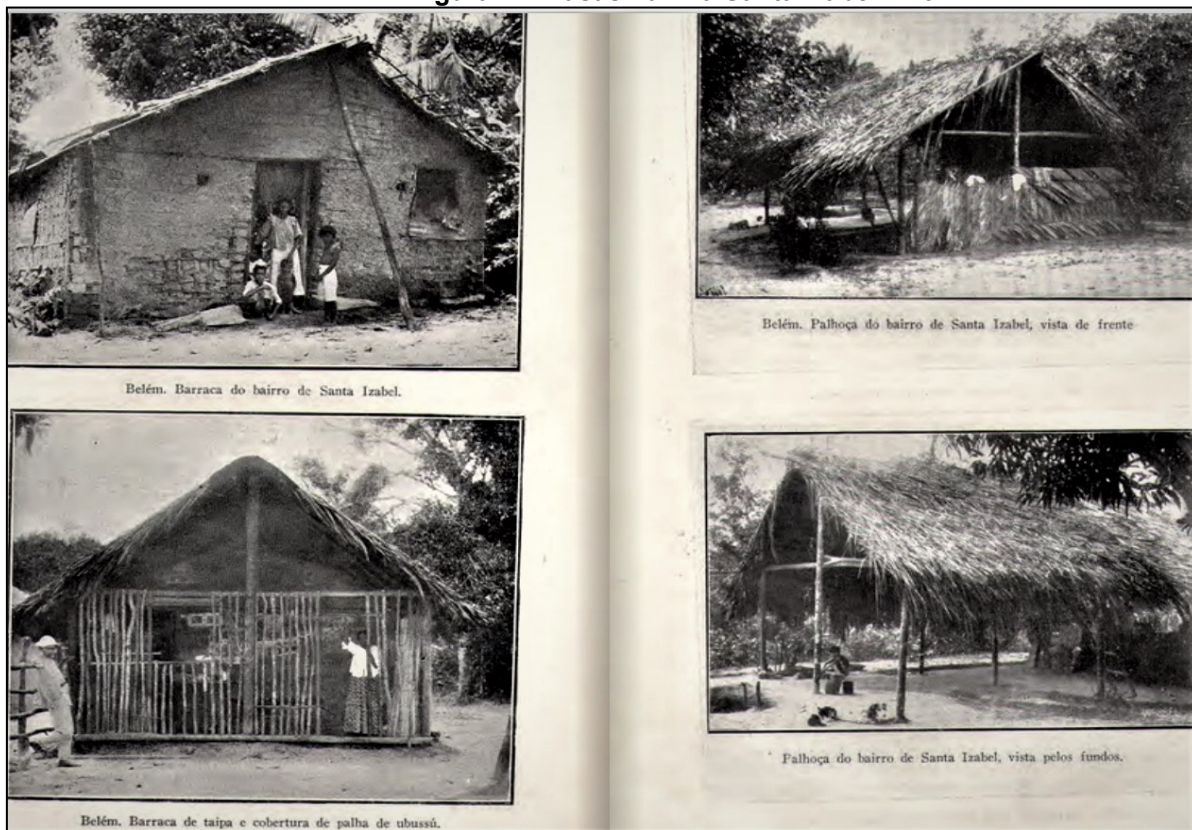
⁷ O paludismo é associado à aneylostomose, que são os dois flagelos que aniquilaram as populações dos municípios do interior do Estado. Também conhecida por Malária, é uma doença infecciosa transmitida por mosquitos povoados por protozoários do tipo *plasmodium*.

O médico informa que pouco restou sobre as histórias da fundação dos povoados, que foram se instalando de modo progressivo na região. Suas características, porém, são muito semelhantes: havia uma rua principal, sempre marginal à linha férrea, além de ruas e travessas, não alinhadas e em número inferior a dez.

As construções eram invariavelmente as mesmas – e as piores possíveis. As casas eram feitas de taipa e cobertas com cavacos muito baixos e escuros, não possuíam assoalhos, nem reboco, atraindo insetos como pulgas, percevejos e barbeiros (vetores de doenças infecciosas). Em geral, tinham de dois a três compartimentos, uma porta na frente e outra nos fundos, às vezes uma pequena janela, e nos quintais não havia quaisquer instalações sanitárias (ARAÚJO, 1922).

Abaixo na Figura 7, observa-se que as casas eram de barro, procedimento muito comum nas áreas rurais. As casas eram construídas de modo artesanal, por isso, por vezes, não tinham estruturas sanitárias. Nas veredas das paredes de barro, subsistiam insetos que contaminavam a população.

Figura 7 – Casas na Vila Santa Isabel – 1922



Fonte: Araújo (1922, p. 243-244).

A realidade das moradias de Vila de Santa Izabel que datam de registro no século XX, segue do mesmo modo ainda no século XXI.

No ano de 2021, ainda é possível encontrar algumas comunidades que utilizam a mesma técnica para construção de moradias, com taipa e barro. A estrutura de taipa é erguida no local e posteriormente coberta por um revestimento de barro com água, para o preenchimento das paredes.

A casa é construída artesanalmente, em sua maioria pelos próprios moradores, que possuem o saber repassado por seus antepassados. A construção de casas de taipa demonstra que existe ainda a tradição que é repassada entre os moradores, constituindo a identidade cultural de construções de casas no modo artesanal.

As casas podem ser observadas principalmente em espaços rurais, onde o processo de desenvolvimento e saneamento se encontra lento. Foi identificada casas neste mesmo estilo nas vias que cortam as estradas da Pa-140 no Km 5.

No processo histórico segundo o Dr. Germano Coelho, subinspetor sanitário contratado para o posto 'Miguel Pereira', em Santa Izabel, no período em que o intendente de Belém era o Dr. Cypriano José dos Santos, com o fim de debelar as endemias e epidemias que ocorreram na EFB e nas localidades ribeirinhas, foram instituídos serviços sanitários para o combate ao paludismo e a outras mazelas existentes desde Ananindeua até Anhangá, cuja sede ficava em Vila Santa Izabel, pois o surto estava solapando a economia do município de Belém:

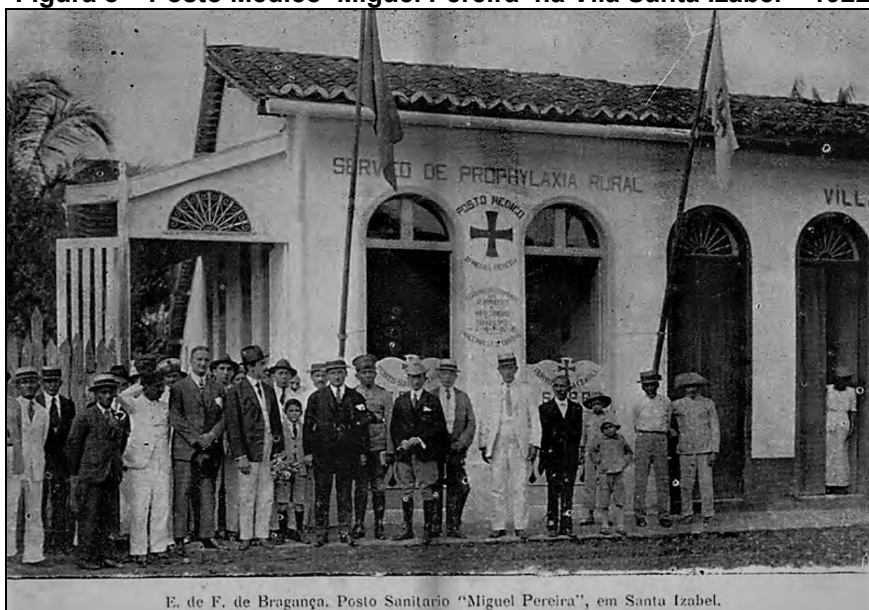
A villa Santa Izabel está situada no Km 40 e 52 da Estrada de ferro de Bragança; nasceu da colonização de elementos estrangeiros, das vastas terras da antiga Estrada de Bragança; fazia parte nos seus primórdios, da colônia de Benevides, assim chamada em homenagem ao Dr. Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, então presidente da Província, depois chamada colônia de Santa Izabel de Benevides [...] É limitada, ao Norte com o município de Vigia, pela sexta travessa da colônia Santa Rosa; ao Sul, com povoação de Caraparu, pela linha determinada Travessão do Governo ou antiga linha telegráfica; a Leste com a povoação de americano, com o Rio Itá ecolônia Ferreira Pena; a Oeste com a quarta travessa de Benevides, até o lugar Aracy. Foi elevada a categoria de villa em 1906. O seu clima é quente e húmido; as horas diurnas e as primeiras noturnas da noite são quentes, na estação de verão; durante a phase invernososa predomina humidade, e as madrugadas, quer no inverno ou no verão são agradáveis. É atravessada, serpeada, em toda sua extensão, pelas grandes voltas de três igarapés – Igarapé-Assú, Porongaba e Tybiriça, que convergindo, se reúnem em um só que se dirige para as terras de Caraparu. [...] A villa no seu perímetro urbano, é typica [...] as ruas estão ao sabor da natureza, pouco limpas, não roçadas alguns mesmo em estado precário de asseio [...] [sic]. (ARAÚJO, 1922, p. 267)

Na descrição realizada pelo Dr. Germano, observa-se um relato resumido dos processos constitutivos da Vila de Santa Izabel, desde o surgimento do povoado até sua conversão em vila. Importante observar que os igarapés fizeram parte desses processos, identificados tanto nos limites como no interior da vila. A natureza estava próxima aos moradores de modo contínuo.

A ausência de planejamento territorial nas vilas e povoados trouxe grandes dificuldades para a saúde dos moradores, fato comprovado pela referência a três surtos de paludismo, ocorridos nos anos de 1907, 1915 e 1922, entre os quais o de 1915 foi o pior, pois o número de mortes que causou chegou a diminuir consideravelmente a população.

Esse surto foi devido à chegada de trabalhadores da Estrada de Ferro de Alcobaça, vindos do Amazonas, que se estabeleceram na vila à procura de trabalho, trazendo consigo o hematozoário de Laveram.

Figura 8 – Posto Médico ‘Miguel Pereira’ na Vila Santa Izabel – 1922



Fonte: Araújo (1922, p. 273-274).

Na década seguinte, Vila Izabel foi alçada à condição de município: “Desmembrado do patrimônio territorial de Belém, o Decreto Estadual n.º 565, de 30 de dezembro de 1931, deu-lhe os predicados de município, sendo instalado solenemente a 02 de janeiro de 1932” (CRUZ, 1955, p. 113).

Apesar de Santa Izabel ter obtido a condição de município, o ato de sua criação acabou sem efeito, devido à contestação do governo de Castanhal, que

sustentava ser este um distrito de maior importância, em razão de seu crescimento, portanto mais adequado à sede de um município.

Desse modo, o interventor federal Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, por meio do Decreto-Lei nº 600, de 28 de janeiro de 1932, tornou sem efeito o Decreto-Lei nº 565/1931, transferindo a Sede Municipal para Castanhal, o que significou o retorno do distrito de Santa Izabel aos domínios de Belém.

Foi somente com a promulgação do Decreto-Lei nº 1.110, de 8 de dezembro de 1933, que Santa Izabel alcançou definitivamente o patamar de município, sediado na Zona da Estrada de Ferro de Bragança, cujos limites foram assim estipulados:

Art. 2.º - O território é constituído das áreas que são desanexadas dos municípios de Belém e Castanhal, as quaes ficam compreendidas assim: "Com as Prefeituras Municipais de Acará e São Domingos do capim, pela margem direita do rio Guamá, a começar da foz do rio Jundiaí. Com o município de Castanhal, pelo álveo que divide o rio Jundiaí, desde a foz até a nascente. Dahí por uma linha recta até a foz de Americano, afluente direito do rio Apehú, seguindo pelo álveo do rio americano até a extremidade SUL da linha de limite OESTE dos terrenos da antiga Colônia Araripe, hoje mais conhecida por colônia de Americano, subindo por esta linha até a linha limite OESTE no Núcleo Ferreira Pena, seguindo por esta até encontrar a linha limite ESTE do mesmo núcleo, dahí por uma recta até encontrar a extremidade LESTE da linha do limite NORTE do Núcleo Colonial Granja Américo: com o município de Vigia, deste último ponto por esta linha de limite NORTE deste Núcleo Colonial Granja Américo até encontrar o rio Santo Antonio, afluente direito do rio Tauá. Descendo pelo álveo do rio Santo Antonio até a sua foz e pela margem esquerda, seguindo o furo da Laura, a Baía do Sol e o furo de Mosqueiro, até encontrar a linha NORTE/SUL ou meridiano, até encontrar o rio Benfica, descendo pelo álveo deste até encontrar o limite NORTE das terras de Marituba, pertencente ao patrimônio da Estrada de Ferro de Bragança, dahí seguindo por linha recta em direção aos marcos das terras dos herdeiros Francisco Gregório de Oliveira até o ponto em que corta o rio Maguari-assú, descendo a foz do seu afluente da margem direita, o igarapé Guajará. Dahí, seguindo pelo álveo deste igarapé até a nascente, por linha recta, até o marco n.º 3 das terras demarcadas que pertenceram, ao arcebispado e foram adquiridas por Saunders & Davids, dahí descendo pelas linhas de limite ESTE nas cidades do 3º aos 4º marcos, continuando pela linha de limites do lote n.º 19, atravessando a Estrada de Ferro de Bragança seguindo pela linha de limite ESTE do lote n.º 20 até a linha de cruzamento da linha de limite SUL do mesmo lote 20 até encontrar a linha de limite ESTE das terras demarcadas da Providencia de Saunders & Davids seguindo dahí por esta linha de encontro a Estrada de Aurá, pela qual segue até o ponto em que ela corta o igarapé Açai, dahí seguindo o álveo deste igarapé até a sua confluência com o rio Aurá, dahí seguindo pelo rio aurá até a sua foz no rio Guamá.

Em 1943, no governo Getúlio Vargas, o Decreto-Lei nº 5.901, de 21 de outubro, estabeleceu normas para eliminação de topônimos das cidades e vilas do país. No Pará, foi ratificado pelo Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro do mesmo

ano. Assim, em virtude de São Paulo possuir uma cidade há mais de 50 anos com o nome de Santa Izabel, o município paraense passou a se chamar João Coelho.

De acordo com Cruz (1955), foram criados três distritos no município de João Coelho (João Coelho, Americano e Caraparú) com a edição da Lei nº 63, de 31 de dezembro de 1947, que também estabeleceu suas divisas geográficas:

Limites municipais:

- 1) Com o município de Ananindeua: começando na foz do rio Guajará, afluente direto do rio Guamá, sobe por este até as suas nascentes, daí por uma reta às nascentes do rio Aracy, seguindo por outra reta até a foz do Igarapé Santo Antônio, afluente direto do rio Tauá.
- 2) Com o Município da Vigia: começando na foz do Rio Santo Antônio, sobe pelo álveo deste até as suas nascentes; daí alcança por uma reta as nascentes do rio Braço Esquerdo, afluente esquerdo do rio Marapanim.
- 3) Com o município de Castanhal: começando nas nascentes do Braço esquerdo, afluente esquerdo do rio Marapanim, segue por uma reta ao marco norte oriental do núcleo agrícola granja América, daí segue por outra reta até o marco Sul oriental da mesma colônia; seguindo ainda em linha reta até o marco norte oriental da colônia Ferreira Pena; deste ponto segue por outra reta que passando pelo marco sul do limite oriental da colônia de Ararape, encontra o rio Americano, pelo qual desce até a confluência com o rio Apeú.
- 4) Com o município de Inhangapi: começando pela confluência do rio Americano com o rio Apeú, alcança por uma reta as cabeceiras do Igarapé Jundiaí desce pelo álveo deste até a sua foz no rio Guamá.
- 5) Com o município de Bujarú: começando no rio Guamá, na foz do Igarapé Jundiaí, desce pelo álveo do rio Guamá até a foz do rio Guajará.

Divisas distritais:

- 1) Entre os distritos de João Coelho (ex-Santa Izabel) e Caraparú: começando no braço do rio Maguari, no ponto em que é cortado pela linha divisória entre os municípios de João Coelho e Ananindeua, desce pelo dito braço até a sua foz no rio Maguari, desce por este até o ponto em que é cortado pela Estrada de Ferro de Bragança.
- 2) Entre os distritos de Caraparú e Americano: começando no ponto em que o rio Caraparú é cortado pela estrada de Ferro de Bragança, segue por este até o ponto em que é cortado pelo rio Americano, desce por este até o marco sul da colônia Ararape, limite entre o município de João Coelho e Castanhal.
- 3) Entre os distritos de Americano e João Coelho: começando no ponto em que o rio Caraparú é cortado pela Estrada de Ferro de Bragança, sobe por este, até as suas nascentes, daí alcança por uma reta a foz do Igarapé Santa, afluente direto do rio Tauá, e desce por este até a foz do Igarapé Santo Antonio. (CRUZ, 1955, p. 143-144).

Reconhecer os limites do município nos leva a compreender como as divisas municipais e distritais se posicionavam em relação aos igarapés e rios, entre outros. Após a inovação legislativa, João Coelho teve seus contornos e interior marcados pelas águas, o que nos leva a crer que tal fator tenha influenciado nos processos econômicos, sociais, políticos e culturais do município. A sua ampliação,

com a aquisição de dois novos distritos, construiu duas novas raízes históricas, porém não trataremos delas nesta pesquisa.

Nossa referência quanto a este aspecto se limitará ao período em que foram criados. A Vila de Americano foi fundada em 1886, a partir de um núcleo colonial que se chamava Araripe, idealizado pelo presidente da Província no período, Tristão de Alencar Araripe, do qual recebera o nome, e fazia parte dos lotes da colônia de Apehú.

Mattos (1958), em viagem de reconhecimento à região bragantina do Pará, registrou uma série de anotações, datadas de 1955, sobre João Coelho, considerada a primeira aglomeração urbana da referida região, haja vista Ananindeua, Marituba e Benevides serem zonas suburbanas de Belém. Em suas impressões, a cidade aparece subitamente escondida entre as matas características das cidades amazônicas.

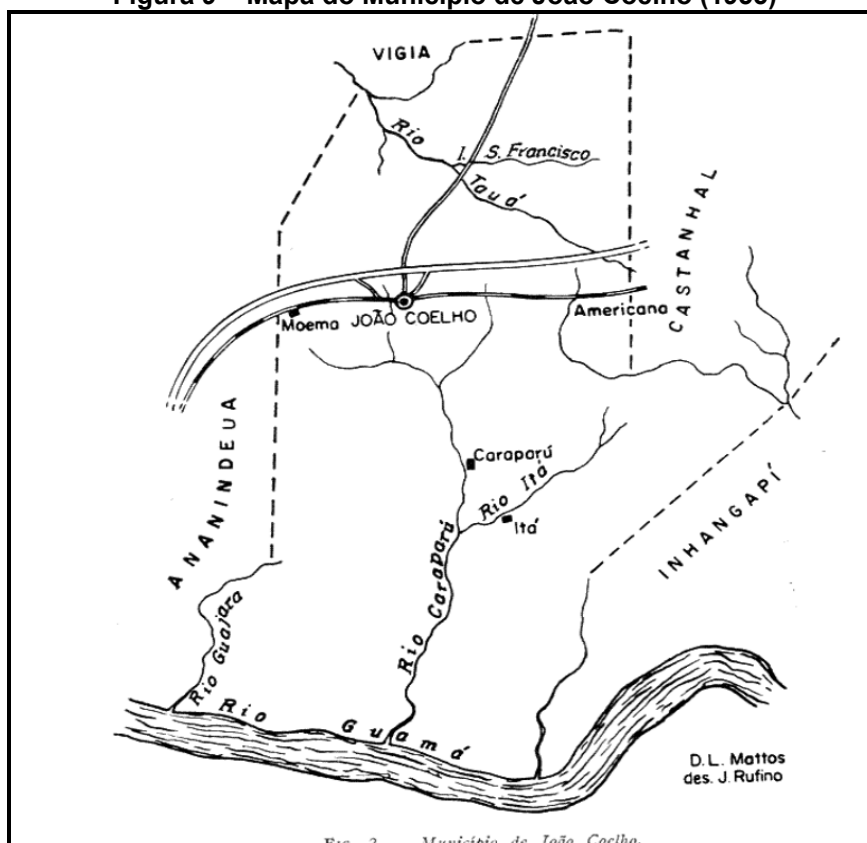
Seus registros contribuíram para o levantamento de questões urbanas, para o desenvolvimento socioambiental, para as produções agrícolas e para os povoados, além de indicarem a importância dos igarapés para o município:

Seguem-se, em importância, os vales dos igarapés. Navegamos em um desses igarapés e pudemos observar, ao longo de um percurso de cerca de 10 Km, que a população se instala a uma distância de 500 a 1 000 m da sua calha. As casas, via de regra, não aparecem na paisagem, A presença do homem é assinalada pelos caminhos que vêm até a beira do igarapé ou pelas “montarias” (canoas) ancoradas em suas margens [sic]. (MATTOS, 1958, p. 51).

A representação dos igarapés contida na fala do autor poderia ser utilizada ainda nos dias de hoje. Somente as navegações em canoas são para uso de pescaria ou passeio nas horas de lazer; não existem mais barcos pequenos, devido ao assoreamento; as casas, com raras exceções, não aparecem na paisagem, mas existem caminhos de trilhas que conduzem até à beira dos igarapés.

A figura 09, demonstra o mapa desenhado identificando ainda o município de João Coelho que futuramente passaria a ser reconhecido como Santa Izabel do Pará.

Figura 9 – Mapa do Município de João Coelho (1955)



Fonte: Mattos (1958, p. 40).

Tauá, Caraparú e Ita são alguns dos rios que percorrem o município; assim, existem vários igarapés que fazem os braços dos rios. A área urbana também foi fonte de observação. O município de João Coelho, por definição administrativa, era uma cidade, entretanto assemelhava-se mais a um modesto povoado, que parecia estar morrendo aos poucos diante da completa apatia da sua vida econômica (MATTOS, 1958).

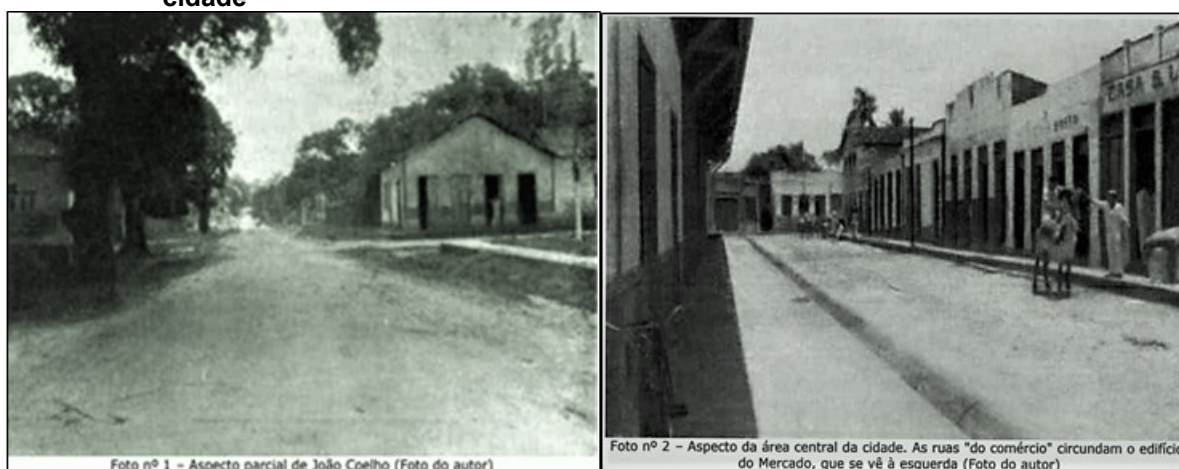
Sua observação recaí sobre a condição das ruas e das casas, demonstrando a completa ausência de planejamento urbano e a fragilidade econômica do município. No entanto, a descrição realizada pelo autor demonstra claramente as formas de desenvolvimento urbano que aconteceram em 1955 no município:

Essa primeira rua reflete os traços essenciais da paisagem urbana. É uma rua que tem cerca de 500 m de extensão e pouco mais de 20 casas, com aspecto de abandono e semicultas pelas mangueiras. A maioria das ruas apresenta esse mesmo aspecto. Somente junto ao mercado e na quadra fronteira a praça da Matriz, as casas se aglomeram, coladas umas às outras. [...] Não há na cidade um centro comercial característico, a menos que consideremos como tal a área vizinha ao Mercado; nesse trecho

concentra-se parte do comércio local, instalado nas próprias dependências do mercado e em suas imediações. (MATTOS, 1958, p. 39-40).

Como outras zonas agrícolas, o município exibia muito mais as condições rurais do que aquilo que pesquisadores vindos da Região Sul do país estavam habituados a chamar de zonas urbanas. Assim, o próprio autor, em suas anotações, estabeleceu comparações entre as condições de Santa Izabel e àquilo que estava habituado a ver na organização e nas atividades sociais e culturais das cidades.

Figura 10 – Imagem do município de João Coelho (Ex-Santa Izabel) e as características da cidade



Fonte: Mattos (1958, p. 42).

As colônias se estabeleciam por meio de processos de desmatamento e fixação do povoado. Na Vila João Coelho, havia ruas arborizadas e largas, com distância suficiente para o transporte ou a locomoção. As casas ficavam distantes umas das outras, e a iluminação pública ainda não havia chegado a todas as residências.

As gramíneas formavam o calçamento das ruas. O centro mercadológico, porém, apresentava condições diferentes: contava com uma estrutura mais urbanizada, sem espaçamento entre os mercados e as vendas, com calçamento e ruas sem arborização.

A iluminação, na maioria das casas de vilas, era feita por candeeiros a querosene. Ainda existem em Santa Izabel algumas comunidades que utilizam esse mesmo processo nos dias de hoje, em pleno século XXI.

Para o processo de desenvolvimento das cidades brasileiras, podia-se buscar inspiração nos grandes centros industriais europeus, voltados à construção de fábricas, edifícios, iluminação etc. Porém, nas localidades criadas pela expansão

das atividades agrícolas, a lógica se voltava para a produção e o escoamento. Onde deveria ter se discutido a importância e o uso da terra, tanto para a produção como para a manutenção da natureza e dos povos, a lógica se voltou ao domínio e à ocupação, com desmatamento de florestas e contaminação de águas em nome da modernidade.

Os impactos do processo de desenvolvimento urbano e da destruição das florestas e mananciais de água passaram a ser objeto de preocupação por parte das autoridades públicas de Belém já em 1900, pois a obstrução dos igarapés deixava as águas estagnadas, propícias à proliferação de mosquitos, que são vetores de diversas doenças. Quanto às colônias, ainda havia residências cujos igarapés forneciam águas boas para o banho e para o consumo.

Figura 11 – Estrada de Ferro de Bragança Rio Maguary



Fonte: Rosa (1899, p. 58).

Na Figura 11, observa-se o trem da EFB passando ao fundo e, no primeiro plano, um pequeno represamento das águas do rio Maguary, que servia aos banhos da população.

O município de João Coelho foi definitivamente considerado como cidade a partir da edição do Decreto-Lei Estadual nº 2.927, de 31 de dezembro de 1938. Este decreto visava regulamentar, na esfera estadual, o Decreto Federal nº 311, de 2 de março do mesmo ano, que dispunha sobre a divisão territorial do país.

Posteriormente, por força do Decreto-Lei Estadual nº 2.160, de 10 de janeiro de 1961, João Coelho voltou a ser chamada de Santa Izabel do Pará, ainda na categoria de cidade.

Três historiadores de Santa Izabel do Pará nos contam as versões existentes para o nome da cidade.

A questão da origem do nome Santa Izabel do Pará é dirimida por Araújo (1981), que esclarece que o nome Izabel é proveniente da companheira de Valentim José Ferreira, topógrafo que iniciou o desmatamento para abertura da estrada em 1873.

Segundo depoimentos da história oral contada pelos antigos, Valentim fixou residência na rua Boca da Sexta (Aratanha), na antiga colônia de Benevides, que foi desvinculada e passou a ser sede da então colônia Santa Izabel. O fato de Izabel e Valentim não serem casados foi motivo de conflito cultural na sociedade paraense.

O pesquisador Pergentino Moura, em matéria veiculada na edição do jornal A Província do Pará de 22 de agosto de 1976, afirmou que Valentim era casado, mas abandonou a família em 1877 para se juntar a Izabel, depois de a ter tirado da zona de meretrício de Belém. Fato é que Izabel foi a primeira mulher a residir na nova colônia.

Durante os trabalhos, Valentim passou a chamá-la de 'santa', pois ela ajudava os trabalhadores que adoeciam, por conhecer a flora e as ervas eficazes no trato de doenças. E assim passou a ser tratada por todos que a conheciam, de tal sorte que o apelido se tornou seu verdadeiro nome (ARAÚJO, 1981).

Entretanto, residia no povoado o padre Antonio Lyra Pessoa de Maria, capelão e professor público de Benevides, irmão do único comerciante ali estabelecido. Inconformado com o fato de que a denominação do povoado fosse devida a uma mulher pecadora, achou prudente criar outra versão, que apregoava que o nome fazia menção à chegada de trabalhadores à colônia no dia consagrado à Santa Isabel, rainha de Portugal.

Para isso, o padre tomou a iniciativa de entronizar uma imagem de Santa Isabel em substituição à de Santa Maria, que permaneceu no altar até o início do regime republicano, quando foi adquirida em Portugal a imagem da futura padroeira do povoado (ARAÚJO, 1981).

Ferreira (1984) esclarece que existem controvérsias quanto ao topônimo; apelando ao relato de Mestre Cícero Cavalcante, antigo morador do local, declara que o nome surgiu em virtude de o Padre Lira, vigário da Colônia Benevides, ter introduzido no altar da Capela a imagem de Santa Isabel, rainha de Portugal, doada por um dos colonizadores espanhóis, em substituição à imagem de Santa Maria Isabel, da Espanha.

Percebe-se certa concordância quanto à existência da mulher de Valentim, chamada Izabel, que tratava de doentes na Vila por ter conhecimento sobre ervas naturais, posteriormente apelada de Santa, tornando-se uma verdadeira protetora dos imigrantes.

Ela passou a ser referência tanto para os habitantes quanto para os transeuntes, colonos, canoeiros e barqueiros que ancoravam no porto da Vila, próximo à sua residência, que era conhecida como Santa Izabel de Valentim. Por não ser casada, houve uma campanha difamatória para denegrir a imagem do casal e extinguir a figura de Izabel da memória cultural izabelense (SOUZA, 2012).

Figura 12 – Entrada da sede do município de Santa Izabel do Pará, praça em frente à SECULTD, com a imagem da padroeira



Fonte: acervo particular da autora (2019).

Souza (2012, p. 95) faz alusão a dois historiadores do município, Costa e Menezes (2012), que publicaram o seguinte:

Desde a fundação do povoado da Boca da Sexta – Aratanha –, onde se desenvolveu o distrito sede e a cidade de Santa Izabel do Pará, em 1877,

existe apenas a **Santa Isabel de Valentim**; a igreja católica tinha como padroeira a **Santa Maria**, e a **Santa Isabel de Portugal** era lembrada apenas no feriado português do dia 4 de julho. Além de Santa Isabel de Valentim e Santa Isabel de Portugal, mais 3 santas, de forma irresponsável, foram acrescentadas a essa história: Santa Maria Isabel da Espanha, no ano de 1981, na obra de Araújo; nossa Senhora rainha Santa Isabel, no ano de 1999, na obra de Pacheco; e Senhora de Benevides, na obra de Vicente, em 2003. Como não fazem parte da relação da Santa católica, considera-se que nunca existiram e que são apenas símbolos estratégicos para anular a história da Santa de Valentim [...]. (COSTA; MENEZES, 2012 *apud* SOUZA, 2012, p. 95, grifos nossos).

A questão sobre o surgimento do nome do município nos leva a compreender traços dos padrões sociais moralistas que existiam em 1877, ano em que Valentim teria abandonado a família. No período colonial, em 1861, existia o Código Canônico, que admitia a separação de corpos, mas não dava direito a uma nova união.

As questões de casamento eram de competência específica das igrejas, haja vista não haver casamento civil naquele período. Assim, compreende-se a posição eclesiástica de não incentivar o amasiamento, equiparado ao adultério pela Igreja Católica. É fato que as mulheres amasiadas eram consideradas prostitutas, daí ter-se considerado na história que Izabel fora tirada do meretrício, no entanto não há registros oficiais desse rumor.

Quanto à posição de Padre Lira, existia na Igreja Católica um impeditivo direto à comparação de Isabel a uma 'santa', pois era considerada pecadora e adúltera. Assim, o padre responsável pela Vila tomou a atitude de impor um novo processo de identidade para a população, consolidando como protetora espiritual do povoado Santa Isabel de Portugal.

Santa Isabel de Portugal – batizada como Isabel de Aragão – foi uma rainha espanhola, consorte de Portugal, casada com o rei D. Diniz I. Morreu de lepra no dia 4 de julho de 1336, mas doara em vida parte de seus bens à Igreja Católica. A ela foram atribuídos diversos milagres, pelos quais foi beatificada, em 1516, pelo papa Leão X e canonizada, em 1625, pelo papa Urbano VIII.

Em vista do exposto, compreende-se por que a grafia do nome da cidade também foi envolta em confusão - seria escrito com 's' ou com 'z'? –, pois ambas as opções fizeram parte de seu processo histórico. Por fim, no decreto-lei que instituiu o nome do município, prevaleceu Izabel.

3.2 O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ E AS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS E DE LAZER NO SÉCULO XXI

A importância da imersão nos processos sócio-históricos e culturais do então município de Santa Izabel do Pará decorre da necessidade de compreendermos o atual contexto de desenvolvimento urbano e as relações ambientais.

O povoamento ocorrido durante a construção das colônias agrícolas na zona bragantina, especificamente na área que atualmente pertence ao município de Santa Izabel do Pará, demonstra que o desenvolvimento urbano foi justificado pela ascensão econômica da então Província do Grão-Pará.

Durante a distribuição das terras, com vista ao progresso, houve devastação florestal e contaminação de rios. Não existem registros bibliográficos aprofundados sobre o uso dos igarapés para o lazer no período, a não ser aqueles que falam do uso da água para banhos. Alguns registros de imagens e fotografias é que demonstram mais claramente o uso de igarapés para fins de lazer da metade do século XVIII até o século XIX.

Figura 13 – Igreja Matriz com a praça na frente



Fonte: acervo particular da autora (2019).

Sobre os aspectos ligados ao lazer, o registro colhido por Matos em 1955 esclarece:

[...] a vida nesta área à tarde e à noite é inteiramente morta. À noite, a função social desloca-se para a praça da Matriz, uma grande praça em quadrilátero, invadida pelas gramíneas e cortada ao meio pelos trilhos da estrada de ferro. A praça assemelha-se mais a um campo aberto, ladeada de longe pelas silhuetas das casas e pelo fundo verde das mangueiras. [...] devido ao calor e ao sol causticantes da tarde e a deficiência da iluminação pública, à noite, os passeios de rua são pouco animados. As manifestações de vida coletiva só têm lugar pela manhã, nos domingos de missa, e à tardinha nas conversas de calçada. (MATTOS, 1958, p. 3).

Nos dizeres de Mattos (1958), todo o processo de lazer da Vila João Coelho estava voltado somente para as atividades de conversa, que ocorriam principalmente nos dias de domingo, pela manhã, após a missa, e ao final da tarde. Não existem, portanto, registros sobre as formas de lazer que aconteciam nos igarapés.

De acordo com Souza (2012), os aspectos socioambientais e culturais de Santa Izabel, em pleno século XXI, são preocupantes, pela inexistência de florestas nativas, pela poluição dos rios e pelo desfalque na fauna. O setor econômico é movimentado pelas fábricas e pelas atividades terceirizadas e de pequenos comerciantes.

No desenvolvimento urbano, destacam-se: as ruas e estradas das comunidades, de baixa qualidade, que em algumas localidades sequer têm asfalto; a distribuição de energia elétrica e da rede de água, que alcança todos os bairros; as fragilidades no atendimento à saúde pública; e a densidade irregular na ocupação: 10% do território abriga 70% da população.

Na cultura, Sousa (2012) ainda aponta a existência de investimento público para atividades de esporte e lazer, voltado predominantemente aos times de futebol; os banhos de igarapés e balneários; os eventos religiosos; as conversas em frente à matriz; as festividades do calendário do município, com fins religiosos; entre outras.

As principais atividades culturais da Sede com apelo turístico são o Círio de Santa Izabel do Pará, no primeiro domingo de julho, com 15 dias de festividade; o Círio de Nossa Senhora da Conceição, no Distrito de Americano, que ocorre no penúltimo domingo do mês de novembro; e o Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição do Distrito de Caraparú, no dia 8 de dezembro, que sai da Vila do Cacau, segue pelo rio Caraparú até chegar à igreja da vila (ARAÚJO, 1981).

Apesar da defesa do *status* de 'cidade dos igarapés', encontramos poucos documentos que retratassem as relações culturais em sincronia com

aspectos ligados ao lazer nos igarapés ou mesmo festividades de outras comunidades, exceto a do Círio de Caraparú.

3.2.1 Questões legais sobre o lazer e o desenvolvimento urbano/rural da cidade

Para o pleno conhecimento do desenvolvimento urbano do município, deve-se saber as leis que o regulamentam. De acordo com o Capítulo II da Constituição Federal (CF) de 1988, *Da Política Urbana*:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, terá por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. (BRASIL, 1988).

Ao refletir sobre a CF/1988, precisamos entender que as leis devem ser garantidas à população, neste caso, para o pleno bem-estar social. As políticas públicas para o desenvolvimento urbano do município devem ser previstas em seu Plano Diretor; no caso de Santa Izabel, também para o desenvolvimento das áreas rurais, visto que os igarapés, em sua maioria, encontram-se nessas áreas.

Pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da CF/1988, ambos pertinentes à execução da política urbana, foi estabelecido o Estatuto da Cidade, visando ao cumprimento das “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

Ao tratar do desenvolvimento urbano de uma cidade, precisamos discorrer sobre todo o processo envolvido no planejamento e na concretização do plano. É fundamental que as prefeituras viabilizem o planejamento participativo junto a representantes das comunidades locais. Essa ação deve ser construída coletivamente, com a participação da população, haja vista ser ela que sofre o impacto diário da urbanização.

Dois fatores preponderantes no século XXI são o respeito às relações do ambiente natural⁸ e a garantia do equilíbrio ambiental, que se tornam fundamentais para o pleno desenvolvimento da cidade. Para isso, há de se ponderar sobre a importância das florestas e matas, que influenciam o clima e amenizam o impacto das ondas de calor, responsáveis pelo efeito estufa nas cidades. Basta comparar as cidades com e sem arborização.

A execução das políticas precisa ser coerente com seus discursos, a fim de, além do desenvolvimento sociopolítico, econômico e histórico da cidade, também garantir os direitos sociais da população, dentre os quais o lazer.

Outro fator a ser ponderado diz respeito à garantia de vida da fauna e da flora características das regiões amazônicas, assim como das vertentes dos rios e das águas, que necessitam de fluxo contínuo para alcançar o equilíbrio ambiental.

Em Santa Izabel, o investimento no uso dos igarapés para o lazer consolida o fortalecimento cultural da identidade do povo, e precisa ser analisado.

Vejamos o que diz o art. 2º da Lei nº 10. 257/2001:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – **garantia do direito a cidades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e **ao lazer**, para as presentes e futuras gerações;

II – **gestão democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – **cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social**;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de **modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente**; [...]

XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico** [...] (BRASIL, 2001, grifos nossos).

⁸ Ambiente natural é aquele constituído por solo, água, ar atmosférico, fauna, homem e flora, ou seja, pelos elementos da natureza e pelas formas de vida, envolvendo “todos os elementos responsáveis pelo equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem”. Podemos identificá-lo como aquele decorrente de intervenções humanas nos elementos formadores do meio ambiente natural ou, em outras palavras, nas alterações que o homem realiza nos elementos da natureza com o objetivo de melhorar a sua qualidade de vida. (SOUZA, 2020)

O aporte dado pela política urbana consegue orientar os gestores na busca pelo direito à cidade sustentável, pois existem diferentes programas, tanto nacionais quanto internacionais, que oferecem possibilidades de consolidar o equilíbrio ambiental.

No inciso I, chama-nos a atenção a defesa de cidades sustentáveis e a inclusão do lazer, pensado para as gerações presentes e futuras.

Ferreira (2017) define que as cidades sustentáveis são aquelas capazes de evitar a degradação ambiental, propõem a redução das desigualdades socioeconômicas provendo aos habitantes um ambiente saudável.

A cidade sustentável precisa de marcos regulatórios que modifiquem as formas das estruturas de desenvolvimento, promovendo um comprometimento do município com a transformação, considerando os doze eixos existentes (governança; bens naturais comuns; equidade, justiça social e cultura de paz; gestão local para a sustentabilidade; planejamento e desenho urbano; cultura para a sustentabilidade; educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; economia local dinâmica, criativa e sustentável; consumo responsável e opção por estilo de vida; melhor mobilidade e menos tráfego; ação local para a saúde e do local para o global).

A responsabilidade prevista no Estatuto da Cidade envolve uma agenda que assegura a cooperação governamental, nos diferentes níveis de negociação, com empresas privadas ou entidades da sociedade civil organizada. Nesse sentido, urge firmar o compromisso de construir políticas públicas debatidas com a população de modo participativo, pensando nas futuras gerações.

O lazer faz parte da política de desenvolvimento urbano e, portanto, deve ser considerado em todos os seus aspectos para o pleno desenvolvimento da cidade. Para isso, incumbe à gestão democrática informar aos habitantes as possibilidades de vivências de seu interesse, assim como garantir a participação de especialistas em lazer nas discussões sobre os melhores meios de utilizar os espaços públicos para o lazer na cidade.

A gestão democrática deve por meio de participação da população é garantir, no discurso dos sujeitos, a representação das suas necessidades básicas, sob os diferentes aspectos que movimentam a gestão da cidade.

Para que esse processo seja efetivo e viável, os gestores públicos devem considerar a cooperação entre os governos municipal e estadual, assim como

instituir parcerias intersetoriais, permitindo aos diferentes setores investir na melhor forma de desenvolvimento urbano e rural, garantindo assim a sustentabilidade ambiental.

O planejamento do desenvolvimento da cidade deve se esforçar por corrigir as distorções causadoras de efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Ressaltamos na lei o foco na proteção, preservação e recuperação do ambiente natural, portanto, os debates precisam ser ampliados e abrangentes para entendermos sobre os saberes ambientais, possibilitando aproximações entre a natureza e o ser humano. Na relação entre ambos, pode-se constituir todo patrimônio cultural material e imaterial, histórico, artístico, paisagístico e ecológico.

A preservação defendida pela lei visa à integridade de algo que deve permanecer por longo tempo. Assim, a proteção está voltada à 'intocabilidade'. Isso para garantir que não haja risco de perdas permanentes de espécies, ecossistemas ou de biomas de um modo global.

Os conceitos sobre preservação e conservação utilizados durante a tese às vezes são tomados como sinônimos, no entanto precisamos deixá-los em seus contextos ideológicos, como campo de saberes, para evocar mais do que uma expressão verbal.

O surgimento desses conceitos está alicerçado nos movimentos de defesa ambiental, que derivam de movimentos preservacionistas e conservacionistas (ARAGUAIA, 2011).

Pádua (2006) reforça que os movimentos ideológicos em defesa do meio ambiente fazem distinção entre ambos: preservação e conservação. Para a autora, preservação compreende a forma intocável como devemos lidar com a natureza, evitando qualquer tipo de interferência humana, principalmente quando se observa os riscos a que estão expostos a biodiversidade e os ecossistemas, ou biomas. O comprometimento desses elementos pode gerar a perda total de espécimes. A conservação, por outro lado, traz o significado de proteção ambiental, mas com possibilidade de uso de modo racional e sustentável.

Existe neste caso uma polissemia entre os dois termos, que podem ser confundidos. Cita-se a Lei 9. 985 de 18 de julho de 2000, que regulamenta a partir da Constituição Federal do Brasil, no art. 225, a existência do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

Claramente, em seu Art. 2º, inciso II, observa-se essa polissemia:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

Nesse sentido a preservação e conservação ambiental aparecem como sinônimos, visto que ocorre dentro do conceito de conservação a preservação envolvendo o manejo e a sustentabilidade dos ambientes naturais.

Essa polissemia ocorre também nas leis municipais de Santa Izabel do Pará.

A Lei nº 10. 257/2001, em seu Capítulo III, trata do Plano Diretor, que deve ser aprovado por lei municipal, sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano. Para o município de Santa Izabel do Pará, que faz parte da RMB, a sua construção é obrigatória. No Art. 39, sobre o Plano Diretor, afirma-se que

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. (BRASIL, 2001).

O Plano Diretor reafirma a necessidade da garantia de qualidade de vida aos cidadãos e, devido à amplitude do termo, trata de objetividades e subjetividade revestidos nos valores individuais do cidadão e os governamentais, no sentido da valorização do ser humano na sociedade.

A justiça social deve ser cumprida na garantia de que todos terão direitos e deveres aplicados de forma igualitária, em especial direitos básicos como saúde, educação, justiça, trabalho, cultura e lazer; quanto ao investimento na capacidade econômica da cidade, deve-se prever a distribuição equitativa de bens de consumo.

Isso é especialmente preocupante quando pensamos na elaboração do Plano Diretor Municipal, para não ocorrer nem desdobramentos daquilo que já está previsto no Estatuto da Cidade, tampouco o engessamento pelo descompasso entre as políticas públicas e a realidade da cidade.

A cidade se transforma e é transformada, portanto o Plano Diretor deve acompanhar as transformações ocorridas de tempos e tempos dentro dos debates entre o Legislativo e as necessidades populacionais. Todo Plano Diretor deve

considerar estudos preliminares que avaliem as situações e os problemas urbanos, bem como diagnosticar os problemas e suas variáveis prevendo possíveis evoluções de fragilidades para a cidade.

O Plano Diretor ainda precisa definir as prioridades elegidas para solucionar os problemas identificáveis, definindo objetivamente as diretrizes a serem implementadas e, por fim, instrumentalizar-se para que seus objetivos e diretrizes sejam atingidos.

A importância de audiências abertas ao público diz respeito à garantia do espaço da cidadania democrática, a fim de que os diferentes segmentos sejam ouvidos pelos representantes das comunidades locais. Portanto, o representante deve ser capacitado para defender os pleitos, de modo a ter visão sobre os processos que ocorrem nas comunidades. Talvez seja este um dos maiores desafios da garantia da participação comunitária.

A grande dificuldade encontrada no estado do Pará, e em outros estados brasileiros, é a falta de distribuição equitativa dos bens. Alguns impactos foram gerados historicamente no estado do Pará, em virtude dos processos de povoamento, assim como do escoamento das riquezas naturais e dos produtos internos da região. Isto posto, também se observa a ausência de continuidade nos programas governamentais, provocando o descrédito nas esferas públicas por parte da população. Pensar a cidade é pensar em responsabilidade social, é contribuir diariamente para o bem-estar de todos os cidadãos, e isto deve ser garantido no Plano Diretor.

A Lei Orgânica do Município de Santa Izabel do Pará, Lei nº 26, de 3 de abril de 1990, em seu título II, Dos Direitos e das Garantias Fundamentais, art. 4º, garante que “A dignidade do homem é intangível. Respeitá-la e protegê-la é obrigação e dever do Poder Público” (SANTA IZABEL DO PARÁ, 1990). Ou seja, a dignidade do ser humano não pode ser violada em nenhum aspecto. E sua proteção compete ao poder público.

A referida lei assim estabelece:

São direitos Sociais; a educação, o trabalho, a saúde, a cultura, a moradia, **o lazer**, a proteção à maternidade e à infância, a assistência ao idoso e ao deficiente, a segurança pública, a proteção ao meio ambiente e tudo o mais que signifique uma existência digna e justa. (SANTA IZABEL DO PARÁ, 1990, Art. 6º, grifo nosso).

O direito social ao lazer deve significar muito mais do que a representação de ações esportivas ou de eventos pontuais, costumeiramente pensados como atendimento para a cidade. O lazer envolve pensar em espaços de convivência que permitam a sociabilidade.

No alinhamento do estudo, as leis nos apontam a importância da garantia dos direitos sociais plenos ao lazer: natureza (igarapés) e identidade cultural. Assim, procuramos encontrar nas leis do município algo que alinhasse os três fenômenos. E encontramos, na seção II, que trata da competência comum, o exercício das seguintes medidas:

Art. 18 [...].

VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição de qualquer de suas formas;

VII – Preservar as florestas, a fauna e a flora;

[...]

XI – Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais de seus territórios. (SANTA IZABEL DO PARÁ, 1990).

A natureza tem sido devastada para defender os fins econômicos, com isso, no município, existe a preocupação com as perdas dos recursos hídricos, das florestas virgens, das matas, da fauna e da flora. No entanto, não basta somente a fiscalização, é necessário instituir programas sustentáveis para o próprio manejo dos bens ambientais. Diferentes estudos realizados no município apontam a contaminação dos rios e igarapés, além das perdas pelo assoreamento, devido à construção de fabricas ou residências próximas aos seus mananciais.

No capítulo VII, que trata da educação, da cultura, do esporte e do turismo, seção II, da cultura e do patrimônio histórico e cultural, consigna-se o seguinte:

Art. 186 A Cultura, o Patrimônio Histórico e a tradição cultural do Município de Santa Izabel do Pará, com base na criatividade da população e no saber do povo, terão prioridade pelo seu caráter social, pois que representam a base à formação da identidade do Município.

§ 1º - A Valorização da Cultura e do Patrimônio Histórico, ocorrerá através de suas bases distritais, a fim de que se assegure a unidade na diversidade cultural nos diversos distritos ou vilas e povoados de nosso Município, a partir de suas áreas de produção, garantindo sua autenticidade e originalidade.

§ 2º - Constitui-se como Patrimônio Cultural e Histórico de Santa Izabel do Pará, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, quer sejam relacionadas à identidade, à memória e ações de diferentes grupos que formem a sociedade izabelense, dentre os quais se incluem:

I - As formas de expressão;

[...]

V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e paisagístico, artístico, ecológico, e inerentes a relevantes narrativas na nossa história cultural; [...]
(SANTA IZABEL DO PARÁ, 1990).

O caráter social representado pelo saber do povo é reconhecidamente parte da identidade cultural dos izabelense. O inciso primeiro esclarece que, nessas relações, as localidades serão respeitadas por seus distritos, vilas e povoados, a fim de garantir a cada comunidade os saberes construídos a partir da sua historicidade, como os saberes de manuseio do solo para as produções da mandioca, da farinha, da pimenta-do-reino e do açaí, além das datas comemorativas, como as festividades religiosas.

Santa Izabel do Pará foi um município constituído por dois distritos independentes – Caraparú e Americano –, que possuem processos históricos de colonização, povoamento e saberes culturais diferentes dos da Sede.

Enfim, o conjunto urbano, os sítios paisagísticos e as relações ecológicas das quais os igarapés fazem parte são rodeados pela comunidade, portanto palco da memória dos habitantes, contribuindo para a identidade do povo izabelense.

Na seção IV, que trata do Turismo, especificamente no Art. 190, o Poder Público assume o compromisso de investir nas festividades religiosas da cidade, que incluem três círios e envolvem três comunidades com igarapés, a saber: Caraparú, Conceição do Itá e São Francisco do Itá. No parágrafo único do referido artigo, afirma-se:

Art. 190 [...].

Parágrafo único. O Município desenvolverá programas de apoio e conservação nos pontos **considerados turísticos** como: Vila e margem do Rio Caraparú, a morada de Moema, o Colégio Antônio Lemos, o balneário Boa Vista, o Campo Florestal e **os diversos igarapés existentes no interior do Município**. (SANTA IZABEL DO PARÁ, 1990, grifo nosso).

Os igarapés, portanto, são elementos de investimento público alinhados ao turismo⁹ local. Assim, este estudo pode dar ao Poder Público uma compreensão culturalmente mais fidedigna sobre as possibilidades de lazer nos igarapés, para fins de valorização da cultura das comunidades onde eles se encontram, pensando na

⁹ O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, geralmente por prazer. (NACIONES UNIDAS / UNWTO, s/d, p. 1) ONU/OMT – turismo – IRTS 2008.

da vida dos habitantes. Para isso, é fundamental trazer à tona os discursos dos sujeitos.

Silva e Moesch (2016) esclarecem que o conceito sobre turismo está correlacionado à ideologia industrial, utilizada pelos meios acadêmicos, pelas políticas públicas e pelo senso comum. O sentido ideológico integra sistematicamente os setores socioculturais e ambientais com vistas 'ao negócio', já que o capital tem por premissa o seu desenvolvimento.

Cumprido considerar que o paradigma existente estabelece a exploração dos lugares pautados para fins econômicos, como vistas à lucratividade, com o uso de técnicas e tecnologias adequadas ao consumismo.

No município de Santa Izabel do Pará, apesar da existência de diferentes igarapés, observamos que o maior investimento do Plano Diretor foi destinado ao igarapé de Caraparú, devido ao fato de suas estruturas serem mais amplas.

O Plano Diretor de Santa Izabel do Pará, Lei Municipal nº 353, de 8 de janeiro de 2018, que revisa o Plano Diretor instituído pela Lei Municipal nº 71, de 5 de outubro de 2006, em seu Título II – *Da Política de Desenvolvimento Municipal*, no Capítulo V – *Do Desenvolvimento Sociocultural*, Seção VII – *Da Política de Esporte e Lazer*, estabelece diretrizes para garantir a promoção, o estímulo, a orientação, o apoio, a prática e a difusão de atividades de lazer de modo seguro e justo, incluindo a garantia de acessibilidade às áreas de lazer.

As questões envolvendo a acessibilidade por pessoas portadoras de necessidades especiais ainda não foram completamente dirimidas, sendo grandes os desafios para sua implantação. A ausência de equipamentos especializados e adaptados, como sinalizações e rampas de acesso, são fragilidades de ordem primária que impossibilitam os cidadãos de usufruírem plenamente do lazer, bem como de transitarem em espaços públicos.

A Lei Municipal nº 353/2018 dá maior ênfase às práticas desportivas, mas consideramos o avanço que trouxe às questões envolvendo o lazer.

No Art. 45, encontramos a possibilidade de adaptações para vivências de lazer envolvendo os rios:

Art. 45º IV- aproveitamento e adaptação, de forma racional e sustentável, dos espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins, **rios, lagos, fontes e assemelhados, como base física da recreação urbana**, bem como outros recursos naturais como locais de passeio e diversão. (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2018, grifos nossos).

As atividades de lazer podem ser aproveitadas nos próprios rios e igarapés da cidade, e assim o fazem os habitantes que moram nas comunidades próximas às águas e os visitantes que buscam um lugar com maior contato com a natureza, como uma fuga da área urbanizada.

O Art. 46 descreve as ações estratégicas da Política de Esporte e Lazer do município:

Art. 46 [...]

III- viabilizar espaços destinados a **prática de esportes radicais**;

IV- **criar fundos municipais de sustentação financeira** de suporte ao **esporte e lazer**;

V – realizar estudos no sentido de **transformar a área denominada foz do Caraparu localizada na comunidade de Tacajós, em um praia artificial para lazer**, crescimento e desenvolvimento da região;

[...]

VII – **criação de uma agenda de atividades esportivas e de lazer**, que fomenta a socialização e convivência entre comunidades rurais e urbanas. (SANTA IZABEL DO PARÁ, 2018, grifos nossos).

Nas ações estratégicas do Plano Diretor, observamos a viabilização de espaços destinados às práticas de esportes radicais; neste caso, há atividades que poderiam ser implantadas junto aos igarapés, tais como: arborismo, rapel, tirolesa, etc. Já existem algumas competições que ocorrem no igarapé do Caraparú, como a canoagem e o *jet ski*.

Outros esportes radicais têm como ponto de chegada os igarapés, como o ciclismo, no entanto não são regularizados pela SECULTD. São realizados por iniciativa de grupos de ciclistas, que definem por conta própria o percurso. Entretanto, é preciso levar em conta que existem trilhas rurais com estradas de barro batido e sem nenhum tipo de sinalização que garanta a segurança. O mesmo se diz das estradas asfaltadas que não possuem faixa de ciclista. Somente na via que dá destino à Vila de Caraparú encontramos este item de segurança.

Vemos grande potencial para fomentar o crescimento turístico do município na criação de fundos de suporte ao esporte e ao lazer. Pois, se bem planejados e conduzidos de modo participativo, estes instrumentos podem fazer com que o município de Santa Izabel do Pará se torne um polo turístico da RMB, um centro de lazer com atividades em meio à natureza, devido aos seus igarapés.

Em 2019, a área do Caraparú foi transformada em praia artificial para o lazer, com o apoio do governador Helder Barbalho, que providenciou melhorias nas estradas, facilitando o acesso. A obra do Governo do Pará, por meio de convênio

com a Secretaria de Estado de Transportes (Setran), em parceria com a Prefeitura Municipal, recebeu um investimento de cerca de R\$ 3 milhões do Tesouro Estadual.

A estrada é uma das vias de maior influência econômica na zona rural do município, que passou a atender 13 comunidades agrícolas familiares, nas quais se cultivam mandioca, hortaliças e açaí, facilitando o escoamento da produção, além do apelo turístico em virtude do balneário.

O Plano Diretor nomeia esta iniciativa de praia artificial, mas, em nossa opinião, melhor seria defini-la como ela é, igarapé, para que se mantenha a identidade cultural do local. O termo praia artificial, ao nosso ver, é errôneo. As praias artificiais são criadas pelos indivíduos para imitar as praias litorâneas, com areias brancas e árvores plantadas no local. Neste caso, porém, as árvores já fazem parte do ambiente onde se localiza o igarapé, e as águas possuem o fluxo normal de sua fluente. A mudança de nomenclatura, portanto, tende a trazer impacto negativo para as relações culturais do local.

Por fim, a criação de uma agenda de atividades esportivas e de lazer, por iniciativa da SECULTD, viabiliza a organização e o registro das vivências esportivas e de lazer do município. Quanto ao uso dos igarapés, sabemos que a agenda é voltada mais para o período das férias de verão. Entretanto, cremos que podem ser viabilizadas outras agendas, a fim de melhorar a movimentação turística durante o ano.

Identificamos, nos documentos bibliográficos, poucas referências às vivências de lazer nos igarapés, apesar dos registros fotográficos. Devido à ênfase no processo de colonização e na produção econômica, esses dados são pouco analisados.

Existem outros documentos, dissertações e teses que discutem sobre os igarapés, mas suas ênfases são em questões de zoneamento, em aspectos ligados à fauna e flora; na cultura agrícola, nas festas, no povoamento etc. Aspectos ligados ao lazer, porém, não os encontramos em nenhuma das bibliografias consultadas, apenas pequenos dados que nos levaram a compreender algumas manifestações ao longo da história, mas sem aprofundamento teórico.

O município foco de nossa pesquisa possui legislação própria voltada à preservação e ao ordenamento do uso de recursos naturais. Nesse caso, os igarapés e balneários locais devem ser regularizados e fiscalizados a partir do Plano Diretor e da Lei nº 60/2006, que trata da legislação ambiental municipal. Para isso,

deve haver suporte técnico e operacional suficientes, haja vista o vasto espaço de recursos naturais que ainda existe no município.

A Lei Municipal nº 60/2006 estabelece como princípio básico da Política de Meio Ambiente de Santa Izabel do Pará o direito da população ao meio ambiente equilibrado, sendo dever do Poder Público protegê-lo e defendê-lo, visando ao desenvolvimento econômico-social em harmonia com a natureza. Para isso, a própria lei dispõe sobre a participação popular nas decisões que envolvam o meio ambiente.

As relações entre os igarapés, a cidade e seu povo, assentadas sobre bases históricas, sociais, econômicas, culturais e educativas, devem nortear o uso e a permanência nos igarapés.

Para que o princípio ambiental seja garantido, há de se considerar o envolvimento da população nas decisões públicas e tratar o processo dentro de princípios educacionais e de consciência ambiental. De igual modo, cumpre esclarecer que o referido princípio deve ser balizado pela salvaguarda dos saberes ambientais, que envolvem toda a população na distribuição e conservação de bens materiais e imateriais do município.

Se o direito social garante à população o convívio com o meio ambiente, do mesmo modo, deve garantir o direito ao lazer. Em nosso caso de estudo, a aproximação ao meio ambiente, especificamente aos igarapés, deve primar para que eles não sejam danificados por investimentos de capital que promovam o devastamento florestal, afetem diretamente as águas e, conseqüentemente, o usufruto do lazer nos igarapés.

Em 2016, a Prefeitura realizou a limpeza de alguns igarapés do município, mas isso não foi o suficiente para garantir o direito ao lazer nestes locais. A limpeza é somente um dos fatores técnicos de manutenção planejada que devem ser realizados de modo contínuo. Além disso, é preciso instituir processos educacionais e de fiscalização sobre construções que afetam os igarapés, seja pelo assoreamento, seja pelo despejo irregular de produtos químicos em suas águas. Esse é um dos desafios a serem debatidos com a população.

Após a imersão realizada nos aspectos sociais, culturais e econômicos que contextualizam a história da criação do município de Santa Izabel do Pará, desde o período de sua colonização, procuramos adaptar um instrumento de observação qualitativa dos igarapés, que pode servir posteriormente para os

processos decisórios relativos às melhorias e aos investimentos públicos necessários à promoção do lazer.

Nossa intenção foi pensar em um processo sistemático que favorecesse a identificação de aspectos ligados a espaços e equipamentos relacionados aos igarapés, bem como analisar os discursos dos sujeitos sobre o lazer nestes espaços. A convergência resultante dos dados analisados deve promover, ao final, a identificação cultural existente a partir dos pensamentos expressos nos discursos e das relações entre o lazer nos espaços de igarapés para os membros das comunidades izabelense.

4 A CONTEMPLAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER EM IGARAPÉS DE SANTA IZABEL DO PARÁ E AS ANÁLISES DE IMAGENS PARADAS

Nesta seção, apresentamos os dados obtidos durante as observações realizadas nos igarapés após a visita nas comunidades, tendo por instrumentos o *checklist* (Apêndice L) e as fotografias registradas.

Para isso, apresentaremos sequencialmente os resultados alcançados na observação e, após, as imagens paradas, para realizarmos a análise crítica em cotejo com as bases teóricas.

Os espaços sociais de lazer em igarapés fazem parte da construção urbana e rural dos municípios paraenses, e as atividades neles desenvolvidas guardam estreita ligação com a vida em comunidade.

Em Santa Izabel do Pará, os igarapés estão situados, em sua maioria, nas áreas rurais e nas beiras das rodovias.

Observamos, ao longo das estradas e nas comunidades, diferentes tipos de igarapés, os quais definimos, em primeira escala, como públicos e particulares e, em segunda escala, considerando os equipamentos e o fim pretendido com seu uso.

As tipologias foram surgindo de acordo com o surgimento dos igarapés e considerando: as leituras teóricas que influenciaram na construção dos quadros que seguem abaixo.

A unidade de análise destaca os igarapés visitados de acordo com suas tipologias, a partir do enquadramento das formas de uso.

Em vista do exposto, formulamos em nossa pesquisa o quadro de tipologias e de unidade de análise com as seguintes classificações:

Quadro 1 – Unidades de análise dos tipos de espaços de lazer em igarapés

Tipologia de Igarapés	
Espaços de lazer em igarapés públicos (planejados)	Espaços de lazer em igarapés planejados com grandes, médios ou pequenos equipamentos industrializados, com finalidade de atender à comunidade ou para fins turísticos, que possuem organização e investimento público para dar suporte às atividades. Normalmente, são utilizados para fins turísticos, sob responsabilidade do Poder Público ou da liderança comunitária. Concentram grandes grupos de pessoas.
Espaços de lazer em igarapés públicos (não planejados)	Espaços de lazer em igarapés que não possuem planejamento urbano, nem equipamentos industrializados e se encontram nas redes viárias de acesso ao público, com função adaptada pela população e uso espontâneo. Não recebem investimento público. Normalmente, encontram-se nas margens da estrada e são utilizados por pequenos grupos de pessoas.
Espaços de lazer em igarapés particulares (com fins privados)	Espaços de lazer em igarapés de propriedade particular e acesso ao público utilizados como espaço de investimento privado. Possuem estruturas e equipamentos diversificados e cobram o ingresso. Às vezes, são definidos como balneários. Concentram grandes grupos de pessoas.
Espaços de lazer em igarapés particulares (de uso familiar)	Espaços de lazer em igarapés de propriedade particular com acesso vedado ao público em geral, mas que servem de espaço para o lazer familiar.

Fonte: elaborado pela autora (2021).

As unidades de análise também estão relacionadas à identificação específica de cada igarapé pesquisado in loco, haja vista possuírem dimensões próprias, a depender da comunidade. Assim, partindo do recorte das comunidades encontradas no município, elencamos oito comunidades, com dez unidades de análise visitadas:

Quadro 2 – Unidades de análise dos espaços sociais de lazer em igarapés

Unidade de análise		
Espaços públicos	Espaços particulares de uso familiar	Espaços particulares com fins privados
Comunidade Porto de Minas	Comunidade Uxiteua	Comunidade 5ª Nova (EcoPark Açai e Balneário Amaveline)
Comunidade Caraparú	Fazenda Nova Canaã	Balneário Lagoa Azul
Comunidade Espírito Santo do Itá	-	-
Comunidade São Francisco do Itá	-	-
Comunidade Conceição do Itá	-	-

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Na primeira escala da unidade de análise, foi possível identificar a tipologia e os locais dos igarapés que serviram ao estudo; na segunda escala, definimos a amplitude da análise pelas dimensões relevantes para a discussão sobre as relações entre a infraestrutura e os equipamentos.

Para fundamentar a observação qualitativa, optamos pelas quatro dimensões propostas por Moro (2011), cujos indicadores levaram em conta os sentidos encontrados em seus contextos exterior e interior.

O Quadro 3 nos mostra as definições de cada dimensão geral e dos contributos para a pesquisa:

Quadro 3 – Análise metodológica qualitativa de espaços de lazer em igarapés

Influência teórica	Âmbito de análise	Metodologia geral	Contributos da metodologia (detalhamento)
Saraiva (2007) Mora (2009) Vaz e Moro (2011) Cruz <i>et al.</i> (2012) Cárdenas <i>et al.</i> (2020)	Dimensão morfológica: descrição das formas e da aparência externa em seus aspectos gerais, bem como dos elementos que o compõem e seus respectivos aspectos.	A metodologia é composta por três pontos principais: 1. Observação direta, com utilização de <i>checklist</i> para registro dos parâmetros; 2. Registro fotográfico de Imagens; 3. Recolhimento dos discursos dos utentes a partir de entrevista semiestruturada ou narrativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Descrição a partir do levantamento dos aspectos urbanos/rurais, das estruturas e da estética dos equipamentos físicos; • Percepção dos sistemas de mobilidade urbana; • Acessibilidade; • Satisfação dos utentes nas atividades de lazer; • Análise da relação entre os benefícios do espaço social e as necessidades humanas; • Importância atribuída pelos sujeitos; • Tempo de permanência; • Impactos do desenvolvimento urbano; • Identificação cultural.
	Dimensão funcional: identificação das formas de uso e das utilidades necessárias às práticas de lazer ou à manutenção da vida dos utentes.		
	Dimensão socioeconômica levantamento de aspectos, situações e elementos sociais e econômicos da localidade.		
	Dimensão ambiental: análise de aspectos que envolvem a relação entre o ser humano e a natureza no que diz respeito à preservação, aos cuidados e aos saberes coletivos.		

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Os fatores utilizados são elementos constituídos de dimensões e relacionados diretamente a elas como condição observável, ao passo que os

indicadores são dependentes destas. Os elementos indicados são desdobramentos encontrados nessa conexão entre a causa e o efeito.

A escolha pela observação dos espaços de lazer nos igarapés nos possibilitou privilegiar determinados aspectos da realidade; para isso, construímos um guia de observação (checklist) pautado no sistema avaliativo de espaços urbanos.

Os fatores e critérios qualitativos estão consolidados através dos indicadores que foram observáveis in loco, assim como, as imagens registradas permitiram também posteriormente a possibilidade de analisar com precisão o que estava apresentado nos igarapés.

Os indicadores foram subdivididos de acordo com cada uma das dimensões: morfológica, funcional, socioeconômica e ambiental que se apresentarão em quadros para cada igarapé visitado. Posteriormente faremos a análise simbólica e a reflexão crítica de modo descritivo e dissertativo sobre os igarapés registrados.

O Quadro 4 representa a síntese do método e as relações entre as dimensões, os fatores e os indicadores para a realização da observação qualitativa:

Quadro 4 – Fatores e critérios qualitativos e indicadores dos espaços de lazer em igarapés (continua)

Método principal	Fatores/critérios qualitativos	Indicadores
<p>a) <i>Identificação das tipologias dos igarapés com fins de lazer;</i></p> <p>b) <i>Definição das unidades de análise;</i></p> <p>c) <i>Definição das dimensões e indicadores observáveis e registrados por imagens;</i></p> <p>d) <i>Análise das verbalizações dos utentes resultantes das entrevistas.</i></p>	<p>Dimensão morfológica</p> <p>1. Mobilidade urbana;</p> <p>2. Estrutura e equipamentos;</p> <p>3. Acessibilidade.</p>	<p>a) sistema viário;</p> <p>b) acesso dos utentes;</p> <p>c) paradas;</p> <p>d) iluminação;</p> <p>e) sinalização;</p> <p>f) segurança;</p> <p>g) arborização;</p> <p>h) contexto próximo ao espaço;</p> <p>i) pórtico;</p> <p>j) bancos;</p> <p>k) estacionamento;</p> <p>l) lixeiras;</p> <p>banheiros;</p> <p>m) mesas;</p> <p>n) piso;</p> <p>o) palco;</p> <p>p) wi-fi;</p> <p>q) conservação;</p> <p>r) acessibilidade às águas;</p> <p>s) equipamentos adaptados;</p> <p>t) depredações;</p> <p>u) riscos.</p>

Quadro 4– Fatores e critérios qualitativos e indicadores dos espaços de lazer em igarapés (conclusão)

Método principal	Fatores/critérios qualitativos	Indicadores
	<p>Dimensão funcional</p> <p>1. Usos e atividades.</p>	<p>a) quadras esportivas; b) equipamentos para atividade física; c) parque infantil; d) espaço para esporte na natureza; e) profissionais; f) funcionalidade; g) histórias orais (cultura).</p>
	<p>Dimensão socioeconômica</p> <p>1. Fins mercadológicos; 2. Sociabilidade.</p>	<p>a) restaurantes; b) bares; c) lanchonetes; d) vendedores autônomos; e) materiais de banho; f) faixa etária atendida; g) maior fluxo de movimento na semana; h) horário de funcionamento; i) ingresso.</p>
	<p>Dimensão Ambiental</p> <p>1. Conforto Ambiental.</p>	<p>a) clima; b) silêncio; c) sons; d) paisagem; e) contenção dos igarapés; f) espaço com arborização; g) movimento das águas; h) temperatura; i) turbidez; j) área preservada; k) limpeza dos igarapés; l) contaminação.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

O procedimento de observação *in loco* e o registro das imagens ocorreu no segundo semestre de 2020, entre os meses de agosto a novembro. Foram realizadas dez viagens ao município durante este período.

A pesquisadora se deslocou para o município de Santa Izabel do Pará tendo como referência uma guia, moradora do município e ex-vereadora, que se dispôs a assessorá-la apresentando as lideranças das comunidades com os igarapés mais visitados do município, além de contribuir com informações históricas pertinentes à pesquisa.

Realizamos as visitas observando diferentes pontos das comunidades, para construirmos uma reflexão crítica sobre o lazer nos igarapés. Foi registrado o endereço específico onde se localizavam alguns igarapés, as possibilidades de acessibilidade, os sistemas viários existentes e as condições de manutenção. Após

as observações e o registro do *checklist*, optamos pelo registro fotográfico para a realização da análise de imagens.

Cada igarapé visitado gerou um arquivo de imagens, algumas utilizadas no corpo do texto e outras arquivadas digitalmente. A análise de imagens paradas foi realizada considerando todas as fotografias, no entanto, somente algumas foram utilizadas no corpo do texto como referência ilustrativa.

A sequência da análise ocorreu de acordo com as visitas nas diferentes localidades, as quais designamos como “Rota das Águas”. Esse termo surgiu a partir de um projeto da SECULTD que divulgava os igarapés enquanto espaços de lazer e turismo. É interessante a terminologia Rota das Águas, pois descreve exatamente os caminhos de deslocamento e os braços de igarapés que surgem na beira da estrada.

A Rota das Águas em Santa Izabel do Pará inicia essa visão de incentivo sobre essa ótica, para movimentação e visibilidade para as comunidades com igarapés do município.

[...] os espaços turísticos são tão somente os mercados turísticos, onde ocorrem os "tráfegos de turistas", circulação e tráfegos aos núcleos receptores, divididos em zonas emissoras e receptoras ou, pólos turísticos: espaços demarcados por limites, fronteiras nacionais, tempo de viagem, que distinguem os estrangeiros como visitantes temporários, os quais necessitam de serviços, recreação e entretenimento. (SILVA; MOESCH, 2016, p. 11)

Na premissa do que se pode compreender do turismo em Santa Izabel do Pará aos igarapés, encontramos mais visitantes temporários que visam a recreação e entretenimento, seu tempo de viagem normalmente dura o final de semana até um dia. Para as autoras a busca do turismo pela natureza tem aumentado o segmento econômico.

4.1 ROTA DAS ÁGUAS NA SEDE DE SANTA IZABEL DO PARÁ

A sede do município de Santa Izabel do Pará é considerada um centro urbano, por isso possui poucos igarapés públicos. Por meio de pesquisa, conseguimos localizar alguns que funcionam como balneário e, a partir do recorte, selecionamos o Amaveline e o Eco Park Açaí, ambos localizados na rua Quinta Nova.

Os balneários foram escolhidos em virtude de possuírem igarapés atravessando seu terreno, o que nos favorecia o estudo, apesar de ofertarem, entre seus equipamentos, piscinas de água natural.

A observação ocorreu durante o dia 10 de setembro de 2020.

O primeiro balneário com igarapé visitado na Sede do Município foi o Amaveline (escrito na placa artesanalmente construída que identificava o local).

O balneário Amaveline fica localizado na Quinta Nova, mas não conseguimos precisar exatamente a que altura (km).

O acesso ocorre pela BR-316, virando à direita, após a passarela que segue em direção a Belém. À direita da entrada fica a fábrica do Frango Amazônia e do outro lado existe um extenso muro de alvenaria.

Seguimos pela estrada até a frente do balneário onde pudemos adentrar após conversar com os responsáveis que estavam no local.

Este igarapé é do tipo espaço particular com fins lucrativos e fica na área rural.

A Figura 14 mostra uma visão geral obtida pelo satélite do Google Maps, localizando a rua quinta nova e a localização do balneário, sobreposto, seguem cinco fotografias registradas pela autora.

Figura 14 – Localização de imagem por via satélite através do Google Maps da Rua 5ª Nova do Balneário Amaveline e registro de imagens da autora



Fonte: acervo particular da autora (2020).

As imagens paradas nos permitem mostrar contextualmente parte do balneário, com ênfase em alguns aspectos que chamam a atenção para a permanência de área verde, o que permite que a percepção dada aos sujeitos seja de inserção na natureza.

O Quadro 5, abaixo, descreve os aspectos observados a partir das dimensões anteriormente reveladas:

Quadro 5 – Análise das dimensões observadas no Balneário Amaveline (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Quanto à mobilidade urbana, o sistema viário é de terra batida, do tipo argilosa, de cor amarela, terraplanado, com acúmulo de poças de água em alguns trechos.</p> <p>O acesso pelos utentes pode ser feito a pé, de moto, bicicleta ou carro. Não há ponto ou parada de ônibus ao longo da via. Existe iluminação na pista, mas é precária, com grande distanciamento entre os postes de alumínio e luzes de baixa intensidade.</p> <p>Não existem sinalizações na pista, nem segurança viária. Há arborização ao longo de seu percurso, em alguns pontos, haja vista existirem diversos terrenos de casas, fazendas (Alexandria) ou fábricas. O comércio, de pequeno porte, é feito por vendedores autônomos, que instalam suas barracas para venda de suco de cana de açúcar ou outros produtos na beira da estrada.</p> <p>Quanto à estrutura e aos equipamentos, o balneário possui um pórtico de entrada decorado com flores e estátuas de pedra e de madeira, após o qual existe espaço para estacionamento de carros. A iluminação do local é natural e artificial.</p> <p>O ambiente interno é composto de várias estruturas; logo após à entrada, à esquerda, há um quiosque todo em alvenaria, com uma mesa, bancos de pedra e piso revestido de lajotas. Por detrás dessa estrutura, surge um novo prédio de alvenaria, com balcão e banquetas altas, lavabo e churrasqueira também de alvenaria, bem como dois bancos artesanais de pedra.</p> <p>À direita do pórtico, em direção ao fundo, existe um ambiente de alvenaria de dois pavimentos. No andar superior, localiza-se a residência do dono; e no inferior, um salão. Ao lado deste prédio existe uma caixa d'água construída em alvenaria.</p> <p>O salão do andar de baixo possui estrutura de ferro e o telhado de alumínio galvanizado, com piso de granilite. As cores utilizadas no ambiente são o vermelho e o preto. O salão é utilizado para acomodar mesas e cadeiras de plástico, sobrando espaço para danças. Existe ainda no salão uma mesa comprida, de madeira, com cadeiras destinadas a dez pessoas.</p> <p>A lanchonete está localizada no fundo do salão, bem ao centro, e ao lado dela se encontra uma escada que leva ao andar superior.</p>

Quadro 5 – Análise das dimensões observadas no Balneário Amaveline (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Na parte lateral do salão, há banheiros e um vestuário com lavabo na parte externa. Os banheiros feminino e masculino possuem uma entrada que dá em uma sala de alvenaria, com um banco do mesmo material e paredes e piso revestidos de cerâmica. Possui uma sala de banho e outra com mictório e uma pequena pia para lavagem das mãos. Atrás dos banheiros existe um corredor com três chuveiros externos.</p> <p>As lixeiras são colocadas no salão e em alguns espaços, mas não são adaptadas nem obedecem a padrões de reciclagem.</p> <p>Os três quiosques de alvenaria com escada e telhas de barro distribuídos no terreno possuem suporte para rede de descanso.</p> <p>Não é possível acessar o wi-fi. Quanto à acessibilidade, existe uma rampa que sai do salão até a piscina, mas outros equipamentos não são adaptados para acessibilidade nem possuem sinalização.</p> <p>Existe limpeza do local de acordo com as atividades.</p> <p>A certa altura, o terreno entra em declive, com escadas de lajotas, retenção da terra e arborização. Existe uma ponte de acesso ao outro lado da borda que dá visibilidade para duas piscinas grandes, cujas lajotas do fundo foram parcialmente arrancadas. Do outro lado da ponte existe uma pequena capela com bancos em madeira, um altar, que recebe a imagem de Maria, e ao fundo, pregada à parede, uma cruz, feita em vitral. Nas paredes laterais existem duas imagens: a primeira de um frade capuchino, e a outra não conseguimos reconhecer.</p> <p>Para entrar em uma das piscinas é necessário descer pela escada de inox, e na outra existe uma escadaria de ambos os lados. Há vários bancos de pedra margeando a piscina, assim como mesa e bancos feitos de troncos de madeira.</p> <p>No declive, existe uma escadaria feitas de sacos de areia que servem como contenção e, ao mesmo tempo, escada.</p> <p>Ao lado da piscina, observa-se a nascente de água do pequeno igarapé, cuja estrutura possui uma estátua da Yara.¹⁰ As águas fazem uma pequena cascata, que cai em um pequeno igarapé, cujo fundo necessita de limpeza, depois desembocam na mata.</p>
Dimensão funcional	<p>Quanto à dimensão funcional do uso e das atividades, observamos a inexistência de equipamentos de lazer, como quadras e parque infantil. Os espaços para atividade física existem se considerarmos o terreno, mas não estão adequados para a prática de atividades esportivas, nem para o exercício físico.</p> <p>Os profissionais que se encontram no local são os que cuidam do balneário (caseiros).</p> <p>No tocante ao lazer, a funcionalidade do balneário se destina aos banhos e/ou às festas particulares. Não existe nenhuma prática de construção cultural ou identitária.</p>

¹⁰ Yara é um ser mitológico da Amazônia representado por uma índia que enfeitiça os homens para levá-los até o fundo dos rios. Com a aculturação, esse ser passou a ter as feições de uma sereia: metade peixe, metade mulher.

Quadro 5 – Análise das dimensões observadas no Balneário Amaveline (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, quanto aos fins mercadológicos, o balneário só funciona para o aluguel de todo o espaço. O bar e as bebidas ficam por conta da casa. Alimentos e outros, somente se contratados.</p> <p>No aspecto de sociabilidade, é ampla sua faixa etária de atendimento, que vai de criança a idosos. Seu uso depende do dia contratado para aluguel, mas normalmente o estabelecimento funciona de quinta a domingo.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Quanto à dimensão ambiental, o clima é suave, com possibilidade de chuvas. O local é silencioso; os sons mecânicos surgem somente por conta da festa. A paisagem é bastante arborizada, lembrando um pequeno bosque, com estruturas distribuídas nele. A contenção do igarapé é feita por um corredor de alvenaria, pelo qual correm as águas, que caem em cascata, formando uma pequena piscina de água natural, depois seguem normalmente seu fluxo. A temperatura da água é fria, e a turbidez baixa. Não está localizado em área preservada, mas o fundo do igarapé necessita de limpeza constante. As águas não possuem cheiro, nem presença de resíduos sólidos, mas o fundo está assoreado.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Análise simbólica: Nas imagens registradas observamos uma piscina pequena, formada por águas naturais. O fundo de onde se recebem as águas contém pedras e folhas submersas. O solo ao fundo é de argila, e as águas apresentam baixa turbidez, com faixas de luz solar refletindo sobre a superfície. Existe vegetação de matas ao redor. As bordas da piscina, feitas em pedra, para contenção das terras em declive; nelas está assentada uma estátua de sereia, cuja cauda esta imersa na água. Ela está em pose de admiração, olhando-se ao espelho e, com a outra mão, mexendo em seus cabelos, em sinal de vaidade. A cor de sua pele é amarela, com cabelos negros compridos; atrás dela há terra e várias folhas caídas, galhos de árvore ao chão e um cano ao fundo. Ao seu lado, encontra-se uma gruta de pedras, cujo cano dá a vazão da nascente da água. É possível observar um muro feito de alvenaria, com várias árvores de mata virgem.

Observamos uma estrutura de alvenaria formando uma cascata, cheia de limo e folhas; o fundo do igarapé aparece com águas turvas, e seu solo é composto de argila. Existe um caminho feito pelas águas, cujas margens não estão contidas e são de terra com folhas caídas e matos; o sol reflete as águas, que passam a ser transparentes. Existem também vários galhos de árvore e folhas de coqueiros caídos no chão. Observamos a continuidade do caminho das águas, já com estreitamento. Pela ação da luz solar, que deixa as águas transparentes, é possível ver o fundo do

igarapé, com pouca profundidade devido ao assoreamento, que depois adentra as matas virgens; ao redor existem várias árvores.

Existe um conjunto de piscinas. Observamos uma estrutura em alvenaria e a plataforma da piscina retangular, de águas transparentes, em cujo fundo aparecem as lajotas azuis, embora algumas tenham sido retiradas. Em ambos os lados, observamos uma escadaria feita de lajotas que leva até as águas da piscina. Ao redor, há um muro de contenção. Há muretas vazadas, com motivos gregorianos, ao fim das quais surge uma segunda piscina, de estrutura hexagonal, desfalcada de algumas lajotas e aparentemente mais funda do que a primeira. Nas periferias da piscina há uma escada em inox e um escorregador de plástico, e ao seu redor uma espreguiçadeira de sol, um pequeno quiosque com sombra e várias árvores altas.

Existem quiosques; veem-se alguns bancos de alvenaria, com plantas ornamentais ao redor, vasos pintados com motivos de pássaros amazônicos, lixeira em alvenaria e caules de palmeiras. Ao fundo, observa-se um novo quiosque, que possui rede para descanso.

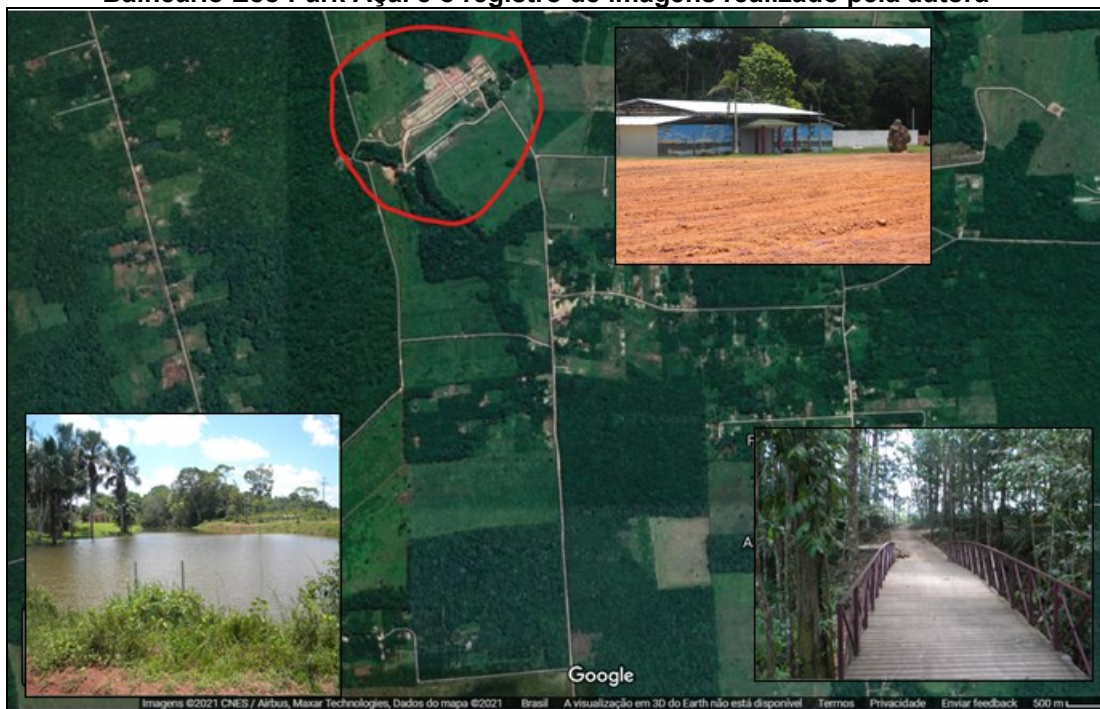
Representação dos sentidos: o igarapé do Balneário Amaveline necessita de melhorias, como a limpeza do fundo do igarapé e de sua nascente. Existe uma grande possibilidade de uso, caso seja realizada a ampliação da piscina natural formada pela queda da água, tanto em profundidade quanto em largura. Para isso, seria necessário investimentos de caráter privado. O caminho das águas do igarapé precisa de desassoreamento, e suas margens de limpeza. Também é preciso melhorar a acessibilidade ao igarapé. Quanto ao aspecto de investimento cultural, o igarapé contribui, em parte, para manter aceso o imaginário popular, ao utilizar em sua paisagem um ser mitológico.

Os aspectos apresentados demonstram que existem diferentes espaços internos com equipamentos que favorecem a vivência do lazer. Há possibilidades para descansar e se divertir. Os quiosques nos chamaram a atenção, pois podem abrigar os sujeitos mais introspectivos, para sono ou leitura.

O segundo balneário visitado que se localiza na Sede do Município de Santa Izabel do Pará foi o Eco Park Açaí fica localizado na rodovia BR-316, Km 32, ao final da rua Quinta Nova. É considerado um espaço particular com fins lucrativos localizado em área rural.

A oferta de atividades para o lazer compreende parque aquático com águas naturais, esportes de aventura, espaço zen, fazendinha, pesca esportiva e outras.

Figura 15 – Localização de imagem por satélite através do Google Maps da rua 5ª Nova do Balneário Eco Park Açai e o registro de imagens realizado pela autora



Fonte: acervo particular da autora (2002).

O Balneário Eco Park Açai tem por premissa o investimento turístico na região para ser transformado em parque aquático, utilizando suas reservas naturais incluindo o igarapé como fonte de atividades a serem oferecidas.

Quadro 6 – Análise das dimensões observadas no Balneário Eco Park Açai (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>A dimensão morfológica de mobilidade urbana é a mesma do Balneário Amaveline, por utilizar o mesmo sistema de acesso.</p> <p>Na dimensão morfológica de estrutura e equipamentos, a área do balneário ocupa 1.000.000 m², ainda em fase de desenvolvimento e acabamento, que será realizado por etapas.</p> <p>A área para estacionamento e a rua Quinta Nova se misturam como se fosse uma só, devido ao aterramento, que, no dia da pesquisa, acabara de ser feito.</p> <p>As paredes do pórtico são pintadas com motivos retirados da natureza amazônica.</p>

Quadro 6 – Análise das dimensões observadas no Balneário Eco Park Açaí (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Anexa ao pórtico de entrada, há uma estrutura para recepção de pessoas e venda de ingressos, com balcões feitos de alvenaria e pedra de mármore, cadeiras de plástico e <i>notebooks</i>, utilizados para registros. Em um dos lados do painel há uma pintura com motivos primaveris, e no outro uma onça saindo da mata – felino característico da Região Amazônica. Em declive, existem duas rampas de alvenaria em forma de 'X', com pedras naturais ao longo de suas bordas e, ao centro, um chafariz.</p> <p>Na parte interna, estão dispostas várias mesas e cadeiras de plástico branco. Há iluminação natural e artificial, de baixa intensidade. As lixeiras e os coletores de lixo estão distribuídos ao longo do parque. Existem banheiros feminino e masculino equipados com chuveiros no parque. Não identificamos bebedores. O piso é misto, a depender da área em que se está: uma parte é grama, e as outras são de cimento queimado ou madeira. Na primeira fase da construção, não identificamos palco. Há funcionários responsáveis pela segurança no local. É possível acessar o wi-fi em alguns ambientes. A limpeza do local ocorre semanalmente.</p> <p>Quanto à acessibilidade, há acesso aos espaços internos, com diferentes equipamentos. Não observamos nenhuma depredação, nem riscos para os utentes.</p>
Dimensão funcional	<p>Na dimensão funcional, quanto aos usos e às atividades, o parque oferece diferentes tipos: os equipamentos do parque aquático infantil, composto de piscinas naturais e outra artificial, ornamentada com bengalas, arcos coloridos e cogumelos, que servem como chuveiros dentro das águas, além do brinquedo 'tonel', que derrama quando cheio. O parque está projetado para a prática de diferentes esportes na natureza – rapel, tirolesa, trilhas e passeios a cavalo.</p> <p>A funcionalidade está voltada para o banho, o lazer, o turismo, a convivência, os jogos e as práticas esportivas.</p> <p>Os profissionais que atuam no local são recepcionistas, seguranças da água, garçons, cozinheiros, entre outros.</p> <p>Não existem reproduções de elementos ou personagens da história cultural para consolidar a regionalidade. O trabalho cultural está no arranjo paisagístico e nas possibilidades de fomento a atividades em meio à natureza, consolidando uma cultura de lazer regionalizada.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>A dimensão socioeconômica para fins mercadológicos é a base central da existência do parque, que possui restaurante, com venda de alimentos e bebidas.</p> <p>Quanto à sociabilidade, são atendidas diferentes faixas etárias, da criança ao idoso.</p> <p>O maior fluxo de atividade ocorre aos sábados e domingos, das 9 às 17 horas.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Na dimensão ambiental, no que diz respeito ao conforto, o ambiente conta com diferentes espaços, alguns com sons e música, outros silenciosos. As áreas com piscina têm o clima mais quente e com som mecânico, e as áreas na natureza possuem clima amenizado pela vegetação e silencioso. No interior, existe um pequeno parque para <i>pets</i>.</p>

Quadro 6 – Análise das dimensões observadas no Balneário Eco Park Açaí (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão Ambiental</p>	<p>Quanto aos espaços, uma parte da área foi devastada para a criação da estrutura, e a outra está voltada à conservação da natureza. As águas naturais de onde surgem o igarapé são de fluxo contínuo, com contenção da própria natureza, possuem turbidez alta e temperatura fria.</p> <p>O parque não se encontra em área preservada, e não detectamos contaminação nas águas por nenhum fator.</p> <p>Realizamos um levantamento das proposições do parque e daquilo que oferece. Existe uma relação de <i>marketing</i> de rede através do perfil que a administração mantém no Facebook, de onde retiramos alguns dados interessantes.</p> <p>A organização do parque instituiu o programa Eco Amigo, que consiste na adesivação do material de campanha do Eco Park Açaí nos vidros dos carros, o que garante aos aderentes alguns benefícios, como conhecer o espaço interno e as piscinas de águas naturais. No entanto, é voltado somente para quem tem carro e foi previsto somente para o mês de janeiro de 2021.</p> <p>Atualmente, há 400.000 m² de área construída. O parque está concluindo a fazendinha, que dará acesso a passeios de cavalo, possibilitando aos utentes o contato com animais. A proposta é fazer com os visitantes tenham contato com a fauna e flora locais.</p> <p>Num futuro próximo, o parque pretende construir um carrinho de passeio em meio à natureza. A proposta é garantir a sustentabilidade do local, o acesso a natureza através do contato com os rios em atividades típicas da Região Amazônica.</p> <p>A política de contratação do parque defende o emprego para as pessoas da própria comunidade.</p> <p>Com os espaços constituídos, as pessoas poderão realizar caminhadas e praticar atividades físicas aliadas ao meio ambiente equilibrado.</p> <p>Além do exposto, o parque também conta com um espaço zen, para relaxamento e massagem, e com um lago para pesca esportiva.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

As dimensões retratam a descrição observáveis em âmbito global, considerando todas as imagens registradas que nos auxiliaram na construção do texto. A análise simbólica se refere as utilizadas na figura 15.

Análise simbólica: o pórtico de entrada pintadas com motivos amazônicos ainda se encontra em processo de finalização, incluindo seu estacionamento.

Observamos a existência de uma ponte de madeira com guarda-corpo de ferro, em cujas laterais existem árvores e matas. É possível identificar a continuidade

de até três caminhos diferentes. As árvores estão em volta de todo o percurso, favorecendo a caminhada.

O igarapé mostra parte da estrada, de terra argilosa e com mato nas laterais. Observam-se as águas marrons, de baixa turbidez. E, aparecem os cercados de madeira, com animais. Ao fundo, o rio adentra a floresta, e em seu entorno há uma pequena construção e várias árvores.

Representação de sentidos: a estrutura interna do Eco Park Açaí está em fase inicial de construção e possui uma proposta interessante de utilização da natureza para a vivência do lazer. Enquanto proposição, não existe na Região Norte nenhum espaço de lazer mercadológico que se proponha a integrar o sujeito com o meio natural pelo dinamismo das atividades envolvidas. O espaço é inovador, pela ausência de outras iniciativas de lazer dentro de um padrão de qualidade e segurança. Apesar de explorar o igarapé, não consideramos relevantes as possibilidades de uso que a empresa propõe.

4.1.1 Confrontamento crítico da Comunidade Quinta Nova

Ao analisar as observações e as imagens paradas, constatamos que, na Sede de Santa Izabel do Pará, não existem espaços de igarapés públicos, e os poucos existentes são utilizados para fins de lazer mercadológico.

É interessante observar, porém, que os parques analisados se esforçaram por criar uma relação entre as pessoas e a natureza, e isso fica claro nas estruturas encontradas nos locais investigados.

Existe uma diferença entre os parques desta localidade, pois o primeiro se utiliza da oferta de aluguel, com valor da diária agregado, o que pode servir para vários fins além do lazer, como celebrações de casamento, aniversários, conagraçamento de instituições ou de grupo de pessoas. O segundo espaço cobra ingressos e está diretamente voltado para diferentes atividades promotoras de lazer e sociabilidade. A sociabilidade, aqui representada pela convivência entre as pessoas em integração com a natureza, no entanto, tem por pano de fundo as relações de capital sobre o lazer.

No século XXI, observa-se o crescimento do lazer sob a ótica do mercado. Um dos setores de investimento para o desenvolvimento capitalista, o lazer surge como um produto a ser ofertado.

Apesar da existência de igarapé no terreno do Eco Park Açaí, suas atividades estão consolidadas como um parque aquático, e suas atrações voltadas a uma diversidade de ações, entre as quais as piscinas de água natural.

Entre as décadas de 1980 e 1990, explodiram os investimentos em parques aquáticos por parte da indústria do entretenimento. Desde o seu surgimento, em 1977, esta categoria de parque iniciou um novo setor a ser explorado. No final da década de 1990, a indústria de parques aquáticos atingiu uma alta taxa de crescimento.

Conforme nos esclarece Vannucci (1999), esses parques podem ser classificados como *indoor* (em ambiente fechado) ou *outdoor* (em ambiente aberto) e, em função de seu tamanho, como megaparques, parques grandes ou parques pequenos. Isso depende do valor de investimento, que, no caso de grandes parques, exige um patamar mínimo de R\$ 40 milhões, sendo essa categoria a que gera um grande fluxo de turismo regional ou nacional.

Para Schnorr (2011), o parque aquático deve ser visto como atrativo turístico, pois oferta ao visitante inúmeras atividades recreacionais, utilizando-se para isso do ingresso como um dos meios de obter retorno dos investimentos. A oferta de lazer se vale do contato com a água como principal atrativo, além de explorar outras atividades secundárias.

De acordo com o exposto, cremos que o Eco Park Açaí, em razão de sua estrutura e do volume dos seus investimentos, pode ser classificado como um parque grande *outdoor*, talvez o maior do Pará, ou mesmo do Norte.

Há que se entender que a proposta ecológica defendida por esta empresa dialoga com o contexto natural em que está localizada, sendo este um diferencial em relação aos outros parques aquáticos encontrados. Comparativamente, as estruturas dos parques aquáticos realizam a limpeza geral de seu terreno, deixando algumas árvores para efeitos paisagísticos; seus equipamentos, geralmente, são toboáguas, restaurantes e bares molhados, banheiros e vestiários. Normalmente, possuem lojas alugadas, que oferecem serviços terciários.

A nosso ver, a proposta de unir entretenimento e sustentabilidade é o grande diferencial do Eco Park Açaí. Isso garante a manutenção da natureza e oferece a possibilidade de os sujeitos estarem em contato com o ambiente natural sem danificá-lo.

No contexto da Região Norte, o contato das crianças com os animais através da fazendinha ainda é algo insípido, pois poucas empresas investem na educação ambiental por meio do contato prático.

O Eco Park Açaí procurou centralizar diferentes atividades promovidas junto à natureza em um único local. Como se trata de um ambiente particular, optou-se pelo investimento privado para fins mercadológicos de entretenimento.

Para um debate mais ampliado, não podemos perder de vista que o lazer nestes ambientes passa a ter uma conotação seletiva, pois o poder financeiro para o uso do local fará a distinção do público que o visitará.

Quando pensamos em ambos os espaços analisados na travessa Quinta Nova, percebemos que o lazer leva em conta o custo-benefício pela ótica do capital. Existe um investimento que deve trazer retorno, seja na forma de aluguel do espaço, seja na forma de ingresso.

Não focamos em valores específicos, mas em valores absolutos. Para o aluguel de uma diária, cobra-se um valor mínimo de R\$ 250 a R\$ 300, fora os custos com alimentos e bebidas.

Para um passeio individual em um parque aquático, gasta-se aproximadamente R\$ 70 com ingresso, consumo de alimentos e bebidas. Fora os extras, como o aluguel de brinquedos, os esportes na natureza, entre outros. Considerando uma família de três pessoas, uma diária sai por no mínimo R\$ 210. É claro que os valores podem sofrer variações, mas deve-se considerar que os gastos com lazer e entretenimento comportam diferenciações, a depender do público atendido e do poder aquisitivo das classes sociais.

O lazer do século XX e XXI passou a ser mais amplamente visto como fonte de investimento, como produto a ser difundido, especializando-se na oferta direcionada ao consumidor. As relações entre o desejo e o querer são ofertadas como mercadoria. O ser humano, hoje, procura fugir dos centros urbanos, pois estes representam o local de trabalho, o lugar do stress, do trânsito incessante de carros, de sons que poluem o ambiente, de praças públicas desestruturadas, de ausência de opções para o descanso.

No Brasil, o entretenimento cultural existe desde o século XVIII, durante o qual os teatros e as praças públicas foram o palco da diversão e da distração públicas, mas foi a partir do século XIX que despontou a visão comercial sobre o lazer. O legado histórico do lazer encontra raízes nas mais antigas transformações

do mercado. O dinamismo das necessidades do período produziu novas formas de diversão, como o cinema e os estádios de futebol ou de outros esportes. Portanto, os fatores que hoje operam para o consumo do lazer foram paulatinamente modificados desde tempos anteriores ao século XX (DIAS, 2018).

O fator que opera o sucesso do mercado de lazer é a oferta de serviços adaptados às necessidades dos consumidores, atraindo-os para o atendimento de seus desejos. Desse modo, se, historicamente, entre os séculos XVIII e XIX, a fuga das pessoas se dava do ambiente rural para o urbano, em busca daquilo que a cidade poderia oferecer, a partir do século XX, iniciamos o processo reverso: a fuga do ambiente urbano para o rural, na tentativa de, ao menos durante os períodos de licenças do trabalho, as férias ou os finais de semana, entrar em contato direto com a natureza.

No Brasil, a busca por praias, balneários ou igarapés movimenta a economia em períodos específicos, durante os quais vemos a população em massa nesses locais. E os parques aquáticos ou ecológicos fazem parte desse universo.

O consumo do lazer pode operar de forma mais atraente se estiver conectado às sensações e necessidades do consumidor; exemplo disso decorre da preferência dada ao segmento de aventuras em ambientes naturais nas áreas amazônicas, em que pese o efeito dos custos sob aqueles que não possuem renda ou que pertencem às camadas mais baixas da população (TASCHNER, 2000).

Muitas empresas criadas para o lazer, incluindo o Eco Park Açaí, defendem que o surgimento dessas atividades movimenta a economia local, gerando empregos e garantindo a sustentabilidade da região. No entanto, devemos refletir que muitos empregados possuem uma renda inferior às necessidades de manutenção da casa, ao custeio dos estudos, às despesas com saúde, etc., o que os impede de usufruir do espaço que ajudaram a construir ou no qual trabalham. O mesmo pode ser dito dos moradores de Santa Izabel: nem todos terão ganhos suficientes para vivenciar as diferentes ofertas de atividades de lazer promovidas dentro da empresa. Considerando os benefícios que o investimento poderá trazer ao município, cremos ser possível que o governo, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada negociem possibilidades de acesso a toda população do município.

A proposição de incentivos fiscais a empresas sustentáveis pode vir a ser um caminho oportuno para viabilizar o acesso à educação ambiental e ao lazer para crianças, jovens e adultos vinculados às instituições educacionais do município. É

claro que este é um caminho possível, mas não é o ideal. Pois o caminho ideal seria a oferta de equipamentos públicos que favorecesse a vivência do lazer em diferentes ambientes, com qualidade de infraestrutura e equipamentos.

E não se trata somente de ofertar, mas sobretudo de manter. Por isso, é primordial que o Plano Diretor da cidade seja construído de modo participativo, dando voz às falas significativas e específicas dos sujeitos de cada comunidade localizada no município.

4.2 ROTA DAS ÁGUAS NO DISTRITO DE CARAPARÚ

Após o levantamento, selecionamos os igarapés que fossem mais conhecidos pelas visitas turísticas no distrito; nesse caso, optamos por apresentá-los na ordem com que foram visitados. Assim, temos a Comunidade Porto de Minas; a comunidade Uxiteua, onde se localiza a cabeça do Rio Caraparú; a Comunidade Espírito Santo do Itá; a Comunidade São Francisco do Itá; a Comunidade Conceição do Itá e a Comunidade Caraparú.

4.2.1 Igarapé Porto de Minas

O Balneário Porto de Minas se localiza na PA 140, Km 5, a aproximadamente sete quilômetros da cidade. Realizamos a observação no dia 1º de setembro de 2020. Em contato com o Sr. Jailson, recebemos a informação que o balneário, no que concerne à propriedade do terreno, é de natureza privada. Nesse caso, desde a entrada, as margens do igarapé possuem a razão social em nome de Izanilda Cruz do Rosário. Mas o igarapé em si é de natureza pública. Interessante observar que a manutenção e a limpeza do igarapé são de responsabilidade desta microempresa.

A microempresa Balneário Porto de Minas explora o estabelecimento e suas estruturas para servir bebidas e oferecer entretenimento. O fato de não haver claramente a separação do espaço público e o privado, em geral a compreensão do espaço como um todo leva a ser pensado erroneamente que tudo compõe as matrizes privadas.

Mesmo compreendendo os benefícios que a microempresa realiza, favorecendo a limpeza e cuidado do igarapé em si mesmo, este, por ser de ordem

pública, deveria ser pensado, planejado e organizado pela prefeitura. Todavia o que ocorre não é processo de concessão, mas sim de favorecimento no espaço público, e ao mesmo tempo, em que o setor privado se aproveita do igarapé para obter ganhos. Fica a preocupação que no passar do tempo esse espaço possa ser reivindicado como sendo de natureza totalmente privada.

Figura 16 – Localização de imagem por satélite da PA-140 no distrito de Caraparú via Google Maps e os registros de imagens realizados pela autora



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Analisamos as dimensões que surgiram na visita ao balneário Porto de Minas, onde o igarapé se encontra na via da PA-140.

Quadro 7 – Análise das dimensões observadas do Balneário Porto de Minas (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>O sistema viário que conduz ao igarapé é a PA-140, que, embora asfaltada, se encontra bastante danificada, com buracos na pista ao longo de todo o trajeto.</p> <p>Por essa via, passam diferentes meios de transporte, como carros, caminhões, ônibus, motos e bicicletas. Por dentro do igarapé, o deslocamento é feito por canoas, normalmente para pescaria.</p> <p>Não existe acesso ao igarapé senão pela ponte (de onde alguns jovens se jogam) ou pela entrada do balneário. Neste caso, devem ser respeitadas as normas do lugar.</p> <p>Não identificamos parada de ônibus, nem estruturas para tal. A iluminação ao longo da via é de baixa intensidade. Existem algumas placas de sinalização na pista, mas estão danificadas, amassadas e/ou cobertas de vegetação.</p>

Quadro 7 – Análise das dimensões observadas do Balneário Porto de Minas (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Não nos deparamos com nenhum posto de polícia, mas, cremos, deve haver pelo menos policiamento ostensivo ao longo da via.</p> <p>Existe bastante arborização nas margens da estrada, que é interrompida, aqui e ali, por vilarejos, casas e comércios. O balneário fica a aproximadamente um quilômetro da entrada para a comunidade de Caraparú. Próximo a ele, há um vilarejo, no alto de um pequeno morro.</p> <p>Quanto à estrutura e aos equipamentos, o Balneário Porto de Minas possui um amplo estacionamento de terra batida.</p> <p>O espaço é rodeado por árvores. Há um muro e um portão com pintura artesanal, no qual se identifica o balneário e, ao mesmo tempo, informa-se a proibição de adentrar com comidas e bebidas. O muro segue até o portão de entrada para carros, após o qual há um portão para a entrada de pessoas, com um pequeno prédio de alvenaria para cobrança de ingressos.</p> <p>A bilheteria não é utilizada, pois não se cobra ingresso para entrar. Após, segue uma cerca em madeira com arame farpado, que vai até a ponte.</p> <p>As águas do igarapé passam por baixo da ponte, que tem espaço suficiente para o trânsito de pequenas canoas. Próximo a ela encontra-se uma placa de turismo, elaborada pela Prefeitura, na qual se lê 'Balneário'. Logo em seguida, há outra placa informativa, com a seguinte mensagem: 'De 1º de novembro a 26 de fevereiro, PENSE NO FUTURO, respeite o período da Piracema', acompanhada do símbolo de proibido pescar.</p> <p>A ponte é feita de concreto, e sua estrutura já apresenta alguns danos. Próximo a ela, existem vários troncos em posição vertical, que apresentam riscos aos que pulam da ponte para o igarapé. Há muito mato próximo à ponte e lixo jogado no chão. Uma parte da mureta de contenção da ponte não se encontra no lugar, o que deixa um espaço com risco de queda para os transeuntes.</p> <p>No interior do balneário existe um prédio de dois andares e um salão com palco todo construído em alvenaria e pintado de laranja e preto. O telhado é de telhas de barro, e o piso de cimento queimado. As mesas e cadeiras de plástico são distribuídas no salão para acomodar os presentes durante as refeições.</p> <p>Existem bancos de alvenaria pintados de branco nas margens do igarapé, entre as árvores.</p> <p>A iluminação é natural e artificial (no terreno e no salão).</p> <p>O espaço do salão abriga uma lanchonete, que vende bebidas, lanches e refeições. À lateral da lanchonete se encontra o banheiro feminino. E do outro lado, o masculino.</p> <p>Saindo do salão em direção ao igarapé, encontramos dois quiosques e uma estrutura de chuveiros externos, com água encanada. Ao longo do caminho, há postes de iluminação com refletores.</p> <p>Entre a estrutura de alvenaria e o igarapé, o piso é de terra. Existe uma escada de concreto que desce até as águas.</p> <p>Há diversas placas de aviso para que não se jogue lixo no chão, bem como uma porção de lixeiras distribuídas pelo terreno.</p>

Quadro 7 – Análise das dimensões observadas do Balneário Porto de Minas (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Não existem bebedouros no local. Na área de terra, as mesas são de plástico e não possuem guarda-sol.</p> <p>A segurança é feita pelos próprios funcionários do balneário. Não existe <i>wi-fi</i> público.</p> <p>A manutenção e a limpeza do local são feitas pela microempresa, inclusive a do fundo do igarapé e a retirada de lixo sólido jogado pelos visitantes, apesar dos avisos.</p> <p>Não existe rampas ou equipamentos de acessibilidade. Não foi identificada depredação no local, e o risco que encontramos foi o oferecido pela própria natureza. Ao final da tarde, normalmente, com a chuva e a quietude do igarapé, no meio da semana, podem surgir cobras. Durante a visita, fomos surpreendidas por duas cobras, uma cobra coral verdadeira e a outra não identificada. Mas não houve nenhuma outra intercorrência.</p> <p>Outro risco verificável é que existem jovens que se arriscam a pular da ponte para as águas do igarapé. Em uma das margens, perto da ponte, há troncos que poderiam causar acidentes.</p>
Dimensão funcional	<p>No tocante à dimensão funcional, não observamos quadras de areia ou futebol, muito embora a amplitude do terreno comportasse ambos.</p> <p>Não há parque infantil, nem qualquer tipo de atividade ou esporte na natureza.</p> <p>Os profissionais que atuam no lugar são os vendedores e os garçons.</p> <p>Quanto à funcionalidade, o balneário é utilizado para o banho, o lazer, a convivência e o jogo. Existem também algumas histórias orais que envolvem o igarapé.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, quanto aos fins mercadológicos, o espaço é híbrido. Uma parte é da microempresa, para gerar capital, e a outra é pública. Assim, existe restaurante/lanchonete e aluguel de boias e câmaras de pneus para os visitantes.</p> <p>Quanto à sociabilidade, o local atende a diferentes faixas etárias, mas observa-se o uso predominante por familiares ou grupos de conhecidos. Os finais de semana são os períodos de maior frequência e, no período de férias, recebem até 5 mil banhistas, segundo informação do dono.</p>
Dimensão Ambiental	<p>No que tange à dimensão ambiental, o clima é quente ao meio-dia, mas fica suave após as 15 horas, pois existe bastante ventilação natural. Impera o silêncio no meio da semana, mas há barulho durante o fim de semana, devido à aparelhagem de som do restaurante.</p> <p>A paisagem é bastante organizada e arborizada.</p> <p>A contenção do igarapé é de concreto, feita a partir do investimento privado. Uma das margens é totalmente de floresta amazônica.</p> <p>O fluxo das águas é contínuo, com temperatura fria e turbidez média. Somente o igarapé faz parte da área de proteção marinha.</p> <p>A limpeza do fundo dos igarapés é feita pela microempresa. E as águas não apresentam nenhum fator de contaminação. A nascente e os afluentes deste igarapé vêm de Americano, Areia Branca e Apeí.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Procuramos realizar a análise simbólica de algumas imagens paradas para contribuir na contextualização deste espaço de lazer com igarapé. Posteriormente trazemos a representação de sentidos sobre o contexto do igarapé de um modo ampliado

Figura 17 – Detalhes da vista do igarapé a partir da Ponte da PA-140 (esq.) onde passa o igarapé e pessoas em canoas passando pela ponte (dir.)



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: na Figura 17 (à esquerda), aparecem as águas do igarapé do Balneário Porto de Minas, de cor escura. À direita, estão as águas baixas, em uma pequena parte do solo do igarapé com algumas pedras, e à esquerda as águas batem na parede de concreto de contenção da terra.

A parede de contenção dista das águas um metro de altura e se encontra na forma bruta, sem reboco. Observa-se uma escada de sete degraus em concreto que desce até as águas. Com as águas baixas, pode-se ver uma linha de limo um pouco acima do espelho da água, na parede de contenção. Logo após, podemos ver três bancos em concreto pintados de branco, que se alternam entre árvores. Por trás, aparecem duas lixeiras azuis.

O piso onde se encontram os bancos é de areia branca. Ao fundo, vislumbra-se a estrutura do salão e o contorno da parede de contenção, de forma retangular. Podemos ver dois quiosques pintados de laranja-coral, com uma faixa preta formando uma barra; um dos quiosques está com as janelas de alumínio fechadas, e o outro não. Ao fundo é possível ver a estrutura dos chuveiros externos.

Figura 18 – Imagem do passeio de canoa no igarapé (esq.) e diagonal do igarapé com canoas (dir.)



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: Na Figura 18 (à esquerda), vê-se a terra branca, com pequenas estacas demarcatórias. Encontramos a cinta de concreto da parede de contenção, bancos em alvenaria e a imagem de parte da árvore anteriormente descrita. Ao fundo aparece o espelho da água do igarapé, com a tonalidade mais escura, em virtude das sombras das árvores.

Uma canoa de madeira, construída artesanalmente, da cor vermelha, desliza sobre a água, e seus dois ocupantes remam em direção à ponte. Há uma criança na ponta do barco. Podemos ver as raízes grossas das árvores na margem do igarapé. Aparecem as copas das árvores, em diferentes tons de verde, pois algumas estão ao sol, e outras à sombra.

Na Figura 18 (à direita), as raízes das árvores tocam as águas do igarapé, de cor amarronzada, cuja transparência nos permite visualizar algumas folhas jazendo ao fundo. A cinta de concreto da parede de retenção possui uma escada de madeira que toca as águas, também há a terra branca, com folhas no chão, e uma abertura na parede de concreto faz com que as águas da chuva sejam escoadas para o igarapé.

A canoa¹¹ vermelha de madeira, construída artesanalmente, está atada à raiz de uma árvore. Em seu interior, quatro tábuas formam os bancos, sobre os quais repousa um remo. A quantidade de bancos em uma canoa define o preço de venda. Existem outras quatro canoas amarradas entre si por uma corrente, que, por sua vez, está presa a uma madeira dentro do igarapé.

Vemos algumas árvores, umas com tronco finos e lisos, outras com espinhos ou com tronco mais grosso. Existe grande variedade de árvores no local. Em duas delas está pregada uma placa artesanal, com os seguintes dizeres: ‘Alugue-se canoa’.

¹¹ Declaração dada pelo Sr. Nelson durante a pesquisa, a respeito de como fazer a canoa artesanal dos ribeirinhos: [...] didaticamente sobre a construção da canoa: (a) **primeiro passo**: derrubada (escolher a árvore a ser sacrificada). Entrar na mata e olhar para aquela variada vegetação e denominá-las por seus tipos [...] existem muitas espécies de árvores que podem servir pra construção de uma boa canoa, entre elas temos: sucupira, mandioqueira, burajuba, cupiúba, angelim, jutairana, paracuuba, cortiça, castanheira, morcegueira, andiroba, jurupa, guaruba, jasmim e outras mais que podem ter sido esquecidas; [...] (b) segundo passo: (lavar, desgallar, alinhar e descascar a madeira). Após a derrubada da árvore, que dura cerca de uma manhã inteira, o construtor trabalha no desgalhamento do tronco e no alinhamento da peça escolhida para a fabricação da canoa, que é confeccionada a golpes de machado e dura de dois a três dias. [...] a “lavração da tora”; (c) terceiro passo: bulia (esculpir). [...] fase mais delicada de toda a construção, pois o construtor terá que esculpir a tora, entalhando-a com golpes de machado já nos moldes do modelo da canoa, como uma obra de arte; (d) quarto passo: brocação. Com um instrumento denominado por eles de verruma, eles irão brocar toda a extensão do casco, com a intenção de, quando forem escavá-lo, não ultrapassar a espessura do mesmo; (e) quinto passo: cavação (escavação do tronco). Nesta fase, o tronco é virado, e, com instrumentos denominados trincha e ferro de cova, escava-se o tronco até os limites determinados pelo processo anterior, o das “brocadas”, que servirão de orientações ao limite a ser aprofundado no casco, não permitindo assim que o escultor ultrapasse, estrague ou deixe fragilizado o tronco para o fim a que se destina; (f) sexto passo: vareiar (queima do tronco até ele ficar mole). Depois do tronco já esculpido e escavado, vem o processo final, em que o tronco é preparado com tesouras, para abri-lo até seus limites e, em seguida, colocado embaixo do fogo, até o ponto de a tora ficar bem mole, para em seguida ser moldada dentro de seus limites, ao fim do qual sua forma côncava vai ser definida. E, por fim, o (g) sétimo e último passo: acabamento. Esta é a fase em que são colocados os bancos, a calafetagem dos furos feitos na fase da brocação e, por fim, a pintura, que cada um personaliza a seu modo. (MALATO et al., 2010).

Figura 19 – Crianças da comunidade brincando no igarapé do Balneário Porto de Minas



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: No primeiro plano da Figura 19, vemos águas de cor amarronzada, cuja transparência nos permite ver seu fundo. Há um grupo de seis crianças banhando-se e brincando no igarapé. Elas possuem como objetos do brincar câmaras de pneus de carro, que são transformadas em boias. Suas vestes não são padronizadas, pois algumas tomam banho com shorts ou bermudas, e as menores estão sem a peça de roupa de cima. Estão totalmente tranquilas no ambiente. Vemos a parede de contenção, a via de mobilidade urbana e a arborização. Neste ângulo, tem-se uma visão clara da ponte que passa por cima do igarapé e de seu estado de deterioração, que é preocupante, pela ausência de segurança, devido à falta de manutenção. Na área de banho, alguns troncos de madeira estão visíveis. Ao fundo, consta-se que a altura entre as águas e a ponte permite a passagem de canoas.

Representação de sentidos: a organização e a distribuição dos equipamentos do Balneário Porto de Minas foram pensadas para favorecer a integração das pessoas ao meio natural.

No âmbito da sociabilidade, o ambiente é propício às relações de lazer e convivência. Percebe-se que as águas são transparentes a ponto de enxergarmos seu fundo, o que traz segurança aos utentes durante os banhos. No meio da semana, reina o silêncio, pois existem poucas pessoas que vão ao local, a maior

parte crianças. Existem casais que também utilizam o igarapé durante as folgas do trabalho.

O ambiente é limpo e tranquilo durante a semana. É interessante perceber a contradição entre o desenvolvimento urbano (a estrada) e o ambiente natural do balneário. Uma das fragilidades do local é a ausência de equipamentos para a acessibilidade. Nesse caso, seria importante instalar rampas e corrimãos adaptados até as águas do igarapé, para que as pessoas de mobilidade reduzida pudessem usufruí-lo.

Uma das atividades de lazer possível de ser vivenciada nos igarapés é o passeio de canoa; aqui temos as relações socioeconômicas que viabilizam aos habitantes a possibilidade de sustento.

A canoa faz parte do patrimônio material dos povos ribeirinhos e dos povos tradicionais, pois surgiu a partir do saber dos indígenas, que se deslocavam nos igarapés para fins de transporte e pesca. Nessa relação, o saber produzido foi aprendido durante o processo de aculturação e conquista das terras. Historicamente, eram os índios que habitavam as terras paraenses.

O uso de canoas em igarapés em pleno século XXI ainda mantém as funções iniciais de transporte e pesca, mas se adaptou facilmente ao lazer. Em alguns igarapés, o uso de canoa faz parte de procissões e festejos religiosos.

No igarapé, o uso de canoas somente é possível mediante pagamento, pois não podem ser utilizadas se não houver a contrapartida do aluguel por parte dos visitantes. Mas é natural que algumas crianças da localidade as utilizem, por conhecerem os remadores.

É interessante a segurança demonstrada pelas crianças durante o deslocamento, por ser ato normal em suas vidas diárias. Diferentemente de crianças visitantes, que não possuem a experiência; elas são tomadas pelo medo e, às vezes, por verdadeiro pavor ao entrar nessas embarcações. Essas vivências nos recordam de uma música paraense que diz: “esse rio é minha rua”.

Existe, portanto, por parte dos habitantes, uma relação de pertencimento com os igarapés, cujas experiências promovem o fortalecimento de sua identidade, inclusive nas formas de vivência do lazer.

As relações de lazer estabelecidas por moradores e visitantes são diferentes exatamente porque do visitante/turista são cobrados valores por cada

atividade que envolva determinado tipo de equipamento, seja o aluguel das canoas ou das câmaras de pneus.

Reiteramos nossa reflexão crítica sobre a necessidade de pensar em uma plataforma que dê acesso a pessoas com limitações específicas, as quais não podem ser excluídas. Do mesmo modo, nem todos os visitantes possuem condições de alugar equipamentos, pelo pouco recurso que possuem para o lazer.

O lazer desfrutado pelas crianças no igarapé está relacionado ao banho e ao brincar. Nesse sentido, o lazer é visto como vivências e convivências. As experiências são pessoais e coletivas ao mesmo tempo. As crianças chegaram por volta de 11 horas ao igarapé, todas juntas, como que saindo das atividades escolares ou domésticas, algo comum em áreas rurais, pois as crianças colaboram diretamente nas atividades da casa.

Ao chegar ao igarapé, primeiro brincaram sem o equipamento, mas logo após foram solicitar as boias ao responsável do local naquele momento, que lhes cedeu sem cobrar nada. O ato de brincar durante o descaso da escola pode ser percebido como lazer.

A troca do ambiente onde lhe são exigidas participação, regras e limitações das expressões corporais próprias de crianças e adolescentes reflete a moeda de troca: o conhecimento. Desse modo, o brincar é uma expressão corporal liberta das exigências dos adultos. O momento de divertimento e descanso das suas obrigações, assim como o uso de seu tempo apropriado para realização de suas escolhas, pode ser encontrado na dimensão do lazer.

4.2.2 Igarapé familiar na comunidade Uxiteua

Nossa saída ocorreu às 9h30min do dia 10 de setembro de 2020, tendo como referência a Prefeitura de Santa Izabel do Pará, que fica localizada na avenida Barão do Rio Branco, Centro. Seguimos para a Comunidade Uxiteua, que fica no Distrito de Caraparú, tendo a Sr.^a Maria de Fátima Tavares de Oliveira como condutora do nosso percurso. Seguimos até a rua Antônio Pontes e dobramos à direita na PA-140, até chegarmos à Travessa Uxiteua II, em cujo entorno encontramos o Bairro Novo, à direita, e o Bairro Jardim Mirai, à esquerda (Centro). Após, seguimos pelo sistema viário até chegar à zona rural.

Figura 20 – Localização de imagem por satélite da Rua Uxiteua no distrito de Caraparú via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora.



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Na comunidade de Uxiteua, fomos a um espaço particular familiar localizado em área rural. Segundo nossa informante, no Igarapé Natal, durante a década de 1990, era possível tomar banho e lavar roupas, e as pessoas se deslocavam do Bairro Novo até lá: *“Elas vinham tomar banho e dar banho nas crianças, lavar roupa e dava até para tirar água para beber”* (D. Fátima Tavares).

Essa prática foi frequente até a instalação de água encanada no Bairro Novo. Atualmente, com o assoreamento do igarapé, caiu em desuso.

O assoreamento ocorreu devido às construções ocorridas no Distrito de Americano, que acabaram por causar impacto ambiental nos igarapés do Distrito do Caraparú.

A Comunidade Uxiteua surge com grupos de casas de uma mesma família, cujos integrantes são descendentes de escravos. Não existe identificação da comunidade. Algumas casas são de alvenaria, e outras de barro com tapume, em terreno capinado.

Quadro 8 – Análise das dimensões observadas no Igarapé Familiar em Uxiteua (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Na dimensão morfológica de mobilidade urbana, temos o sistema viário do tipo terra batida, de argila amarela. A estrada está nivelada; não encontramos buracos, tampouco sinalização. Suas laterais são rodeadas por floresta densa, sem iluminação, o que dificulta a localização exata por um visitante.</p> <p>O dia em que foi realizado o registro estava ensolarado, no entanto, entre janeiro e março, período de intensa chuva na região, a estrada pode se converter em lamaçal.</p> <p>Santos <i>et al</i> (2001), a partir da classificação climática de Köppen, afirma que os estudos da região realizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1984 identificaram somente um tipo climático para o município lócus da pesquisa, o tropical chuvoso (úmido), caracterizado pela quantidade de precipitação pluviométrica no período mais seco, de 60mm.</p> <p>A acessibilidade até à comunidade não é favorável aos visitantes, nem aos próprios moradores, visto que, caso ocorram acidentes, não há meio de os socorristas chegarem a tempo, nem um ponto de apoio para tal. O deslocamento até as comunidades pode ser feito de automóvel ou de bicicleta. Tendo em vista o longo percurso que percorremos, nos foi possível vislumbrar algumas das dificuldades enfrentadas pela comunidade.</p> <p>Não identificamos paradas ou ponto de ônibus ao longo da via, nem iluminação viária. Durante o percurso, não há casas, igrejas ou comércios, apenas algumas fazendas, separadas umas das outras por mais de 300 metros. Também não encontramos policiamento durante o trajeto.</p> <p>Ao longo do percurso até a comunidade, há pelo menos três igarapés, que atualmente estão assoreados. Podemos registrar dois (Natal e Apeí) que estão no percurso da estrada, o Igarapé do Natal está localizado à beira da estrada Uxiteua II; suas águas amarronzadas estão turvas, e percebe-se o assoreamento pelas pequenas pedras depositadas em seu fundo, que o tornam raso. Uma densa mata rodeia suas águas, de modo que existem pedaços de troncos caídos nelas. Há um cano de ferro que permite que o curso das águas seja levado de um lado a outro da estrada. Um pequeno pedaço de terra capinado às margens permite a aproximação ao igarapé. Do lado direito, existe um tronco que serve de assento para os transeuntes e banhistas. A presença de aguapés¹² e alfaces d'água¹³ é indício de que as águas estão poluídas.</p>

¹² Os aguapés, ou *Eichhornia crassipes*, provaram ser aliados das águas que se encontram contaminadas por detergentes, fenóis ou metais pesados (chumbo, cádmio, cromo) e resíduos de esgoto. O aguapé se espalha rapidamente por todos os trópicos e subtropicais, em todo o mundo, e tornou-se uma erva daninha grave. Invade lagos, lagoas, rios, pântanos e outros tipos de habitats em zonas úmidas. A planta pode formar rapidamente tapetes flutuantes de vegetação densa. Em perfeitas condições, uma colônia de aguapé pode dobrar de tamanho a cada 8 ou 12 dias. Esta planta pode bloquear a luz solar, o que reduz a quantidade de algas nativas e plânctons na água. Isso, por sua vez, diminui o suprimento de alimento para peixes e outros animais selvagens, o que altera e ameaça a vegetação nativa e as comunidades de peixes. Disponível em <https://www.floresefolhagens.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Quadro 8 – Análise das dimensões observadas no Igarapé Familiar em Uxiteua (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>O igarapé do Apeí também aparece na beira da estrada e sofre de modo mais intenso o assoreamento. Quase não se percebe mais o fluxo das águas. Existe uma mureta de contenção da estrada cercada de vegetação e matos. A margem esquerda está coberta de terra barrenta, que avança quase até a metade do igarapé. As águas, no entanto, ainda apresentam turbidez média, e pelo reflexo podemos ver os galhos de árvores que se encontram nas margens esquerda e direita. Ao fundo do igarapé, há uma colônia de aguapés, demonstrando que existe contaminação das águas. O braço segue seu fluxo normal, desaparecendo floresta adentro.</p>
Dimensão funcional	<p>A dimensão funcional do igarapé é para uso da própria família; não existem cercas ou cercados. A funcionalidade atual é para o lazer, o banho e a lavagem de roupa, mas, anteriormente, era de onde se retirava a água para beber.</p> <p>A funcionalidade do igarapé também permitia a convivência familiar nos momentos de descanso, nos quais havia melhor integração para o surgimento e a consolidação das histórias orais, no entanto, com a insegurança, alguns processos de lazer se perderam.</p> <p>Na comunidade, o igarapé possuía diferentes funcionalidades, inclusive para lazer. As águas chegavam perto da casa quando chovia, e era possível navegar com canoas por ele. No entanto, com o desenvolvimento urbano de Santa Izabel, houve perdas ambientais que mudaram as relações das pessoas com a natureza.</p> <p>Todo o equipamento de banheiros, cozinha e piso se encontra na parte interna. O terreno forma o próprio pátio, que se alarga por entre árvores.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, os membros da comunidade fazem venda de carvão, além de outras atividades rurais, de onde tiram sua subsistência.</p> <p>Usam os igarapés entre as 6 e as 17 horas, ao final da tarde, todos os dias. Como os membros da comunidade pertencem à mesma família, o uso do igarapé fica aberto a todos.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Quanto à dimensão ambiental, o clima é suave embaixo das árvores, há silêncio e sons de animais da própria natureza ou das aves que se encontram no quintal.</p> <p>A paisagem é toda arborizada, com espaços roçados, em cujo centro se encontra uma grande mesa de madeira com bancos ao redor, na qual realizamos a entrevista.</p> <p>O igarapé fica na lateral da casa e, na ocasião, estava com as águas baixas. A própria terra lateral faz a contenção das águas do igarapé. Nas laterais do igarapé, há bastante vegetação e árvores. As águas têm fluxo de corrente e são aquecidas naturalmente pelo sol. Sua turbidez é alta.</p>

¹³ A alface d'água (*Pistia stratiotes*) surge nas águas com alto teor de nutrientes, particularmente naquelas que foram contaminados por esgoto ou fertilizantes, muitas vezes escapa ao controle e torna-se uma planta daninha. Tornar-se comumente daninha em sistemas hidrológicamente alterados, tais como canais e reservatórios. O supercrescimento grave da alface d'água pode bloquear a troca gasosa na interface ar-água, reduzindo o oxigênio da água e matando peixes. Também pode bloquear a luz e alterar as comunidades de plantas imersas. Disponível em <https://www.floresefolhagens.com.br>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Quadro 8 – Análise das dimensões observadas no Igarapé Familiar em Uxiteua (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão Ambiental	O braço do igarapé que passa pelo terreno não está em área preservada. Os moradores fazem a limpeza do fundo do igarapé. Existem resíduos sólidos e a presença de vegetação aquática daninha, além do assoreamento.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

A entrevista e o registro de imagens foram realizados na residência do Sr. José Maria, ex-presidente comunitário de Uxiteua, que nos recebeu prontamente para registro da história do local. Sua residência é a última da comunidade onde se localiza o igarapé.

O Sr. José Maria é descendente dos escravos que habitaram a região e colonizaram Uxiteua. Atua na área rural com a agricultura familiar e de lá tirou o sustento para sua família. Toda sua família atua na agricultura. As casas são de seus filhos, que agora iniciam uma nova geração com os netos.

Existem histórias orais que contam alguns fatos ocorridos na beira dos igarapés. Antes, a comunidade se reunia todas as noites, mas, atualmente, os moradores entram em suas casas por volta das 18 horas, devido aos roubos e à violência: *“Hoje já não conseguimos mais ficar no quintal perto do igarapé à noite, para conversarmos, por causa da violência. Aí o jeito é entrar e ver TV. (José Maria).*

É interessante compreender que o desenvolvimento da cidade traz impactos sobre a vida dos moradores de áreas rurais, nesse caso, no uso dos igarapés as modificações foram efetivas nas relações de convivência familiar no ambiente natural próximo ao igarapé. Se antes era possível se sentar do lado de fora da casa para conversar e dialogar, atualmente essa prática é limitada pelo anoitecer onde se praticam a violência e roubos.

A impossibilidade de se estar fora de casa para convivência traz reflexos também sobre as histórias orais contados diretamente pelos antigos, o que fortalecia a identidade cultural. Hoje, as atividades de convivência familiar após as 18 horas não é de diálogos e histórias, mas do uso da tecnologia televisiva que adentra as relações sociais familiares.

O uso da televisão passa a ser um refúgio enquanto distração familiar visto a impossibilidade de estar ao ar livre na natureza. Como as casas não possuem muros de proteção e estão dentro de terrenos abertos, a opção restante é se trancar dentro da casa.

Figura 21 – Igarapé familiar na Comunidade Uxiteua



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: observamos, na Figura 21 (à esquerda), o chão de areia branca, no qual um cachorro vira-lata está deitado à sombra de uma árvore. Vemos um pequeno declive e uma pequena parte do igarapé, cujas águas estão escuras, devido à sombra. Vemos duas moças e uma criança – as filhas e o neto do Sr. José Maria –, que estão sentados sobre uma tábua de madeira, cujo suporte são dois tocos de árvore. Todos posaram para a foto.

Na lateral, observamos uma prancha de igarapé feita em madeira. Existe uma tábua corrida, que usa de suporte a prancha de igarapé, e outro toco de madeira para a lavagens de roupas. Sobre o suporte, há uma bacia preta com roupas dentro. As águas do igarapé refletem o sol, mas pode-se ver seu fundo raso, apesar de a turbidez ser alta. Vislumbramos o outro lado do igarapé, tomado pela vegetação. Vemos o tronco da árvore e parte de sua copa. Ao fundo, a floresta com árvores altas e a mata; e ao centro, o caminho feito pelo igarapé entre a floresta. Do outro lado do rio, as copas das árvores refletem a luz solar.

A Figura 21 (à direita), aparece as bordas do igarapé. A impressão causada pelas folhas secas que cobrem o chão nos leva a crer que as águas do igarapé chegaram até a margem mais alta e depois recuaram. Vemos as raízes de árvores no canto, à esquerda. Temos a visão do igarapé, com a prancha à borda para a lavagem de roupa.

No meio do igarapé, vemos um pneu; as águas para o lado direito são mais barrentas e mostram o caminho de onde vieram. O fundo do igarapé, neste local, está mais sujo, com bastante folhas. À margem das águas, vemos uma colônia

de aguapés – característica de água contaminada. Ao centro, a água é mais límpida. Existe arborização. As bordas do igarapé não contêm nenhum tipo de intervenção para contenção; são naturalmente contidas pela floresta em uma das margens.

Representações de sentidos: o igarapé da Comunidade Uxiteua representa aquele em que se constrói a história familiar, pelos múltiplos processos de vivência.

O igarapé servia para a retirada de água para beber, tomar banho e lavar as roupas, além do descanso, da convivência e do lazer. Houve fragilidades por causa do desenvolvimento urbano, do desmatamento e da contaminação das águas.

Este igarapé sofreu assoreamento e contaminação direta em razão das construções que iniciaram na Vila de Americano desde os anos de 1974, com a criação da penitenciária. Hoje, no ano de 2020, esse igarapé serve ainda para banhos e lavagem de roupas, mas perdeu-se o hábito de permanecer até tarde ao seu entorno, devido às consequências trazidas pelo desenvolvimento urbano e econômico da região, pois a violência social também se faz presente na comunidade.

O lazer nesse espaço ainda é possível através do descanso, da convivência e das atividades que envolvem a vivência diária. Seria necessário um estudo ampliado sobre o impacto que as construções geram nos igarapés, pois deles se retira a subsistência, o lazer e a identidade cultural de comunidades. A perda dos momentos de reunião familiar ao entrono dos igarapés provoca um corte nos conhecimentos históricos e culturais, pois são nas rodas de conversa que surgem perguntas e respostas que fortalecem a cultura local.

4.2.3 Igarapé em Espírito Santo do Itá

Ainda no dia 10 de setembro de 2020, após a visita e a observação da Comunidade Uxiteua, seguimos em direção à PA-140, para conhecermos as Comunidades de Espírito Santo do Itá e de São Francisco do Itá.

Chegamos por volta das 14 horas na comunidade de Espírito Santo do Itá. Nesse local, pudemos conversar com a presidente da comunidade, a Sr.^a Cristina, que nos informou sobre a necessidade de a comunidade ser mais bem atendida pela Prefeitura. Esclareceu ainda que o igarapé recebe visitas nos finais de

semana, principalmente durante o festejo ao padroeiro Santo Antônio e no Festival da Mandioca, que ocorre em abril.

No ano de 2020 devido a pandemia, não estavam recebendo banhistas e nem houve o Festival.

Figura 22 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da Comunidade de Espírito Santo do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora



Fonte: acervo pessoal da autora (2020).

A comunidade de Espírito Santo do Itá é considerada como quilombola¹⁴. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) desde 2007 preside a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das comunidades Tradicionais. Com vista ao reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Nossa pesquisa apesar de adentrar na comunidade, nosso foco estava direcionado as vivencias de lazer nos igarapés.

¹⁴ Pelo Ministério de Cidadania as comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. Essas comunidades mantêm forte ligação com sua história e trajetória, preservando costumes e cultura trazidos por seus antepassados. Disponível em: <https://bit.ly/2UkOdIA>. Acesso em: 20 set. 2020.

As comunidades tradicionais são definidas como “os grupos culturalmente diferenciados, ao se reconhecerem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando seus recursos naturais reproduzindo também sua cultura, religião, ancestralidade e economia através de seus conhecimentos, inovações e práticas geradas pela tradição (Política, Povos e Comunidades Tradicionais, Disponível no site <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acessado em 2021.)

No caso da comunidade de Espírito Santo do Itá, ela faz parte de comunidade tradicional, no entanto a pesquisa se centrou em observar o lazer no igarapé dentro da comunidade, considerando suas estruturas e vivências de lazer. As dimensões observadas se encontram no quadro a seguir.

Quadro 9 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de Espírito Santo do Itá (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Na dimensão morfológica de mobilidade urbana, o trecho da PA-140 que leva à Comunidade Espírito Santo do Itá encontra-se avariado. A via é coberta por pavimentação asfáltica, na qual existem buracos que podem provocar acidentes automobilísticos.</p> <p>A PA 140 comporta diferentes formas de condução para se chegar aos igarapés, seja por ônibus, motocicleta, bicicleta ou transportes alternativos. Existem paradas de ônibus em diferentes trechos da via, no entanto nenhuma delas possui uma estrutura adequada. A iluminação viária é de média intensidade. Há poucas sinalizações de placas ao longo da via. Não identificamos nenhum posto de policiamento, nem ronda ostensiva.</p> <p>A PA-140 possui arborização tanto na margem direita como na esquerda. Ao longo do percurso, existem comunidades quilombolas, como Macapazinho, escolas, casas, fazendas, fábricas, pequenos comércios, entre outras edificações.</p> <p>Durante a viagem, encontramos um igarapé na beira da rodovia, no qual havia pessoas tomando banho. Este fato demonstra a importância dos igarapés perto de estradas, que mantêm a relação cultural de parada e convivência no local.</p> <p>São igarapés públicos, que não possuem nenhuma outra infraestrutura a não ser aquela que a própria natureza mantém. São utilizados para momentos de lazer. Os braços dos rios promovem relações de sociabilidade, daí a preocupação de mantê-los. As relações do ser humano com a natureza são caminhos imprescindíveis para sua sobrevivência.</p> <p>Saindo da PA- 140 para pegar a estrada que leva a Espírito Santo do Itá e São Francisco do Itá, à margem esquerda de quem saí da sede do município para os igarapés, há uma placa com setas de sinalização do caminho a seguir para as comunidades.</p>

Quadro 9 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de Espírito Santo do Itá (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Finda a PA-140, a estrada passa a ser de terra batida, do tipo argilosa e amarela. Já não é mais possível contar com ônibus, mas existem transportes alternativos. Pode-se chegar até à comunidade de bicicleta ou motocicleta. Não existem pontos nem paradas de ônibus.</p> <p>A comunidade é alimentada pela rede elétrica, mas a iluminação pública só aparece onde existem casas; em outros pontos, não há iluminação. Na estrada não existem placas de sinalização, nem postos de polícia. Há ampla arborização ao longo do trecho, à margem da pista. Observam-se algumas casas e pequenas fazendas no roteiro. O trânsito de caminhões, carros ou outros tipos de automóvel levantam imensas nuvens de poeira, dificultando a visibilidade.</p> <p>Ao final da estrada, é possível ver a comunidade de São Francisco do Itá, com algumas casas de alvenaria. Depois de passar por uma pequena quadra de futebol de areia, chegamos a uma bifurcação em 'T'. Viramos à esquerda, rumo a Espírito Santo do Itá, que é uma comunidade quilombola.</p> <p>Na estrada, existe uma 'casa da farinha', local que abriga pequenas unidades artesanais de fabricação da farinha de mandioca. Durante o percurso, passamos por um pequeno igarapé, que corre por dentro de uma tubulação, cuja estrutura apresenta uma tábua de madeira própria para a lavagem de roupa. Esse igarapé é um braço do rio Itá.</p> <p>Seguimos na estrada e passamos por outra ponte com igarapé. Havia um grande galho caído em suas águas esbranquiçadas, de baixa turbidez, com muitos aguapés, demonstrando que existe contaminação.</p> <p>Ao final da estrada, começamos a ver a Comunidade de Espírito Santo do Itá, com suas casas de madeira e alvenaria em terrenos roçados. Existe uma Igreja Quadrangular, e é possível ver vários bancos de tábua embaixo de algumas árvores, localizadas próximo à rua. A maioria das casas está no meio do terreno, deixando à vista a corda de varal usada para estender roupas. Não existem cercados entre as casas, nem pátio. Em sua maioria, as casas não possuem grades de proteção. Na frente de algumas, é possível ver a decoração de plantas, com flores rosas ou vermelhas.</p> <p>No centro do vilarejo foi erigida uma igreja católica, em alvenaria, nas cores azul e branca. Existem um crucifixo grande à porta da igreja e uma pequena praça ao seu redor, com bancos de alvenaria e uma rampa de acesso em sua entrada, cercada por quatro postes de iluminação.</p> <p>Seguimos para conhecer o igarapé de Espírito Santo do Itá. No caminho, não existe nenhuma placa indicativa; só o encontramos devido às informações que nos foram passadas pela Sr.^a Cristina, tendo como referência uma árvore de castanheira.</p> <p>No percurso até o igarapé, observamos que as casas da comunidade ainda não sofreram as preocupações trazidas pelo desenvolvimento urbano, principalmente quando se trata da violência. Nenhuma das casas não possui grade; seus terrenos são arborizados, e bancos de tábua permitem o encontro para convivência.</p>

**Quadro 9 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de Espírito Santo do Itá
(continuação)**

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Existem estruturas elétricas com postes de luz que favorecem as conversas na frente das casas. Seguindo por uma trilha de mato baixo, encontramos um grupo de casas. Passamos por sua lateral, ainda na trilha, e chegamos até a castanheira.</p> <p>Continuamos até encontrar um tronco de árvore no meio do caminho. Para chegar a esse igarapé, é preciso ultrapassar o obstáculo. O tronco é sustentado por outros dois troncos. Não se pode passar com nenhum tipo de veículo.</p> <p>Seguimos mata adentro, ainda na trilha, e verificamos que não há luz artificial neste percurso.</p> <p>Na observação realizada, voltada à dimensão morfológica, que diz respeito à estrutura e aos equipamentos no igarapé, constatamos que ele não possui estruturas fabricadas, mas tão somente as da própria natureza. Não há pórtico. O estacionamento de ônibus – neste caso, turísticos – e de motos fica na estrada principal. O igarapé é bem utilizado pela própria comunidade, mas os visitantes comparecem ao local durante os finais de semana.</p> <p>O caminho é feito por uma trilha cercada de árvores. Existe um declive que mistura a terra e um pouco de cimento em algumas partes do chão. Há muitas folhas secas no caminho até o igarapé. Após a parte de cimento, existe um largo terreno de grama. Não há lixeiras no local, nem banheiros públicos. Deparamo-nos com uma estrutura de madeira, com telhado de alumínio e sem paredes, mas não conseguimos identificar se ela estava em construção ou se sofria reparos.</p> <p>A limpeza é feita pelos próprios moradores do local. Não existe qualquer tipo de equipamento, tampouco rampas para acessibilidade.</p>
Dimensão funcional	<p>Quanto à dimensão funcional, o enorme campo serve para o jogo. Como não existem linhas nem traçados para quadra, as atividades são de jogos livres, incluindo o futebol, com pequenas traves adaptadas.</p> <p>O igarapé é utilizado para o lazer, o banho e algumas brincadeiras, realizadas por crianças. Os jovens e adultos socializam através de conversas na beira do igarapé.</p> <p>Não existe nenhum equipamento para esporte na natureza, nem profissionais atuando no local. O local é convidativo a um piquenique.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, não existem no igarapé usos para fins mercadológicos, como restaurantes, lanchonetes ou bares.</p> <p>Com relação à sociabilidade, o local atende crianças, jovens e adultos, apesar do uso por idosos ser menos frequente.</p> <p>Os igarapés são utilizados todos os dias, mas existe maior número de pessoas aos finais de semana, inclusive de visitantes.</p> <p>A permanência no igarapé é viável enquanto houver iluminação natural. Como não existe cobrança de ingresso, o local é de livre acesso ao público.</p>

Quadro 9 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de Espírito Santo do Itá (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão Ambiental	<p>Na dimensão ambiental, quanto ao conforto, a área do igarapé é de pleno silêncio, quebrado somente pelas vozes dos sujeitos que ali estão.</p> <p>A paisagem é a mais natural possível, com árvores em uma das margens e equipamentos feitos de madeira na outra, o que lhe confere um aspecto rústico.</p> <p>São madeiras não tratadas pelas pessoas da comunidade, mas que servem como bancos, mesas, tábuas para lavagem de roupa etc.</p> <p>A contenção do igarapé é feita pela madeira. A água, de baixa turbidez, tem fluxo corrente, e sua temperatura é gelada. Por se encontrar em uma comunidade quilombola, a aérea é protegida pela comunidade.</p> <p>Existe uma placa indicativa artesanal, orientando as pessoas a não jogarem lixo no igarapé.</p> <p>A limpeza do fundo do igarapé é feita em alguns lugares, no entanto a contaminação pode ser constatada pela presença de vegetação aquática e pelo assoreamento.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

As dimensões observadas representam em geral a necessidade de se olhar com maior zelo para a riqueza natural existente dentro da comunidade.

Na Figura 23 foi possível analisar tanto a forma como o igarapé se apresenta como algumas possibilidades vivenciais de lazer.

Figura 23 – Entrada do igarapé de espírito Santo do Itá e vivências de lazer através do banho

Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: Observamos o chão coberto de mato verde e folhas secas. Há dois troncos de árvore sustentando outro tronco comprido, que atravessa o caminho de um lado ao outro, a meio metro, formando um obstáculo. As laterais da

trilha são cobertas por uma variedade de árvores e matas. Avistam-se as copas das árvores. É possível ver o céu e a iluminação natural no percurso até o igarapé.

Existe um trecho da trilha parcialmente cimentado, danificado pelo tempo e tomado pelo limo, em cujas laterais há mata e terra coberta por folhas secas. Ao fim de uma rampa de cimento, inicia um caminho de terra.

Na Figura 23 (à direita), observamos que a margem do igarapé possui várias tábuas de madeiras, de tamanhos diferentes, sustentadas por vigas, que servem para conter o talude de terra. As águas estão como que esbranquiçadas, com a turbidez baixa, impedindo-nos de enxergar o fundo do igarapé. Pode-se ver uma parte de terra argilosa na margem do igarapé, que apresenta raízes de árvores.

Um pouco mais acima, a terra é revestida de mato capinado, sobre o qual repousa um pneu de carro, que está com pertencem pessoais dos utentes, próximo à base do tronco de uma árvore. Existem três utentes sentados em um banco feito de tábuas de madeira, dentro do igarapé, próximos à margem.

Nas águas turvas, existe um tronco de árvore caído que leva de uma margem a outra, em cuja ponta há folhas de palmeira secas. Na outra margem, veem-se a terra e a mata.

O igarapé forma uma borda de água, como se fosse uma praia. Ao fundo, podemos ver uma ponte de madeira, que leva a uma casa em construção, também de madeira, entre as árvores e as matas. Existem duas árvores dentro do igarapé, sobre as quais estende-se uma prancha de madeira, que serve de suporte à lavagem de roupas ou a outras atividades.

Há no mínimo três estacas aparentes próximas à prancha. Vê-se o caminho que as águas fazem ao fundo. No lado direito, vemos a margem com vegetação e árvores fazendo sombra de um lado a outro nas águas. Vemos ainda a terra na margem. Onde não se encontram os troncos, é possível identificar uma pequena erosão.

Na outra margem, é possível ver as raízes das árvores entre as águas. vemos uma pequena bifurcação no igarapé. Existem matas e árvores inclinadas sobre o igarapé. É possível divisar o caminho que as águas fazem de um lado a outro.

Representações de sentidos: o ambiente do igarapé possui uma paisagem rústica, que não sofreu tanta interferência humana. O bloqueio que impede a entrada de veículos favorece o meio ambiente.

Enquanto espaço público, o acesso ao igarapé pode apresentar algumas debilidades aos utentes que possuem dificuldades de locomoção, inclusive para pessoas idosas.

O declive de entrada, com uma passarela de cimento em ambiente aberto e chuvoso, pode provocar queda, em virtude das alterações climáticas da região. O acúmulo de limo sobre o cimento também apresenta risco a todos os utentes.

Consideramos que o igarapé é um espaço social de lazer, haja vista ser palco das relações de convivência e objeto de pertencimento por parte dos moradores locais.

Encontramos visitantes por volta das 15 horas; eles estavam utilizando o espaço para banho e conversas entre amigos. Seu uso é contínuo e faz parte da vida dos utentes.

O lazer se relaciona também ao descanso e às opções subjetivas dos sujeitos. A estrutura é sustentável, com o mínimo de alterações, destacando-se a ideia da comunidade de se utilizar dos troncos de árvores caídas para realizar a contenção de terra, evitando a erosão.

O interessante seria que não houvesse mais desmatamento e as áreas fossem conservadas, mas devemos considerar aquilo que existe atualmente.

Chamou-nos a atenção o fato de que as águas do igarapé estavam baixas, o que causa o recuo concentrado em seu centro e mostra que, em período chuvoso, as águas tendem a crescer.

A ausência de equipamentos para dar suporte aos visitantes é uma das fragilidades observadas no local, assim como os vários fatores que podem causar acidentes.

Figura 24 – Igarapé sendo utilizado por crianças e adultos como espaço de lazer, banho e brincadeiras



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: na Figura 24 (à esquerda), observam-se as águas transparentes do igarapé. É possível ver a terra ao fundo, onde existem resquícios de matéria orgânica, mas a sua representação seria de uma piscina rasa de águas naturais.

Podemos ver inicialmente três crianças de faixas etárias diferentes em uma brincadeira; uma das crianças está em pé, caminhando na parte rasa do igarapé, a outra criança, que aparenta ter maior idade, está do outro lado da margem, pronta para se jogar no meio do igarapé, e a terceira criança está nadando em uma área aparentemente mais profunda.

Posteriormente, aparecem mais duas crianças; uma está parada no meio do igarapé, em cima de um tronco. Existe uma árvore próxima à margem, de raízes aparentes, pelas quais uma criança tenta subir até a margem, e um adulto em pé, observando as águas.

A raiz da árvore dá suporte a uma prancha de madeira, que serve para lavar roupas. Podem-se ver as águas e a outra margem do igarapé, com as matas da floresta. Visualizam-se as copas das árvores que fazem parte da floresta amazônica.

A Figura 24 (à direita) é uma sequência da imagem anterior. Mostra a parte rasa do igarapé. As crianças aparecem em lugares diferentes no meio do igarapé. E, junto à árvore, captamos o momento em que o adulto se lança nas águas. Parte da floresta amazônica conservada ainda é possível ser identificada.

Representação de sentidos: o uso do igarapé permite aos utentes diferentes funcionalidades. As relações do banho se misturam com o brincar nas águas geladas.

Destaca-se que o igarapé é conhecido pelos moradores locais, que conseguem identificar os pontos exatos dos quais é possível se lançar nas águas sem acidentes, haja vista existirem troncos de árvores dentro do igarapé, cujas águas não são transparentes.

Somente o morador detém esse conhecimento. Isso demonstra os saberes ambientais daqueles que ali habitam e que mantêm diariamente uma relação de vivência com o igarapé. Eles identificam as partes fundas e rasas, os locais onde se encontram o objeto do brincar, por onde subir e descer.

Para os visitantes, no entanto, arriscar-se a realizar tal feito pode favorecer a ocorrência de acidentes. A convivência no igarapé reúne pessoas de diferentes faixas etárias, que aqui se unem para momentos de lazer.

4.2.4 Igarapé de São Francisco do Itá

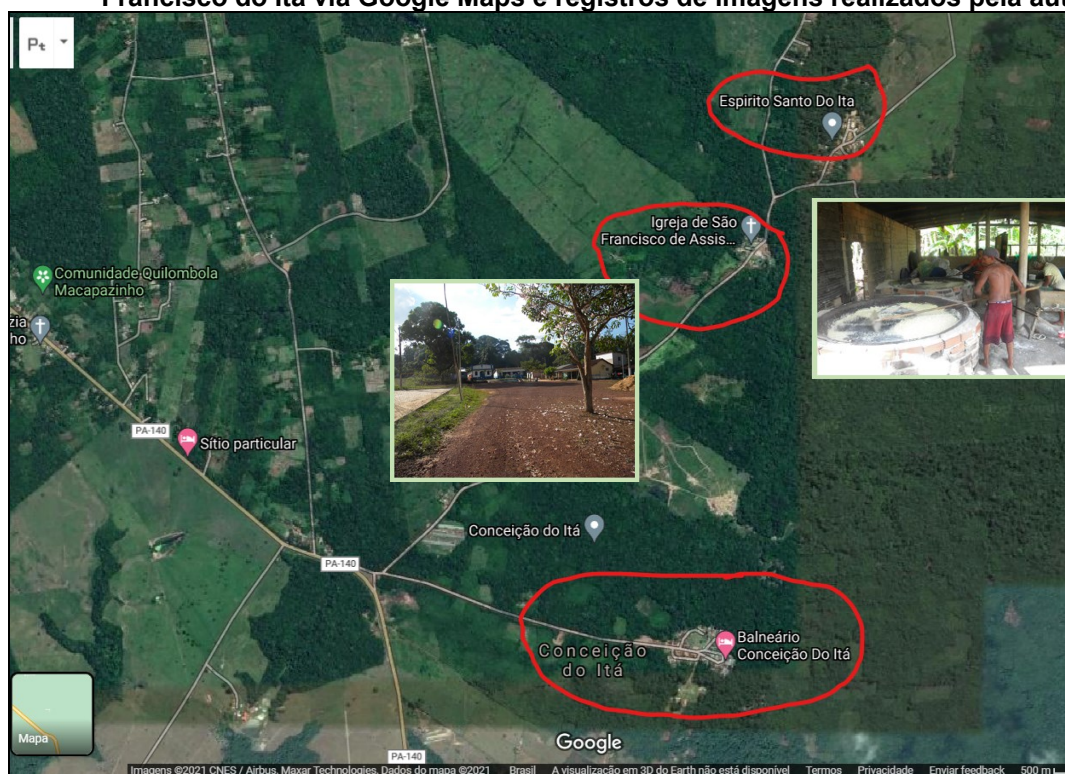
A comunidade de São Francisco do Itá foi observada no dia 10 de setembro de 2020. O igarapé é um espaço público planejado e mantido pela própria comunidade, que cuida do local.

Fica localizado na Rodovia PA 140, Km 8, em Vila de São Francisco do Itá. Quem vem da PA-140 encontra uma bifurcação em 'T'. A continuidade à esquerda leva para Espírito Santo do Itá, e a continuidade à direita leva para São Francisco do Itá. Como voltávamos de Espírito Santo do Itá, seguimos em linha reta para São Francisco do Itá.

Passamos por duas 'casas de farinha', onde se produz a farinha de mandioca, conhecida no município.

Ao chegar ao centro da comunidade de São Francisco do Itá, vemos a quadra de esportes na areia, cujas laterais são protegidas por rede de pescador e possuem duas traves de madeira em cada ponta, para jogos de futebol. Existe um grande pé de Ipê rosa ao lado da quadra, bem no meio do terreno que leva ao igarapé. Em frente do igarapé de São Francisco do Itá é possível ver a igreja católica, pintada em azul e branco, em cuja frente estão dispostos alguns bancos de alvenaria. Ao lado da igreja fica uma escola.

Figura 25 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da comunidade de São Francisco do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora



Fonte: acervo particular da autora (2020).

O igarapé fica em um declive de terra batida com grama. Existem casas e um bar próximos ao igarapé. O local onde se estacionam os carros é logo a frente do igarapé, em um espaço aberto e gramado. O igarapé possui iluminação natural e artificial, de baixa intensidade.

Quadro 10 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de São Francisco do Itá (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Na dimensão morfológica, quanto à estrutura e aos equipamentos, não existe nenhuma identificação do igarapé, mas este é visível do centro da comunidade.</p> <p>Os bancos são rústicos, feitos de tábuas de madeira, dentro do próprio igarapé. No estacionamento, os carros e as motos podem ficar mais próximos do igarapé, mas os ônibus não, devido ao declive e a algumas erosões na margem.</p> <p>Não existem lixeiras no ambiente, mas sua limpeza é feita pela própria comunidade. Também não existem banheiros públicos no local, nem qualquer tipo de equipamento, como rampas de acesso.</p>
Dimensão funcional	<p>Na dimensão funcional, quanto ao uso e às atividades, destacam-se o banho, o lazer, as relações sociáveis, as conversas entre conhecidos, as festas religiosas e comemorativas.</p>

Quadro 10 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de São Francisco do Itá (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão funcional	<p>Existe uma quadra de areia com traves e poste de iluminação próxima à entrada. Não há parque infantil ou espaços para prática de esportes de aventura.</p> <p>Não existem profissionais atuando no local.</p> <p>Os antigos passam à nova geração uma série de histórias orais.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Quanto à dimensão socioeconômica, existe um bar/lanchonete que faz venda de bebidas e alimentos.</p> <p>As casas ao redor do igarapé vendem pequenos alimentos industriais de modo autônomo, como complementação da renda, já que a principal atividade econômica da comunidade vem da agricultura familiar.</p> <p>À sociabilidade no igarapé atende a diferentes faixas etárias. Seu uso é contínuo pelas pessoas da comunidade, em diferentes horários, inclusive à noite e, em alguns momentos, de madrugada. Não se cobra ingressos para entrar, por ser um igarapé público.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Quanto à dimensão socioambiental, no aspecto de conforto, o clima é ameno e suave, devido à ampla arborização próxima ao igarapé. Somente os aparelhos de som quebram o silêncio no local.</p> <p>A paisagem é natural, com extensa arborização do outro lado da margem.</p> <p>A contenção das margens do igarapé é feita por madeiras, mas claramente se veem pontos de erosão.</p> <p>O movimento da água é de fluxo corrente, e sua temperatura é fria. A água apresenta baixa turbidez, e o igarapé não se encontra em área reservada.</p> <p>A limpeza do fundo dos igarapés é feita pelos moradores, que se organizam para tal. Quanto à contaminação, percebe-se que está um pouco assoreado.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Analisamos algumas imagens paradas para referência contextual do igarapé de São Francisco do Itá. Escolhemos a visão do que se encontra próximo ao igarapé e das atividades de lazer percebidas dentro dele.

Figura 26 – Visão da quadra de areia para prática esportiva (esq.) e área de acesso, com declive localizado em frente ao igarapé (dir.)



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: a Figura 26 (à esquerda) apresenta, o terreno, no qual se veem claros indícios de erosão, seguido da base da quadra de areia, com mato em seu entorno. O mato encontra-se alto e cheio de lixos plásticos, como embalagens de alimentos.

A quadra está contida em uma caixa de concreto preenchida com areia. Podem ser vistas duas traves nas extremidades da quadra, ambas feitas de estacas de madeira; uma está fincada fora da caixa de areia, e a outra dentro. No fundo das traves, notam-se redes de pescador sustentadas por troncos de árvores finas.

Na lateral esquerda, próximos à parede de um salão, encontram-se dois bancos de madeira, feitos de tábuas. Ao fundo, há um poste de rede elétrica com refletor. Há também uma casa de madeira pintada de azul.

Do outro lado da pista, pintada em azul e branco, aparece a igreja. Em sua frente, há pessoas conversando, além de uma passarela, com bancos de concreto nas laterais. Ao lado da igreja, existe uma escola municipal, pintada das mesmas cores. Na frente da escola há um varal com roupas.

Na Figura 26 (à direita), distingue-se o terreno gramado, cujas margens têm sinais de erosão, e logo após estão as águas do igarapé. Encontramos uma casa de alvenaria murada e cercada com arame farpado. Percebe-se que a arborização passa acima dos telhados da casa.

Seguindo o muro, encontramos um bar, pintado de verde, onde se encontram pessoas sentadas em cadeiras de plástico. Ao fundo, estão empilhadas algumas mesas e cadeiras. Na frente do bar, há motos e carros estacionados. No

canto direito, aparece uma casa em construção. No centro do terreno há um pequeno tronco de árvore, não muito longe de um poste de energia, mais à direita.

Representação de sentidos: no entorno do igarapé existem alguns equipamentos que lhe dão suporte, como é o caso da quadra de areia. Isso acrescenta outras atividades à sua funcionalidade. O fato de apresentar adaptações demonstra a necessidade de investimento para melhorar o atendimento ao público. É interessante observar que o terreno acima do igarapé demonstra o impacto ambiental causado pela erosão. Isso é percebido em ambas as imagens, o que exige estudos para futuros investimentos e adequações. O bar possibilita aos visitantes o uso de sua estrutura e ao mesmo tempo demonstra que os moradores se utilizam do contexto de uso do igarapé para obterem renda.

Figura 27 – Visualização do Igarapé de São Francisco do Itá nas diferentes pontas



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: na Figura 27 (à esquerda), visualiza-se a erosão causada na margem do igarapé. É perceptível a presença de raízes e pedras. Existe turbidez alta nas águas próximas à margem. Há um pedaço de tronco na água. Um pouco mais ao fundo, as águas apresentam um tom mais esverdeado, com turbidez baixa.

No terreno com grama, duas árvores à margem do igarapé. Existe um adulto observando uma criança entrar nas águas. Há uma árvore mais próxima do meio do igarapé.

É possível ver suas águas esverdeadas tomarem caminhos distintos, bifurcadas pela floresta. Do outro lado da margem, está a floresta, cujas raízes alcançam as águas.

Na Figura 27 (à direita), vemos uma plataforma de areia sustentada por madeiras, na qual é possível ver sinais erosão, não obstante o suporte de tronco fincado e tábuas de madeira.

Há algumas colônias de aguapé denunciando a contaminação das águas. Observa-se o caminho das águas do igarapé adentrar a floresta. Mesmo com a luz solar, a água mantém o tom esverdeado, com baixa turbidez.

Existem pessoas se banhando no local. Um casal está sentado em uma plataforma de tábua, observando uma criança, que se apoia em uma boia. Mais à direita, um idoso, que está no meio do igarapé, olha para o alto, e próximo a ele há dois jovens sentados em outro banco, cujo suporte é feito de tronco. Atrás deles, uma tábua escorada na margem evidencia uma erosão bem maior.

No terreno está sentada uma mulher, que observa o celular, tendo um carro preto estacionado um pouco mais distante. No declive, na direção das jovens, existe uma nova contenção feita de troncos. Aparece ainda, a floresta e parte das águas formando um caminho.

Representação de sentidos: para o lazer, o igarapé tem representado um espaço social de convivência cuja funcionalidade é definida pelos utentes. As relações trazidas nas imagens demonstram a possibilidade de diálogos ou apenas a procura por um lugar tranquilo ao cair da tarde.

A importância familiar também é percebida, pois existem adultos observando as crianças brincarem nas águas geladas do igarapé.

Os caminhos percorridos pelas águas também devem ser fatores de preocupação, devido à erosão nas margens de terra. Isso poderá provocar o assoreamento do igarapé e até mesmo a sua extinção.

4.2.5 Igarapé de Conceição do Itá

A visita ao igarapé de Conceição do Itá ocorreu no dia 13 de setembro de 2020. O local é classificado como espaço público planejado, com manutenção a cargo da associação comunitária. Está localizado em área rural.

Figura 28 – Localização de imagem por satélite, no distrito de Caraparú, da comunidade de Conceição do Itá via Google Maps e registros de imagens realizados pela autora



Fonte: acervo particular da autora (2020).

A localização da igreja é a referência do igarapé, pois este se encontra a frente desta. A igreja de Nossa Senhora da Conceição fica em um prédio pintado de azul, em cuja frente há uma pequena praça, com quatro bancos de alvenaria embaixo de árvores.

O piso da entrada forma um tapete de concreto, cujas laterais são de terra e grama. Como se formassem um só complexo, na lateral direita, vemos várias casas. No final desta pequena praça, há um pórtico de ferro em forma de arco, com um crucifixo fixado no ponto mais alto, bem em frente ao igarapé.

Após este pórtico, encontramos uma área asphaltada, que é o término da rua, com pequenas traves para a prática de futebol. Existe uma placa turística da Prefeitura, na qual se lê “Balneário”. E uma outra, com os seguintes dizeres: “Não jogar lixo. Jogue uma semente”.

Quadro 11 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de São Francisco do Itá (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Quanto à dimensão morfológica de mobilidade urbana, o acesso é realizado pela PA-140, depois por estrada de terra batida do tipo argilosa e amarela.</p> <p>Próximo à PA-140, entramos na estrada de terra batida até chegar a uma bifurcação, em que há placa mostrando a direção de Conceição do Itá, Espírito Santo do Itá e São Francisco do Itá.</p> <p>Seguimos conforme a sinalização, em estrada reta. O acesso dos utentes se dá através de transporte alternativo, ônibus fretado – pois não existe linha para a localidade –, motocicleta, bicicleta e canoa.</p> <p>Não há ponto nem parada de ônibus no caminho.</p> <p>Embora a estrada seja alimentada por rede de energia elétrica, só há iluminação pública próxima a casas ou fazendas.</p> <p>Não existe sinalização no percurso, nem posto de policiamento. Também não identificamos policiamento ostensivo durante o trajeto.</p> <p>O percurso possui extensa arborização em ambos os lados da pista. Identificamos poucas casas nas cercanias da comunidade.</p> <p>No tocante à estrutura e aos equipamentos, ao entrar na comunidade, vemos algumas casas, a maioria de alvenaria e sem grades.</p> <p>A rua parece ser parte da frente das casas. No centro existe uma bifurcação em 'Y', na qual fora colocado um pedestal com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que é a padroeira do vilarejo.</p> <p>No caminho, à esquerda, em uma rua asfaltada, temos a igreja, que fica em frente ao igarapé. À direita, há várias residências, ao fim das quais também é possível alcançar o igarapé. Atrás da igreja fica o cemitério da comunidade.</p>
Dimensão funcional	<p>É interessante observar a posição da igreja, cuja fachada está voltada para o igarapé, como se protegesse os pescadores, pois, normalmente, as igrejas sempre ficam voltada para as ruas das vilas. Possivelmente, era este o caminho pelas águas historicamente utilizado para se chegar à comunidade.</p> <p>Em frente à igreja, vislumbramos o igarapé comprido, rodeado pela floresta amazônica.</p> <p>No aspecto estrutura e equipamentos, não identificamos nada industrializado.</p> <p>Há apenas bancos de madeira ou troncos, que ficam à beira do igarapé, bem como uma escada feita de madeira, que dá acesso as águas, além de uma rampa.</p> <p>Não existem banheiros públicos, nem bebedouros.</p> <p>A iluminação é natural e artificial, de baixa intensidade.</p> <p>Há um guarda-corpo de concreto protegendo parte do igarapé, próximo ao bar/restaurante, ao passo que a outra parte está desprotegida. Em certo trecho da margem, existem estacas visíveis.</p> <p>Há lixeiras, mas não são para reciclagem. Várias placas educativas de educação ambiental da Prefeitura de Santa Izabel do Pará foram fixadas no local, nas quais se lê: "Preservar o meio ambiente é preservar a vida".</p>

Quadro 11 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de São Francisco do Itá (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p align="center">Dimensão socioeconômica</p>	<p>Na dimensão socioeconômica, existem vários restaurantes, bares e lanchonetes, que são dos próprios moradores. Não há local para aluguel de boias ou apetrechos de banho.</p> <p>No aspecto de sociabilidade, o local é aberto a diferentes faixas etárias. O maior fluxo de uso ocorre nos finais de semana, durante as festividades ou no verão, que atrai muitos turistas.</p> <p>Em 2020, em razão da Pandemia de Covid-19,¹⁵ a Prefeitura limitou o acesso aos igarapés, recomendando a dez ônibus de turismo que retornassem ao seu lugar de origem.</p> <p>Durante a semana, em todos os dias, de manhã até à noite, os moradores frequentam o igarapé. Não existe cobrança de ingressos no local.</p> <p>É importante frisar a relação de subsistência que os moradores estabelecem com o igarapé, seja para pesca, seja para o transporte de bens alimentícios ou ainda para a venda de produtos.</p> <p>Foi registrada quando o trabalhador saía da área do igarapé; junto a ele havia outras pessoas, que retiravam da canoa sacos com alimentos, peixes e outros produtos. O transporte de canoa é cobrado, mas a baixo custo.</p>
<p align="center">Dimensão Ambiental</p>	<p>Quanto à dimensão ambiental, no aspecto de conforto ambiental, o clima próximo ao igarapé é agradável e suave. Normalmente, chove após as 15 horas.</p> <p>Reina o silêncio durante a semana, porém, aos finais de semana, os bares põem a funcionar a aparelhagem de som, exceto durante a missa.</p> <p>A paisagem é rústica, com equipamentos feitos de troncos de árvores. A contenção do igarapé, na maioria do curso das águas, utiliza tábuas de madeira, troncos de árvores e estacas, que servem para dar suporte aos troncos. Uma pequena parte é feita de concreto.</p> <p>Ao redor do igarapé, há algumas casas e restaurantes/bares. Uma das margens possui estrutura de alvenaria com base de concreto, que serve para conter as águas. A outra margem é coberta por floresta amazônica, que permanece inalterada neste trecho.</p> <p>As águas têm fluxo corrente e temperatura baixa. É possível ver o caminho das águas de um lado a outro do igarapé, que adentra a floresta.</p> <p>A turbidez é alta, o que nos permite ver o fundo do igarapé em uma das partes; na outra, a turbidez é média, com coloração amarronzada.</p>

¹⁵ A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variado, desde infecções assintomáticas até quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com Covid-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar, por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Ministério de Saúde (2020). Disponível em: [sobre a doença \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br). Acesso em: 20 mar. 2020.

Quadro 11 – Análise das dimensões observadas no Igarapé de São Francisco do Itá (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão Ambiental	<p>O igarapé não está em área preservada. A limpeza do fundo do igarapé fica por conta da comunidade.</p> <p>Os únicos indícios de contaminação são o assoreamento, que causou grande impacto na profundidade do igarapé, e algumas colônias de aguapé.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Figura 29 – Área para esportes em frente à igreja (esq.), estacionamento e acesso ao igarapé (dir.)



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: na Figura 29 (à esquerda), vê-se o final da passarela de cimento que sai da porta da igreja até o pórtico de ferro. As laterais da passarela são de grama baixa. Existem dois suportes de concreto sustentando o pórtico de ferro, e um tonel pintado de azul, que serve como lixeira. Há uma pequena trave, feita de madeira, para a prática do futebol.

Observam-se uma casa e um poste elétrico. O chão em frente é todo de asfalto. Existem cinco casas de madeira que servem como bar/restaurante ou lanchonetes. Há um telefone público em uma das esquinas.

Para a descida ao igarapé o chão se apresenta em declive acentuado; há uma cinta de alvenaria inacabada, mas não subemos identificar do que se trata.

Na ponta esquerda do igarapé (Figura 29, à direita), há um guarda-corpo de concreto. O chão danificado faz parte do pátio do restaurante/bar que há nas imediações. O piso já apresenta sinais de erosão, haja vista o pequeno buraco que

se formou no centro, no qual se vê uma estrutura de concreto e madeira para contenção. No local há um pequeno balde de plástico preto no chão.

Visualizam-se as árvores e as águas turvas do igarapé. Na margem posterior, vemos a pequena mureta de concreto dar espaço a uma escada de madeira.

Um pouco mais à direita, há outra escada, próxima ao bar, feita de concreto. O corredor do bar/restaurante, na extremidade direita, exhibe vigas de alvenaria pintadas de lilás e verde, bem como um telhado composto de telhas de barro.

É possível perceber que a base de concreto que serve de contenção é interrompida bem no ponto em frente ao bar/restaurante, após o qual há algumas partes sem nenhum tipo de contenção, e outras com tábuas de madeira, que seguem dessa forma até a outra extremidade.

O igarapé faz uma curva entre uma ponta A outra. Na margem direita, o terreno se abre de modo irregular e visualizam-se a terra e a grama. Existem casas com garagem em frente ao igarapé. Algumas são adaptadas para vendas de produtos aos usuários. Podemos ver algumas pessoas em pé dentro do igarapé e a estrutura de outra escada de madeira, que fica próxima à igreja.

Há vários troncos à margem do igarapé, seguidos de placas de concreto, que estão em declive. Percebe-se que a estrutura está danificada. As placas são sustentadas por estacas, para que o talude não desabe nas águas. No terreno, há uma palmeira plantada.

É possível ver o fundo das águas, que é raso. A outra margem está coberta pela floresta amazônica.

Representação de sentidos: as imagens mostram uma estrutura em frente à igreja que pode ser utilizada para a prática de atividades físicas e para o jogo.

A própria passarela que se encontra na igreja, em cuja lateral ficam os bancos, também pode ser utilizada como espaço para diálogos e conversas. O acesso ao igarapé possui um declive acentuado, que requer cautela. Percebe-se a ausência de cuidados e manutenção nesses equipamentos e em algumas estruturas que são de responsabilidade do Poder Público.

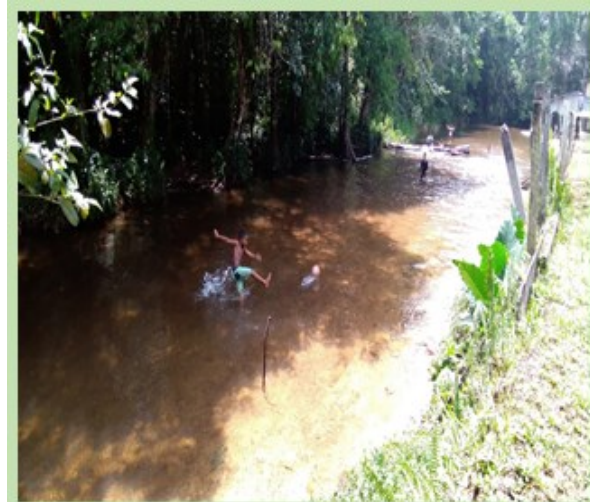
O acesso dos utentes ao igarapé precisa de melhorias; apesar de aparentemente não apresentar depredações, existe o risco de queda, em razão do declive e da falta de equipamentos de proteção. Não existe nenhuma estrutura ou equipamento que favoreça a acessibilidade.

A visualização global do igarapé de uma ponta a outra nos permite compreender sua função como espaço social de lazer. Neste espaço, são estabelecidas relações que favorecem o lazer e o desenvolvimento socioeconômico do lugar.

Na comunidade existe acolhimento ao turista, principalmente nos finais de semana. Nesse aspecto, os moradores adaptaram suas residências à prática do comércio, a fim de complementar a renda de suas famílias.

O espaço e os equipamentos para o lazer carecem de melhorias e manutenções. Principalmente quando se trata do acesso às águas, não existe nenhuma estrutura adaptada; o declive da terra e as placas de concreto, de estabilidade precária, são fatores de risco para a população. Existem algumas escadas quebradas, como é o caso da que fica próxima ao restaurante. Outro fator importante diz respeito ao nível de assoreamento do igarapé. É necessária uma intervenção da Prefeitura para que este igarapé não se perca no futuro.

Figura 30 – Banco adaptado da natureza (esq.) e crianças e adultos no lazer em igarapés (dir.)



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: a Figura 30 (à esquerda), apresenta as águas do igarapé, em cuja margem há um tronco dando suporte a uma prancha de madeira, com bastante mato no terreno.

É possível ver a totalidade do equipamento, que pode ser utilizado como banco ou prancha para lavagem de roupas. Existe uma pequena trilha, que está com lixo no chão. A margem está cheia de mato e colônias de aguapés. Aparecem duas escadas separadas por uma porção de terra, ambas de madeira, que dão acesso às águas. Ao fundo, na margem direita, há uma pessoa em pé, e várias outras dentro do igarapé.

Na Figura 30 (à direita), aparecem parte de um gramado e as águas rasas e transparentes do igarapé, de cor amarronzada, com possibilidade de ver o fundo. É possível ver crianças jogando 'Fut-água'. As traves são improvisadas com pedaços de galhos de árvores fincados no fundo do igarapé. A bola é de borracha.

Em uma das margens, é possível ver as estacas de madeira que servem de suporte para as tábuas de contenção, e a outra margem está repleta de árvores. Vemos ainda, uma estrutura formada por troncos de árvores que atravessa o igarapé de uma margem a outra.

Ao fundo, aparecem a floresta e o caminho das águas, no qual brincam as crianças; à direita, há uma casa/bar pintada de azul, que possui um salão na frente.

Representação de sentidos: na imagem, vemos a representação cultural dada ao equipamento dentro do igarapé, pois este possui múltiplas funções, ora para sentar-se e entabular uma conversa ou ficar em silêncio, ora para o trabalho de lavagem de roupa ou de adereços domésticos, ora para servir de suporte para saltar nas águas do igarapé.

É a identidade cultural que dá significado ao equipamento. Assim, a serventia do equipamento – e, portanto, o sentido a ele atribuído – é dada pelo fim a que serve, seja para o lazer, seja para o trabalho.

A Figura 30 traz a representação do brincar pelas crianças, que, ao mesmo tempo, se banham, jogam e brincam.

O jogo "Fut-água" é uma adaptação criada pelas crianças, que comporta somente dois jogadores. Eles são ao mesmo tempo atacantes e goleiros. Em um momento, chutam a bola para o gol do adversário; em outro, defendem a bola do adversário, tendo o igarapé como campo.

O igarapé tem algumas representações de lazer, pois o tempo para contemplação da natureza também é tempo para vivências. As trocas e interações fluem através do ato criativo, gerando inúmeras possibilidades de convivência social.

4.2.6 Igarapé de Caraparú/Rio Caraparú

O Igarapé do Caraparú está localizado na PA-140, Km 12, e foi visitado para observação no dia 13 de setembro de 2020. Ele é um espaço público planejado, localizado em área rural. Na área de igarapé, o solo é de terra batida, do tipo latossolo. Passamos pelo pátio da Vila do Caraparú, que possui estrutura moderna.

O acesso as águas do Caraparú se dão por via construída com asfaltamento novo, inaugurada em 2019. No entanto em menos de um ano, durante a visita observamos a existência de buracos.

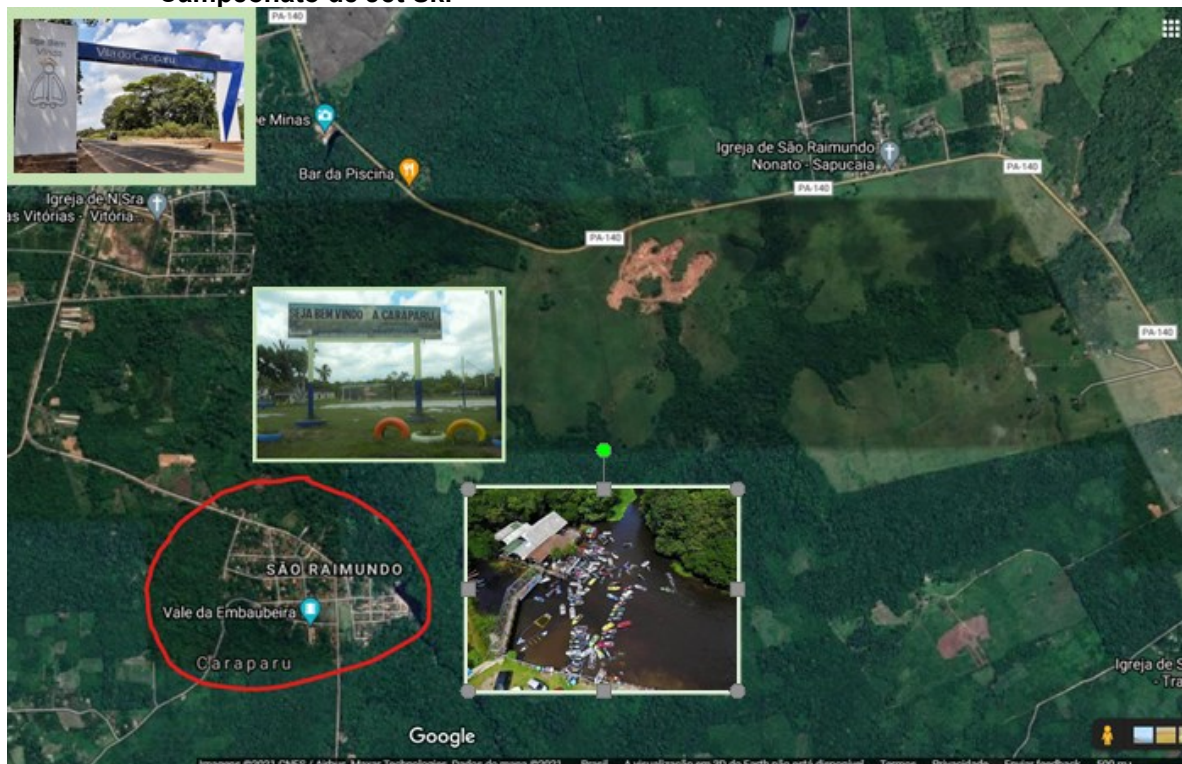
Infelizmente, tal ação reflete o mal gerenciamento do dinheiro público, pois, após construída a pista, ela é deliberadamente destruída, para que se obtenham novos recursos, ou mesmo para instalação de equipamentos que deveriam ter feito parte do primeiro plano. Então, temos o remendo posterior de uma via que é prejudicada não somente pela estética, mas também pela qualidade do material posteriormente utilizado, o que provoca, com a chuva existente na região, a ampliação de buracos na via.

A Vila do Caraparú é divulgada pelo apelo turístico, tanto pelas suas águas como pelos eventos como o festival de verão, campeonato de Jet Ski, rotas de bicicletas, mas principalmente pelo Círio que ocorre no dia 08 de dezembro e segue com o Festival comemorativo a santa padroeira do local.

O percurso é realizado nas águas dos igarapés do Rio Caraparú até a vila, onde um intenso público aguarda a imagem, que sai dos rios para seguir até a igreja local.

Os canoeiros, todos vestidos de marinheiros e remando, fazem parte dos elementos da procissão, após os quais há outra canoa, onde está a imagem da padroeira da vila. Pessoas ficam no meio do igarapé para fotografar este momento da transladação. Atrás da canoa que carrega a imagem, moradores e romeiros seguem em procissão pela densa floresta amazônica, dentro d'água, em canoas.

Figura 31 – Localização de imagem por satélite no distrito de Caraparú da Vila do Caraparú pelo Google Maps; Pórtico de Entrada pela PA-140; Praça da Vila e Vista aérea do Campeonato de Jet Ski



Fonte: Pórtico de entrada da vila, Jader Paes (AGUIAR, 2019); Praça da Vila (autora, 2020); Visão do campeonato de *Jet Ski* em 2018 (Bar e Restaurante Rio Caraparú, 2020).

Quadro 12 – Análise das Dimensões Observadas do Igarapé do Caraparú (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Na dimensão morfológica, quanto à mobilidade urbana, entre os locais visitados, foi na Vila do Caraparú que encontramos a melhor qualidade, haja vista o investimento turístico no local, previsto no Plano Diretor.</p> <p>O sistema viário é revestido por pavimentação asfáltica, inaugurada em 16 novembro de 2019. Em menos de um ano, porém, alguns tratores retiraram parte do asfalto da via, mas não se sabe por qual razão.</p> <p>Passa-se por uma ponte que atravessa um braço do rio Maguari, o mesmo braço que irá compor com o Balneário Porto de Minas.</p> <p>Não foi observado ponto de parada de ônibus.</p> <p>Existe iluminação pública somente quando surgem grupos de casas. No entanto, há cabos de alimentação elétrica durante todo o percurso.</p> <p>A via é toda sinalizada com placas e pinturas, mas não existe semáforo neste percurso, pois não há necessidade.</p> <p>Não identificamos posto de policiamento, mas existe policiamento ostensivo no lugar.</p> <p>No percurso até a vila, a via é arborizada de ambos os lados. Existem casas e pequenos comércios nas suas margens.</p>

Quadro 12 – Análise das dimensões observadas do Igarapé do Caraparú (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>Ao entrar na vila, observamos várias casas de alvenaria e pequenas mercearias. Próximo ao igarapé, encontramos a praça com o pórtico da Vila dando as boas-vindas aos visitantes.</p> <p>No terreno da praça, há um campo de futebol de areia, com traves e rede, uma quadra de vôlei de areia, com os postes e a rede, uma estrutura em alvenaria coberta e um parque infantil, com diferentes equipamentos de brincar, como gangorra, balanços, trave de equilíbrio, pintada feito tronco de árvores, que também pode servir para sentar-se, além de uma pequena trave de futebol e uma área livre. O espaço é bem amplo, com gramado e terra.</p> <p>Existe, o Centro de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Polo Caraparú. Há banheiros públicos construídos em frente ao centro de convivência.</p> <p>O espaço possui iluminação por refletores e é contornado por pneus reciclados e pintados de vermelho, azul, amarelo e branco, em sequência, na vertical e na horizontal. Dentro dos pneus horizontais foram plantadas mudas de flores.</p> <p>Ao redor deste espaço de lazer, encontram-se as casas, a igreja e o centro de convivência.</p> <p>Ao lado do centro de convivência, a rua que leva ao igarapé do Caraparú, que já pode ser visto deste ponto, segue sinalizada e asfaltada.</p> <p>Passamos pelo prédio da Unidade Básica de Saúde (UBS) Caraparú, que presta atendimento à vila. Prosseguimos pela rua lateral ao posto até chegar ao igarapé.</p> <p>Quanto à estrutura e aos equipamentos, o pórtico de identificação é o mesmo da vila. Não existem bancos nem mesas no local, somente os de plásticos, pertencentes aos proprietários dos bares e restaurantes que rodeiam o igarapé.</p> <p>Há estacionamento para carros, bicicletas e outros veículos em frente ao igarapé, com piso de terra batida. Nos dias de semana, circulam poucos veículos, mas, aos finais de semana, existe dificuldades de estacionar, devido ao aumento do fluxo de veículos no local. A iluminação é natural e artificial, com postes distribuídos pela calçada em frente ao igarapé.</p> <p>Existem lixeiras e contentores, no entanto não são padronizados para reciclagem. Alguns são de alvenaria.</p> <p>Não há banheiros públicos no local, nem chuveiros externos. Nas imediações, não existem bebedouros, nem mesas com guarda-sol.</p> <p>A segurança do local é feita pelo policiamento ostensivo. Não há wi-fi, a não ser que os donos dos restaurantes concedam a senha. O ambiente estava limpo, mas havia lixo por retirar.</p> <p>O guarda-corpo do igarapé foi depredado, apresentando risco de o utente cair na água de uma altura de mais de dois metros.</p> <p>Existem escadas e uma rampa de concreto em declive, que leva às águas, no entanto não há corrimão, o que pode ser arriscado para idosos.</p>

Quadro 12 – Análise das dimensões observadas do Igarapé do Caraparú (continuação)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão funcional	<p>Na dimensão funcional, no tocante aos usos e às atividades, as quadras esportivas de areia não são distantes do igarapé e podem servir como complexo.</p> <p>Nesse sentido, poderiam ser instalados equipamentos para a prática de atividades físicas e desportivas. No que diz respeito aos esportes na natureza, não existem equipamentos nem estruturas adequadas a tais atividades, apesar do potencial do local. Outras atividades são oferecidas principalmente no verão, como o campeonato de <i>jet ski</i>.</p> <p>Durante a semana, não identificamos nenhum profissional atuando como animador cultural. Nos finais de semana, existem cantores locais nos restaurantes e salva-vidas às margens do igarapé.</p> <p>Quanto ao aspecto de funcionalidade, o igarapé serve não somente para banho, mas também para diversas atividades e vivências de lazer, como as festas religiosas, as festas culturais, o turismo, a convivência e as práticas desportivas, além do jogo.</p> <p>As águas do igarapé também são utilizadas para a lavagem de animais, como os cavalos, mas em braços rasos, logo após o complexo turístico.</p> <p>Não foi identificada a lavagem de roupas neste igarapé.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, existem em média seis prédios, entre restaurantes, bares e lanchonetes. Somente um deles oferece refeição durante a semana, que é o Restaurante do 'Bolacha' – apelido dado carinhosamente ao dono do restaurante local.</p> <p>Outro restaurante de referência é o 'Bar e Restaurante Rio Caraparú', que promove shows de entretenimento com cantores e recepciona os turistas durante o Campeonato de <i>Jet Ski</i>, o Círio de Nossa Senhora da Conceição, o Festival de Verão e as trilhas de <i>bike</i>.</p> <p>Dentre os estabelecimentos do local, é o único restaurante que possui mesas e bancos todos em madeira, salão, mesas e cadeiras com guarda-sol e escadas de acesso às águas. Sua estrutura é toda de madeira e bambu, apresentando maiores critérios de qualidade.</p> <p>Outra relação comercial do local é o aluguel de canoas para passeios.</p> <p>No aspecto sociabilidade, a faixa etária atendida comporta de crianças a idosos. O maior fluxo de movimento ocorre nos finais de semana, que chega a reunir uma média de 5 mil pessoas no local.</p> <p>No verão, esse número é ainda maior.</p> <p>O horário de funcionamento vai da manhã até parte da noite durante os finais de semana. Mas alguns moradores também se arriscam a tomar banho de igarapé durante a alta noite.</p> <p>Não são cobrados ingressos para entrar no local.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Quanto à dimensão ambiental, o lugar é quente na área de restaurantes, devido ao fato de não haver arborização nesses espaços, mas as águas são frias.</p>

Quadro 12 – Análise das dimensões observadas do Igarapé do Caraparú (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão Ambiental	<p>Existe silêncio durante a semana, mas, aos finais de semana, a música e os sons de carros e ônibus de turismo podem ser ouvidos por toda a parte.</p> <p>A paisagem, do ponto de vista da pesquisadora, encerra uma relação conflituosa: de um lado, a natureza, com as águas e a floresta ao fundo, dando uma sensação de tranquilidade e beleza; de outro, a terra batida, sem arborização, onde ficam os restaurantes.</p> <p>A contenção do igarapé é feita por estruturas de concreto fixadas em uma das margens. Existe arborização somente em uma das margens do igarapé.</p> <p>A água é fria, de baixa turbidez e possui fluxo corrente.</p> <p>O igarapé não se localiza em área de preservação. Sua limpeza é feita pelo próprio uso: quando se pisa no fundo, os resíduos sólidos são deslocados pela correnteza. Quanto à contaminação, existe presença de odor no igarapé, os resíduos sólidos são de plantas, mas também do gênero humano, quando descarta materiais nas águas.</p> <p>Existem alguns aguapés à vista, mas não percebemos assoreamento no Caraparú.</p> <p>Os braços do rio Caraparú formam caminhos de igarapés, por isso, ao realizar a análise, optamos por utilizar como termo as 'águas do Caraparú'. Pois esse imenso rio, que nasce no Distrito de Americano, sofreu perdas ambientais em alguns lugares, que apresentam sinais de assoreamento, e os braços do rio que formam os igarapés são contínuos ao longo do percurso.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Figura 32 – Pescadores no igarapé Caraparú (esq.) e Dimensão Socioeconômica dos restaurantes (dir.)

Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: A Figura 32 (à esquerda), vemos as águas escuras do Caraparú, cuja turbidez é baixa, não possibilitando a visualização do fundo.

podemos ver sobre as águas algumas colônias de aguapés e alguns galhos secos próximos à margem. Existe uma canoa artesanalmente construída, pintada na cor amarela, com dois pescadores. Um está em pé, preparando-se para jogar a rede nas águas, o outro se encontra sentado, remando. Vê-se parte da floresta amazônica.

A Figura 32 (à direita), vemos o solo de areia e a dimensão do terreno, onde existem dois postes de madeira ao centro, utilizados como estrutura para se jogar voleibol. Há um bar e restaurante chamado 'Beira Rio', com estrutura de alvenaria, salão aberto e banheiros. Foram utilizadas pequenas estacas pintadas para delimitação da propriedade. Ao lado, existe outro restaurante, de propriedade do Sr. 'Bolacha' – apelido carinhoso dado pelos visitantes e pela comunidade –, o único restaurante aberto nos dias de semana.

O estabelecimento possui um pequeno salão, no qual estão distribuídas mesas e cadeiras brancas de plástico. Há uma lixeira de concreto pintada de branco e veículos estacionados na frente do restaurante.

O restaurante ao lado deste se chama 'Celso' e possui um amplo salão, em forma de 'L', onde há um freezer horizontal. O estabelecimento, no entanto, encontra-se fechado. Existe uma pequena cabana de madeira sem identificação ao seu lado, e uma estrutura em madeira com restos de construção à sua frente.

Figura 33 – Vivências de lazer nas águas do Caraparú



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise simbólica: a Figura 33 (à esquerda), mostra a estrutura de contenção e o guarda-corpo, com a tinta desgastada. As águas estão escuras e não se pode ver o fundo do rio. Observamos duas jovens conversando, encostadas no

guarda-corpo, em cima da calçada, que segue toda a lateral das águas; uma delas está usando o celular. Ao centro, existe uma família sobre a rampa; a mãe está olhando em direção à natureza, para as atividades ali ocorridas, e o pai está em pé, junto à filha. Um canoieiro conduz uma mulher adulta e uma adolescente pelo igarapé. Ao fundo, podemos ver o restaurante 'Rio Caraparú', e a floresta na lateral.

A Figura 33 (à direita), aparecem crianças nadando sob a supervisão de adultos; observam-se a vegetação suspensa nas águas e os caminhos feitos pelo Igarapé em direção à vasta floresta.

Representação de sentidos: as imagens conferem diferentes sentidos ao lazer: a primeira traz a dimensão do trabalho como força produtiva de subsistência dos moradores, e a segunda apresenta uma das perspectivas de uso de um equipamento.

Será para o lazer ou para o trabalho? Ou será para o transporte? A canoa gera essa dúvida, por apresentar múltiplas formas de uso e apropriação. Se for para o lazer, ela será utilizada em um passeio sobre as águas; se for para o trabalho do pescador, caracteriza-se como um equipamento necessário para o deslocamento a áreas específicas, nas quais se encontram os peixes.

Ela também pode ser utilizada simplesmente como meio de transporte para o deslocamento de pessoas entre localizações diferentes – com ou sem custos. Esse equipamento também faz parte dos bens culturais materiais e imateriais da localidade, em razão dos saberes necessários à sua produção e utilização. Entre o equipamento e a população se estabelece uma relação de identidade cultural profunda, por ser elemento constitutivo de uma das festividades religiosas da comunidade, o Círio de Caraparú, que envolvem não apenas as relações com as canoas, mas também com as águas escuras do Caraparú.

A partir das imagens, também refletimos sobre a necessidade de cuidados ambientais, pois as águas do Caraparú apresentam sinais de assoreamento em algumas áreas, bem como um cheiro forte e desagradável. A presença de colônias de aguapés é indicativa de contaminação nas águas.

Os aspectos socioeconômicos representados nas imagens trazem as relações de potencial turístico da região, cujos restaurantes dão atendimento para os eventos que ali ocorrem. Interessante ressaltar que um dos restaurantes foi construído sobre as águas. E, claramente, existe uma diferença deste para os

outros, que estão no terreno à frente do igarapé, pois denota diferenças no atendimento de pessoas de classes sociais e poder econômico distintos.

Consideramos também que as relações de turismo e lazer se entrecruzam para favorecimento da expansão mercadológica. Nesse caso, a própria tecnologia favorece a procura por lazer em balneários e igarapés nas proximidades de Belém. Assim, os restaurantes utilizam plataformas do Facebook para divulgar as imagens daquilo que oferecem. Ao se manter acima do igarapé, o Restaurante 'Rio Caraparú' transmite uma imagem de sustentabilidade, permitindo o acesso às águas por dentro de sua estrutura.

O estabelecimento tem sido uma referência para as atividades esportivas em meio à natureza, como o *jet ski*. Para o lazer e o turismo, é um veículo de propaganda e *marketing* que já realiza uma seleção prévia da classe econômica com poder de compra. Essa relação de poder econômico se reflete no lazer em igarapés, visto que o acesso a tais equipamentos é possível a poucos.

As possibilidades de vivências nas águas do Caraparú, em razão de sua própria extensão, são diferenciadas. Compreende-se, portanto, o investimento dispendido pelo Poder Público para tornar a comunidade uma referência para o turismo. Observa-se que o banho é uma atividade diária que proporciona diversão, descanso e contemplação, servindo também à pescaria, ao passeio e aos esportes na natureza.

Outras atividades enfatizam a relação das águas com a religiosidade, como as vistas nesta comunidade, a exemplo da 'Procissão das Águas'. Essa atividade promove a fé e reforça a identidade cultural do local. 2018 e 2019 foram os últimos anos em que ocorreu o Círio de Nossa Senhora da Conceição. A comunidade se mobiliza na organização do evento, cujas festividades duram uma semana, fortalecendo culturalmente os saberes locais.

Os banhos nos igarapés fazem parte do costume diário dos moradores da comunidade, haja vista que famílias, crianças e jovens o utilizam como espaço social de lazer.

4.2.7 Confrontamento crítico do distrito de Caraparú

O Distrito de Caraparú possui uma gama de braços de igarapés, que, em sua maioria, são utilizados com foco turístico, mesmo aqueles encontrados em

comunidades menos estruturadas. A maior parte dos espaços são públicos e situados em área rural.

As atividades de lazer e turismo ambiental podem ser consideradas como atividades não agrícolas, muito embora ocorram em espaço rural. Essas atividades estão em crescimento, em razão do apelo à fuga da cidade e do ambiente urbano. Portanto, há de se refletir sobre os impactos gerados pela degradação ambiental decorrente de investimentos turísticos não sustentáveis.

No século XXI, vigora a busca pela natureza, e, com isso, o lazer vem passando por transformações, que estão vinculadas ao estilo e à busca por qualidade de vida e saúde.

Existem diferentes perspectivas que vinculam o ser humano a atividades integradas com a natureza. As relações contidas no próprio corpo, de natureza emocional, suscitam um corpo ecológico. Parte-se das relações psicológicas intrínsecas ao ser humano que se integra à natureza, a fim de aventura-se em um ambiente mais natural (SCHWARTZ, 2001).

A busca por atividades integradas à natureza passa por uma visão dialógica entre aqueles que vivenciam essas atividades diariamente e aqueles que as buscam apenas quando podem.

A possibilidade de vivência diária se relaciona aos processos que constroem a identidade cultural. Diferentemente daqueles que procuram as atividades fora de seu contexto habitual. No entanto, é interessante entender como os seres humanos sentem a necessidade de, em algum momento, dedicar seu tempo a estar em um ambiente mais natural, longe das atividades urbanas geradoras de estresse.

O excesso de estímulos encontrado no ambiente urbano – incluindo o uso da tecnologia – gera um alto índice de excitação emocional, perturbando o equilíbrio psicológico. Assim, a busca por ambientes geradores de menor estímulo tem promovido o deslocamento de grande número de pessoas das áreas urbanas para rurais, mesmo que apenas aos finais de semana.

Esse movimento de transição entre espaços leva-nos a pensar no deslocamento para áreas ambientais com vegetações e recursos hídricos para o lazer, gerada por este fluxo contínuo de pessoas. Com isso, os espaços de lazer em ambientes naturais – como os igarapés – devem ser pontos de defesa, a fim de evitar a sua degradação.

A maioria dos igarapés visitados no Distrito de Caraparú sofreram e sofrem com impactos gerados pela contaminação das águas. O assoreamento (elevado ou leve) é decorrente, em parte, da ausência de fiscalização efetiva e contínua de obras que causam impactos nas nascentes e correntezas dos braços de rios.

O Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, que trata sobre o Código de Águas no Brasil, instituiu preceitos visando evitar a contaminação dos mananciais hidrográficos do país.

No que diz respeito ao acesso, o referido decreto afirma, em seu Art. 34, que “É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível” (BRASIL, 1934). Assim, as águas de igarapés que passam no Distrito de Caraparú são de acesso livre à população; não somente aos seus moradores, mas a todos. No entanto, deve ser assegurada pelo Poder Público a conservação dos corredores por onde os rios passam.

Do contato do gênero humano com a natureza emergem sentidos, sentimentos e experiências (BRUNHS, 1997). As experiências de lazer nos igarapés são diferentes para cada pessoa que ali se encontra; existe uma relação subjetiva de sentimentos que se alinha à história de vida e à cultura, por isso são múltiplas as atividades de lazer que estão contidas neste espaço social.

Na contemplação da natureza, o ser humano realinha-se à força holística; ele se sente pertencente a algo maior do que a sua visão pode alcançar. Assim, percebe-se no interior de um sistema complexo, do qual faz parte. Portanto, o lazer contemplativo favorece a introspecção.

O conceito de diversão no lazer pode assumir diferentes frentes de debate. Em ambientes urbanos, por exemplo, a distinção entre o ambiente de trabalho e o de diversão não é dividido de modo racionalizado e estratificado (ROSA, 2004).

A diversão na natureza possui peculiaridades inerentes às atividades propostas. Podem-se utilizar os esportes na natureza ou simplesmente o ato de brincar. Em ambos os casos, existe a predominância de vivências motoras que permitem um movimento dinâmico corporal, as quais, no caso dos esportes de aventura de risco controlado, como o rapel, a tirolesa, a falsa baiana, o arborismo

etc., são potencializadas pela adrenalina, diferentemente do que acontece com aquelas que não possuem riscos potenciais.

Na diversão em igarapés, os riscos não são menores; por exemplo, quando se faz um salto acrobático do alto dos troncos das árvores ou quando se usa um cipó de um lado a outro, até se lançar em um ponto certo nas águas. Tal desafio é possível principalmente para aqueles que conhecem as águas dos igarapés e suas profundezas. Em sua maioria, as atividades em ambientes rurais são coletivas, pois são usufruídas por casais, famílias ou grupos de conhecidos.

Existe um grande apelo turístico nos igarapés do Distrito de Caraparú, exceto no da comunidade de Uxiteua, devido ao fato de ser um espaço particular de uso familiar. Os outros espaços públicos de igarapés possuem uma organização diferenciada; alguns de forma mais efetiva que outros. No caso específico da Comunidade Caraparú, existem diferentes ofertas, porque também existe maior procura.

Desde a década de 1990, o turismo em áreas amazônicas está em expansão, em virtude dos discursos de desenvolvimento ambiental, que defendem o aproveitamento de recursos naturais e ambientais, vistos como produtos, por meio do ecoturismo (PINTO, 2007).

O desenvolvimento envolvendo os igarapés ainda precisa alcançar um índice de qualidade aceitável para a garantia da sustentabilidade. Nesse caso, o município pode ser incluído no programa de cidades sustentáveis. Por ora, no entanto, o investimento na sustentabilidade ainda é tímido, apesar de seu potencial.

Os espaços públicos de lazer em igarapés possuem apelo para investimentos turísticos que favoreçam a comunidade, a partir de uma rota de águas.

4.3 ROTA DAS ÁGUAS NO DISTRITO DE AMERICANO

O antigo povoamento de Arararipe (1855 a 1889), depois colônia, passou ao patamar de vila por força da Lei nº 644, de 6 de junho de 1899, que conferiu a mesma prerrogativa à Santa Izabel. Seu nome é devido ao imigrante norte-americano Kelmmon, que passou a realizar importante negócios ali, tornando-se uma referência no lugarejo. Mas, em 3 de abril de 1934, a Vila de Americano foi anexada ao Município Santa Izabel do Pará, após a promulgação do Decreto-Lei nº 1.258/1934 (ARAÚJO, 1981).

Após o levantamento realizado, identificamos alguns balneários no Distrito de Americano, a saber: Lagoa Azul (localizado na PA- 140, Km 5) e *Point* da Gelada e da Mata (Comunidade Areia Branca, Km 42).

A visita ao Distrito de Americano ocorreu no dia 17 de janeiro de 2021. O recorte privilegiou o Balneário Lagoa Azul e a Fazenda Nova Canaã, onde fomos convidados a realizar a pesquisa em um igarapé de uso familiar.

4.3.1 Igarapé no Balneário Lagoa Azul

Para chegar ao Balneário Lagoa Azul, adentramos pela BR-316 no sentido de quem vai em direção a Belém e dobramos à direita. Na PA-140 fica a estrada que leva ao balneário, em uma via em frente ao Restaurante Ki-Delícia (próximo ao Km 5). Existem pequenas barracas de vendas na rua. O espaço de igarapé é considerado particular para fins privados e se encontra em área rural.

Figura 34 – Localização de imagem por satélite do distrito de Americano pelo Google Maps e registro da autora do Balneário Lagoa Azul na PA-140 km5



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Quadro 13 – Análise das dimensões observadas no Igarapé no Balneário Lagoa Azul (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Quanto à dimensão morfológica de mobilidade urbana, o sistema viário é de terra batida, do tipo argiloso e amarelo, apresentando alguns danos como buracos em seu percurso.</p> <p>O acesso pelos utentes é possível apenas a pé, de moto ou de bicicleta. Pontos de parada de ônibus existem somente na PA-140, mas sem estrutura de assento ou adaptações para fins de mobilidade.</p> <p>A iluminação viária é de baixa intensidade, com postes principalmente onde existem casas.</p> <p>Não há sinalização, nem qualquer tipo de segurança viária no local. Há bastante arborização no percurso, de um lado e de outro da estrada. Cruzamos uma pequena ponte de madeira, por onde passa um igarapé, que está totalmente contaminado e assoreado. Em algumas partes da estrada, observamos a retirada de árvores, fato comprovado pelos montes argila ao redor das cavidades.</p> <p>Ao longo do percurso, há uma série de casas feitas de madeira, com uma porta e uma pequena janela, em terreno capinado, sem cercas em alguns casos; e em outros, com pequenos cercados. Algumas possuem pequenas plantações no terreno. Outras casas são feitas de alvenaria, mas sem reboco, com as mesmas estruturas, ou seja, uma porta e pequenas janelas.</p> <p>Na entrada do balneário, há uma placa artesanal indicando a localização. Existe um caminho estreito entre as árvores, que não dão visibilidade ao igarapé. Para os visitantes que não o conhecem, o local gera um certo receio, devido à necessidade de caminhar por uma pequena trilha entre o mato alto.</p> <p>Ao passar pelo caminho, logo se visualiza uma estrutura rústica, feita de madeira de cana de açúcar. Sua aparência é semelhante a de uma tapera, e seu telhado é feito com madeira, mas coberto por plástico e pedras, para evitar goteiras de chuva.</p> <p>Existe um pequeno <i>banner</i> na frente anunciando o valor da entrada: R\$ 5 por pessoa. Ele também contém o horário de funcionamento (das 8 às 17 horas) e um aviso, em que se diz: 'Proibido entrar com bebidas'.</p> <p>Neste mesmo ambiente, existem vários bancos e mesas quadradas, feitos de madeira. Na frente desta estrutura, é possível estacionar motos e carros, embora não se trate de um estacionamento planejado.</p> <p>Possui iluminação natural e artificial, com pequenas lâmpadas de baixa intensidade.</p> <p>As lixeiras são de materiais recicláveis.</p> <p>Existem banheiros femininos e masculinos, sem muita estrutura.</p> <p>Não existem chuveiros externos, nem bebedouros no local.</p> <p>Algumas mesas são colocadas embaixo das árvores, para acolher famílias ou grupos de amigos.</p> <p>O piso é todo de terra. Não existe estrutura de palco, nem profissionais de segurança no local. É uma área aberta, sem muretas. A manutenção e a limpeza são realizadas pelo dono e por alguns auxiliares.</p>

Quadro 13 – Análise das dimensões observadas no Igarapé no Balneário Lagoa Azul (continuação)

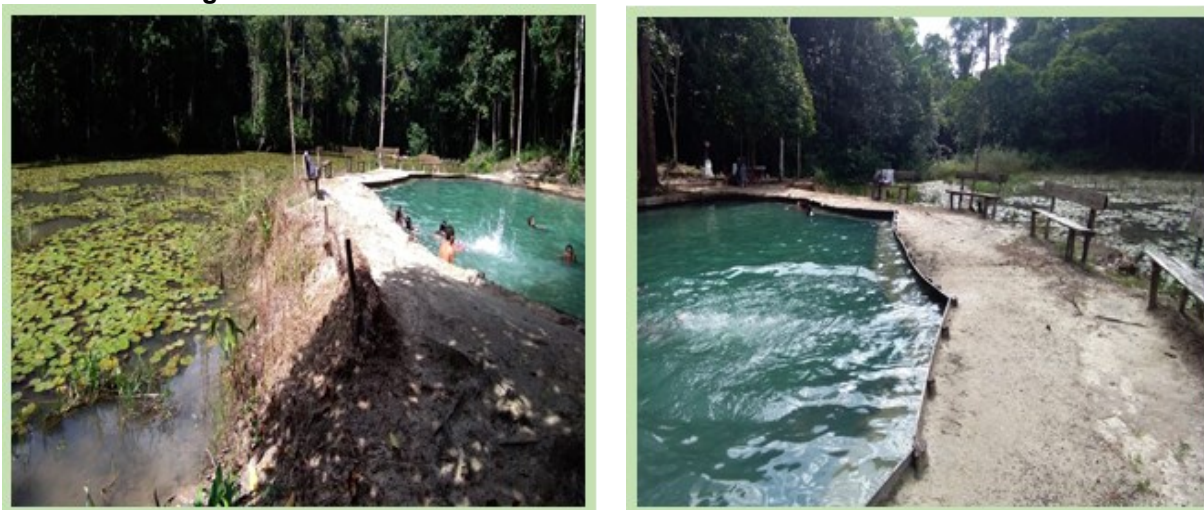
DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Não existe nenhum tipo de equipamento de acessibilidade adaptado.</p> <p>Não foram observados quaisquer sinais de depredação no local.</p> <p>Os riscos encontrados para os utentes estão diretamente associados ao declive de terra nas imediações do lago, que oferece perigo a pessoas idosas e com mobilidade reduzida, principalmente por não existir nenhuma estrutura de atendimento imediato caso ocorra um acidente.</p>
Dimensão funcional	<p>Quanto à dimensão funcional, encontramos vários locais apropriados para vivências de lazer: a quadra de vôlei de areia, uma piscina natural para crianças, possibilidades para a prática de futebol de campo, trilha, tirolesa e descanso em rede.</p> <p>No entanto, equipamentos como bolas, boias e cabos devem ser levados pelas pessoas ou pelo grupo que tenha a intenção de praticar esportes na natureza, como trilha e rapel.</p> <p>Não observamos profissionais como salva-vidas, animadores culturais, cantores e outros.</p> <p>A funcionalidade do local destina-se ao banho, ao descanso, à convivência e às atividades esportivas.</p> <p>Não existe no ambiente a convivência diária necessária às construções identitárias, como as histórias orais e os saberes ambientais, haja vista ser um espaço de visitação.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, para fins mercadológicos, não existe restaurante, apenas um balcão adaptado para venda de bebidas e salgados do tipo industrializado (sequilhos).</p> <p>O próprio dono realiza a cobrança do ingresso e a venda de água e de bebidas. Não há aluguel de materiais como boias ou outros.</p> <p>Para fins de sociabilidade, observa-se que a faixa etária atendida abrange de crianças até adultos, ressalvada a existência de riscos para os idosos, em razão da escada, feita na própria terra, e dos caules das árvores.</p> <p>O maior fluxo de atividade ocorre aos fins de semana.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Na dimensão ambiental, o conforto do local começa pelo clima suave, com possibilidades de chuva.</p> <p>Existe um silêncio típico da natureza que só é quebrado pelas falas das pessoas no local e por rádios colocados por grupos de famílias ou amigos, mas que não chegam a atrapalhar nem poluir o ambiente.</p> <p>A paisagem é bem atrativa, pelo próprio reflexo das águas, que espelham um azul devido ao represamento da nascente das águas, e pelo imenso aspecto do igarapé ao fundo.</p> <p>A contenção é feita por areia e madeira, formando uma piscina sinuosa, na forma circular, com bancos de madeira em seu entorno.</p> <p>Não existe proteção nem guarda-corpo entre a piscina e o imenso igarapé ao fundo.</p>

Quadro 13 – Análise das dimensões observadas no Igarapé no Balneário Lagoa Azul (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão Ambiental	<p>As águas do igarapé têm fluxo constante, no entanto estão tomadas pela vegetação, que forma um imenso tapete verde em sua superfície.</p> <p>O igarapé está assoreado e contaminado com resíduos sólidos.</p> <p>A área onde está localizado o balneário não é de preservação ambiental.</p> <p>As águas do lago têm uma tonalidade azul-piscina, devido ao fundo ser de terra, e são geladas e agradáveis.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Figura 35 – Vistas do espaço de piscina de água natural(dir.) e do igarapé (esq.) no Balneário Lagoa Azul



Fonte: acervo particular do autor (2020).

Análise simbólica: na Figura 35 (à esquerda), observa-se a terra em declive que dá no igarapé, de águas turvas e cheias de colônias de aguapés. Aparece a piscina de água natural, em tom verde-esmeralda, na qual os visitantes tomam banho. A contenção das águas é feita por tábuas de madeira. Ao centro, existe um monte de areia, que se estruturou entre a piscina natural e o igarapé, ao longo do qual existem várias estacas pequenas fincadas no chão. O igarapé possui um tapete de aguapés. Visualizam-se o restante da piscina natural, que tem forma arredondada, o amplo igarapé, claramente contaminado, e a floresta ao fundo.

A Figura 35 (à direita), destaca a forma da piscina natural, de águas transparentes, e as tábuas que servem de contenção. Existe um corredor de areia onde estão os bancos feitos de tábuas, se mostra o contraste da piscina natural com as águas do igarapé.

Representação de sentidos: o espaço de lazer em igarapé particular com fins mercadológicos pressupõe a realização de alguns investimentos para sua melhoria. Apesar da linda paisagem formada pela piscina natural, existe um contraste ao observarmos as águas do igarapé, que se encontram totalmente contaminadas. As águas possuem um imenso tapete de aguapés, o que significa alto índice de contaminação, devido às atividades de construção que afetaram o igarapé. Em razão da falta de iluminação, não é possível permanecer no balneário até o anoitecer. Nesse sentido, a possibilidade de usufruir o lazer é agregada à necessidade de segurança.

4.3.2 Igarapé Particular da Fazenda Nova Canã

A Fazenda Nova Canã entrou em nossa pesquisa para que pudéssemos mostrar a existência de igarapés em terrenos particulares, trazendo outros aspectos da função recreativa nestes cursos d'água; neste caso, para o lazer o familiar. Fomos recebidos no dia 17 de janeiro de 2021, após nossa incursão no Balneário Lagoa Azul. Sua localização fica na PA-140, Km 4. A partir da PA-140, realizando o retorno para a BR-316, o local fica à margem direita da estrada. É um espaço particular e familiar localizado em área rural.

Figura 36 – Localização de imagem por satélite do distrito de Americano pelo Google Maps e registro da autora do igarapé na Fazenda Nova Canãa



Fonte: acervo particular do autor (2020).

Quadro 14 – Análise das dimensões observadas no Igarapé na fazenda Nova Canãa (continua)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
<p>Dimensão morfológica</p>	<p>O sistema viário de acesso é a própria PA-140, toda asfaltada e sem danos na pista.</p> <p>O acesso pode ser de diferentes formas: a pé, de motocicleta, bicicleta, ônibus ou transporte alternativo. A parada de ônibus fica a aproximadamente 100 metros do local.</p> <p>A via possui iluminação de média intensidade. Há placas de sinalização durante todo o trajeto. Não há semáforos até o perímetro da fazenda.</p> <p>Não identificamos segurança, como policiamento ostensivo, nem posto policial. Existe arborização em alguns trechos, mas o contexto ao redor é composto por casas, fazendas, pequenos comércios, entre outros.</p> <p>Quanto à estrutura e aos equipamentos, há um pórtico de identificação utilizando as letras iniciais do nome da fazenda. Após o pórtico, existe uma pequena ponte, e por baixo dela flui o igarapé.</p> <p>Existe um espaço de estacionamento de carros na entrada, logo após deve-se ir andando até à casa e a outras estruturas. A iluminação é natural e artificial, de baixa intensidade.</p> <p>Observa-se, após a ponte, um grande campo verde, em cujo fundo se encontra a casa, construída em alvenaria, com pátio, sala, quartos, cozinha, banheiros e garagem.</p> <p>Ao lado, existe uma residência para o caseiro e algumas gaiolas de pássaros. Com exceção da casa, o ambiente externo é todo de terra e grama. Equipamentos como mesa, bancos e lixeiras se localizam dentro da casa.</p>

Quadro 14 – Análise das dimensões observadas no Igarapé na fazenda Nova Canãa (conclusão)

DIMENSÕES	ESPECIFICAÇÕES
Dimensão morfológica	<p>Existem animais de pasto, como bois, vacas, cavalos, e outros que andam livremente no terreno, como cachorros, galinhas e perus.</p> <p>Por detrás da casa, existe um pomar com cupuaçu, acerola, ingá, graviola, taioba, entre outras frutas.</p> <p>Na frente da casa, há um grande lago mineral, onde se tomam banhos quando é época de chuva (no período da visita, estava raso).</p> <p>A piscina de água natural tem a cor azulada, e seu piso é de terra e argila. A contenção é feita pela própria terra ao seu redor.</p>
Dimensão funcional	<p>Na dimensão funcional, quanto ao uso e às atividades de lazer, há somente o uso da piscina de água mineral e os campos, que servem para atividades ao ar livre livres ou para acampamentos, quando cedidos aos jovens da igreja. O igarapé não é utilizado mais para banho nem lazer.</p>
Dimensão socioeconômica	<p>Na dimensão socioeconômica, a fazenda é utilizada somente para fins familiares, portanto os produtos colhidos não são destinados ao comércio.</p>
Dimensão Ambiental	<p>Na dimensão ambiental, quanto ao conforto, o clima é suave, com algumas temporadas de chuva mais intensa.</p> <p>Existe silêncio em todos os ambientes, quebrado apenas pelos sons da própria natureza.</p> <p>A paisagem é verde em quase todo o terreno, exceto onde estão localizadas as casas.</p> <p>O igarapé possui fluxo contínuo de águas, com matos ao seu redor, e perfaz um caminho raso e estreito, pois sofreu assoreamento. Suas águas são geladas, com alta turbidez em alguns percursos e baixa em outros.</p> <p>A propriedade não fica em área preservada. Não há limpeza no fundo dos igarapés. Somente de um lado da ponte percebe-se a presença de resíduos sólidos, mas a água não é contaminada, podendo ser utilizada para lazer ou banho.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Figura 37 – Vista da ponte de madeira acima do igarapé



Fonte: acervo particular da autora (2020).

Análise Simbólica: A imagem 37 (esq.) destaca o terreno com terra batida e pequenas pedras, com matos em seu declive de ambos os lados. Existem duas estacas de madeira com arame farpado que estão inclinadas.

Apresenta a margem direita tendo a ponte como referência, as águas possuem uma pequena correnteza.

Ao centro da imagem temos uma ponte de madeira construída artesanalmente, com tabuas e corrimões, por baixo dela é possível ver resquícios de madeira de outra ponte e a terra que sofreu erosão mostrando o solo do tipo argilossolo amarelo, na lateral esquerda observa-se um declive com bastante mato. Temos a visão do portão de entrada cercados por estacas e arames farpados, a direita uma casa de central de energia, postes de energia e iluminação, o restante da paisagem são de árvores.

A imagem 59 a direita podemos ver muita vegetação e matos rasteiros além de aguapés, ao centro as águas do igarapé com pedras em destaque, existe um cachorro sentado.

As águas possuem uma correnteza e vem da direção de parte da floresta onde se encontra sua nascente, possuem um tom amarronzado e média turbidez.

É possível ver a forma sinuosa que o igarapé toma entre a vegetação e a arborização de um lado e ao fundo com densa floresta, as águas passam a frente do campo e possuem uma grande vegetação em parte dela, existe a visibilidade de duas casas ao fundo da imagem.

Representação de sentidos: O igarapé para fins de lazer familiar precisa ser mantido com limpeza pelo avanço da vegetação e retirada de resíduo sólido como as pedras existentes no local. Existe profundidade entre o terreno e o igarapé que se encontra mais abaixo da ponte, mas nos chama a atenção como a força das águas podem além de derrubar a ponte causar erosão. A percepção que a atividade no igarapé em outros tempos era voltada para banho e descanso. Enquanto espaço para convivência, banho e descanso seria necessário que se realizasse a manutenção e retirada da vegetação que tem tomado conta do igarapé. A fazenda possui outras funcionalidades como o imenso campo que conforme nos foi informado servia para o acampamento de desbravadores que iam aventurar-se na natureza exercitando a sobrevivência em ambiente natural. Assim, o igarapé servia para banho e diversão.

4.3.3 confronto crítico dos espaços de lazer no Distrito de Americano

Temos nos igarapés dois espaços particulares que se distinguem entre si pelo seu uso: familiar e mercadológico. As funcionalidades se aproximam, quando se pensa nas atividades de vivência. Nesse caso, é voltado para a diversão e descanso, tendo em algumas atividades a conotação de aventura na natureza. Mas, existe também a relação de contaminação das águas e a necessidade de manutenção para continuidade de acesso ambiental.

O Balneário Lagoa Azul se caracteriza por estar dentro do mercado informal. Como condição para subsistência, utiliza um bem material, oriundo de herança, para obter fins financeiros. Mas, pelo caráter impessoal, é observável que é uma complementação da renda familiar, devido à crise econômica, que não consegue absorver no mercado formal os brasileiros. Em grande parte, estes realizam um trabalho autônomo, mesmo caso encontrado no balneário. Assim, para vivenciar atividades no espaço, cobra-se um valor ínfimo. Talvez por isso a ausência de maior investimento para a melhoria do ambiente.

No entanto, há que se considerar que, em virtude da contaminação do igarapé, causada pelas indústrias e pela ausência de maior fiscalização em obras próximas às nascentes dos igarapés e em seus percursos, temos o impacto gerado em um ambiente que teria condições de oferecer o acesso às águas do igarapé para o lazer, ou para outro tipo de subsistência, como a criação de peixe, devido à extensão do igarapé no local.

Falamos, portanto, de um espaço em que o aspecto mercadológico geraria melhores condições para aqueles que trabalham na informalidade. É um outro aspecto do lazer de mercado. Pois não se trata de grandes empresas, mas sim da possibilidade de uso dos bens naturais a favor de melhores condições de vida para os próprios empregadores de áreas rurais.

No caso do lazer, empresas utilizam mão de obra em apenas períodos específicos, que podem ser no final de semana, por exemplo, e pagam somente pelos serviços prestados, não gerando vínculos formais (WERNECK, 2001). Como tratar da relação entre lazer e mercado quando o empregado é o próprio empregador? Deve-se reconhecer que, ainda assim, estamos em uma relação de exploração do 'eu', pois consolida as horas extras de trabalho informal, que

deveriam ser de descanso do trabalho formal, que não tem garantido condições básicas para o sustento familiar.

Não existe como constituir uma jornada de trabalho no mercado informal, nem garantir direitos trabalhistas. Ainda ocorre que, nesses casos, contrata-se por período os auxiliares para manutenção daquilo que é ofertado. Temos assim, um pequeno reflexo das questões que envolvem o lazer no aspecto do mercado informal. Esses aspectos, aqui levantados, precisam ser analisados à luz de seus desdobramentos políticos, econômicos e sociais. Essa realidade faz parte de ambientes rurais que trabalham com a agricultura familiar e necessitam de melhores condições para subsistirem.

Há necessidade de a governabilidade dar condições de auxílio que envolva condições de organização para retirada do mercado informal para o formal garantindo a sustentabilidade, não somente naquilo que se compreende como manutenção da natureza, mas também a todas as outras categorias que a envolvem como o patrimônio histórico e cultural. Isso significa um planejamento organizacional da cidade que envolva os ambientes urbanos e rurais no sentido de garantir direitos humanos no planejamento da cidade. Assim, os espaços de lazer devem partir por um planejamento participativo e comunitário para o desenvolvimento das necessidades econômicas familiares de áreas tanto rurais, como urbanas.

Werneck (2001) esclarece que nem sempre grandes empresas que trabalham com o entretenimento do lazer garantem a conservação e a recuperação do patrimônio histórico, cultural e natural. Mesmo com a arrecadação de impostos e a mitigação do desemprego, as grandes estruturas favorecem a apenas um grupo de classe para o lazer.

Os espaços sociais de lazer em igarapés devem ser socializados democraticamente, pois as águas fazem parte de um bem nacional de todos os brasileiros. Assim, cabe ao poder público não somente fiscalizar mas também planejar como esse patrimônio deve ser democratizado enquanto direito social ao lazer.

Se alertamos para as relações de mercado, também devemos estar atentos ao crescimento dos processos de assoreamento que os rios têm sofrido devido ao desmatamento e à contaminação das águas por resíduos sólidos ou químicos. O município de Santa Izabel do Pará é um dos municípios que possuem

ainda muitos igarapés beneficiados pela rede hidrográfica, mas, na ausência de estudos e projeções, pode ser que em breve percamos parte dessa riqueza natural.

O investimento para criação de empresas ou fábricas, tanto nas existentes como naquelas que não vão surgir, deve ter não somente o comprometimento de gerar a empregabilidade para a região mas principalmente o compromisso de auxiliar na sustentabilidade do ambiente natural existente no município, desde a sua vegetação – parte da floresta amazônica – até seus recursos hídricos, pois muitos dos igarapés visitados estão claramente contaminados.

Para os espaços sociais de lazer, o investimento em igarapés se faz presente, proveniente de sua marca identitária de ‘Cidade dos Igarapés’. A imersão nas atividades vivenciadas pode contribuir para os fins econômicos da região, desde que as empresas estejam empenhadas na sustentabilidade local.

Existe a procura pelos igarapés pela população e por visitantes, para usufruir o lazer através do descanso entre as jornadas de trabalho.

O descanso para o lazer no igarapé, pretensamente vinculado a contemplação do meio natural, pode ser dinâmico quando envolve brincadeiras, jogos ou atividades em meio à natureza.

Observa-se que, mesmo em áreas de igarapés, as atividades de aventura na natureza são múltiplas, a partir de vivências como acampamentos, trilhas de *bike*, mergulhos acrobáticos, tirolesa etc. Para Marinho (2011), existem novas possibilidades de lazer em razão da configuração atual do trabalho, que ressoam na busca por ambientes mais naturais, onde as pessoas possam abstrair novas sensibilidades na relação corpo-natureza em convivência com outros.

No diálogo, na conversa e nos desafios, a relação entre corpo e natureza assume diferentes sentidos subjetivos para o ser humano. A natureza contribui trazendo materiais que favorecem a criatividade, a fim de superar o corpo e atingir o equilíbrio psíquico. No encontro com o outro em um ambiente natural, descortina-se uma nova versão de si mesmo.

5 ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS SUJEITOS COLETIVOS

A análise dos DSCs nos permitiu desvelar as representações sociais coletivas sobre os igarapés enquanto espaços de lazer, assim como dialogar sobre a identidade cultural existente em suas comunidades.

Como a intensão da pesquisa possibilitou a construção de debates surgidos a partir dos discursos dos sujeitos sociais, foi possível estabelecer as relações de interpretação a partir das reflexões teóricas sobre o lazer e a identidade cultural de modo transversal aos saberes ambientais.

Durante o período da pesquisa, foram entrevistados 66 sujeitos, no entanto não foi possível inserir três deles no sistema, por falta de assinatura no TCLE por parte do responsável legal. Assim, foram lançadas 63 respostas no sistema. As respostas do representante da SECULT foram analisadas separadamente, em virtude de possuírem perguntas específicas sobre as ações do órgão gestor. Ao fim, foram feitas 64 análises de dados.

Para a construção do perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados, foram levantados fatores como: sexo, idade, escolaridade, faixa de renda familiar e condição (se morador ou visitante).

Quanto ao sexo, 30 pessoas se declararam do sexo feminino, e 33 do sexo masculino, embora houvesse outras opções.

Quanto à declaração de idade, na faixa etária entre 10 e 20 anos, obtivemos oito entrevistados; na faixa etária entre 21 e 30 anos, obtivemos quatorze; na faixa etária de 31 a 40 anos, obtivemos quatorze entrevistados; na faixa etária entre 41 e 50 anos, oito entrevistados; na faixa etária de 51 a 60 anos, obtivemos 11 entrevistados; e na faixa etária de 61 anos em diante, oito entrevistados.

Quanto à renda familiar, 40 sujeitos informaram que recebiam até um salário-mínimo (R\$ 1.100,00); 13 sujeitos informaram que recebiam até três salários-mínimos (R\$ 3.300,00); 6 sujeitos informaram que sua renda era até quatro salários-mínimos (R\$ 4.100,00); e 4 sujeitos não declararam a renda ou não souberam informar.

Quanto ao nível de instrução, 15 entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto; 12 entrevistados finalizaram o ensino fundamental; 30 entrevistados finalizaram o ensino médio; 3 possuem o ensino superior completo; e 3 entrevistados não informaram.

Quanto ao perfil (se morador ou visitante), 59 (92,19%) entrevistados eram moradores, e 5 (7,81%) visitantes ou turistas.

Os dados obtidos com o perfil socioeconômico demonstram que há um equilíbrio entre os gêneros na amostra de entrevistados.

Apesar das diferenças de idade, o perfil dos usuários que mais utilizam os igarapés encontra-se na faixa entre 21 e 40 anos.

O maior índice salarial dos utentes pertence aos que recebem salário-mínimo e possuem nível de formação médio.

A análise da construção do perfil socioeconômico representa o olhar estabelecido entre o significado representativo de uma parte da comunidade izabelense e envolve relações de poder. Assim, o sentido cultural dos moradores relaciona sua identidade a partir das experiências construídas nos espaços de igarapés.

Como argumenta Rutherford (1990), a identidade é construída por relações históricas demarcadas pelas relações culturais, sociais e econômicas em que se vive, portanto se encontra na intersecção entre poderes políticos de subordinação ou de dominação.

A construção do perfil traz à tona as vozes que não são escutadas, mas que precisam ser ouvidas quanto às suas lutas e necessidades referentes ao lazer e à identidade cultural das vivências nos igarapés.

Retirando do sistema DSCSoft os dados quali-quantitativos das entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa nas comunidades, obtivemos respostas especificadas em subcategorias, conforme descrito nos quadros e tabelas abaixo.

Optamos sequencialmente por trazer alguns dos discursos, a fim de interpretá-los e compreendê-los à luz das categorias 'espaço', 'lazer', 'identidade cultural', 'igarapé'/saber ambiental'.

Os quadros e tabelas a seguir fazem referência direta tanto aos espaços quanto ao tempo de uso, aos gastos, à avaliação e aos investimentos públicos realizados. Formulamos a seguinte questão norteadora: como se apresentam os espaços e equipamentos dos igarapés para usufruto da população? cujas respostas são apresentadas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Tempo de frequência e permanência nos igarapés. Qual a frequência de uso do igarapé? E o seu tempo de permanência?

Grupo	Frequência (h)	Nº	%
A	Diariamente (4 horas)	21	33,33
B	Raramente (3 horas)	20	31,75
C	semanalmente (3 horas)	9	14,29
D	Mensalmente (7 horas)	12	19,05
E	Somente uma vez	1	1,59

Fonte: resultados QualiQuantSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Os igarapés fazem parte do contexto diário das pessoas que moram ao seu entorno. Com isso, sua permanência envolve momentos diários, durante os quais lhe é permitido interagir com a natureza em seu tempo disponível.

Na comunidade izabelense, o tempo de uso dos igarapés assume diferentes perspectivas: lazer, brincadeiras, contemplação, turismo e trabalho.

A compreensão sobre os espaços e equipamentos de lazer envolve reflexões complexas sobre os direitos sociais ao lazer. Pois não podemos compreendê-los somente como oferta de equipamentos. O tempo destinado ao lazer envolve múltiplas formas de debates sobre a importância do lazer para o ser humano.

Para Mascarenhas (2008), o pensar e o fazer do lazer enquanto direito social estão intimamente relacionados, mas devemos reconhecer o discurso ideológico que paira sobre o tema, que é um campo de lutas no qual devemos encontrar estratégias de emancipação política para alcançarmos a emancipação humana.

Ao discutir sobre o tempo destinado ao lazer nos igarapés, refletimos ao mesmo tempo sobre a necessidade de estabelecer debates sobre a construção de espaços, suas formas democráticas de vivência, acessibilidade e enfrentamentos contra os meios de exploração econômica que incidem no trabalho e prejudicam a emancipação humana no usufruto do lazer.

Lunardi (2015) reflete sobre o conflito entre o trabalho e as experiências que dignificam o ser humano. O tempo de lazer se encontra em oposição ao tempo de trabalho. Existe a necessidade de buscar o equilíbrio social na distribuição do trabalho e do tempo a ele destinado. Para isso, pode-se encontrar uma flexibilização da jornada do trabalho que traga benefícios à função social de direito ao lazer.

Durante a pandemia do vírus Covid-19, as formas de trabalho foram amplamente modificadas e flexibilizadas. Os recursos tecnológicos foram utilizados para permitir que os sujeitos realizassem seu trabalho de modo remoto. Talvez estejamos presenciando um novo modo de alcançar a flexibilização defendida por Lunardi (2015). No entanto, ainda temos de nos defrontar com a lógica de produção, pois, apesar da flexibilização do modo de trabalho, a jornada, que deveria ser reduzida, foi ampliada para dentro das residências dos trabalhadores. O tempo foi expandido ao invés de ser reduzido. Portanto, ainda há muito a ser refletido para que possamos alcançar possibilidades para o direito ao lazer.

A garantia ao direito ao lazer não se resume à garantia de tempo livre. É imprescindível pensar na qualidade do tempo livre (LUNARDI, 2015).

A qualidade do tempo livre nos igarapés deve envolver as relações de emancipação humana, ou seja, formas sociais equilibradas na relação do ser humano consigo mesmo, com outros sujeitos e com a natureza.

O ser humano vive na correspondência entre o espaço e o tempo, estabelecendo aí suas relações sociais. Deve-se lembrar que o tempo possui variações distintas, dependendo da classe social de quem o vivencia, pois não vivemos em uma sociedade homogênea, com oportunidades iguais de usufruí-lo, portanto o tempo encerra diferentes contradições (PADILHA, 2004).

As diferenças na fruição do tempo nos igarapés representam, em parte, as possibilidades concretas que as pessoas têm para vivenciar este espaço.

O ser humano percebe o mundo através dos sentidos e das experiências do seu corpo, com as quais se apropria do espaço. Assim, o lugar é uma porção deste espaço em que o ser humano se apropria da vida e das relações sociais no/do mundo (CARLOS, 2007).

Os igarapés, como espaços sociais pertencentes às comunidades, são vividos, conhecidos e reconhecidos por seus moradores ou visitantes em um tempo destinado às experiências do corpo e seus sentidos.

Esse mesmo corpo possui uma temporalidade destinada às relações de convivência. O estreitamento do meu/nosso mundo é constituído diariamente no ambiente vivido, portanto não se trata mais do tempo livre do trabalho, mas de um tempo de existência.

Como nos apresenta Baptista (2013), à luz da compreensão heideggeriana, o ser humano é, ele mesmo, a própria temporalidade individual e

coletiva, na qual consome seus dias e é consumido pela vida. Pensa o tempo não mais em função do trabalho, cuja funcionalidade está atrelada ao pensamento de produtividade ou improdutividade, mas dentro de uma perspectiva de temporalidade de e para a vida. A vida, portanto, na temporalidade da existência, recupera o sentido de estar-se em uma comunidade historicamente constituída, adquire relações de ações subjetivas, por meio das quais se passa a pensar o mundo a partir do ser.

Tabela 2 – Gastos em reais realizados em igarapés

1) Existem gastos que você realiza em sua visita nos igarapés?			
Grupo	Gastos	Nº	%
A	Não gasta	23	36,51
B	De R\$ 1 a R\$ 30, aproximadamente	11	17,46
C	De R\$ 30 a R\$ 50, aproximadamente	7	11,11
D	De R\$ 50 a R\$ 100, aproximadamente	16	25,40
E	Acima de R\$ 100	6	9,52

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Ter acesso a espaços públicos não significa dizer que estamos livres de nos sujeitar a gastos. Alguns valores são agregados não pelo acesso, mas pela ausência de equipamentos que nos permitiriam vivenciar o espaço sem necessariamente ter custos. Exemplificando: quando estamos em uma praça, temos acesso a ela, mas quando essa praça não oferece equipamentos como bebedouros para saciarmos a sede, ela acaba por nos impor pequenos ou grandes gastos, dependendo do nosso poder aquisitivo. A mesma lógica pode ser aplicada aos igarapés.

Ao se deslocar aos igarapés, os próprios moradores podem não ter nenhum tipo de despesa agregada a sua experiência no uso do espaço, mas, se for um morador do município que se deslocar para a comunidade a fim de usufruir de algumas horas no igarapé, ele terá que arcar com despesas como transporte, água, bebidas, refeições, lanches, etc.

Se considerarmos os igarapés com maior estrutura para fins de turismo, esses valores podem ser mais substanciais ainda, conforme nos relatou um dos participantes: “[gastei] *Aproximadamente R\$ 400*” (Benedito).

Considerando o valor capital do salário-mínimo na época da entrevista, que era de R\$ 988,00, o gasto descrito para um dia de lazer seria o correspondente a 40% da renda bruta de um trabalhador que recebe salário-mínimo mensalmente, tornando-se inviável para ele custear um único dia de lazer.

Werneck (2001) esclarece que, no século XXI, o mercado consolidará o lazer como um setor a ser amplamente explorado como oportunidade de negócios, haja vista que, mundialmente, essa proposta já faz parte da pauta dos grandes investidores. A autora nos alerta que, mesmo no Brasil, onde este setor ainda é insípido, existe grande potencial de exploração desse mercado.

Refletimos não somente sobre as relações do poder econômico no âmbito do lazer, mas também sobre as relações de manutenção do *status quo* por parte de classes com maior poder de vivenciar o lazer de consumo.

A globalização, que permeia nosso cotidiano, adentra nos mais simples espaços e se concretiza na lógica mercadológica, que medeia a vida. Os lugares são vistos como pequenos mercados, condicionando-se o uso do espaço à mesma ótica dos negócios.

Carlos (2007) nos alerta que as condições do lugar são mudadas em seus atributos principalmente em países subdesenvolvidos, que, no caso, perdem suas vantagens locais.

Os espaços são modificados em favor da garantia de matéria-prima, que sofrerá transformações sob o prisma de investimentos turísticos, adotando a mesma lógica que rege as relações dos produtos a serem consumidos, portanto regulamentando-os por valores de custo.

Alguns igarapés são regidos por essa lógica, por isso existem gastos agregados a sua visita. No entanto, de acordo com os investimentos, a comunidade corre o risco de perder sua identidade e sua cultura, sem contar os impactos sobre o ambiente natural onde se encontra.

O lazer não pode ser visto de modo pacífico, pois existem relações de poder a ele intrínsecas, que nos alertam para o fato de que, apesar de ser considerado um direito social, nem todos têm acesso a ele. Na qualidade de bem de consumo, o lazer passa a exercer a mesma lógica da mercadoria, ou seja, ao invés de ser um fenômeno socializado, passa a ser um fenômeno privatizado, sempre dependendo do poder de compra. Os sujeitos o veem como um produto a ser consumido. (SAMPAIO, 2014).

As experiências vividas no lazer devem se constituir como enfrentamento, em busca da garantia do direito social, a fim de promover a dignidade da vida humana e, por ela, favorecer os processos de transformação de seu contexto.

Werneck (2001) nos alerta sobre a importância de redescobrir o uso do tempo em relações pessoais e sociais, que trazem maior sentido e são menos degradantes.

O lazer deve ser pensado como um espaço democrático e socializado, onde todos possam conviver. Em alguns igarapés, ainda é possível estabelecer estas relações de convivência sem que haja alterações nem impactos sobre o ambiente natural. Mas até quando?

Deve-se repensar a lógica mercadológica, a fim de assentar o uso dos igarapés sobre bases mais sustentáveis. Seu uso deve favorecer democraticamente o lazer, com possibilidades de receber investimentos públicos. Para isso, devem-se criar padronizações desses espaços a partir das necessidades da própria comunidade.

As formas de avaliação das estruturas e dos equipamentos dos igarapés servem de apontamentos iniciais sobre os caminhos sustentáveis a serem seguidos:

Tabela 3 – Avaliação subjetiva da estrutura e do acesso aos igarapés

2) Como você avalia a estrutura e acesso aos igarapés?			
Grupo	Avaliação	Nº	%
A	Razoável	12	19,05
B	Ruim	14	22,22
C	Bom	26	41,27
D	Muito bom ou Ótimo	11	17,46

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Conforme os dados do Tabela 3, verifica-se que existe 50% de utentes que não se encontram satisfeitos com as estruturas e o acesso aos igarapés. Há necessidade de investimentos, que, se realizados, favoreceriam as comunidades e o acesso aos igarapés.

Potencialmente, quando se pensa no desenvolvimento da cidade, logo se atrela ele a padronizações de urbanismos, criados de forma fragmentada e sem interlocução com os sujeitos.

Urge repensar os espaços de lazer como lugares de diálogos e intercâmbio de conhecimentos. Esses espaços não podem ser pensados somente em sua dimensão geográfica; deve-se levar em conta os constructos históricos, culturais e sociais que são eleitos pelos sujeitos, bem como a articulação com movimentos representativos da sociedade.

No cotidiano, a dimensão espacial tem papel relevância na rede de informações e comunicações que envolve a vida social, assumindo diariamente novas dimensões (SANTOS, 2006).

Uma comunidade rural com igarapés requer pensamento intersetorial, pois remete à discussão sobre a vida cotidiana do espaço imediato em que os sujeitos vivenciam suas práticas diárias (jogar, brincar, deslocar, caminhar, comprar, banhar), uma vez que os hábitos se refletem na identidade do lugar.

As formas de apropriação do espaço são significadas pelo ser humano em relação ao ambiente natural em que habita.

Bom, hoje tá bom, [mas] pode melhorar. A Prefeitura informou que vai melhorar e muito, porque é piçarra, mas pode ficar melhor, se eles quiserem. Precisa nem asfaltar. Por exemplo, a Celpa [Central Elétrica do Pará] chegando aqui, os postes vão ficar trifase até aqui, então a tendência é que tenha energia e iluminação no poste. O asfalto, ele é muito maléfico, o asfalto, porque, hoje, aqui não alcança. É a Equatorial [empresa adquirente da Celpa], mas não é um alcance trifásico, vem por aqui por trás; é energia rural, mas eles estão com um projeto aí pra trazer uma iluminação de poste até aqui. (Elaine).

As estruturas necessárias às melhorias dos espaços rurais onde se encontram os igarapés não visam, necessariamente, às mesmas padronizações dos espaços urbanizados da cidade, mas sim dar condições básicas para que a comunidade possa viver sem interferência em sua relação ecológica de subsistência.

Para Santos (2006), é no lugar que compartilhamos a vida em comum entre diferentes pessoas e instituições, onde existem as relações de cooperação e os conflitos. Portanto, pensar nas estruturas exponenciais dos espaços de igarapés para o lazer significa compreender as necessidades ditadas pelas relações de cooperação e pelos conflitos que surgem entre o Poder Público, a sociedade civil e os sujeitos, com vistas a perenizar os saberes ambientais, culturais, históricos, econômicos, políticos e sociais dos que ali habitam.

Para Werneck e Isayama (2001), o lazer pode contribuir com a renovação do mundo através da representação popular de suas práticas culturais, como

elemento que se integra à complexa trama de mobilização política, contrapondo-se à lógica capitalista para dar origem a experiências de participação cidadã.

Pensar, portanto, no investimento público para o espaço de lazer em igarapés é traçar debates possíveis sobre a seguinte questão: para quem é o espaço e a que ele se destina?

A partir de alguns discursos, foi possível compreender como os sujeitos entendem as formas de investimentos públicos nesses espaços e como eles ocorrem. Assim, há aqueles que acreditam que houve investimentos, mas que foram condicionados a uma área específica, principalmente à do Caraparú; há os que não acreditam nos investimentos; e aqueles que não os conhecem.

Quadro 15 – Investimento público nos igarapés

3) É feito investimento público para o lazer em igarapés?			
Grupo	Avaliação	Nº	%
A	<i>Não, a não ser com exceção de Caraparú, Porto de Minas, Conceição do Itá, São Francisco. Tem um monte de igarapé aqui, esses investimentos não são em todos, não. Lá tem o pessoal que vem de Belém e tal, então nesses fizeram investimento, inclusive na estrada do Caraparú.</i>	22	37,29
B	<i>Pelo que eu ouço, não teve investimento pra melhorar. O pessoal ficava muito pelas margens do rio, porque não tinha, assim, um ambiente que as pessoas pudessem chegar, ficar com a família, né. Há 16 anos e meio não dá nada. A comunidade que mantém as escadas.</i>	32	54,24
C	<i>Desconheço.</i>	5	8,47

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Existe uma percepção, por parte da população, sobre o fato de o gerenciamento dos investimentos públicos nos espaços de lazer em igarapés que se concentrarem na construção das estradas, em específico na que leva ao igarapé de Caraparú. Esse investimento em questão foi feito em parceria com o Governo do Estado, que inaugurou a via em 2019, trazendo alguns benefícios à vila. No entanto, existem outros espaços de igarapés, distribuídos por diferentes comunidades, que não recebem investimento público, cujas estruturas são mantidas pela própria comunidade. Desde a limpeza dos igarapés até as adequações para contenção e acesso às águas.

Apesar de o Poder Público ter ido ao local, a intensão era construir as estruturas sem diálogo com os moradores, portanto as comunidades optaram por fazer a manutenção dos igarapés por conta própria, a fim de evitarem a perda do ambiente natural.

Discutir o direito à cidade é promover mudanças subjetivas, pessoais e individuais, a fim de que as melhorias nos espaços, sejam eles urbanos ou rurais, possam ser pensadas em coletivo.

Harvey (2012) reflete que não se deve dissociar as relações sociais das relações ambientais, nem dos estilos e práticas vividas ou dos valores coletivos almejados. Elas não devem ser tratadas, portanto, pela lógica capitalista de produção, que almeja o desenvolvimento urbanizado, a despeito do desmatamento, das perdas das espécies vivas e da contaminação de águas, visando construir estradas para ampliar o turismo.

Sim, mas no mínimo, né? Acho que sou frequentador, sou morador da cidade de Santa Izabel. A comunidade em si precisa de mais incentivo, mais investimento público, para não acabar, né? O negócio que é tão natural que se não tiver um projeto, não tiver um estudo pra educar – não o público que vem, mas educar a própria comunidade né? – [sobre] como é que tem que ser feito, o que é bom e o que é ruim pra natureza, pro igarapé, né? Então seria muito bom, assim, um estudo, uma palestra, um seminário, assim, uma orientação para comunidade, né? Então é feito o trabalho com o município, mas se puder vir um negócio mais reforçado, através de estudo, através de solução, né, pro igarapé seria muito bom. Isso aqui é o ganha-pão da comunidade, do povo que mora aqui. Então se num tiver um negócio, um investimento, se o pessoal não oferecer um negócio bom, natural, vai afastando o turismo, entendeu? Vai afastando a pessoa que vem de fora pra conhecer, né? Muita gente deixa, sai da capital pra tomar um banho, num negócio bom, natural, né? Já não fica em piscina em Belém, em clube, mas se não tiver orientação, um estudo, um projeto pra melhorar, manter, melhorar, vai acabar. E aqui é, veja bem, é porque eu também gosto da natureza, então, de onde se tira, mas não se melhora, não se coloca novamente, a tendência é acabar. (Dinaldo).

Existem aspectos do impacto sobre o ambiente natural que necessitam de amplo debate. Todo investimento que promova o desenvolvimento deve passar por um processo claro sobre suas possíveis transformações, perdas e ganhos. De um modo simples, os moradores compreendem que, sem um bom planejamento, as transformações provocadas pelo desenvolvimento podem causar perdas permanentes à natureza e ao local onde habitam.

A população não pode ser passiva e deve contribuir ativamente para existência de modelos sustentáveis, para que as vivências sejam possíveis. O uso dos igarapés como espaços de lazer deve envolver discussões e planejamento, de

modo a preservar os saberes culturais e ambientais da comunidade. Não se trata de deslocar o urbano para a comunidade, mas sim de transformar a comunidade em um lugar com condições de manter sua história, sua cultura, suas práticas e suas atividades de subsistência.

A liberdade é um direito humano que deve nortear a construção ou reconstrução dos espaços sociais. Mesmo sendo um direito individual, deve ser exercitada por meio de um poder construído coletivamente. Em áreas rurais, onde o ecossistema ainda não sofreu amplamente os impactos urbanos, nem desmatamentos e contaminações do solo e da água, é importante levantar reflexões sobre o pensamento hegemônico do mundo consumista. A vida urbana transformou-se em um sistema de consumismo, turismo, indústria de cultura e conhecimento da economia política urbana (HARVEY, 2012).

O desenvolvimento urbano obedece a uma lógica de perdas das áreas verdes para construção de edifícios, casas, condomínios e áreas comerciais, formando um verdadeiro efeito estufa na própria cidade, promovendo a movimentação de capital para geração de lucro. Existe nesta padronização o aumento das diferenças e a estratificação das classes de poder. Uma maioria social acaba por aumentar as áreas dos subúrbios em busca de melhores condições de emprego.

Na visão do Poder Público, os investimentos estão alicerçados não somente na melhoria da infraestrutura, mas também na possibilidade de ampliar a geração de renda dentro da própria comunidade, através de pequenos comércios, vendas, eventos e entretenimento.

Sim, é feito investimento público. Nestes quatro anos, foi realizado no Caraparú o Festival de Verão. É promovido o concurso do garoto e garota verão. (SECULTD).

A gestão pública precisa repensar sua proposta de implementação de políticas públicas para o lazer. Pois sua maior riqueza se encontra no ambiente natural que o município ainda possui. Não descartamos a possibilidade de favorecimento em defesa de uma cidade mais sustentável, com atrativos naturais que preservem seu ecossistema, visto ser um dos municípios próximos à capital do Pará com maior potencial para instituir novos modelos ecologicamente corretos. É imperativo que este processo coletivo beneficie a própria comunidade e satisfaça suas reais necessidades.

Lefebvre (2001) alerta sobre as relações estabelecidas entre a cidade e o campo, nas quais a natureza escapa da ascendência da ação racionalmente realizada. Mas, apesar de sua constante fuga, é geralmente atingida pelo processo civilizador. As relações entre a cidade e o campo sofreram transformações contínuas no decorrer dos séculos e dos seus respectivos processos de produção. Seja como for, a expansão da cidade ataca o campo, corroendo-o e destruindo-o. A vida urbana penetra no campo e o despoja de sua identidade, de seus artefatos materiais e imateriais.

As transformações dos campos foram ruralizadas e historicamente vêm sofrendo com o avanço da urbanização. Nesse processo, as áreas urbanas têm colhido os frutos da ausência de um planejamento sustentável.

As cidades potencializam a aglomeração de pessoas e favorecem a engrenagem capitalista condicionada ao consumo. O desenvolvimento urbano tem promovido um conglomerado de investimentos e serviços a partir da existência de bens industriais, comerciais, culturais e residenciais. Essa massificação da rede urbana tem promovido problemas em diferentes níveis, incluindo as agressões ao ambiente natural.

A degradação dos recursos naturais, florestais e hídricos pode ser evitada em cidades como Santa Izabel do Pará. O investimento público deve vir em favor da qualidade de vida de seus moradores, garantindo uma base de sustentabilidade urbana sem comprometer suas reservas naturais para as atuais e futuras gerações. O cuidado com os espaços de igarapés deve ser repensado para além dos eventos de entretenimento, consolidando-se no planejamento correto dos descartes de resíduos sólidos, para que não contaminem os recursos hídricos da região. Assim, a luta deve ser coletiva e encabeçada pelos movimentos sociais, haja vista a fragilidade com que a conservação dos recursos naturais é tratada por muitas gestões municipais.

Como processo de *marketing*, algumas cidades procuram fomentar uma marca identitária, com o fim de obter visibilidade turística. Nos discursos obtidos, observa-se que são poucos os que ignoram a existência da marca identitária de 'cidade dos igarapés', marca essa que também é utilizada por outros municípios do estado do Pará, entre os quais Santa Bárbara, Santo Antônio do Tauá e Magalhães Barata. Este último teve o reconhecimento amparado pela Lei Municipal nº 8, de 21 de dezembro de 2020.

As transformações da cidade consolidam a compreensão de que o território pode ser tratado como mercadoria; com isso, surgem as iniciativas de otimização do turismo a partir do fortalecimento de uma marca que a coloque em destaque.

Monesch (2013) compreende que a visão do turismo está fossilizada em muitos discursos acadêmicos, institucionais e profissionais. Nesse sentido, se faz necessário revisar o turismo por outras práticas sociais. O turismo visto como um fenômeno deve ultrapassar os campos acadêmicos e ser transformado pela preocupação epistemológica discutidas entre setores que possam versar tanto pelos investimentos alcançados como os impactos gerados na vida das pessoas em sua complexidade

Rechia (2005) defende a ideia de que a imagem da cidade reflete o modo de vida dos sujeitos. Portanto, deve estar comprometida com a concretização de projetos urbanos para o desenvolvimento de uma identidade local.

Em Santa Izabel, buscamos abstrair dos discursos dos sujeitos o reconhecimento identitário da 'cidade dos igarapés':

Quadro 16 – Marca identitária de 'Cidade dos Igarapés'

1) Santa Izabel é conhecida como cidade dos igarapés. Qual a importância desta marca identitária para você e para a cidade?			
Grupos	Avaliação	Nº	%
A	<i>Pra mim é bom morar aqui. Esse título é uma coisa boa, né? Agora que eu tô sabendo.</i>	13	20,63
B	<i>É verdade, tem muitos igarapés, referência de um ponto turístico. Devia ter sido visto pela população, pelo prefeito, pelas autoridades, [...] fazer um investimento melhor, receber a população.</i>	50	79,37

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

De acordo com as respostas, constata-se que grande parte dos moradores reconhece a existência desta marca identitária, mas com ressalvas, pois eles compreendem que está havendo perda de alguns igarapés pela falta de cuidado ambiental, inclusive da identidade atrelada aos fatores turísticos. Poucos sujeitos declaram ter orgulho e reconhecer o título; alguns sequer sabiam de sua existência.

Harvey (1998) destaca que a cidade nos convida a pensar em uma forma de viver, mas, para isso, os sujeitos devem decidir sua própria identidade, pois assim

a cidade voltará a assumir a forma determinada ao seu redor, já que as cidades se remodelam de acordo com nossas formas pessoais. Nesse sentido, existe um jogo criativo na peculiar relação do ser humano com a matéria, personalizado pela imaginação.

A cidade no século XXI evolui com a concepção de um sistema operacional político e econômico que tem a função de atender ao mercado, à indústria e ao turismo, resultando em destruição da matéria-prima natural para a criação do artificial. Esta visão da cidade estimula os sujeitos a serem consumidores. Com isso, promove-se cada vez mais o distanciamento entre ricos e pobres, ratificando-se as diferenças sociais.

A população, em sua maioria, não possui condições financeiras para manter a lógica do capital. Diante disso, a alternativa viável seria o reconhecimento de sua própria identidade histórica e cultural, enfrentando o sistema e remodelando a cidade a partir de suas reais necessidades coletivas.

O discurso abaixo demonstra a ausência da defesa da marca identitária e traça críticas aos impactos negativos sobre a natureza e os igarapés, que tem alcançado a comunidade rural em favor do avanço do urbanismo:

Não sabia. Está se acabando aqui em nossa comunidade os igarapés, que atraem as pessoas. Tomávamos banho de calcinha, e para nós que tomávamos banho e as crianças, antigamente, não conseguia alcançar o fundo. O rio não se atravessava em pé. Ano passado secou tanto que ficou nos pés. É uma tristeza [por]que está se acabando e ninguém faz nada. E ainda temos muita preocupação com nossos jovens, que vão pra beira do igarapé para beber e usar drogas, porque eles não têm outras atividades pra se distrair. (Rosa).

Os motivos das preocupações e da tristeza é transmitido no discurso pela percepção das mudanças ocorridas dentro da comunidade rural diante da ausência de equidade social e urbana, que promove a deterioração dos bens naturais e também alcança, através de violências sociais, as crianças e os adolescentes, relegando-os ao uso de entorpecentes por falta de políticas públicas que favoreçam a educação, o esporte e o lazer.

Nos discursos também figuram diferentes matizes do pensar a cidade, inclusive pelo reforço da ótica do capital, com vistas ao reconhecimento da economia, conforme se vê no seguinte depoimento:

É importante para área do turismo, principalmente para as comunidades que fazem parte de onde os igarapés são localizados, especialmente [a vantagem] financeira que traz pra nós. A economia é boa pra nós. (João).

Não nos opomos aos investimentos existentes, nem à possibilidade de que sirvam à economia local, mas deve-se compreendê-los a partir de uma ótica sustentável, para que os bens naturais não se percam no processo. Percebemos isso nos discursos a seguir:

A cidade dos igarapés é poluída; antes não era, mas hoje é. Desmatção [pausa]. Foi feito em Americano aquele asfaltamento. A água da chuva e a terra se cumbia, mas hoje não tá aí, tá poluído [pausa]. Eles pegaram, quando eles fizeram a drenagem, eles jogaram tudo para o igarapé. É rio e igarapé, os braços, aí joga tudo na “mãe do rio”. Tem um que já tá contaminado, é o Natal. Não aqui, o Chiteua não é contaminado, não é porque ele nasce dentro do terreno, mas o negócio tá feio aqui na “mãe do rio”. No Mutum, as pessoas ainda vão tirar água para beber e tomar banho, agora no verão. Mas quando começa a chuva, vem muita imundice, e não foi [pausa], nunca tomaram providência. Isso começou ano passado. Foi toda a colônia do Chiteua, Mariteua, tudo sofreram. E é por isso que eles têm poço, mas antigamente não era aí. A vovó dizia: “meu filho, eu nasci aqui e me criei e nunca vi um filho meu dizer que morreu de dor de barriga”. Era porque minha avó era descendente de escrava, ela era filha de escravo. O igarapé agora é só pra tomar banho mesmo. (José).

A crítica compreendida nos discursos traz as memórias histórica, cultural e social dos igarapés de Santa Izabel do Pará, por meio das quais se pode compreender que as pessoas conviviam nos igarapés, inclusive para a sua manutenção diária. No entanto, com o avanço dos processos urbanos, teve início a poluição hídrica, o que modificou as relações dos sujeitos, incluindo a perda de um dos igarapés pela alta contaminação. E alerta que, se não houver cuidado com a “mãe do rio”, que é uma das nascentes do principal rio de Santa Izabel, chamado Caraparú, no futuro, provavelmente, ocorrerão perdas irreparáveis.

O intenso consumo de urbanidade tem sido o padrão utilizado por diferentes cidades no mundo globalizado, ancorado no discurso da ‘qualidade de vida’, em que as relações entre lazer, tranquilidade e segurança estão interligadas. A cidade deve ser defendida sob a luz da beleza natural, que pode atrair turistas e habitantes, conectada a uma “marca identitária” (RECHIA, 2005).

Santa Izabel do Pará, conhecida como ‘cidade dos igarapés’, deve sua identidade aos inúmeros igarapés de que dispõe, os quais fazem parte da experiência cultural do povo izabelense, mas esta marca identitária precisa ser alicerçada de modo recíproco pelos cuidados para com seus igarapés. Ao Poder

Público não basta apenas promover limpezas esporádicas, é necessário que promova também um amplo planejamento, para que as relações simbólicas criadas a partir do meio ambiente não sejam perdidas. Do mesmo modo, cumpre superar a lógica da oferta de turismo, que somente reorganiza as estruturas. Mas ir além disso requer que as secretarias municipais atuem em sincronia, contribuindo efetivamente para que esta marca identitária seja fortalecida na cultural local, em diferentes frentes: educacionais, ambientais, de segurança, de saúde e de lazer.

A busca por se estabelecer como cidade sustentável pode ser uma alternativa viável, haja vista a potencialidade do município. Cidades sustentáveis devem oportunizar a garantia dos direitos sociais, entre eles o lazer, promovendo a transformação pela criação dos sujeitos, que devem participar ativamente das ideias potenciais. Devem compreender como utilizar-se de seus recursos naturais de modo a favorecer o equilíbrio de seu uso. Assim, os espaços podem ser vivenciados para a convivência recíproca, promovendo experiências saudáveis.

Mas há de se superar o olhar limitado do investimento para fins turísticos e de entretenimento, tal como observados neste discurso:

Marca Identitária, quando chegamos – e gente teve –, fizemos um pouco. Falta muito. Foi montado o projeto “caminho das águas”. Esse caminho das águas foi justamente isso, fomentar o turismo, mostrar os igarapés de Santa Izabel, que já eram conhecidos, mas conseguimos fazer praticamente que o povo se sentisse melhor, mais aconchegante. Fizemos uma estrutura de conscientizar, conversar, principalmente no atendimento, onde tínhamos muito problema. A questão de como atender o cliente, como receber, e acho que isso foi muito produtivo. O pessoal dos bares reconheceu a importância da educação e do atendimento. Até porque o turista, quando vem, ele quer ser bem atendido, ele quer fazer uma refeição, quer tomar banho. Tivemos que trabalhar com o processo educacional. Ainda não conseguimos vencer, mas estamos trabalhando. Ela é conhecida como cidade dos igarapés, ela tem essa identidade, pois, quando fala de Santa Izabel, ela marca os nomes dos igarapés: Caraparú, Conceição, São Francisco. (SECULTD).

Existe um conjunto de igarapés que precisa de investimentos públicos. E devemos reconhecer que foi atendido o Plano Diretor, que apontava o investimento para o turismo e o lazer, principalmente na Vila de Caraparú. Mas o estabelecimento de uma marca identitária engloba transformações que possam ser absorvidas pela população da cidade. E, para que tal movimento aconteça, é imprescindível que os moradores sejam escutados em suas necessidades, a fim de que a equidade social favoreça todos os espaços do município, sejam eles urbanos ou rurais.

As ações interventoras de financiamentos, implantação de infraestrutura, gerência de informações e qualificação de pessoas devem ser superadas na visão simplificada das atividades voltadas ao turismo. Existem implicações socioculturais centradas nas pessoas a partir da consolidação de políticas públicas voltadas ao interesse econômico na exploração do turismo. Para isso, sem dúvida, há de se considerar uma revolução na compreensão científica vigente, com vista a um novo paradigma social e científico, que se pautar por uma vida decente e equitativa com o uso da sustentabilidade local (SILVA; MONESCH, 2016).

A existência de políticas públicas deve ser compreendida como prática social, integrando o público e o privado para benefícios descentralizados. Nesse sentido, a democratização para o implemento dos planos turísticos nessas áreas de igarapés deve ser pensada e consolidada pela democratização voltada à sustentabilidade.

O projeto 'Caminho das Águas' passou a ser um marco inicial para os espaços de igarapés, mas precisa de maior discussão e planejamento para alcançar um padrão que atenda às necessidades das comunidades rurais e mantenha os recursos hídricos, que possuem sua própria história e cultura. As atividades de lazer nas comunidades que envolvem os igarapés perpassam por vivências diárias, que, portanto, precisam ser discutidas se a intenção é implementar um planejamento ecologicamente viável. O primeiro olhar deve ser para as necessidades dos habitantes, em segundo lugar as dos visitantes.

A busca pela natureza tem sido uma das características dos visitantes na região amazônica, por isso o processo educacional deve estar pautado em discussões que promovam o conhecimento sobre a importância dos saberes ambientais.

Neste sentido, Leff (2015) afirma que, para a identidade local, que envolve a participação solidária na comunidade, existe a necessidade de rever o conceito de ambiente, sendo este o processo de desenvolvimento humano relacionado a valores e potenciais da natureza em suas relações sociais.

As relações de saberes ambientais, portanto, estão firmadas no princípio ético do ser humano, em suas relações sociais, culturais e históricas, alicerçadas na comunhão com a natureza. Isto requer a compreensão de que as relações existentes na natureza fazem parte da vida e da constituição de saberes que nos

constroem como seres humanos. Por isso, não podem ser destruídas pela racionalidade de um mundo globalizado e mediatizado pelo capital.

Os igarapés, como espaços naturais para o lazer, possuem uma dinâmica de relações que envolve diferentes saberes ambientais. A diversidade encontrada no uso dos igarapés engloba desde a subsistência familiar, no pescar, até o lazer, o uso para banho, entre outros.

Buscamos nos discursos as relações de importância do lazer nos igarapés, conforme o Quadro 17:

Quadro 17 – Importância do lazer nos igarapés

1) Qual a importância do lazer nos igarapés para a comunidade?			
Grupo	Avaliação	Nº	%
A	<i>Mais por causa do banho. Acho que vão pra lá pra se divertir. Quando não tem confusão também é bom. Gosto muito de igarapé mesmo, gosto de tomar banho.</i>	12	20,00
B	<i>Fico mais dentro de casa. Eu vou ficar atrás da casa dos meus pais. Fico lá pensando no meio da floresta. O lazer é o ar livre. Eu brinco, tipo, 5 horas da tarde e de noite de pira.</i>	1	1,67
C	<i>Lazer, né, final de semana, para a família se divertir.</i>	7	11,67
D	<i>Eu trabalho com frete. Indo levar alguma coisa lá, ou pra ir buscar, eu acabo ficando, tomando um banhinho. Eu moro aqui, mas curto bem pouco.</i>	18	30,00
E	<i>Relaxar. Tinha que ter uma estrutura melhor ao redor dos igarapés. É muito esgoto caindo lá nos igarapés, aí o turista vai e joga lixo, querem só se divertir.</i>	2	35,00
F	<i>Não é importante.</i>	1	1,67

Fonte: resultados do QualiQuantSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

As interpretações dadas nos discursos dos sujeitos demonstram que, nos igarapés, o lazer é relacionado ao ato de tomar banho para se divertir. Outra relação trazida pelas respostas enfoca a contemplação do ser humano diante da natureza. O lazer também agrega significado às relações familiares, oportunizando aproximações e diálogos. Também serve como suporte econômico para subsistência familiar, assim como para o relaxamento do trabalho estressante. Somente um sujeito declarou que o lazer no igarapé é despido de importância.

A análise do discurso nos permite compreender que a dimensão do lazer nos igarapés enfeixa uma série de atividades, formando um conjunto dinâmico, que envolve o imaginário, a ação de divertir-se ou descontrair-se, aliados às atividades

domésticas, que dão oportunidade para a convivência familiar, tal como podemos observar na seguinte fala:

[...] uma sereia dentro do igarapé [...], para tomar banho, lavar uma roupa e conversar ao mesmo tempo com minhas irmãs, mesmo que a gente se reúne ali naquele momento de irmã-amiga. (Sandra).

A projeção do imaginário do próprio 'eu' é identificada no discurso sobre seres mitológicos da Amazônia, nos quais se encontra a beleza e o poder da mulher. Os igarapés amazônicos já figuram culturalmente nos conhecimentos do imaginário. O lazer na convivência familiar dá oportunidade a diferentes atividades.

O lazer também se destina à contemplação, durante a qual o ser humano busca entrar em comunhão com a natureza.

A sociedade do capital tem levado as pessoas a procurar um ambiente mais natural, tranquilo e silencioso, distante dos barulhos urbanos.

As experiências de lazer nos igarapés, como demonstram os depoimentos de sujeitos de todas as faixas etárias, evocam a diversão e o brincar com as crianças.

As brincadeiras livres são geralmente aquelas em que a ação é fluida, sem amarras, que valorizam a autonomia e a liberdade de construção e criação. As crianças sabem se organizar para e na brincadeira, elas constroem suas regras e fiscalizam se está sendo cumprida. Evocam a liderança liberta de conceitos.

A brincadeira humana supõe contexto social e cultural, portanto, nos igarapés, a criança e o adulto perfazem um caminho com comportamentos aprendidos.

“A brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura. É preciso partir dos elementos que ela vai encontrar em seu ambiente imediato, em parte estruturado por seu meio, para se adaptar às suas capacidades” (BROUGÉRE, 2010, p. 104).

Aprende-se a brincar, a compreender, a dominar e depois a produzir situações específicas no contexto da brincadeira. Existe uma troca simbólica entre os sujeitos na qual se observam mudanças do sentido da realidade. O brincar no igarapé supõe a utilização de suportes naturais que deem sentido à atividade.

É no brincar que a criança dá o valor simbólico e significa o objeto, que é o brinquedo (BENJAMIN, 2009).

Para Debortoli (2004), a brincadeira possui múltiplos sentidos, construídos historicamente, sendo possível recriá-la, vivê-la e experimentá-la de diferentes formas. O lazer nos igarapés e as diferentes formas de apropriação do brincar nesse locais assumem um diálogo histórico-cultural que parte do pertencimento do ser integrado à natureza.

Carvalho (2006), em um estudo sobre a relação integradora que as crianças estabelecem com a natureza através do seu brincar, afirma que elas utilizam as árvores como suporte de suas brincadeiras.

Durante a pesquisa, algumas crianças chegaram ao igarapé por volta das 10h30min; estavam desacompanhadas de adultos, em um grupo formado por 7 crianças, e ali construíram seus aportes de brincadeiras, pega-pega na água, competições e desafios. Em outro igarapé, observamos crianças em companhia de um adulto que, juntamente com elas, se entregou a diferentes desafios, subindo na árvore e saltando no igarapé; mergulhando em locais específicos; e atravessando a margem, onde a floresta era mais densa. Existia companheirismo e afinidade perceptíveis. Ali, todos se ajudavam.

Para Carvalho (2006), as crianças criam vínculos afetivos com a água, e isso decorre de suas experiências diárias. Existe entre elas e a natureza um respeito construído, dialogado, convivido. A água é elemento fundamental à vida, portanto é integrada ao ser humano e significado por este.

Para Bahia (2014), em seu estudo sobre as relações socioambientais, as formas de banho nos igarapés fazem parte da herança indígena. Essa herança ainda é reproduzida culturalmente desde a sua origem. Os igarapés são para os povos tradicionais espaço de brincadeira, de alimento, de transporte, de crenças e mitos cosmogônicos.

Grando, Xavante e Campos (2004) desenvolveram um estudo acadêmico, realizado em Mato Grosso, sobre os costumes lúdicos a partir das memórias dos adultos e idosos indígenas, no qual é possível perceber as formas com que a cultura do uso de igarapés passou dos indígenas até chegar a nossa geração. Dentre as práticas corporais relativas ao uso dos rios e igarapés, destaca-se a atividade dos 'canoeiros', especialistas em conduzir as canoas pelas águas violentas dos rios. De igual modo, o brincar e a natação fazem parte da história dos povos, de seu território e de sua sobrevivência.

Para os povos Rikbaksa, da Região Centro-Oeste, as brincadeiras em meio à natureza são consideradas tradicionais. Na cultura lúdica, o local em que se vive, sua história, seus valores, seus usos e costumes, suas falas cotidianas, as relações pessoais entre homem e mulher, desde a infância até a velhice, são estabelecidas no meio social, na relação com a natureza. Existe uma interação com o ambiente por meio da qual a natureza é apropriada como cultura, produzindo sentido e significado (GRANDO; XAVANTE; CAMPOS, 2004).

Rodrigues (1994) empreendeu um extenso estudo sobre a vida dos Munduruku na Região Amazônica, onde os igarapés são um fator importante para a preservação das aldeias tradicionais, pois os indígenas estão cientes de que a continuidade da vida nas terras implica a conservação e o manejo das áreas de caça, pesca e coleta, entre as quais se incluem os rios e os igarapés.

Apesar das heranças culturais, existem estudos que mostram o impacto da modernidade sobre alguns povos tradicionais, em especial o uso da tecnologia, como é o caso da comunidade indígena Tabalascada, em Roraima. Em sua pesquisa, Costa (2013) identificou que, com o tempo, as atividades lúdicas das crianças indígenas, entre as quais a de subir em árvores e os banhos nos igarapés, estão ficando escassas devido ao uso de tecnologias como a televisão, o computador e os celulares, que estão sendo usados desenfreadamente nas comunidades de Roraima.

Os estudos realizados nos rementem à importância de preservar a identidade cultural não somente dos povos indígenas, mas também das comunidades no entorno dos igarapés, em interação com os sujeitos e seus saberes.

O lazer em igarapés também se apresenta como reflexo do desejo de fuga da cidade, da vida cotidiana urbana. Com o ritmo de trabalho, atualmente, as relações familiares têm sido atingidas pelos tempos fragmentados. Assim, o lazer promove a reunião familiar nos igarapés.

O lazer é trazer a família, ficar na paz. Já vim fugir um pouco, esquecer um pouco a vida na cidade; estava muito estressada, vim relaxar. (Gabriela).

Rosa e Silva (2017) nos alertam para o fato de que a sociedade do século XXI é marcada pela aceleração e pela sensação de falta de tempo. A dinâmica da

circulação de informações cria configurações de vida, alterando as relações pessoais e familiares.

Nos dizeres de Marcellino (2006), quando se convive com as pessoas, é perceptível o significado que o lazer tem em suas vidas. Nas relações pessoais, sejam elas familiares ou não, o lazer oportuniza a sociabilidade, os diálogos e as relações de pertencimento ao espaço. Nesses momentos, rompe-se com o isolamento promovido pela lógica econômica de individualização das pessoas.

O lazer perpassa também pelo discurso de recuperação do trabalho, portanto é permeado pela lógica funcional, enquanto processo racionalizado de recuperação das energias para uma nova intervenção no trabalho.

Marcassa (2004) aponta esta compreensão a partir da concepção funcionalista do lazer, defendida por diferentes autores, entre os quais Requixa (1973), Dumazedier (1976), Gaelzer (1979) e Munné (1980). Nesta concepção, existem duas dimensões em que o lazer funcional se apresenta. A primeira dimensão está condicionada aos aspectos cognitivos do sujeito, que necessita de atividades que lhe promovam o equilíbrio psíquico. O lazer no igarapé funciona como mediador do nível de estresse a que a pessoa é submetida no trabalho. A segunda dimensão possui um conteúdo social, que funciona na busca de harmonia em sociedade, reforçando o ideal de recuperação das forças entre as jornadas de trabalho.

Para Dias (2009) ao estudar a história do lazer na natureza concluiu que existem muitos elementos contribuindo com o ideário da natureza. Na década de 70 existia um forte discurso higienista, e as atividades de lazer na natureza estavam atrelados a fuga da cidade, do estresse e da poluição urbana. Com o avanço da racionalização sob a égide da cidade, os sentidos e valores construídos em relação ao meio ambiente passou a estabelecer modelos paisagísticos estéticos a serem apreciados. A modernidade estabeleceu novas concepções de paisagens materializadas em práticas sociais incluindo a busca de ambientes naturais como prática de lazer, legitimadas simbolicamente pela racionalidade, moral e estilo de vida.

As experiências vividas em lazer em igarapés são uma forma de aproximação dos sujeitos com a natureza. Ainda existe legitimada nas estruturas sociais a ideia do lazer como forma de fuga do estresse ou mesmo de recuperação para o trabalho, como percebemos em alguns discursos dos sujeitos, mas este

caráter pode apresentar resistências à medida que se debate o lazer enquanto processo de transformações sociais.

O avanço dos debates sobre o lazer procura ultrapassar essa lógica, mas ainda se faz presente na sociedade.

Os interesses culturais de lazer nos igarapés foram identificados nas práticas esportivas, nas práticas corporais, nas festividades religiosas, nas atividades de sustento familiar, nas histórias orais, entre outras.

Gomes e Pinto (2009, p. 68-69) afirmam que “[...] os sentidos hoje atribuídos ao lazer no nível de senso comum são variados: descanso, folga, férias, repouso, desocupação, distração, passatempo, *hobby*, diversão, entretenimento, tempo livre”, entre outras práticas culturais. Compreendem os autores que cada atividade cultural de lazer ocorre dentro de uma trama de relações políticas, sociais, pedagógicas, econômicas, artísticas e ambientais ligada com o contexto dos sujeitos e seus lugares.

No Quadro 18, abaixo, foi realizado o levantamento das principais atividades culturais de lazer voltadas aos igarapés. Para a identificação, utilizamos o aporte de Cabeza (2000), que identifica o ócio autotélico como aquele vivenciado no âmbito do desenvolvimento humano. Partindo de uma atitude ferente ao objeto da ação, divide-o em cinco dimensões, a saber: lúdica, ambiental-ecológica, criativa, festiva e solidária.

Ao aproximar-se do fenômeno, cada uma das dimensões refere-se aos interesses reais dos sujeitos. Assim, podemos relacionar os interesses de lazer nos igarapés partindo das premissas de cada uma dessas dimensões.

Cabeza (2000) também esclarece a correspondência entre cada uma das dimensões e as atividades que as caracterizam, nestes termos:

- A **dimensão lúdica** se refere às vivências a que a comunidade atribui o caráter de diversão, como o jogo e a brincadeira, que envolvem pessoas em distintas fases da vida. O lugar e o meio fazem parte da rede de relações estabelecidas nesta dimensão, que também abrange o mundo dos *hobbies* e entretenimentos em geral, com ou sem apoio institucional;
- A **dimensão criativa** está situada em vivências formadoras e culturais, que envolvem processos de reflexão voltados às práticas musicais, dramáticas, literárias, artesanais, pictóricas, folclóricas etc. Está

alicerçada no capital cultural das pessoas e dos grupos, com seus diferentes modos de vida e expressão;

- A **dimensão ambiental-ecológica** se relaciona ao entorno físico do ambiente urbano (rural, no nosso caso), mas está vinculada às experiências com a natureza, e sua transmissão histórica. Diz respeito à consciência ecológica sobre o lugar em que se desfruta do lazer;
- A **dimensão festiva** se identifica com as festas culturais de determinado povo e com as ações que lhe são características, desde a sua organização, as quais envolvem as relações diárias estabelecidas dentro da comunidade;
- A **dimensão solidária** está voltada ao ócio como vivência social altruísta, envolve a sensibilidade voluntária com o outro e dá abertura para a comunidade se envolver em ações que possam trazer benefícios coletivos.

Quadro 18 – Principais atividades culturais de lazer vivenciadas nos igarapés

2) Quais as principais atividades que acontecem nos igarapés? Existem outras atividades culturais no uso dos igarapés, tais como ritos religiosos, crenças populares, narrativas de histórias?			
Grupos	Avaliação	Nº	%
A	<i>Evento de banda de som automotivo, bingo, coisas assim.</i>	8	13,33
B	<i>Em todos esses igarapés por aí têm comunidade, existe padroeiro e padroeira. E aí o pessoal faz, né, aquela tradição, festividade. Dá muita gente, né? E, com exceção disso aí, é no veraneio, né? É muita gente.</i>	52	86,67

Fonte: resultados do QualiQuantSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Na dimensão lúdica, encontramos a diversão, os jogos, as brincadeiras, os banhos, os eventos de bandas, as competições de som automotivo, as competições de pescaria, os campeonatos de pipa, os passeios de canoa, os encontros para trilhas de bike e os campeonatos de *jet ski*,

Tem as pescarias [em que acontecem as disputas de quem pega mais Matupiri e Jacundá]. [são duas equipes] Uma vai para cima no igarapé e a outra vai para baixo, quantas canoas conseguirem [é na última semana, nas segundas-feiras]. O prêmio é a diversão, é uma tradição, fazem dos peixes caldos. Despedida das férias. (Rosa, Conceição do Itá).

Alguns jogos estão relacionados com o próprio contexto da comunidade, como os que tradicionalmente ocorrem na Vila de Conceição do Itá: com o apoio da associação de moradores, a população organiza um campeonato de pesca e, ao final, faz uma confraternização. A atividade não envolve disputas, portanto não há perdedores e vencedores; o intuito é a utilização das técnicas artesanais de pescaria para promover a união da comunidade.

Na dimensão festiva, existem os diferentes círios, nas comunidades da Vila do Caraparú, Conceição do Itá e São Francisco do Itá; a festividade da Mandioca, em Espírito Santo do Itá; e os festejos em honra a Santo Antônio, os batismos e os ritos de umbanda.

A Comunidade Quilombola de Espírito Santo do Itá trabalha com o Festival da Mandioca, que é promovido todos os anos na comunidade. Lá eles trabalham com a questão da produção da farinha, eles falam do tucupi, da goma. É a SECULTD em parceria com a Associação de Moradores. Lá eles têm apresentação culturais, grupos de carimbó, a escolha da Rainha da Mandioca. Festival da Farinha de Tapioca, em Americano, é tradição, faz parte do patrimônio cultural e imaterial do estado. Eles fazem o evento na quadra junina, eles fazem um pouco da produção da farinha de tapioca. Eles contam todo o contexto da produção. Tem a Dança da Farinha de Tapioca, ela é da comunidade de Americano. Tem o festival da Comunidade Maravilha, que trabalha com o tucupi, mas lá não tem igarapé. (SECULTD).

Os evangélicos fazem os batismos nas águas, sempre usam o igarapé. Sobre outros rituais, também tem a parte da macumba, também usam o igarapé. Tudo isso tem os dois lados. (Emerson).

Tinha uma festa cultural que era o boi-bumbá do tio Landinho, aí acabou. Festa da Tradição, daqui que agora acabou. Só fazia na comunidade mesmo. Pra fazer o tambor cortava o tronco da árvore, botava pra secar lá, entendeu? Pegava o coro da jiboia e mesmo fazia. Aí foi evoluindo, já outros órgãos se metendo, assim, dando pandeiro. Vai acabando por causa disso, vai perdendo sua identidade. (Antonio, Caraparú).

Apesar de o Círio de Caraparú ser o mais divulgado, existem outras festividades e círios nas comunidades de Santa Izabel do Pará, e os igarapés surgem como suporte de lazer para essas atividades lúdicas.

Na dimensão criativa, encontramos algumas histórias orais que envolvem seres mitológicos, lendas e assombrações. Eis alguns relatos:

Tem muita gente que vai de noite, tem gente que vai lavar roupa no igarapé. Uma moça que mirava lá, falou que via passar uma canoa com caixão dentro, que ia e voltava, toda noite ela via. Que ela contava, só que ela já morreu. (Rafael, Conceição do Itá).

No tempo antigo, andava o homem do Boto, de meia noite em diante, e a Sereia, que morava do outro lado do igarapé. Tem o Menino Pretinho. [Joyce, filha da entrevistada, perguntou quem era o Menino Pretinho que vem do outro lado do igarapé]. (Rosa, Conceição do Itá).

O papai fala um monte pra mim, que uma vez ele ia de bike lá na Sapucaia, onde a gente morava, depois ele ouviu tipo um assobio, depois ele falou um monte de palavrão, depois a Matinta deu tipo um arranhão nele. O papai chegou todo arranhado em casa. Tenho medo da Matinta, mas eu não mexo. Já a Jéssica, uma mulher, viu dois meninos brincando bem ali no igarapé, depois sumiu, ela tava chamando eles, mas o papai não deixou porque era visagi. (Sidney, Conceição do Itá).

A partir das seis e meia, as meninas criança não podem ficar, porque existe a Mãe d'água daqui ela é muito maligna. Uma prima minha foi mundiada por uma Mãe d'água e quase ela morre. A mãe teve de levar pá benzer. (Jéssica, Caraparú).

O pessoal contava que bem ali na curva morava um caboco. Bem aqui mora um senhor que tem olho d'água. Um tempo desse, de dia ainda, tirou a roupa e ficou só de cueca e sentou na cadeira, aí ele disse que deram um tapa na coxa dele e disseram: "Veste tua roupa que tu não tá na tua casa". Ele ouviu falar assim e pegou um tapa na perna. Essas coisas existem, existe sim esse negócio. Tem gente que diz que não existe, mas existe sim, é coisa do mato, né? (Antonio, Caraparú).

O imaginário da comunidade abriga a herança dos povos tradicionais, como as histórias do Boto, da Mãe d'água, da Cobra Grande e do Curupira, fortalecendo a identidade cultural da Amazônia entre os rios e as matas.

Na dimensão ambiental-ecológica, é possível identificar a preocupação com a conservação dentro de todas as comunidades, para que os igarapés possam ser utilizados por outras gerações.

O rio levava os produtos para Belém, mas agora, não, devido a estar seco. (Rosa).

A percepção das mudanças que estão acontecendo nos igarapés traz a preocupação, por parte da comunidade, com os impactos trazidos pela poluição e pela contaminação progressiva dos recursos hídricos.

Na dimensão solidária, podemos citar a limpeza dos igarapés, que ocorre no final do ano, quando a comunidade se junta para organizar o ambiente, consertar escadas de acesso e diques de contenção, bem como retirar plásticos (lixo sólido).

Festejamos o dia de São Francisco em 4 de outubro, a quermesse. Dia 16 faz a procissão de Macapazinho para cá. O igarapé fica direto. Aqui todo mundo trabalha e a noite descansa. Todo final de ano juntamos a comunidade e fazemos a limpeza do igarapé, retiramos de 100 a 150 plásticos. (Luiz).

Existe apoio mútuo dentro das comunidades rurais para manter os igarapés em boas condições de uso. Assim, em algumas localidades, na falta de

intervenção pública, as associações comunitárias envolvem os moradores em ações coletivas para manutenção e melhoria do local.

Para Cabeza (2000), existe o ócio útil ou interessado, que se realiza por meio de uma atividade utilitária. Ele está relacionado à dimensão produtiva, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

Assim, o lazer nos igarapés também significa sustento para o ribeirinho:

Na festividade do Círio, os moradores gastam seu dinheirinho na venda de comida e bebida, alugam os barcos [...]. (Luiz, São Francisco do Itá).

Nos depoimentos, observa-se a necessidade dos moradores em poder se beneficiar das visitas aos igarapés como forma de complementarem suas rendas familiares.

As questões sobre o lazer ser utilizado como processo de sustentabilidade local demandam duas situações: a primeira garante diretamente que os processos econômicos estejam alinhados a defesa ecológica defendida pelos moradores. No entanto existe outro processo que favorece a dinâmica econômica do local, mas traz prejuízo pela relação de poluição deixada pelos visitantes.

Para compreender a identidade cultural local, procuramos descobrir como os igarapés podem contribuir com tal proposição.

Hall (2015) defende a ideia de que as identidades são construídas dentro do discurso e que precisamos compreender como são produzidas em seus locais históricos e nas modalidades específicas de poder geradas pelas instituições.

Alcançamos alguns discursos que nos remetem à importância dos igarapés para o fortalecimento da identidade cultural nas comunidades.

Em algumas dessas comunidades, são os próprios igarapés que ajudam a criar as características pessoais e coletivas do grupo. Em outras, eles estão relacionados aos processos de produção de iguarias tradicionais, cuja representação evoca as festividades típicas do local. Alguns depoimentos enfatizam o potencial dos igarapés como elementos turísticos da região.

Quadro 19 – Identidade cultural e os igarapés

3) Como é fortalecida a identidade cultural no local?			
Grupos	Avaliação	Nº	%
A	<i>Santa Izabel é diferente, tem os igarapés. Outras cidadezinhas que têm outros tipo de igarapé também. Devido à água, que é melhor que a outra, que é outra cor, né, que é azul. Tem a lagoa azul, é, vários [igarapés].</i>	6	35,29
B	<i>Acho que a tapioca, né, [por] que aqui tem o Festival da Tapioca. Acho que é isso.</i>	7	41,18
C	<i>Durante o ano, pra eu ir, se tratando de lazer [pausa]. É. Eu acho que passa o ano todo, e eu não vou lá. Como eu trabalho com frete, sempre vou deixar, vou buscar alguma coisa lá. Mas pro meu lazer é raro, muito raro.</i>	4	23,53

Fonte: resultados do QualiQuantSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Para os moradores, é um privilégio morar em uma cidade com vários igarapés, o que lhes permite recepcionar de modo mais acolhedor as pessoas de fora, cultivando a hospitalidade como uma característica identitária local. Eles também relacionam os igarapés ao seu modo de vida, por estarem mais em contato com a natureza, sem o peso dos problemas existentes nas cidades. Nos igarapés, os moradores vivenciam momentos de tranquilidade, uma boa influência que podem transmitir às outras pessoas.

A comunidade fortalece a cultura. A localidade de Santa Izabel [que a diferencia], ela fica próximo, mais próximo da capital. A questão do bom comportamento, de receber o visitante com alegria, com festa, entendeu? Com entusiasmo deles, pra passar pro visitante. (Álvaro).

Os moradores compreendem a importância da organização coletiva para a comunidade, que acaba por construir uma interação social que extrapola o sentido individual.

Outra característica da construção identitária diz respeito às festas. Alguns moradores compreendem que a identidade cultural é reforçada pela cultura das quadras juninas, enquanto outros citam as tradições diárias, que remetem à organização social para as festividades de cada comunidade, de acordo com suas produções agrícolas. Assim, durante a Festividade da Tapioca, da Vila de Americano, a comunidade celebra todo o processo necessário à fabricação da farinha de tapioca, cujas representações também adquirem a forma dramática, através de peças ou de danças.

O Festival da Mandioca, na comunidade de Espírito Santo do Itá, também enfatiza a produção da mandioca, em todas as suas etapas, bem como os elementos tirados desta raiz. Durante a festividade, são realizadas danças típicas e vendidos produtos derivados do tubérculo, como a goma de mandioca, a farinha de mandioca, o tucupi, salgados típicos, entre outros.

Festival do Açaí, da Tapioca, tem muitas coisas que é nossa, é daqui. A gente não precisa de copiar nada de ninguém. É tudo nosso, tudo original daqui. Então, isso é muito importante para as pessoas que moram aqui, é um tipo de orgulho pelas coisas que são nossas. (Aline).

O reconhecimento do pertencimento, das festividades e da produção sustentável na comunidade envolve o caráter de originalidade e a identidade local. A partir da identificação, surge o orgulho de fazer parte do grupo. Assim, a identidade cultural envolve uma série de relações pessoais, integradas umas às outras. Os cários também fazem parte das festividades religiosas que fortalecem a cultura local.

Quanto a outros aspectos, temos a visão do favorecimento da identidade cultural, devido às visitas nos igarapés, visto que Santa Izabel do Pará está mais próxima da capital do estado.

Os igarapés, para a identidade cultural dentro do município, trazem conhecimentos. Sempre é comentado que aqui é muito bom, que aqui é tranquilo. Traz benefícios para o turismo estar em segurança. Quem passa por aqui deseja morar, porque traz essa tranquilidade. O município de Santa Izabel tem um aconchego, é um local que tem lazer, é tudo próximo. (SECULTD).

De acordo com a compreensão expressa pelos sujeitos da pesquisa, a identidade cultural também diz respeito aos saberes, aos usos e costumes diários, cujas características refletem o pensamento individual e comunitário, muito embora venham sofrendo transformações ou interferências por parte do Poder Público.

A identidade cultural nos igarapés, remonta às transformações ocorridas nas localidades para fins de receber visitantes na região, no entanto devemos refletir até que ponto isso é favorável para o desenvolvimento das comunidades. Será que esse turismo é favorável a uma economia sustentável e ecológica?

Nossa pesquisa procurou saber se houve impactos trazidos pelo desenvolvimento urbano nos espaços com igarapés, na forma de ganhos ou perdas.

Para entabular nossas reflexões, pautamo-nos em Enrique Leff (2009), que nos traz uma ampla reflexão sobre como o avanço do capital não reconhece

fronteiras, portanto representa a racionalidade que produz a morte entrópica do planeta. De acordo com o autor, estamos em uma crise ambiental, ou crise de civilização na história. Por isso, devemos nos preocupar em formular uma ecologia política que abra espaços para o diálogo; um diálogo de saberes para a construção de um modo de evitar a destruição da natureza e da vida.

Nos discursos, observamos que os sujeitos compreendem os ganhos a partir das construções e das melhorias públicas nas estradas, dos transportes, do saneamento, que levou água encanada para as comunidades, da visibilidade dos igarapés através das redes sociais, da oportunidade de venderem comidas nas beiras dos igarapés, o que representa melhoria na renda família. No entanto, ao mesmo tempo, em alguns discursos percebemos que, apesar de considerarem os ganhos pelo acesso aos igarapés e pela movimentação da comunidade, os sujeitos se preocupam com o impacto ambiental. Uns informaram as perdas, e outros externaram a esperança de melhorias.

Sampaio (2014) nos mostra que é possível redimensionar e reconhecer as formas cotidianas portadoras de sentidos pelo lazer. Assim, o cotidiano é o lugar materializado das expressões humanas em seus desejos e necessidades. Pelo lazer é possível expressar as práticas sociais e políticas da vida. No cotidiano se dá a expressão e a criação humanas, que refletem seu caráter individual e coletivo na construção histórica e cultural da sociedade.

É no cotidiano que os sujeitos interagem. Eles expressam seus sentimentos, ideias, capacidades intelectuais, desejos, projeções e ideologias, que emergem também através das práticas de lazer.

No quadro 20 procuramos compreender como a comunidade percebe a relação do desenvolvimento urbano chegando as zonas rurais e quais os reais benefícios ou prejuízos observados considerando os impactos gerados nos recursos naturais, principalmente nos igarapés.

Quadro 20 – Impacto causados pelo desenvolvimento urbano nos igarapés

4) Como você percebe o impacto das mudanças trazidas pelo desenvolvimento urbano nestes espaços naturais? Ganhos e perdas.			
Grupos	Avaliação	Nº	%
A	<i>Foi com muita pressão pública, não vou mentir, das pessoas, da população, ela conseguiu, sim, a melhora, mais visitantes em Santa Izabel. Teve ganho.</i>	17	30,36
B	<i>Eles perderam muito. Na pandemia não podia ir pros igarapés, não podia se divertir. Fecharam tudo, né? A PA, que é só buraqueira, nas estradas, que já tão melhorando. O Caraparú [pausa] [está] muito feito agora.</i>	19	33,93
C	<i>Teve ganho.</i>	12	21,43
D	<i>O governo local falta aprimorar a melhoria das entradas pros igarapés. Muita perda, por causa que as pessoas que vêm visitar o nosso município gostam de sombra e água fresca.</i>	8	14,29

Fonte: resultados do QualiQuantSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

A lógica de utilizar o racionalismo turístico em favor do sistema econômico tem sido promovido pelas instituições públicas com vistas a aumentar o poder econômico da região. E isto é facilmente perceptível nos discursos dos moradores e da SECULTD:

Para o igarapé houve ganho. Tá indo muita gente para o Caraparú. Eles se divertem, os que têm bar, os que vendem. Gente que vai daqui e leva comida pra vender ganha bastante. O pessoal leva de van. (Maria, moradora).

Como nossas vias para chegar aos igarapés, hoje a PA se encontra com dificuldade, ainda está em reforma, e no igarapé mais procurado, que chega [a receber] de 40 a 50 ônibus, que é no Distrito de Caraparú, e era uma dificuldade para se chegar, então houve um descaso com a vila e com o balneário. Então, quando o Ewandro assumiu [atual prefeito], a gente teve essa visão de mapear, planejar e de montar o caminho das águas. Esse projeto veio para colocar a identificação como placas, para falar sobre a rota para se chegar aos igarapés, inclusive com a pavimentação para se ter o acesso. [para que] O turista, quando viesse, tivesse o acesso mais rápido e mais cômodo até os balneários. Inclusive os moradores relatam que, quando veio toda a estrutura, receberam mais pessoas. (SECULTD).

As melhorias na comunidade do Caraparú foram realizadas por meio das estradas, mas também da padronização no igarapé, com cursos de educação ambiental e de recepção de turistas para os moradores. Nas outras comunidades, a maior queixa diz respeito à estrada de terra batida, que ainda não foi asfaltada, embora os buracos tenham sido tampados, facilitando o trânsito para os igarapés.

Nos discursos, observa-se compreensão das perdas para a natureza por parte dos moradores. O próprio povoamento em áreas próximas aos igarapés tem provocado danos ao meio ambiente, conforme os relatos a seguir:

Sempre acaba trazendo coisa ruim; tipo, se você parar e se informar, há muitos anos atrás, Santa Izabel já teve igarapés, assim, bem populosos, e hoje já não tem mais condições, devido ao desenvolvimento, à poluição, e acabou se extinguindo. E isso vai aprofundando mais pra dentro das vilas e menos população vai aproveitar uma água boa pra tomar banho, uma água saudável. Conforme a população vai povoando mais, aí vai acabando, vai desmatando, vai jogando dejetos nos igarapés. (Sidney).

Foi bem ruim, porque, conforme o pessoal tá vendendo a parte desse terreno [pausa]. Antes, aqui, era só aquele mato, né? E tinha bastante peixe, né, conservar, hoje tá sumindo. O igarapé não tá como antes, tá sujo. Vendeu [o terreno], tão limpando, desmatando. Aí, tá, aí tem gente que faz barrêra na água, nos seus terrenos. Aí pá cá só desce os corgos, né, a gente denuncia pro pessoal. (Antonio).

O nível de poluição tem causado o assoreamento dos igarapés; em alguns casos, com perdas permanentes. Em outros, quase já não há mais peixes, devido à retirada de matos e às barreiras de águas construídas em terrenos particulares, que têm provocado a poluição.

Nos discursos, ainda há preocupação com o fato de o Poder Público não conseguir desempenhar uma fiscalização mais efetiva, além da ausência propriamente dita de investimentos que possam auxiliar na manutenção dos igarapés, visto que grande parte deles não possui estruturas para a contenção das águas, sofrendo pequenas erosões em suas margens. Existem algumas fazendas em que os animais descem pelos córregos dos igarapés para tomar água, fazendo com que a cabeceira das águas seja fechada por barragens. A longo prazo, isso poderá causar a perda da balneabilidade dos igarapés nas comunidades pesquisadas.

A própria construção de estradas sem planejamento ambiental tem provocado a contaminação, pois, no Distrito de Americano, após as obras, segundo os relatos, os esgotos passaram a cair no igarapé da comunidade de Uxiteua, provocando uma calamidade ambiental, pois a própria coloração da água mudou. A partir de então, os sujeitos tiveram de construir poços para poder tomar água, o que antes faziam diretamente no igarapé.

O desmatamento em áreas de igarapés tem sido outro fator de preocupação, causando conflitos com as pessoas que procuram preservá-los, pois

cultivam a terra e entendem a importância das matas e das florestas junto aos igarapés para sua sobrevivência.

Em alguns discursos, observa-se que a modernidade está acabando até mesmo com a cultura local, com destaque para a quantidade de resíduos sólidos jogados nos igarapés, inclusive em finais de semana, quando a comunidade recebe os turistas:

Depois que chega o desenvolvimento, mataram praticamente os garapé. A zona urbana foi entrando, e os garapés que ficavam em áreas que eram pra ser preservadas [pausa], mataram um de outros garapés. Vai tirando as florestas, vai matando as coisas. Se tu constrói uma casa que tem um garapé ali, tu sabe que se botar a fossa, tu vai destruir o garapé. Tem esse garapé bem aqui, que todo mundo tomava banho, hoje, ninguém toma, porque despejam tudo o esgoto lá. Esse garapé despeja água lá por detrás do Caraparú. (Fábio).

A área urbana de Santa Izabel do Pará já conta com a perda de alguns igarapés, devido ao desenvolvimento urbano. É necessário, portanto, mudar de ideia sobre a noção de desenvolvimento, atualmente pautada pela lógica racionalista, e preocupar-se com os saberes ambientais existentes em cada localidade. Quanto às próprias origens dos saberes, um dos discursos nos chamou a atenção:

Depois do desenvolvimento, nós perdemos a nossa origem, as coisas que era bem nativa assim. Perdeu pro desenvolvimento do turismo. Hoje fui mangado porque fui comprar tucupi na feira. Porque eu fabricava a farinha, eu fabricava o carvão, entendeu? Eu vendia muito tucupi pra Belém. Então, esse desenvolvimento do turismo aí trouxe coisa boa pra gente sobreviver, o dinheiro. A gente vive do turismo; antigamente nossa sobrevivência era da lavoura, era do carvão, era da farinha, era do tucupi, que nós mesmo produzia, entendeu? (Antoni, Caraparú).

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. No avanço do capital, o turismo acompanha seu desenvolvimento com novas fusões. Desde 1960 o turismo nasceu vinculando-se ao lazer envolvendo as pessoas e transformando-se em fenômeno econômico. A OMT (Organização Mundial do Turismo em 1998 definiu uma versão simplificada conceitualmente, na qual deu ênfase as suas dimensões qualitativas e quantitativas, mas pouco avaliadas, visto seu reducionismo investigativo-tecnológico- progresso. (MONESCH, 2013).

As transformações ocasionadas pelo turismo nos igarapés provocaram a mudança dos saberes ambientais dos moradores.

Para Leff (2009), o saber ambiental permite que o ser humano conheça a sua história e estabeleça sua identidade. O autor reconhece no poder do saber

ambiental um novo querer-saber, que reestabelece o pensamento para uma nova racionalidade, com a qual o ser humano possa construir novas realidades em direção a um futuro sustentável.

Nele, o saber constitui novas potencialidades ecológicas e produtivas, voltadas ao equilíbrio do sistema ecológico, a partir de um desenvolvimento organizacional para a continuidade da vida, utilizando, para isso, a criatividade cultural da população que ali habita.

Existe a necessidade de ampliar os debates quando pensamos nos processos que envolvem os espaços sociais de lazer e a identidade cultural em igarapés. Em se tratando do município de Santa Izabel do Pará, é preciso estabelecer discussões teóricas aprofundadas, para que o debate com a sociedade se fortaleça visando ao desenvolvimento econômico sustentável da ecologia.

Alves (2009) conclui sobre os impactos na natureza que não é somente o lixo sólido que geram impactos quando existem práticas de lazer, mas a simples presença humana tende a gerar impactos em escalas menores ou maiores dependendo da compreensão do sujeito sobre o ambiente. Seu comportamento quanto ao ruído seja individualmente ou coletivamente gerado produz impactos.

Mesmo considerando que grupos envolvidos em atividade na natureza possuem consciência ambiental, necessariamente não significa dizer que todos os sujeitos possuem a mesma consciência e comprometimento de preservar os recursos naturais.

Nos discursos obtidos sobre o lazer em igarapés, ao contrário do esperado, o que temos é a denúncia comunitária sobre os aspectos de impactos ambientais causados por moradores com terras produtivas e por visitantes dos igarapés que não possuem consciência de preservar o ambiente a qual vivencia o lazer.

Utilizamos um novo questionamento comparativo sobre os igarapés públicos e privados, para compreender como os moradores avaliavam esta relação:

Quadro 21 – Diferenças entre igarapés públicos e privados

5) Quais as principais diferenças entre o igarapé público e o privado na sua opinião?			
Grupos	Avaliação	Nº	%
A	<i>O melhor é o público, pra entrar ou sair. No público entra e sai a hora que quer e toma banho à vontade, não tem aquele alvoroço, né?</i>	3	8,11
B	<i>Olha, eu não vejo tanta diferença assim em termos de estrutura. Aqui melhorou muito, né? Já fui, assim, em igarapé particular, estabelecimento particular, que eu acho que ia escolher um igarapé particular.</i>	7	18,92
C	<i>Privado, o dono do igarapé, o empresário, ele vai ter que fazer alguma coisa, um algo a mais pra chamar atenção, né, da população. Pesca-paga, tem que [pausa], pra pessoa entrar tem que pagar, sabe? Alguma coisa.</i>	22	59,46
D	<i>Acho que a organização é a diferença.</i>	5	13,51

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Em algumas respostas, afirma-se que o Poder Público não realiza investimentos para melhorias em grande parte dos igarapés, mas somente em alguns, em específico na Vila do Caraparú, a fim de fazer frente aos igarapés privados, que procuram organizar-se e melhorar a estrutura do local e a recepção dos visitantes.

Alguns sujeitos não enxergam diferenças significativas entre igarapés públicos e privados.

Em outros discursos, quanto aos igarapés públicos, foram citados: a liberdade de ir e vir (não se cobra entrada), a flexibilidade de horários, a possibilidade de economizar, a convergência das relações, a possibilidade de conhecer novas pessoas, assim como o diálogo; diferentemente dos igarapés privados, onde as pessoas são mais fechadas. A liberdade de se divertir em igarapé público também está vinculada à gratuidade, pois as custas existentes para frequentar um igarapé privado não são realidade para grupos com menor poder aquisitivo.

Alguns sujeitos acreditam que os igarapés privados são melhores do que os públicos por serem mais limpos, por possuírem menos pessoas e por sua organização ser melhor:

O garapé público, o lado ruim é que não tem organização. Aí, a Prefeitura não se organiza com a população. A segurança, que não tem nos igarapés. População não é culpada. Prefeitura [deveria fazer] um trabalho de conscientização. O que é privado é sempre melhor, é bem organizado, tem cuidado, no caso, tem geralmente uma pessoa que cuida do espaço, a segurança é melhor, e no público não existe esse cuidado. (Regenildo).

Apesar de considerarmos que a visão trazida nos discursos apenas representa a reprodução da lógica do sistema de mercantilização do lazer com base no turismo, percebemos que a comunidade espera do Poder Público mais melhorias nas condições gerais dos igarapés e proteção à riqueza natural do município. Para isso, os sujeitos trazem questões como segurança, organização e manutenção dos espaços, elementos estes que devem fazer parte de uma nova visão sobre a gestão pública de áreas de lazer em igarapés.

A última questão deu a oportunidade de livre manifestações aos sujeitos para que falassem sobre alguma questão que não tivesse sido contemplada nas perguntas anteriores. Houve poucas contribuições em vista do quantitativo de entrevistados; somente seis sujeitos se manifestaram, como pode ser percebido no Quadro 22:

Quadro 22 – Contribuições livres sobre os espaços de igarapés

6) Você gostaria de dizer alguma coisa sobre os espaços de igarapés que não esteja nas perguntas realizadas?			
Grupo	Avaliação	Nº	%
A	<i>O pessoal de fora é só banho, né? Pra nós é outra coisa. Quando chega aquele pessoal dentro da comunidade – e todo dia tem gente lá no igarapé –, pra nós é uma alegria ver aquele povão [...].</i>	1	16,67
B	<i>O lazer é pra ir curtir mesmo. O banho no igarapé é muita quentura, a gente vai tomar banho mesmo, vai curtir e se divertir.</i>	2	33,33
C	<i>Eu amo ver as águas, o mover das águas, a caída das águas, para mim é um lazer, né, é um bem-estar, é tudo para nós. Sem os igarapés, nós não podíamos viver. Eu gosto de apreciar, tomar banho, pescar, se divertir entre amigos, conversar. É um esporte.</i>	2	33,33

Fonte: resultados do QualiQuantiSoft quanto à ideia Central do Sistema DSC em 15 mar. 2021.

Observa-se, nos discursos, que, para os moradores, o igarapé possui maior representatividade dentro da comunidade, já que faz parte de sua rotina diária. Diferentemente dos visitantes, que só o utilizam para o banho. Para os moradores, o igarapé representa um lazer que, às vezes, se inicia pela manhã e vai até o final da tarde.

Por fim, o último discurso aponta que a relação do morador é com a natureza, na forma contemplativa, apreciativa, pela simples observação das suas águas. Nesse viés, o lazer é descrito como bem-estar, e os igarapés encerram uma representação da vida em diferentes dimensões.

Na finalização da interpretação e compreensão dos discursos dos sujeitos coletivos, é possível destacar que os espaços de lazer e a identidade cultural nos igarapés caminham juntos nos enfrentamentos necessários para ampliação dos debates sobre as relações reflexivas trazidas na pesquisa. Para os moradores e alguns visitantes, existe a necessidade de mais investimentos públicos, partindo da compreensão interna dos discursos na comunidade, sempre em perfeito diálogo sobre a importância da manutenção dos recursos naturais para a construção de uma nova lógica de sustentabilidade para o município nas áreas rurais onde se encontram os igarapés.

As diferentes dimensões dos interesses de lazer demonstram que os igarapés servem de suporte para que o mesmo ocorra, assim como dão subsídios para o fortalecimento da identidade cultural no local.

O Poder Público, através das secretarias municipais, poderá contribuir para o avanço do debate do lazer nos igarapés, sobrepondo novos caracteres que transcendam a visão microurbanizada sobre a organização e o desenvolvimento de uma lógica capitalista e mercantilista do lazer nos igarapés. Existe a necessidade de pensar para além das promoções de eventos e entretenimentos, conforme percebemos nas declarações sobre o planejamento das atividades no calendário da cidade:

A elaboração de planejamento anual nos igarapés, a gente trabalha nas datas, principalmente no verão. Caraparú tem maior espaço, onde se tem uma estrutura de palco, tem como trazer os turistas e ficar mais acomodado, botar segurança, ambulância, o corpo de bombeiro lá. A gente leva a parte de lazer, esporte, a parte de entretenimento, de jogos. No mês de julho, Existem outros eventos; eles fizeram todo o mapeamento, quem acompanhou foi outra pessoa, através da secretaria de obras, a SeMOB [Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém], que levou até o rio Maguari. Inclusive, quando conseguiu, entramos em contato com o jet ski, [por]que eles queriam chegar até o Caraparu de jet ski – eles desceram na alça viária – e vir acompanhando a margem, achar o canal para poder entrar. É um evento que chamam de Visita Turística, que é do jet ski. Fazem coreografia dentro da água, é recepcionado pelo bar, que fica dentro da água. (SECULTD).

Somos conhecedores de todo apoio dado pela SECULTD para as diferentes comunidades, assim como de seu compromisso com as comunidades para as melhorias discutidas e projetadas no Plano Diretor. Mas aqui ressaltamos que, para o avanço das discussões sobre um novo modo de trabalho sustentável, na compreensão trazida por Enrique Leff, quanto aos saberes ambientais, torna-se necessário estabelecer uma visão mais ampla sobre os debates internacionais que envolvem o compromisso com o meio ambiente.

As práticas esportivas na natureza, como trilha, jet ski, canoagem, no igarapé do Caraparú, são formas de vivenciar o lazer a partir de aventuras e desafios. As entradas, sejam pela floresta amazônica ou pelos igarapés, apresentam-se como verdadeiros desafios a serem superados. É interessante trazermos a contribuição destes esportistas em ação coletiva e integrada.

Para Costa (2009), as atividades na natureza estão ligadas ao imaginário social em que o sujeito é visto como herói ou desbravador da natureza. Os esportistas tecem uma rede de aventuras cheias riscos e seguem avançando independentemente das adversidades.

Mesmo considerando inovador o uso de igarapés para práticas de aventuras, é preciso ponderar sobre os impactos que algumas dessas atividades podem trazer ao ambiente natural. Portanto, não se trata apenas de fomentar um evento de aventura mas também de compreender quais atividades realmente podem fortalecer o lazer ecologicamente correto.

Atualmente, a lógica da manutenção dos igarapés, tendo o lazer como processo de investimento turístico, poderá provocar perdas permanentes, pelo caráter de destruição e poluição ecológica enfatizado nos discursos dos sujeitos.

Ressaltamos que pensar em processos de desenvolvimento economicamente viáveis, considerando a sustentabilidade ecológica, envolve um compromisso com a educação da comunidade como um todo, para que as decisões operem em caminho distinto ao que está sendo tomado.

Santa Izabel do Pará deve se tornar mais proativa quanto às decisões que poderão mudar a cidade dentro de uma lógica de sustentabilidades, abarcando inclusive o programa de cidades sustentáveis, a fim de se tornar referência entre os municípios paraenses. Esse é nosso desejo pessoal, para salvaguardar um bem coletivo que faz parte da história cultural de nosso estado.

A busca por trazeremos a interpretação e compreensão aos espaços sociais de lazer e a identidade cultural nos igarapés de Santa Izabel do Pará, nos revelou a necessidade de trazeremos alguns enfrentamentos críticos partindo de bases teóricas que nos permitam discutir as relações de integração ambiental para um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Para traçar uma reflexão com a pesquisa utilizaremos as questões que norteadoras para respondermos aos dados obtidos frente ao enfrentamento crítico.

O enfrentamento crítico, aqui apresentado, deve ser considerado como oposições de ideias, das formas e usos dos espaços sem a análise dos impactos gerados na natureza em detrimento do avanço alarmante das perdas de florestas e recursos hídricos. Existe uma crise ambiental mundial que deve ser pensada sobre o modo em que o ser humano tem utilizado o meio ambiente e isso inclui as formas como o lazer na natureza ocorrem.

Temos como base a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972 que servem como inspiração para a preservação e melhoramento do meio ambiente.

A Declaração proclama e reconhece os indivíduos como aqueles que possuem características ao pensar intelectual, moral, social e espiritualmente para transformar tudo o que o cerca, para isso, as ferramentas da ciência e tecnologia devem servir de suporte para as melhorias, reconhecendo que tanto o fenômeno natural como o artificial podem garantir os direitos humanos fundamentais, como o direito à vida.

É fundamental compreender que a proteção e melhoramento do meio ambiente afeta a diversidade de povos e o desenvolvimento econômico mundial. É sabido que dependendo da forma que os recursos são empregados podem acarretar danos irreversíveis na relação do ser humano e o meio ambiente. A declaração afirma que é identificável as provas com que o ser humano vem causando danos em níveis perigosos que inclui a poluição dos recursos hídricos, do ar, da terra e dos seres vivos. O resultado é o crescimento de desequilíbrio do sistema ecológico da biosfera.

A reflexão trazida, ainda pondera, que pela ignorância ou indiferença podemos causar danos que são irreparáveis ao meio ambiente pelo qual depende a vida. Portanto, existe a necessidade de aprofundarmos cada vez mais o conhecimento para que possamos ultrapassar os paradigmas da racionalidade e do

lucro em favor do equilíbrio do ecossistema em que vivemos elevando para isso a qualidade do meio ambiente para atender as necessidades do ser humano ao mesmo tempo em que mantém as condições de vida de todos os seres vivos do planeta. Para isso deve-se empreender em construirmos debates que consolide a organização harmônica de bases econômicas com fins sociais de distribuição e equidade.

Dentro dos princípios firmados na declaração alinhados a nossa pesquisa, nos leva a reflexão de se estabelecer a igualdade em desfrutar o meio ambiente que lhe permita levar uma vida digna, de bem-estar com a responsabilidade de proteger e melhorá-la para as futuras gerações. Para isso, deve-se pensar nas formas de manejo de todos os recursos naturais mediante uma planificação e ordenamento rigoroso.

O desenvolvimento econômico deve ter como premissa a conservação da natureza e de seu sistema. Por isso, existe a necessidade de preservar administrativa e juridicamente os patrimônios naturais em seu habitat, principalmente os que se encontram com graves riscos. A responsabilidade é de todos os povos, que devem cultivar práticas alinhadas com uma lógica de preservação da vida em todo o ecossistema, e não com o foco único em sua exploração.

O aspecto artificial e tecnológico deve favorecer para evitar a descarga industriais de produtos tóxicos que danificam permanentemente a natureza, e põe fim a alguns ecossistemas. Os estados internacionais, nacionais, estaduais e municipais devem tomar medidas para a inclusão de um desenvolvimento que promova o sentido de uma sustentabilidade econômica alicerçada as necessidades ambientais procurando instrumentos para conciliar as diferenças que surgem entre as esferas institucionais com fim a necessidade de proteção da vida e do meio ambiente.

O investimento em ciência e tecnologia para o conhecimento é fundamental para consolidar os esforços no enfrentamento contra a destruição do meio ambiente e das desigualdades e diferenças de distribuição de rendas para os povos. E, para contínuas mudanças no conhecimento se deve haver investimento em educação ambiental para todos, permitindo que haja discussões e debates construídos nos diferentes setores, promovendo ao público acesso as informações.

Os princípios defendidos pela declaração demandam um contínuo debate para compreendermos a urgência de debatermos também na dimensão do lazer, os

mesmos princípios de espaços sociais que envolvam o desenvolvimento urbano e rural.

Nossa pesquisa procurou questionamentos que norteassem as possibilidades que nos remetessem a interpretações e compreensões contidas nos discursos dos habitantes ou visitantes das comunidades que usufruem o lazer nos igarapés.

No discurso observa-se que o lazer nos igarapés possui diferentes dimensões. Essas dimensões possuem valor nos aspectos de dar sentido e significados as suas práticas culturais. O lazer nos igarapés alcança relações alinhadas aos aspectos histórico, culturais, sociais, políticos e econômicos que envolve o contexto vivido dos moradores. Como os igarapés pesquisados estão centrados em áreas rurais, os discursos submetem as relações de pertencimento do lugar.

Gomes (2014) estabelece que existem duas abordagens teóricas conceituais que irão compreender o lazer. A primeira sistematizada enquanto fenômeno do século XX entendendo o lazer como parte da vida social oposta ao trabalho e a segunda compreendendo que o lazer faz parte da dimensão humana e cultural, mas cujos estudos estão se construindo nos contextos sociais do século XXI.

Compreendendo que a busca de conceitos do lazer não pode ser considerados fenômenos pois são representações de uma determinada realidade a ser considerada. A autora reflete que a compreensão do lazer não consegue isolar seu termo porque nem sempre possui palavras similares em virtude das práticas culturais que ocorrem em grupos minoritários. Existe o desafio das peculiaridades dos processos históricos, culturais, sociais, políticos existentes que envolve a busca de se problematizar o lazer.

Dentro desta perspectiva, pensar o lazer nos espaços de igarapés, remontam as diferentes práticas culturais que o envolve e não se encontra atrelado somente nas relações de oposição entre lazer e trabalho, mas remonta aspectos culturais que exercem influência no modo de vida.

As experiências de lazer, portanto, devem fomentar e fortalecer a identidade cultural do lugar. Trazendo os sentidos e significados a partir de suas experiências vividas. O lazer nos igarapés pode ser considerado um lugar de resistências e transformações, por ser um lugar de cultura e de encontros. Nos

igarapés foi possível perceber as apropriações dos espaços pelos sujeitos sociais, e estes tiveram suas falas verbalizadas refletindo sobre os espaços sociais vividos.

O lazer enquanto necessidade humana e dimensão cultural irá se constituir no campo de práticas sociais lúdicas que estão presente na vida dos sujeitos e em seu contexto (GOMES, 2011).

O lazer nos igarapés deve envolver amplas discussões que permitam compreensão de vivências livres, mas que sofrem pelas relações dos impactos geradas pela lógica do desenvolvimento urbano e do mercado. Portanto, o lazer neste contexto deve ser refletido como enfrentamento para superação das discrepâncias evidenciadas sobre a ausência de investimentos públicos necessários a manutenção dos igarapés e dos saberes culturais dentro das comunidades.

Gomes e Elizalde (2012) apontam que as discussões sobre o lazer precisam se comprometer com transformações geradoras de sociedade democráticas, inclusivas e participativas, promotoras de equidade e respeitabilidade aos seres humanos.

O lazer nos igarapés possui uma intensa rede de relações que se entrelaçam nas possibilidades vivenciadas em seu contexto. Compreendemos no discurso dos sujeitos coletivos a preocupação em manter suas origens e identidade cultural considerando de haver maior proximidade nas discussões públicas para que as mesmas comunidades não sejam atingidas pela perda permanente dos seus recursos naturais.

As vivências de lazer nos igarapés foram alinhadas as diferentes dimensões do lazer que envolve as atividades lúdicas, criativas, festivas, ambiental-ecológica, solidária (CUENCA, 2000).

Marin (2018) alerta que nas áreas da região Amazônica, uma das formas de lazer estabelecida é o acesso ao rio e igarapés, e, portanto, não podem estar poluídos ou submetidos somente ao uso de portos privados ou públicos.

O lazer em igarapés possui uma rede complexa de relações que envolve o desenvolvimento humano, as práticas culturais em diferentes aspectos, tanto para o lazer livre como para o lazer intencional. No aspecto de liberdade as dimensões lúdicas, criativas, festivas, ambiental-ecológica e solidária se fazem presentes. No aspecto de lazer intencional, aparece ligado as prerrogativas do turismo mercadológico.

Acreditamos na necessidade de compreender que pelo lazer possamos trazer discussões que permitam o entrelaçamento do lazer, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a construir bases teóricas para a inclusão e decisões participativas junto as esferas governamentais, em respeito aos discursos dos sujeitos coletivos das comunidades visitadas em Santa Izabel do Pará.

A relação trazida pela questão norteadora da identidade cultural se evidencia pelas relações dos indivíduos com o contexto de integração ambiental nos igarapés.

As pessoas em seus discursos possuem uma identificação cultural que surgem das suas vivências diárias ocorridas nos igarapés. Os sentidos e significados são dados através da ação coletiva de acordo com a comunidade agregados as suas festividades, que representam as suas formas de vida. Os igarapés são constituídos como marca identitária do município, mas também para seus moradores, pelo sustento, crenças e atividades lúdicas ocorridas dentro dele que envolve famílias.

As formas de experiência de lazer favorecem desfrutar a vida, assim como trazer sua compreensão mediatizados pela cultura. Portanto, deve ser entendida dentro de seu contexto que irão expressar suas singularidades. (GOMES; DEBORTOLI; SILVA, 2019).

A constituição das experiências culturais e identitárias nos igarapés decorrem também pelo engajamento e participação social coletiva para as transformações e melhorias necessárias das suas próprias realidades.

Os estudos sobre a identidade cultural são compreendidos em seus sistemas de pertencimento, cujos sentidos e significados aportam seus saberes.

Para Hall (1996) é na particularidade do indivíduo ou do grupo que surge o pertencimento a uma determinada cultura e logo a sua identidade. A identidade cultural é, portanto, um posicionamento que transcende as relações de registros regulamentares da sociedade.

Magnani (2003) compreende que em cada localidade é revelado a existência prévias de redes de relações sociais. Essas relações são aportadas no espaço e mantidos pelo sistema cultural interno que são referências aos seus moradores e ou habitantes. Possuem, portanto, códigos comuns, laços familiares ou de suas vizinhanças e preferências de lazer.

É nos dizeres: “Sua comunidade” que se observa a relação de pertencimento e estabelecimento das fronteiras no lugar e dos igarapés.

Segundo Melo (2008, p. 57), “a cultura faz o homem e este faz a cultura”. Portanto, é preciso reconhecer que a cultura é construída pelo ser humano e por este transformada, de acordo com os sujeitos e com o meio. Essas transformações ocorrem de modos variáveis e com intensidades distintas.

A identidade cultural que envolve os igarapés no município de Santa Izabel do Pará se encontra articulada diretamente a cada comunidade, é percebido as distinções que tratam cada um dos igarapés, inclusive em comparação as atividades festivas que os envolve. Também na relação de investimentos públicos no local. No entanto, existe a relação de pertencimento e cuidado na proteção e preservação do meio ambiente que são gerados pelo contínuo discurso de não perderem suas origens culturais, fato que se observa quando existe grandes mudanças nas estruturas dos igarapés em outras comunidades.

O igarapé possui uma forte relação com as experiências vividas, no qual são representadas pelas atividades do que gostam de fazer e como utilizá-lo, seja para se refrescar no banho, seja no uso da brincadeira, seja para lavar roupas/louças, seja para a pescaria, aluguel de canoas, ou para servir de suporte as festividades tradicionais existentes.

Existe um reconhecimento, dos que ali habitam, daqueles que são os visitantes. Distingue-se o caráter das identidades. Os visitantes são recepcionados com a alegria, mas ao mesmo tempo com a preocupação de não prejudicarem a comunidade pelos hábitos diferentes que trazem. Há uma crítica quanto ao uso dos igarapés, pois os visitantes deixam muitas sujeiras que contribuem para a poluição dos igarapés. Isso é representativo para os seus moradores que entendem que o uso dos igarapés possui diferenças na cultura vivida e no modo de cuidados a serem tomados em seu uso.

No discurso que “o igarapé se tem todos os dias e para os visitantes é só no final de semana” se concentra as relações diferenciadas de identidade cultural sobre o espaço de igarapé. Existe um reconhecimento pelas formas de uso, que vai desde o seu trajar, pois os moradores usam os igarapés com roupas comuns. Se lançam as águas de roupa sem fazer a distinção daquilo que é roupa de banho ou outro tipo, além de outros sinais como a linguagem, transporte entre outros.

Os igarapés trazem uma forte relação sobre o lazer e a identidade cultural para a comunidade. A comunidade em Giddens e Sutton (2017) está alicerçada nas interações entre as pessoas em um grupo em comum de uma localidade a partir de uma percepção identitária compartilhada por interesses comuns.

Para Magnani (2003, p. 26) a cultura é mais do que a soma de produtos, é o processo de sua constante recriação num espaço socialmente determinado.

As identidades culturais em igarapés também passam por transformações contínuas, recriadas pela própria transformação ambiental. As visitas e excursões promovidas nos espaços de igarapés em busca do lazer, promove alterações na visão de intencionalidades na comunidade, que passam a ter um ponto de vista mais econômico, ou de complementação de rendas.

Pelas diferentes características do uso dos igarapés para o lazer, a identidade cultural também não possui um valor simbólico unitário. Mas se fixam entre as tradições e valores da comunidade e de suas transformações pela lógica da sociedade capitalista.

As festividades dos círios representam não somente o conjunto de valores e crenças religiosas internas, mas também de oferecer outras formas culturais permitindo ao visitante experienciar como expectador. Ou seja, ao visitante é agregado valores ao entretenimento. Parte-se também que através do lazer festivos as relações de trabalho estão presentes.

Outra questão norteadora do estudo se preocupou em como a comunidade compreende os impactos trazidos no processo de desenvolvimento urbano aos igarapés traçando relações comparativas daquilo que é privatizado ou público.

As preocupações trazidas pela comunidade estão alicerçadas na continuidade de uso dos espaços de igarapés para o usufruto atual e de futuras gerações, pois percebem que o desenvolvimento trouxe perdas irreparáveis os recursos naturais existentes em outro momento histórico, assim como percebem que há perdas de algumas tradições antes existentes e que foram modificadas e transformadas para atender ao novo processo de investimento turístico.

A natureza as proximidades dos igarapés de Santa Izabel do Pará não podem ser mais consideradas intocada, mas que reflete o impacto humano sobre o ambiente que tem transformado o lugar.

Para refrear a crise ecológica, é preciso fazer uma revolução política, social e cultural, construída coletivamente, para a reorientação dos usos dos bens materiais e imateriais da humanidade. É preciso que o mundo seja compreendido sob nova égide, pautada na ecologia ambiental, na ecologia social e na ecologia mental como transformação de saberes individuais e coletivos (GUATTARI, 1990).

Porto-Gonçalves (2012) esclarece que o desafio ambiental está aportado na busca de alternativas ao desenvolvimento, pois em larga escala se tem denunciado os riscos de a humanidade destruir os recursos naturais em detrimento do modelo de desenvolvimento racionalista econômica que tem promovido a contaminação e desmatamentos fortalecidos pela distribuição desigual de bens. Assim, os debates ambientais precisam alcançar outros valores para a equidade, solidariedade, liberdade e democracia.

O período de globalização neoliberal tem trazido a lógica de subtração de produtos desvinculados de valores morais e éticos demandando a concentração de bens para uma minoria no planeta. O enfrentamento nas relações de lazer e identidade cultural nos igarapés, trazem também reflexões profundas sobre aspectos que envolve as relações de poder sobre as águas.

Diferentes culturas e seus modos de relação com a natureza estão sendo extintos, levando os acervos que fazem parte do ecossistema existente na Amazônia. Existe uma disputa de poder hegemônico quanto ao controle e gestão das águas demonstrando parte da crise ambiental existente e da crise social nas suas formas de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Leff (2015) alerta para a insustentabilidade provocada pelo mundo globalizado gerando conflitos ambientais. A racionalidade econômica de desenvolvimento utilizados são contrários aos valores da vida e permanência dos sistemas ecológicos. Para isso existe a necessidade de conhecimento sobre onde ocorre à falha de compreensão humana sobre a compreensão da vida. Isto é verificável partindo-se das diferentes formas de violências observadas geradoras dos conflitos ambientais e pela ausência de respeito pelas diversidades culturais dos povos.

Sachs (2008) elabora uma defesa sobre um novo aspecto a ser considerado para o equilíbrio entre o econômico, o social e o ecológico em sua obra caminhos para o desenvolvimento sustentável. De um modo crítico compreende que a lógica econômica utilizada para o alcance a curto prazo não gera riquezas

distributivas para a diminuição das diferenças sociais, ao invés disso aumenta as distorções. É importante se concentrar a médio e longo prazo para favorecer as mudanças e transformações necessárias. O olhar deve envolver os recursos naturais, onde os seres humanos possam utilizar a tecnologia e o conhecimento considerando a cultura para cultivar a terra preservando as relações ecológicas. A agricultura familiar passa a ter destaque para a sustentabilidade, logrando através da cultura melhor manejo, evitando os desperdícios dos recursos naturais e contaminações das águas.

Na elaboração de enfrentamentos é fundamental que se pense de modo a investir em áreas de desenvolvimento rural, onde se encontram parte dos igarapés do município de Santa Izabel.

O lazer enquanto espaço social de interações e integrações, deve ser pensado quanto aos seus debates e produções de conhecimento que favoreçam refletir criticamente sobre as relações econômicas, ecológicas, culturais, históricas, sociais e políticas para a transformação e melhoria nas comunidades.

As formas de estruturas e equipamentos de lazer nos igarapés são reflexos de sua cultura, mas também da lógica de transformações para o desenvolvimento urbano.

A questão norteadora de como se apresenta os espaços e equipamentos dos igarapés para o usufruto da população, nos remeteu as dimensões morfológicas, funcionais, socioeconômica e ambiental descritas a partir da observação e do caráter imagéticos. No entanto, nos discursos dos sujeitos coletivos, existe os caminhos trilhados sobre as condições de planejamento, organização do espaço e dos processos de manutenção correspondente os setores da administração pública.

As necessidades são de amplos aspectos que envolve em primazia a relação de acesso aos igarapés, a ausência de melhoria das estradas são pontos paradoxos sobre a relação do urbano e do rural.

Sachs (2008) reflete que é um exagero achar que a cidade é sinônimo de progresso e o campo ou meio rural é sinônimo de atraso. Pois em grandes aspectos as áreas urbanas apresentam-se com atrativos para o emprego, moradia e cidadania, mas ao ser desvelada as reais situações aos sujeitos promove o aumento das massas rurais em áreas de periferia. Para o autor o desenvolvimento é a universalização efetiva do conjunto de direitos humanos (econômicos, culturais,

sociais e ecológicos) considerando a distribuição das riquezas ao mesmo tempo em que conserva seu sistema ambiental para as futuras gerações também se beneficiarem.

Para Sachs (2008) o ecodesenvolvimento, é um conceito ético e social que leva em consideração as condições ecológicas com visibilidade econômica, pautado em um contrato social democrático com base nos atores sociais que envolve os diferentes setores público, privado e da sociedade civil organizada com fins a melhor utilização de recursos naturais. Ele afirma:

O que precisamos no presente e no futuro é um planejamento democrático, que permita associar quatro tipos de protagonistas: o Estado, a meu ver o estado desenvolvimentista; os empresários; os trabalhadores e a sociedade civil organizada. A partir desses quatro grupos de atores, nós temos que repensar o planejamento e lhe dar a sua forma moderna. Em paralelo, devemos tentar construir um Fundo Internacional de Desenvolvimento Includente e Sustentável. (SACHS, 2011, p. 169).

A preocupação dos espaços privados ou públicos dos igarapés para o lazer, devem trazer debates participativos e democráticos para se pensar o espaço sob a ótica da sustentabilidade. Assim, as mesmas premissas defendidas em Sachs (2008) devem prevalecer para os diálogos construídos sobre o lazer nos igarapés.

O autor apresenta elementos possíveis ao desenvolvimento socioecológico e econômico entre eles o acesso a terra, agricultura familiar sustentável, acesso ao conhecimento, produção do conhecimento, acesso ao crédito, organização do mercado e política proativa pública.

No âmbito do lazer quando refletido nos igarapés, poder-se-ia considerar que o acesso a terra e as formas de produção cultural no manejo de produtos, consolidaria os cuidados ambientais de modo a preservar e conservar as riquezas ambientais. Sem o assoreamento e contaminação das águas os igarapés podem promover os manuseios da pesca artesanal. O acesso ao conhecimento e usos de recursos tecnológicos trariam novas compreensões educativas sobre os impactos dos desmatamentos e os processos de erosão provocados de modo a estabelecer a manutenção das águas em seus cursos. A produção do conhecimento científico entre o lazer e o meio ambiente pode dinamizar as formas de uso dos recursos naturais como equipamentos possíveis considerando as relações culturais experienciadas de lazer nos igarapés. O acesso ao crédito comunitário a organização

de mercado e a política proativa dos governos públicos dariam novas providências de sustentabilidade local.

Defendemos que os espaços sociais de lazer e identidade cultural nos igarapés passam por enfrentamentos dos poderes públicos e dos discursos sociais da e na comunidade.

Bourdieu (1990) o espaço social é atravessado por hierarquias de posições sociais superiores e inferiores, são construídas e nos constroem, como campos de disputas.

O lugar no mundo possui vida e é determinante. Ele é um espaço vivido com experiências que se renovam e se reavaliam continuamente pelas heranças e indagações sobre a realidade vivida e a perspectiva daquilo que se quer viver. (SANTOS, 2001). Quanto mais diferentes são os que convivem num espaço limitado, mais ideias do mundo poderão ser levantadas, cotejadas e, desse modo, tanto mais rico será o debate silencioso ou ruidoso que entre as pessoas se estabelece.

As relações entre os espaços sociais de lazer em igarapés por se encontrarem em áreas rurais, não devem perder suas características em detrimento do desenvolvimento urbano.

As grandes cidades e as zonas rurais podem conviver muito bem. As cidades grandes precisam de zonas rurais próximas. E a zona rural – do ponto de vista das pessoas – precisam das grandes cidades, com todas as suas variadas oportunidades e sua produtividade, de modo que os seres humanos possam ter condições de prezar o restante do mundo natural em vez de amaldiçoá-lo. (JACOBS, 2014).

A autora considera que as cidades vivas têm a capacidade de se transformar para enfrentamento de dificuldades conseguindo compreender, comunicar, planejar e inventar. Desse modo, cidades vivas conseguem realizar adaptações para dar melhores condições aos sujeitos sociais.

Os igarapés enquanto espaço de lazer e cultura também pode ser transformado enfrentando as dificuldades aqui apresentadas nos discursos dos sujeitos e na observação do espaço, no entanto cabe aos sujeitos, apresentar alternativas planejadas e organizadas de modo participativo, considerando a dimensão ecológica existente no lugar.

Por fim, a última questão norteadora procurou dar visibilidade na forma compreendida que a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Turismo e Desportes elaboram seus discursos sobre os espaços de lazer nos igarapés.

De modo amplo, apesar de considerarem as necessidades de investimentos públicos para a melhoria das comunidades, o aspecto do lazer nos igarapés se concentra especificamente sobre as atividades de entretenimento.

Chemim (2009) analisa que o meio ambiente sustentável é um valor que deve estar acima de quaisquer propriedades econômicas e privadas, na promoção da qualidade de vida das pessoas e demais seres vivos podendo usufruir de um lazer mais natural, saudável e equilibrado.

Portanto, as experiências de lazer em espaços de igarapés devem superar a visão fragmentaria de lazer de aventura para fins somente econômicos, mas na condição de compreender-se como ecoturismo eticamente sustentável oferecendo águas liberadas de contaminações, com atividades contínuas que envolva a cultura comunitária diárias agregadas aos de visitas periódicas.

Após realizar as observações qualitativas dos espaços e das imagens paradas, bem como as análises dos discursos dos sujeitos coletivos, procuramos categorizar algumas palavras encontradas, como: espaço, lugar, lazer em igarapés, identidade cultural entre o urbano e o rural.

Na categoria espaço, nos valemos de Gehl (2013), que compreende que, na construção da cidade, também se manipula a qualidade de vida das pessoas. É assim que as pesquisas científicas contribuem com este debate, trazendo a compreensão do modo como os processos de construção da cidade influenciam a vida, pois pode-se debater e discutir o tipo de vida que as pessoas esperam ter. São as pessoas que precisam dizer como querem a cidade.

O autor afirma que as pessoas podem se adaptar, no entanto a construção da cidade precisa considerar a dimensão humana em primeiro lugar, ao invés de simplesmente erguer suas estruturas e deixar com que o ser humano se adapte àquilo que lhe é apresentado.

Esse modo de urbanizar a cidade tem provocado verdadeiras perdas nos locais em que a natureza é ativa. Destroem-se matas, derrubam-se árvores sem considerar o impacto ambiental e contaminam-se as redes hídricas em nome de um desenvolvimento econômico sem planejamento urbano que dialogue e integre a natureza, as pessoas e a urbanização.

Para Gehl (2013), a cidade deve ser feita para as pessoas. Na obra *Cidade para pessoas*, o autor trata da urbanização a partir da dimensão humana, daí ser uma obra que protesta contra o paradigma dominante no planejamento urbano, pois a lógica modernista provoca a fragmentação e colabora com as estruturas fixas de segregação dos espaços e do ser humano.

O urbanismo moderno, nesse sentido, é radicalizado nas técnicas, sem considerar a leitura subjetiva do próprio sujeito. Gehl (2006, p. 86) alerta que *“La desintegración de los espacios públicos vivos y la gradual transformación de las calles em uma zona sin interés alguno para nadie es um fator importante que contribuye el vandalismo y la delincuencia em la ciudad”*.

A preocupação de construir a cidade em municípios pouco urbanizados necessita de reflexões, pois nestas localidades ainda há possibilidades para consecução de um planejamento sustentável. A releitura sobre os espaços e equipamentos envolve aspectos que ligam as ruas ao ambiente da natureza, muito embora os equipamentos possam causar impactos, em razão das relações de sociabilidade dos sujeitos.

O diálogo entre os diferentes setores que planejam a cidade precisa ser mais frequente para que os espaços possuam vida.

Segundo Certeau (1998), existem códigos fixos que promovem as modificações dos espaços. O autor estabelece diferenças entre lugar e espaço, sendo o primeiro compreendido como aquele que possui uma configuração instantânea de posições e certa estabilidade.

Os lugares são instituídos não somente por códigos, mas também por condutas de comportamento e controle. O espaço, para Certeau (1998, pg. 202), “[...] é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres”.

Na compreensão de Certeau (1998), o espaço é transformado pelos sujeitos sociais, que dão sentido e significado ao lugar. Pois o espaço é vívido, fluido e colabora para a construção identitária da comunidade.

Corroborando com a ideia de espaço Milton Santos (1995) compreende que o ‘espaço é um conjunto indissociável de objetos em sistema e de ações de sistemas’. Nesta relação, portanto, o espaço é mais do que as formas materializadas. Nesse sentido o espaço não pode ser resumido em uma categoria técnica, mas o seu sentido é de processos das formas sociais. O espaço é

transformado pela totalidade daquilo que é vivido no presente/hoje/atual a todo instante. Ele é ação e não se encontra cristalizado no tempo histórico.

Pensar, portanto, nos espaços de igarapés em Santa Izabel do Pará é consolidar reflexões sobre os diálogos presentes na vida identitária da comunidade. Os processos vivenciados nos igarapés transformam a paisagem do lugar de acordo com a visão cultural ou econômica e depende das interrelações sociais dos sujeitos.

A reflexividade sobre as ações individuais ou coletivas promove mudanças na sociedade, na cultura e, portanto, no espaço. É consolidada na relação intra e intersubjetiva do ser humano, constituindo-o como sujeitos dos saberes refletidos em sua linguagem simbólica e no tempo histórico.

Os entrelaçamentos dos conhecimentos produzidos nos espaços onde ocorre o lazer são em sua amplitude interdisciplinar, ou seja, a área de lazer possui um encontro de métodos que permitem compreender as relações contextuais onde ocorrem. Para a pesquisa o lazer em igarapés traz diferentes possibilidades de discussões críticas. É para além das vivências das práticas identificadas, e dialoga na rede entre o espaço, lazer e a identidade cultural.

Os conhecimentos empiricamente produzidos pelos sujeitos sociais concebem o lazer por meio de diferentes ângulos, que são reproduzidos em suas falas. A identificação de categorias surge durante o discurso, mas nos permitem aproximações teóricas para o diálogo reflexivo.

Gomes & Pinto (2009, p. 80) afirmam que

[...] não podemos “enquadrar” a identidade do lazer no Brasil em critérios rígidos. Devemos entendê-la como parte de um processo amplo de constituição de sujeitos e grupos, considerando que marcam a vida de cada um [...]. Isso nos leva a enfatizar a noção de *identidades*, no plural, para explicitar a diversidade de modos de pensar, ser, fazer e conviver no tempo/espaço/oportunidade de livre escolha dos sujeitos, que chamamos de lazer. (grifo no original).

A valorização do lazer, no que tange à sua interpretação e à busca identitária, é rica em proposições, de acordo com a cultura e o agrupamento social. Daí afirmarmos que o fenômeno lazer não está referendado somente pela visão social, mas também, pela agregação de outros elementos que constituirão este emaranhado sistema.

A definição do lazer enfatiza, dependendo do que se busca, o ponto de vista econômico, filosófico, político, cultural, psicológico, histórico, entre muitos outros saberes transversais.

O lazer nos igarapés se consolida em formas diferentes, seja de caráter lúdico, festivo, ambiental etc. No igarapé o próprio banho pode se apresentar na dimensão do lazer.

Gomes e Elizalde (2012, 2014) compreendem as relações existentes entre o lazer e a dimensão cultural a partir das práticas vivenciadas, que são modificadas em virtude dos contextos históricos, sociais, culturais, entre outros. Com base em Rechia (2015), refletiremos sobre o espaço enquanto construtor de identidades e valores.

A categoria identidade cultural é construída, com base na teoria de Stuart Hall (1998), para o autor as identidades que estabilizaram o mundo social anteriormente estão em declínio, favorecendo o surgimento de novas identidades.

O indivíduo que antes era unificado, hoje apresenta-se fragmentado. A identidade cultural, portanto, surge dos processos de pertencimento a relações étnicas, linguísticas, religiosas e nacionais.

Hall (1998) esclarece que o próprio conceito de identidade é complexo para a sociedade contemporânea; em vista disso, existe uma cisão na comunidade sociológica sobre este assunto. Essa perda de centralidade por parte do indivíduo e a fragmentação das paisagens culturais provocam aquilo que o autor chama de deslocamento ou descentralização do sujeito.

Esclarece ainda que a identidade está localizada na interseção entre o 'interior' e o 'exterior', projetando parte de nós na rede simbólica cultural existente e, ao mesmo tempo, alinhando-nos ao mundo social objetivamente a partir da identidade cultural.

Hall (1998) ainda justifica a existência do sujeito pós-moderno partindo da inexistência de uma identidade fixa. Ela passa a ser considerada como em processo permanente e continuamente relacionada aos sistemas culturais existentes.

Na interação entre o 'eu' e a 'sociedade', existe o sujeito sociológico mediado por sentidos, valores e simbolismos existentes na cultura.

6 CONCLUSÕES

Durante o desafio de escrever sobre os espaços sociais de lazer e a identidade cultural nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará não nos preocupamos somente em descrever o espaço, mas também em compreender como poderíamos percebê-lo a partir dos discursos subjetivos que emanam dos sujeitos dentro das comunidades.

Confirmamos a hipótese inicial, na qual o lazer ocorrido em espaços de igarapés, enquanto fenômeno, contribui para as representações e os saberes ambientais próprios de cada comunidade. Foi possível compreender, nos discursos dos sujeitos coletivos, a representação social, articulada com as formas e práticas de lazer nos igarapés do município, assim como as transformações identitárias culturais.

Ponderamos, em algumas reflexões finais sobre o presente estudo, a possibilidade de trazer como contribuição para as políticas públicas do município as análises críticas dos discursos verbalizados dentro das comunidades, que apontam suas reais necessidades, a serem discutidas na relação entre os espaços de lazer nos igarapés.

O lazer ultrapassa a visão simplificada, na qual os igarapés servem somente ao banho, sendo ampliado através das experiências trazidas pelas vivências dos sujeitos sociais. Existe uma rede de experiências de lazer que fortalece a dimensão da identidade cultural.

Os debates trazidos servem de aporte para novas discussões, sobre outros municípios e suas secretarias. Daí a importância de as universidades públicas servirem como base para a rede de conhecimento científico e estarem próximas aos debates participativos construídos entre os sujeitos e os setores governamentais que gerenciam os processos de implantação de políticas de lazer e pensam a cidade nas áreas urbanas e rurais.

Nos processos advindos do mecanismo de construção do Plano Diretor, existem fragmentos que nos fazem compreender a urgência de ampliar as discussões e instituir o planejamento participativo, por meio de ciclos de debates sobre o lazer nos igarapés das comunidades pesquisadas e em outras não atingidas pela pesquisa.

Como não existem outros estudos com os quais pudéssemos realizar uma comparação, valemo-nos deste trabalho para trazer uma lógica de ecossustentabilidade que articule possíveis debates nas escolas, visando à formação continuada de profissionais para discutir o lazer na SECULT e em outras áreas, a fim de promover a intersetorialidade nas discussões sobre o tema e construir políticas públicas de lazer para o município de Santa Izabel do Pará sob outra ótica.

É interessante compreender que, nos discursos dos sujeitos coletivos, foi possível identificar focos de resistências dentro das comunidades quanto às formas pelas quais as políticas públicas e seus órgãos governamentais se estabelecem, dentre as quais destacamos: a ausência de discussões participativas e o planejamento unilateral sobre os espaços de igarapés, o que põe em confronto as relações de identidade cultural e a visão de investimento turístico trazido pelo Poder Executivo.

A ausência de alinhamento nos processos dialogados entre o poder público e a própria comunidade traz uma série de conflitos, pois os impactos gerados pelo desenvolvimento em comunidades rurais ultrapassam a instalação de novas estruturas e vias públicas, atingindo as matizes culturais e naturais que fazem a própria história dos sujeitos e da comunidade.

O melhor exemplo que podemos trazer é o fato de o *marketing* utilizado para atrair os visitantes para a 'Rota das Águas' na 'Cidade dos igarapés' não abordar a cultura local, mas sim a visão de desenvolvimento do poder público, com vista ao crescimento econômico.

Essa menção à 'cidade dos igarapés' deve estar fundamentada nos discursos dos sujeitos, no entanto ocorre que muitos dos participantes nem sabiam da existência deste título e, ao saberem, questionaram, a partir de inúmeros fatores, a negligência do poder público para com a permanência e a manutenção dos próprios igarapés.

A Organização Mundial de Turismo compreende as diversas formas de turismo como um fenômeno sociocultural e econômico que movimenta as pessoas para fora de seu domicílio em busca de prazer e, porque não dizer, de lazer. No que diz respeito aos igarapés, o uso diário pelos sujeitos sociais dentro da própria comunidade não condiz o conceito defendido. Ao contrário, estabelece processos profundos entre as pessoas, os igarapés, as relações de lazer e outras formas

socioculturais e econômicas existentes. Portanto, o projeto 'Rota das Águas' é unilateralmente defendido pelo Poder Executivo do município e diz respeito à sua compreensão particular sobre o turismo.

Essa relação unilateral de debate pode ser fruto da ausência de discussões profundas e atualizadas sobre dois fenômenos sociais interdisciplinares como o lazer e o turismo. Para que possamos ter a esperança de diálogos contínuos no futuro, faz-se necessária a formação de profissionais em lazer que tenham o olhar atento às dimensões macro e micro da cidade e de seus espaços de igarapés.

Buscamos também responder à questão central do problema: quais os sentidos do lazer nos espaços e equipamentos de igarapés que os tornam lugares de identificação cultural para as pessoas que vivem em seu entorno ou afastadas deles?

O espaço social designado na pesquisa tem por premissa que, nas proximidades dos igarapés, existem comunidades que produzem pensamentos e saberes possíveis de serem interpretados, as quais, através da identificação cultural com o lugar, transformam os espaços pela mediação entre o ser humano e a natureza, mas também sofrem modificações pelas estruturas sociais existentes.

O sujeito, portanto, é ao mesmo tempo autor e coautor das transformações dos espaços sociais. É no espaço social que ocorrem também os processos de interações dos sujeitos, portanto ele mesmo é agente de transformação e se transforma.

A pesquisa nos permite apresentar algumas considerações sobre como os sentidos do lazer dialogam com as estruturas e os equipamentos nos igarapés, consolidando significados para a comunidade a partir de sua identidade cultural.

Observamos que os sentidos dos sujeitos moradores e de visitantes são distintos. Pois se, para os primeiros, os sentidos são fortalecidos pela identidade cultural do lugar, para os segundo são aportados em uma cultura de massa, de entretenimento, diversão e fuga da cidade.

Foi possível analisar nos discursos dos sujeitos coletivos as intersubjetividades nas dimensões do lazer a partir da apropriação do saber ambiental de suas experiências culturais, dialogadas e construídas pelos habitantes para a consolidação da marca identitária do município.

Como observamos nos dados alcançados pela observação direta, pelo registro imagético e pelos discursos, os sujeitos percebem o lazer em diferentes

dimensões, mas, ao mesmo tempo, dialogam com as relações sociais e culturais que ocorrem nos igarapés, incluindo as relações de desenvolvimento urbano, que causam possíveis perdas ao ambiente natural. Além disso, reconhecem algumas perdas, de ordem cultural, de saberes anteriormente vigentes em suas experiências diárias.

Existe a análise da marca identitária, incluindo a compreensão de que houve perdas de igarapés pelo índice de contaminação e pelo assoreamento causado pelo desenvolvimento urbano. A marca identitária é reconhecida pelos sujeitos, mas não foi construída culturalmente, não surgiu do povo, mas do fato de a gestão municipal investir no âmbito do lazer enquanto turismo.

Trazemos algumas reflexões sobre os aspectos específicos observados.

A primeira reflexão nos remete às interpretações contidas nos discursos dos sujeitos coletivos sobre o lazer nos igarapés em Santa Izabel do Pará. Sob o olhar humanista, é possível identificar que o lazer é vivenciado sob dois aspectos: o lazer livre, portanto subjetivo, e o lazer intencional. Os sujeitos compreendem o lazer sobre múltiplas dimensões:

A dimensão lúdica está concretizada nas formas de diversão, como o jogo, o brincar, o banho, os esportes na natureza e as atividades de entretenimento. O lazer no igarapé possui uma essência lúdica para os sujeitos, que se deslocam em diferentes momentos durante o dia para usufruírem prazerosamente do tempo destinado à construção de experiências neste espaço social.

As relações do jogo e das brincadeiras ocorrem em uma forma híbrida do corpo em ambiente natural. A floresta e as águas fazem parte do jogo construído criativamente pelos utentes. As árvores, os cipós, as raízes, os tocos, a margem da floresta e as águas são utilizados como suportes do brincar. É interessante ressaltar que o brincar não possui as fronteiras da idade.

A dimensão criativa do lazer faz parte da vivência cultural; ela surge nos igarapés fortalecendo as relações imaginárias e as memórias que são reproduzidas pelas formas de utilização dos igarapés.

As relações do imaginário agregam os mitos, as lendas e as histórias de assombração que pairam sobre as águas dos igarapés amazônicos. Mas também estão alicerçadas das relações da mata e da floresta.

As memórias são enriquecidas pelos processos históricos dos sujeitos da comunidade, que versam sobre como seu uso trazia benefícios ao sustento familiar

e, ao mesmo tempo, promovia o respeito pelas entidades mitológicas que habitam o lugar. Parte desses mitos, como a Mãe d'água, a Cobra Grande e o Curupira, faz parte das lendas amazônicas indígenas, que encerram uma visão cosmogônica sobre os elementos da natureza.

Na dimensão ambiental-ecológica, observada nas relações do igarapé, o lazer demonstra uma profunda preocupação com a conservação do lugar. Nos discursos, houve denúncias e enfrentamentos das perdas de alguns igarapés no município, de acordo com o desenvolvimento urbano. E, existem os impactos causados nas águas pelas formas com que as terras vêm sendo vendidas, pois seus proprietários desmatam o terreno e constroem pequenas represas, que influenciam negativamente os igarapés.

A consciência sobre o lazer ambiental-ecológico dialoga diretamente com os impactos causados pela contaminação das águas, pelo assoreamento e pela perda das correntes, que fazem com que os igarapés sequem. Isso traz a reflexão sobre as possibilidades de perdas futuras, caso não sejam tomadas providências pelos órgãos fiscalizadores. Nos discursos dos sujeitos coletivos, todo o lazer nos igarapés precisa ser pensado em perfeito diálogo com a proteção ambiental.

Na dimensão festiva do lazer, existem festas tradicionais e religiosas que envolvem os igarapés, tanto no que diz respeito ao seu uso quanto no que diz respeito ao percurso das procissões sobre as águas, dando suporte à festividade para o seu uso na dimensão lúdica.

A cidade eminentemente possui festividades católicas, que fazem parte de sua história desde o povoamento. A de maior relevância é o Círio de Caraparú, em honra à N. Sra. da Conceição, padroeira da comunidade, que possui a procissão nas águas até a chegada na igreja da vila.

Neste existem canoas que levam os fogos, outras com marinheiros outra com a imagem e outras com os promesseiros. Além, deste círio, existe o da comunidade de Conceição do Itá e de São Francisco do Itá, onde as festividades além de envolver a procissão possui o arraial onde se comemora os santos padroeiros, e os banhos nos igarapés ocorrem durante a festividade.

Outras, são de natureza tradicional, como a ocorrida em Espírito Santo do Itá com a Festividade da Mandioca, nesta o igarapé também é utilizado como apoio para os banhos e visitas, já que a festividade trata dos processos culturais do uso da mandioca.

O lazer na dimensão solidária possui uma relação altruísta no cuidado que a comunidade possui com os igarapés. Assim, existe todo um trabalho coletivo de manutenção e limpeza dos igarapés, para que a permanência destes continuem beneficiando as experiências diárias do lazer.

O conhecimento do lazer nos igarapés passa por uma rede de relações de sentidos que envolve culturalmente os sujeitos e a comunidade, de modo a construírem os espaços ambientais e cultural do local.

A segunda reflexão trazida procurou analisar as falas verbalizadas que constroem a identidade cultural e os saberes ambientais pelos sujeitos, e de fato, pode-se perceber a existência de um discurso de fortalecimento cultural que envolve a identidade nas comunidades visitadas. Existe uma relação de pertencimento refletida nos discursos e a preocupação dos impactos que ocorrem diariamente na vida em coletividade.

Em algumas falas verbalizadas, há consciência de perdas ocorridas nas relações culturais dos moradores em detrimento das formas com que os espaços de lazer em igarapés foram se modificando. A influência da lógica do capital promoveu mudanças nas rotinas, de alguns igarapés projetados para serem aportes turísticos.

A comunidade da Vila de Caraparú, já aponta algumas problematizações, não somente pela preocupação ambiental, visto o rio estar com sinais de poluição, mas também pelo aspecto funcional das canoas, que antes serviam para pescaria, e atualmente também são utilizadas para aluguel em alguns momentos. De acordo com a procura e período de festividade, os valores do aluguel alcançam patamares acima daquilo que se tinha anteriormente. Passa a ser sinônimo de negociações, algo que se tinham como formas de acolhimento na comunidade.

No discurso, isso também tem influenciado a pouca procura de canoas para acompanhar a procissão, pelo alto valor cobrado. Então há um impacto nas formas das relações em que a procissão ocorria e como atualmente ocorre. Outras relações trazidas para a identidade cultural, são as perdas das naturezas de manuseio das terras nas áreas rurais. As pessoas pela procura turística mudam suas formas culturais de construção artesanal dos elementos para o alimento.

As alterações do espaço, provocam mudanças na identidade cultural do lugar. Exemplo disso está no discurso sobre a venda das terras onde se plantava a mandioca para a produção da farinha e da mandioca, onde existia todo um processo de confecção que vai da plantação a elaboração dos produtos. E, com as mudanças,

os mesmos que fabricavam agora compram os produtos e são aos seus dizeres “caçoados” por isso.

A atuação de trabalho rural muda para o comercial. Do mesmo modo ocorrem com os pescadores artesanais, que tiravam os peixes dos igarapés, mas com as mudanças no espaço, os peixes já não dão em quantidade suficiente nos igarapés e acabam por alugar suas canoas para outros fins, como o passeio na forma de lazer para visitantes.

A comunidade percebe as mudanças na identidade cultural do lugar de acordo com as modificações do espaço, e por isso, fazem o enfrentamento para que as mudanças não ocorram sem a participação da comunidade nas discussões.

A terceira reflexão está aportada na descrição dos igarapés em seus espaços e equipamentos na ajuda da construção da marca identitária. Podemos argumentar que o processo de descrição envolveu alguns igarapés dentro das comunidades no município de Santa Izabel do Pará. E, nestes foi possível identificar os igarapés públicos, igarapés de uso particular para fins mercadológicos, igarapés particulares para fins familiares.

Quanto ao número de igarapés existentes no município, a pesquisa se mostrou limitada ao levantamento geral, pois existem muitos igarapés que necessitam ser registrados. Não conseguimos identificar o mapeamento hídrico de Santa Izabel, mas pelos percursos realizados é compreensível a defesa do município como cidade dos igarapés.

A pesquisa também torna a conhecer a existência de outros municípios que defendem a mesma marca identitária de “Cidade dos Igarapés”, no entanto somente o município de Magalhães Barata o reconhece na forma de lei municipal.

As transformações econômicas e socioculturais têm promovido transformações nos espaços sociais de lazer em igarapés, assim o espaço público de igarapé possui diferentes formas de agregações, aquelas onde o poder público organiza e aquela que a comunidade organiza.

No primeiro, parte-se da ideia de investimento público para áreas de lazer, cuja lógica se apresenta sob o desenvolvimento urbano adentrado ao rural. No segundo, a comunidade realiza as modificações respeitando as relações ambientais mantendo o fortalecimento cultural onde se localiza o igarapé. Existe um terceiro tipo, onde os igarapés não estão concentrados em comunidades e não possuem

investimentos públicos, são os de beira de estrada, cuja utilização se dá em momentos de passagem. Esses igarapés são utilizados mais para o banho.

Os igarapés particulares com fins mercadológicos, possuem uma organização de investimentos para seu uso e com diferentes equipamentos de suporte para o lazer. Existem aqueles que possuem ingressos para se utilizar, e outros que são abertos, mas cujo consumo é do proprietário.

Os igarapés particulares com fins familiares são os de uso exclusivo para o lazer em família, cujas águas estão dentro de terrenos limitados.

A quarta reflexão trazida é sobre a relação entre o discurso existente pelo órgão municipal da SECULTD frente a garantia do direito social ao lazer nos espaços de igarapés. Aqui tratamos das novas configurações e realidades trazidas através do investimento público projetadas no plano diretor das melhorias para o investimento em turismo e lazer.

A comunidade de Caraparú por possuir uma maior extensão das águas e de espaço foi a comunidade escolhida para dar suporte ao lazer com fins ao turismo local.

As atividades que envolvem o igarapé são consolidadas através do Festival de Verão, onde são organizadas diferentes atrações de campeonatos, jogos, competições, que tem duração de um mês já que ocorrem no período de férias escolares. Foi possível perceber algumas parcerias ocorridas com a comunidade de Conceição do Itá, mas na maioria dos igarapés, não observamos a atuação efetiva da prefeitura para melhoria dos igarapés do município de Santa Izabel.

Podemos afirmar que as discussões envolvendo os espaços sociais de lazer em igarapés, podem produzir profundas mudanças se considerar-se a importância de mudarmos a lógica racional capitalista, para outra que permita as comunidades participarem atualmente nas transformações dos espaços. Também podem contribuir para a consolidação na construção da cidade como referência de sustentabilidade, visto que o município possui, concentração de áreas verdes possíveis de serem conservadas e utilizadas sob uma nova matriz econômica.

Uma mudança paradigmática como essa necessita de aportes de conhecimentos científicos com o apoio de instituições universitárias.

Iniciamos através da pesquisa, um diálogo entre os sujeitos e os espaços sociais de lazer em igarapés, mas que não se reduzem somente a estes aspectos. E

podem assumir outras dimensões educativas para o lazer sustentável em espaços com natureza.

Novas leituras das realidades apresentadas são necessárias para que sejam superados os conflitos e enfrentados novas posições ideológicas a favor do desenvolvimento ecologicamente possível. Há de se considerar as sensibilidades históricas, sociais, econômicas e culturais para a promoção de um processo educativo sobre os espaços de lazer em igarapés e fortalecimento da identidade do lugar.

A sociedade atual precisa aprender a tratar o debate em uma construção a favor da coletividade, e para isso, não pode se fechar em nichos de conhecimentos, mas partir de uma intersectorialidade com suas diferentes dimensões a serem construídas criticamente. Portanto, o lazer possui potencialidades para discussões das representações sociais construídas para além da análise de espaços, mas abstrair dos discursos coletivos saberes enriquecidos pelas experiências dos sujeitos que promovam as transformações.

Considerando as análises entre a observação, a imagem e o discurso, este último se apresenta dentro de um contexto maior, pois reflete a representação das realidades nos processos históricos, sociais e culturais. O discurso contém saberes construídos repassados e transformados entre os sujeitos em relação aos espaços vivenciados.

A relação entre a observação, a imagem e o discurso possuem potencial, para que as realidades dos espaços sociais de lazer e a identidade cultural em igarapés sejam transformados a luz de uma emancipação humana. Mas, pondera-se que entre a realidade posta e as possibilidades de transformações existe o tempo necessário para as mudanças de paradigmas. Assim, a expectativa de transformações antevê aquilo que pode ser transformado no futuro.

Para muitos, pode ser loucura compreender como pode ser mudado a lógica racional capitalista. Mas se você vê de dentro da comunidade, tudo faz sentido, mas do que aqueles que veem de fora. Porque o saber se produz a partir das relações de pertencimento do lugar.

É compreensivo que a gestão pública não possuía a compreensão de estudos sobre a construção de equipamentos em espaços de lazer em igarapés, mas deve considerar que para que o faço tenha maior aporte em estudos que

análise não somente suas estruturas, mas aquilo que faz sentido as comunidades rurais e sua percepção do lugar.

A preocupação com a área ambiental e os processos que envolvem a ecologia do município devem ser colocados como prioritários, para isso as aproximações com instituições científicas são importantes, para o fomento e debates promotores de conhecimento ambiental.

A ausência de profissionais de lazer nas esferas da gestão pública mostra a vulnerabilidade sobre debater a expansão do lazer nos igarapés, entre outros espaços sociais. Cremos na possibilidade de aproximações através das universidades estaduais e federais que poderiam dar suporte ao desenvolvimento do lazer para o município.

Por fim, a pesquisa sobre o lazer nos igarapés, nos permitiu compreender que os espaços sociais, são espaços vividos, significados pelos sujeitos. Lá os sujeitos se constroem e se transformam individualmente e coletivamente. São espaços de lutas e resistências em prol do fortalecimento da identidade cultural forjada na história, saberes e conhecimentos diariamente construídos. É nas águas dos igarapés onde o tempo de lazer deveria ser computado como momentos vividos e não como minutos registrados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. Estrada do Caraparu é reconstruída em Santa Izabel do Pará. **Agência Pará**, Belém, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2QLR1GR>. Acesso em: 20 set. 2020.
- ALMEIDA, C. M. R. **As águas e a cidade de Belém do Pará**: história, natureza e cultura material no século XIX. 2010. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALVES, F. B. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano**: proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- ALVES, F. D. Impacto e conservação: prós e contras da prática esportiva em unidades de conservação. *In*: DIAS, C. A. G.; ALVES JÚNIOR, E. de D. (org.). **Em busca de aventura**: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói: EdUFF, 2009.
- ARAGUAIA, M. Preservação e Conservação ambiental. **Mundo Educação**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3jBW3C4>. Acesso em: 19 set. 2018.
- ARAÚJO, G. C. C de; REIS JUNIOR, D. F. C. As representações simbólicas: a pulsão imagnética e sígnica na produção dos sentidos no espaço. **Observatorium**: Revista Eletrônica de Geografia, [S. l.], v. 3, n. 9, p. 93-106, abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3hKJYYX>. Acesso em: 19 set. 2018
- ARAÚJO. C. **História de Santa Izabel do Pará**. Castanhal: Gazeta do Interior, 1981.
- ARAÚJO. H. C. S. **A Prophylaxia Rural no Estado do Pará**. Belém: Typographia da Livraria Gillet, 1922. v. 1. Disponível em: <https://fcp.pa.gov.br/obrasraras>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Typographia de Santos & Menor, 1839. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso em: 9 fev. 2021.
- BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará**. Belém; NAEA, 2014.
- BAPTISTA, M. M. Ócio, Temporalidade e Existência: uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggerianas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 173-182, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rlec.31>. Acesso em: 03 fev. 2021.
- BARATA, M. **Lei Municipal n.º 08 de 21 de dezembro de 2020**. Reconhece o município como cidade dos igarapés do nordeste paraense. Disponível em: <https://magalhaesbarata.pa.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BARBOSA, A. L. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. [S. l.: s. n.], 1951. Disponível em: <http://www.etnolingustica.com>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2009. (Coleção Espírito Crítico).

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. Palestra conferida na Universidade de San Diego, 1986. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 149-168.

BRAGA, T. J. S. **Noções de Chorographia do Estado do Pará**. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919.

BRASIL. (Constituição [1988]). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, 5 out. 1988. Disponível em: <https://planalto.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 14738, 20 jul. 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 7 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://planalto.gov.br>. Acesso em 14 fev. 2021.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, v. 20).

BRUNHS, H. T. Lazer e meio Ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. **Revista Brasileira de Ciências do esporte**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 86-91, 1997.

BRUNHS, H. T. Ecoturismo e ambientalismo: explorando relações. **Revista Turismo em análise**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 191-205, nov. 2005.

CABEZA, M. C.; AMIGO, M. C. O encontro entre o ócio e a cultura: reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 4-27, 2013.

CABEZA, M. C. **Ocio humanista**: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Documentos de estúdios de Ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

CÁRDENAS, R. N.; FREIRE, I. A.; PUMARIEGA, Y. N.; TORRES, C. D. P. Análise dos espaços públicos de esporte e lazer. **Revista do Programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hdbsXP>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARDOZO, J. M. C. Poder e hegemonia na construção do conhecimento do lazer. *In*: ISAYAMA, H; OLIVEIRA, M. A. T. **Produção de conhecimento em estudos do lazer**: paradoxos, limites e possibilidades. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, N. C. **Entre o rio e a floresta**: um estudo do imaginário e da ludicidade de crianças ribeirinhas. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHEMIM, B. F. **Constituição & Lazer**: uma perspectiva do tempo livre na vida do (trabalhador) brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, E. M. da. **As práticas lúdicas na Comunidade Indígena Tabalascada em Roraima**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônica) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

COSTA, J. S.; OLIVEIRA, A. L. N.; SANTOS, M. N. T. Preservação e Conservação Ambiental: significando a proteção do meio ambiente. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S. l.], v. 4, edição especial, nov., 2018. Disponível em: claec.org/relacult. Acesso em: 20 mar. 2020.

COSTA, V. M. O imaginário da aventura. In: DIAS, C. A. G.; ALVES JÚNIOR, E. de D. (org.). **Em busca de aventura**: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói: EdUFF, 2009.

COSTA NETO, P. L. O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém, Pará, Universidade Federal do Pará, 1973a. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, v. 1).

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém, Pará, Universidade Federal do Pará, 1973b. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo, v. 2).

CRUZ, E. **A Estrada de Ferro de Bragança**: visão social, econômica e política. Belém: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1955. Disponível em: <https://fcp.pa.gov.br/obrasraras>. Acesso em: 11 fev. 2021.

CRUZ, N. M., BARBOSA, C., CARVALHO, P. F. **Metodologia para avaliação e planejamento de espaços de lazer em cidades médias**: o caso de Rio Claro – SP. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2UobTFG>. Acesso em: 20 out. 2020.

DEBORTOLI, J. A. O. Brincadeira. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DIAS, C. Mercantilização do Lazer no Brasil. **LICERE** - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 364-403, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1822>. Acesso em: 26 fev. 2021.

DIAS, C. A. G. Para uma história do lazer na natureza. In: DIAS, C. A. G.; ALVES JÚNIOR, E. de D. (org.). **Em busca de aventura**: múltiplos olhares sobre esporte, lazer e natureza. Niterói: EdUFF, 2009.

ESCOBAR. H. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. *Jornal da USP*, São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <http://jornal.usp.br>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FAGUNDES, T. **Enseada de cabeçudas**: a formação do sócio-espacial do balneário. 2014. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014).

FERNANDES, A. C. T. D. **Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade do Porto, Porto, 2012).

FERREIRA, E. R. **As mulheres na cabanagem**: presença feminina no Pará Insurreto. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2003. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/36e6BPK>. Acesso em: 4 mar. 2021.

FERREIRA, M. Sustentabilidade e planejamento urbano e regional. **Ciência ET Praxis**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 7-12, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3dFtZtT>. Acesso em: 26 maio 2021.

FERREIRA, N. **História do Município de Santa Izabel do Pará**. Belém: Falangola, 1984.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, [S. l.], v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2UXHVJ3>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Revista Distúrb Comun**, São Paulo, 25, n. 1, p. 129-136, abr. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3qH3fyl>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FRANÇA, J. P. Espaços públicos de lazer e cidade desdobramentos em Belém-PA, o caso orla Portal da Amazônia. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2017.

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano**: la vida social entre los edificios. Editorial Reverté. Estudios Universitários de Arquitectura, 2006. Disponível em: <https://leerlaciudadblog.files.wordpress.com/2016/05/gehl-la-humanizacion-del-espacio-urbano.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GIDDENS, A. & SUTTON, P.W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2ª ed. Tradução por Claudia Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, jan./abr. 2014.

GOMES, C. L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. *Revista Licere*. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set./2011. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. Horizontes latinoamericano do lazer = Horizontes latino-americano del ocio. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

GOMES, C. L.; DEBORTOLI, J. A. O; SILVA, L. P. da (Org.). **Lazer, práticas sociais e mediação cultural** – Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

GOMES, C. L; PINTO, L. O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. *In*: GOMES, C.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (org.). **Lazer na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 67-122.

GOMES, C. L.; BAHIA, M. C.; ELIZALDE, R.; LACERDA; L. L. L. de; SILVA, R. L. P. Lazer e sustentabilidade e meio ambiente na américa Latina: problematizações e desafios. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo horizonte, v. 1, n. 3, p. 84-105, set./dez. 2014 Disponível em: <https://bit.ly/3wdAdYi>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GRANDO, B. S.; XAVANTE, S. I.; CAMPOS, N. S. **Jogos, Brincadeiras Indígenas: a memória lúdica de adultos e idosos de dezoito grupo étnicos**. [S. l.: s. n.], 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3hbC63i>. Acesso em: 14 fev. 2021.

GREGÓRIO, A. M. da S.; MENDES, A. C. Characterization of sedimentary deposits at the confluence of two tributaries of the Pará River Estuary. **Continental Shelf**, [S. l.], Research, n. 29, p. 609-618, 2009.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 12. edição. Campinas: Papyrus, 1990.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, p. 68-75, 1996.

HALL, S. Quem precisa de Identidade? *In*: SILVA, T. T. da; HALL, S; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopez de Araújo. 12 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2015.

HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los Orígenes del cambio cultural**. Argentina: Amorrortu editores, 1998.

HARVEY, D. O direito a cidade. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 29, 73-89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br>. Acesso em: 18 mar. 2021.

HARVEY, D. **A liberdade da cidade**. *In*: VAINER, Carlos. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

HIBBINS, Raymond. Research on the graduate student in leisure studies/management. *In*: ISAYAMA, H. F; MELO, V. A. (org.) **Pesquisa em pós-graduação em estudos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

HUFFNER, J. G. P. **Inventário da oferta turística de Santa Izabel do Pará**. Belem: Setur, 2014.

IGARAPÉS paraenses são riqueza para lazer da população e para o turismo regional. **Notícias Pará**, Belem, 1º nov. 2017. Disponível em: diarioonline.com.br. Acesso em: 22 fev. 2021.

IGLESIAS, F.; ALFINITO, S. A abordagem multi-metodológica em comportamento do consumidor: dois programas de pesquisa na oferta de serviços. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 139-165, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scieloacessos>. Acesso em: 13 jan. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de pesquisa caracterização e quadros de análise comparativa da Governança Metropolitana no Brasil**: arranjos institucionais de gestão metropolitana (componente 1). Região Metropolitana de Belém. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Izabel do Pará**. Cidades. Estimativa populacional. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3AgkRFA>. Acesso em: 05 jan. 2021.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. (Coleção cidades).

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é Imaginário?** São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

LEFF, E. **Saber ambiental**. 11. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Revista Educação & Realidade**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 17-24 set./dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3yc394e>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 23, p. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce>. Acesso em: 5 jan. 2021.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LOBO, C. S. S. Lavadeiras da Amazônia. **Olhares**, [S. l.], 7 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wh9PN4>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LOBO, C. S. S. **Caraparú e seus encantos**. Belém: Edição Independente, 2019.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

- LÜDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013.
- LUNARDI, A. A proteção jurídica do tempo de lazer. *In*: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2015. (Coleção educação física e esportes).
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MAGNANI, J. G. C. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. *In*: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (org.). **O direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2015. (Coleção educação física e esportes).
- MALATO, E. J. F. R.; RIBEIRO JR., E. J. F.; COSTA, V. L. M.; TUBINO, M. J. G. Com quantos paus se faz uma canoa tradicional ribeirinha? **Revista Digital**, Buenos Aires, año 14, n. 141, feb. 2010. Disponível em: [https://: www.efesportes.com](https://www.efesportes.com). Acesso em: 3 mar. 2021.
- MARCASSA, L. Ócio. *In*: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços da cidade. *In*: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily Assbú (org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.
- MARIN, R. E. A. Práticas sociais de lazer nas cidades amazônicas: pesquisas como requisito de políticas públicas. *In*: BAHIA, M. C. (org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA, 2018.
- MARINHO, A. Conexões entre lazer, esporte e natureza. *In*: PEREIRA, D. W *et al.* **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**. V Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura, São Bernardo do Campo. São Paulo: Lexia, 2011.
- MASCARENHAS, F. O Estado brasileiro e os direitos sociais: o lazer. *In*: HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G.; GARCIA, C. C. (org.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. I Seminário de Políticas Públicas Sociais de educação Física, Esporte e Lazer. Santo André: Alpharrabio, 2008.
- MASSUKADO-NAKATANI, M. S. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo: Amostragem**. 2009. Disponível em: <http://www.turismo.ufpr.br.Amostragem.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- MATTOS, D. L. Impressões de viagem à Zona Bragantina. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 30, outubro de 1958. Disponível em: <https://bit.ly/3hdm9cV>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- MELLO, L. G. de. **Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação interação e descoberta. *In*: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOESCH, M. M. El origen del conocimiento: El lugar de la experiencia y de la razón en la génesis del conocimiento del turismo. Documentos Especiales. **Estudios y perspectivas en Turismo**, [S. l.], v. 22, p. 985-1001, 2003.

MOESCH, M. M.; SILVA, C. L. M. Abordagens empíricas da concepção de Turismo e suas implicações nas políticas públicas. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 23. 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2016. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/3hboC7K>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORA, M. Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la vida ciudadana, en Ciudades Intermedias. Los pueblos americanos: câmbios y continuidades. La construcción de lo próprio en un mundo globalizado. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 53. 2009, Ciudad de México. **Anais** [...]. Mérida: ULA, 2009. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/3qPrri3>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORO, S. A. Una metodología sistemática para el análisis de los espacios públicos. El caso de la ciudad de La Plata. **Question/Cuestión**, [S. l.], v. 1, n. 30, 19 jun. 2011.

MOURA FILHO, J. M. **Vida interiorana dos anos 20** – memórias. Belém: Graficentro, 1989.

NUNES, B. **Fragmentos de Belém**: uma antologia da cidade. *In*: MARANHÃO, H. Pará: Capital. 2013. Disponível em: <https://fragmentosdebelem.tumblr.com>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972**. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, [201-?]. Disponível em: <https://bit.ly/2ToLWWK>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PÁDUA, S. M. Afinal, qual a diferença entre conservação e preservação? **Eco**, [S. l.], 2 fev. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3AmOYuZ>. Acesso em: 21 set. 2018.

SANTA IZABEL DO PARÁ. **Lei Orgânica Municipal n.º 026 de 1990**. Disponível em: <https://cmsantaizabeldopara.pa.gov.br>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTA IZABEL DO PARÁ. **Lei Municipal n.º 071 de 05 de outubro de 2006: Plano Diretor**. Disponível em: <https://bit.ly/2UfLsll>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTA IZABEL DO PARÁ. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). **Lei ambiental municipal**. Lei nº 60/2006, de 06 de junho de 2006. SANTA IZABEL DO PARÁ: SEMMA, 2007.

PENN, G. Análise semiótica de imagens paradas. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. (Coleção: Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

PADILHA, V. **Tempo Livre**. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PAZ, R. F. **Nas correntezas e contra-correntezas do Rio Caraparu**: memória e história em comunidades tradicionais na Amazônia Oriental (1912-1950). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PELLEGRIN, A. de. **Espaços de Lazer**. In: GOMES, C. L. (org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PENTEADO, A. R. **Belém – Geografia Urbana**. Belém: UFPA, 1968 (Coleção Amazônica José Veríssimo). v. 1.

PINTO, P. M. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais perspectivas conceituais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000100002>. Acesso em: 23 mar. 2021.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RECHIA, S. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula a realidade. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (org.). **O Direito social ao lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015.

RECHIA, S. Curitiba cidade-jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org>. Acesso em: 14 mar. 2020.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental. In: JACOB, P. *et al.* (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

RELATÓRIO lido pelo exmo. sr. vice-presidente da província, dr. ambrósio leitão da cunha, na abertura da **1ª sessão ordinária da 11ª legislatura da assembleia legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1858**. Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858. Disponível em: Hartness Item Index (brazil.crl.edu). Acesso em: 10 fev. 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO CARAPARU BAR E RESTAURANTE. **Bar e restaurante rio Caraparu, atraiu mais de 70 jetski no último domingo dia 02/02/2020**. Santa Izabel, 5 fev. 2020. Facebook: @barerestauranteriocaraparu. Disponível em: <https://bit.ly/31og0C4>. Acesso em: 20 set. 2020.

ROSA, H. S. **Album do Pará em 1899**. Na administração do governo de Sua Excelencia o Senhor. Dr. José Paes de Carvalho: parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa; Photographia e composição de F. A. Fidanza, 1899. Disponível em **Álbum do Pará em 1899 – Obras Raras Acervo Digital** (fcp.pa.gov.br). Acessado em 21 de novembro de 2020.

ROSA, M. C. Diversão. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROSA, M. C.; SILVA, M. R. ESFERA da obrigação: em destaque a família/filhos, compromissos religiosos e compromissos político/sociais. In: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017. (Coleção Educação Física e Esportes).

ROSS, J. **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: USP, 2005.

RODRIGUES. P. M. **Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Munduruku**. Brasília: FUNAI, 1994.

RUTHERFORD, J. (org.). **Identify: community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, I. Os desafios da Rio + 20. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 167-176, jul./dez. 2011.

SAMPAIO, T. M. V. Um debate sobre a economia de mercado e o lugar do lazer. In: SAMPAIO, T. M. V. (org.). **Lazer e Cidadania: partilha de tempo e espaço de afirmação da vida**. Brasília: EdUCB, 2014. (Coleção Lazer e Cidadania, n. 2).

SANTOS. M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: USP, 2006. (Coleção Milton Santos, n. 1).

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS. P. L.; VALENTE, M. A.; RODRIGUES, T. E.; SILVA, J. M. L.; REGO, R. S. **Caracterização e avaliação da pontecialidade dos solos do Município de Santa Izabel do Pará-Estado do Pará** - Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, F. & LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. 6. ed. Santa Fé: Mc Graraw Hill Interamericana, 2006.

SILVA, E. A. P. C. da. O lugar de lazer na cidade: um espaço de diálogo e de vivências. **LICERE** - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 291, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3hwFRiO>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SCHNORR, R. T. D. M. **Parques Aquáticos do Estado de São Paulo: caracterização e descrição do Thermas dos Laranjais de Olimpia-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

SCHWARTZ, G. M. O corpo sensível como espaço ecológico. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 8, nº. 2, p. 49-54, 2001.

SOUZA, M. L. S. **Santa Izabel do Pará: caracterização sócio histórica e ambiental**. Santa Izabel do Pará: Edição do Autor, 2012.

STUCCHI, S. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. *In*: BRUHNS, H. T. (org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Unicamp, 1997. (Coleção, Livro-Texto).

SYDOM, E. **Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

TASCHNER, G. B. Lazer, cultura e consumo. **ERA** - Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 40, n. 4, p. 38-47, 1 out. 2000.

TRANQUILIDADE dos igarapés de Santa Isabel do Pará atrai veranistas: **G1**, [S. l.], 25 jul. 2015. Disponível em: <https://glo.bo/3xfTf1p>. Acesso em: 18 mar. 2018.

VANNUCCI, P. C. **Parques Temáticos no Brasil: um setor particular da moderna indústria do turismo**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

VAZ, L. F., SARAIVA, M. G. Requalificação de margens e cursos de água urbanos. Como avaliar o sucesso. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE URBANISMO, 7. 2007, Ponta Delgada. **Anais [...]**. Évora: Universidade de Évora, 2007. p. 1-18. Disponível em: <https://bit.ly/36aQ6UU>. Acesso em: 20 mar. 2020.

WERNECK, C. L. G. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. *In*: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. *In*: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001.

ISAYAMA, H. F.; MELO, V. A. A produção de conhecimento sobre lazer: olhar do periódico Licere. *In*: ISAYAMA, H. F.; OLIVEIRA, M. A. T. (org.). **Produção de conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

**APÊNDICE A – ESTADO DE CONHECIMENTO DE TESES E ARTIGOS
PUBLICADOS EM PERIÓDICOS BRASILEIROS (2015 A 2019)**

Quadro 23 – Publicações das Teses do Banco de Teses e dissertações da CAPES com a utilização do descritor Espaço de Lazer. (2015-2019)

Título	Instituição/Ano	Area de Concentração	Autor
Diretrizes para a qualificação de espaços de lazer de uso coletivo em edifícios residenciais multifamiliares em Florianópolis um estudo fenomenológico	Universidade Federal de Santa Catarina (2017)	Arquitetura e Urbanismo	Bez, Roberto Motta
Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores	Universidade Federal de Minas Gerais (2017)	Educação Física/Estudos do Lazer	Sydow, Elisabeth
Os espaços das cidades e os megaeventos esportivos: uma análise da copa do mundo de futebol 2014 na região sul do Brasil'	Universidade Federal do Paraná (2016)	Educação Física	Rodrigues, Emilia Amelia Pinto Costa
Metro, macro, mega, meta: cidades sós	Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016)	Urbanismo	Rufino, Wagner Barboza
O projeto escola viva, comunidade ativa como política educacional mineira	Universidade Federal de Uberlândia (2017)	Educação	Prado, Jeovandir Campos Do
Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a apropriação da solução assistiva no contexto das organizações Brasil-Espanha	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016)	Educação	Pereira, Ana Cristina Cypriano
Ressignificação histórico-social da praça na cidade média brasileira: análise das praças de formosa de Goiás	Universidade de Brasília (2016)	Arquitetura e Urbanismo	Rodrigues, Maria da Assunção Pereira
O sentido público da praia urbana	Fundação Universidade Federal de Sergipe (2016)	Sociologia	Pereira, Simone de Araujo
Prática docente em educação física infantil: reflexões com a interdisciplinaridade e a fenomenologia	Fundação Universidade Federal De Mato Grosso do Sul (2016)	Educação	Barbosa, Felipe Soligo
Análise geográfica sobre o espaço virtual de ensino a partir das experiências na educação a distância da universidade aberta do Brasil no norte de Minas Gerais.	Universidade Federal de Uberlândia (2016)	Geografia	Queiroz, Antonia Marcia Duarte

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 24 – Publicações das Teses do Banco de Teses e dissertações da CAPES com a utilização do descritor Lazer e Cidade. (2015-2019)

Título	Instituição/Ano	Area de Concentração	Autor
O lugar do lazer no cotidiano das aulas de educação física no âmbito escolar: as maneiras de fazer dos professores do município de Curitiba	Universidade Federal do Paraná (2017)	Educação Física	Moro, Luize

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 25 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Espaço de Lazer. (2015-2019) (continua)

Título	Instituição/Ano	Area de Concentração	Autor
Índice de qualidade de praças: uma proposta metodológica	Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018)	Geografia	Eurich, Zíngara Rocio Dos Santos
O Parque Cinturão Verde de Cianorte: de fragmentação florestal à área protegida no espaço urbano	Universidade Estadual de Maringá (2015)	Geografia	Souza, Nadir Leandro De
Ser "daqui" ou "de fora": hierarquias, descontinuidade e trânsitos no futebol não profissional de Florianópolis	Universidade Federal de Santa Catarina (2018)	Educação	Invernizzi, Lisandra
Lazer e a pessoa com deficiência: interfaces e contradições no seu acesso e participação	Universidade Católica de Brasília (2018)	Educação Física	Beltrame, André Luís Normanton
Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira	Universidade Federal do Ceará (2019)	Psicologia	Cidade, Elívia Camurça
A estrutura imobiliária da Região Metropolitana do Recife: a mercadoria habitação como promotora da fragmentação do urbano	Universidade Federal de Pernambuco (2019)	Geografia	Costa, Leonardo Barboza Da
Método avaliativo e qualitativo de parques lineares da cidade de São Paulo, (SP)	Universidade Paulista (2018)	Ciências Ambientais	Biagolini, Carlos Humberto
Porto Seguro - BA: o cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria	Universidade de São Paulo (2018)	Geografia	Aleselma Silva Pereira
Múltiplas escalas de transformação nas relações urbano-rurais: o espaço rural friburguense e suas urbanidades impulsionadas pelas técnicas de informação e comunicação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2019)	Geografia	Joana Cruz De Simoni

Quadro 25 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Espaço de Lazer. (2015-2019) (conclusão)

Título	Instituição/Ano	Area de Concentração	Autor
Uma história do conceito de divertimento na São Paulo do século XIX (1828-1889)	Universidade Federal de Minas Gerais (2017)	Educação Física (Estudos do Lazer)	Flavia Da Cruz Santos
Linhas de Frente das Bandas Marciais de São Paulo: memórias, tensões e negociações (1957-2000)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016)	História	Corrêa, Elizeu De Miranda
Da "cidade-saúde" à "cidade-turismo": a invenção da praia turística de Guapari (ES) - uma geografia histórica dos usos do litoral	Universidade Federal de Sergipe (2017)	Geografia	Boudou, Christian Jean-Marie
Sobre outras revoluções possíveis: o lazer e a festa como forma de resistência nas ocupações urbanas da Izidora	Universidade Federal de Minas Gerais (2019)	Arquitetura e Urbanismo	Izabella Galera

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 26 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Santa Izabel do Pará. (2015-2019)

Título	Instituição/Ano	Area De Concentração	Autor
A qualidade do leite cru e a tipologia de sistemas produtivos leiteiros no município de Santa Izabel do Oeste - PR	Universidade Estadual de Maringá (2016)	Zootecnia	Defante, Leslié
Composição e diversidade de cigarrinhas (Hemiptera: Auchenorrhyncha) potencialmente vetoras de fitoplasma em coqueirais no Brasil	Universidade Federal de Sergipe (2018)	Arquitetura e Urbanismo	Silva, Flaviana Gonçalves Da
Ocorrência e flutuação populacional de <i>Diaphorina citri</i> (Hemiptera: Liviidae) e verificação da presença de <i>Candidatus liberibacter</i> spp. Em áreas citrícolas do estado de Goiás.	Universidade Federal de Goiás (2015)	Agronomia	Rabelo, Lilian Rosana Silva

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 27 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente. (2015-2019)

Título	Instituição/Ano	Area De Concentração	Autor
Políticas públicas de lazer e formação continuada de profissionais: uma análise na prefeitura de Belém (2009-2014)	Universidade Federal de Minas Gerais (2016)	Educação Física (Estudos do Lazer)	Dalva de Cassia Sampaio dos Santos

Fonte: Oliveira, Ana (2020).

Quadro 28 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Lazer e Cidade. (2015-2019) (continua)

Título	Instituição/Ano	Area De Concentração	Autor
Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina (PI)	Universidade Estadual Paulista (2015)	Geografia	Santos, Laudenides Pontes Dos
Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no convênio de Recife	Universidade Federal de Minas Gerais (2017)	Educação Física (Estudos do Lazer)	Aniele Fernanda Silva De Assis
A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR	Universidade Estadual de Maringá (2015)	Geografia	Bortolo, Carlos Alexandre De
Os espaços e equipamentos públicos de lazer da cidade de Araguaína (TO) sob a ótica de seus moradores	Universidade Federal de Minas Gerais (2017)	Educação Física (Estudos do Lazer)	Elisabeth Sydow
Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém-PA, o caso Orla Portal da Amazônia	Universidade de São Paulo (2017)	Arquitetura e Urbanismo	Jéssika Paiva França
Políticas sociais de esporte e lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade.	Universidade Federal de Minas Gerais (2019)	Educação Física (Estudos do Lazer)	Bruno Ocelli Ungheri
Construção de saberes sobre o lazer nas trajetórias de formadores/as do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)	Universidade Federal de Minas Gerais (2016)	Educação Física (Estudos do Lazer)	André Henrique Chabaribery Capi
A (in)visibilidade do sujeito nas políticas públicas de lazer	Universidade Estadual de Maringá (2017)	Educação Física	Lacerda, Paulo José Cabral
Processos educativos construídos com participantes do projeto vivências em atividades diversificadas de lazer	Universidade Federal de São Carlos (2015)	Educação	Leal, Paulo Henrique

Quadro 28 – Publicações das Teses da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com a utilização do descritor Lazer e Cidade. (2015-2019) (conclusão)

Título	Instituição/Ano	Area De Concentração	Autor
Avaliação das dimensões trabalho, lazer e religiosidade como indicadores de condição para recovery no agravo transtorno grave de saúde mental: dados do inquérito sobre acesso a par.	Universidade Estadual de Campinas (2019)	Saúde Coletiva	Bilbao, Eduardo Vicente
Qual é a sua praia? Arquitetura e sociedade em praias de Natal-RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016)	Arquitetura e Urbanismo	Donegan, Lucy
Vilegiatura e urbanização em cidades serranas do nordeste brasileiro	Universidade Federal do Ceará (2018)	Geografia	Oliveira, Paulo Roberto Abreu De

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 29 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Espaços de Lazer (2015-2019) (continua)

Título	Ano	Autor (es)
Análise sobre os Espaços de Esporte e Lazer no Morro da Formiga/RJ	2019	Allana Camargo, Roberta Sales, Marcelo de Paula Melo, Bruno Gawryszewski
Os espaços das cidades e os megaeventos esportivos: uma análise da Copa do Mundo de Futebol 2014 na Região Sul do Brasil	2017	Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues
O lugar de Lazer na cidade: um espaço de diálogo e de vivências	2015	Emília Amélia Pinto Costa da Silva
Lazer e grupos de convivência para idosos: um estudo sobre a participação de homens em Florianópolis (SC)	2015	Priscila Mari dos Santos
Análise dos jogos tradicionais e seu contexto nas Olimpíadas Rurais de Jaguari/RS	2017	Silvester Franchi, Sabrine Damian da Silva, João Francisco Magno Ribas
O basquete de rua nos espaços de lazer da Região Metropolitana de Campinas	2018	Douglas Vinicius Carvalho Brasil, Thiago José Leonardi, Alcides José Scaglia, Roberto Rodrigues Paes
O lazer no pedaço: a área central de Joinville/SC e as categorias de José Magnani	2018	Cristienne Magalhães Pereira Pavez, Vera Lúcia Nehls Dias
O clube fazenda ribeirão: relações entre dirigentes, sócios e atividades de lazer	2017	Daniel Pereira Candiani, Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

Quadro 29 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Espaços de Lazer (2015-2019) (conclusão)

Título	Ano	Autor (es)
Interseções entre saúde e lazer: notas sobre a formação em saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2015	Allyson Carvalho de Araújo, Amanda Martins Hartel, Lívia Samila Bezerra Borges, Virgílio Pimentel de Araújo, Melissa Nunes Moia
Levantamento dos grupos de pesquisa sobre lazer cadastrados na plataforma lattes: uma perspectiva atual sobre o estado da arte no contexto da Educação Física	2017	Daliana Stephanie Lecuona, Kamila Silva Gomes, Letícia Baldasso Moraes, Alcyane Marinho
O “Alfabeto da Saúde” e o Desejo do Brincar Controlado	2018	Maria Isabel Brandão de Souza Mendes, Kaline Ligia Estevam de Carvalho Pessoa, Marcel Alves Franco, Milena de Oliveira Aguiar
O Parque Bacacheri e seus arranjos sociais a relação entre o lazer e o uso da maconha	2016	Gabriela Cardoso Machado
A dança flamenca em Londrina – Paraná	2019	Ana Claudia Tamborlim, Silvia Pavesi Sborquia
Conexões entre espaços de lazer e futebol: um Templo Europeu chamado Camp Nou	2018	Andréia Juliane Drula, Matheus Pereira Rodrigues, Simone Rechia, Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues
Políticas Públicas e os equipamentos esportivos de lazer: produção acadêmica de 2008 a 2014	2016	Rafael Castro Kocian, Cinthia Lopes da Silva
Lazer e turismo: acepções e interações no contexto do Projeto Rota das Grutas de Peter Lund/MG.	2019	Ana Paula Guimarães Santos de Oliveira
Percepções históricas sobre a sociabilidade e as Práticas de Lazer em Alagoinhas-BA	2019	Lizandra de Souza Lima

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 30 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente (2015-2019)

Título	Ano	Autor (Es)
As práticas corporais de aventura na Educação Física Escolar o que o estado da arte nos diz	2016	Dandara Queiroga de Oliveira Sousa, Allyson Carvalho de Araújo
Formação dos profissionais da Cidade de Socorro – SP em atividades de aventura no âmbito do lazer	2017	José Ricardo Auricchio

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 31 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019) (continua)

Título	Ano	Autor (es)
A Universidade Federal da Bahia e a História do Lazer na cidade da Bahia: rotas, rotinas e rupturas no Século XX – 1945-1955	2017	Wilson de Lima Brito Filho
Políticas Públicas e os equipamentos esportivos de lazer: produção acadêmica de 2008 a 2014	2016	Rafael Castro Kocian Cinthia Lopes da Silva
Políticas Sociais de Esporte e Lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade	2019	Bruno Ocelli Ungheri
Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)	2018	Márcia Miranda Soares Aline Souza Guadanini
Construção de saberes sobre o lazer nas trajetórias de formadores/as do Programa Esporte e Lazer da Cidade	2016	André Henrique Chaberibery Capi
Municipalização do Esporte e do lazer	2017	Ana Elenara Pintos Pedro Fernando Avalone Athayde Marliese C. Simador Godoflite
Programa Esporte e Lazer da Cidade – pelcinterfaces: entre o PELC e as desigualdades sociais	2017	Adriana Antunes Vieira, Juliana Cristina de Abreu Teixeira Rafael Frois da Silva Ana Cláudia Porfírio Couto
As Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade de Nova Lima-MG na gestão de 2013 a 2016	2019	Aládia Cristina Rodrigues Medina
O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos Planos Plurianuais do Governo Federal: o “Estresse Esportivo” do PELC	2017	José Montanha Soares
A formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): a visão dos formadores	2017	Silvana Regina Echer
Monitoramento e avaliação de Políticas e Programas de Esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade	2019	Ana Elenara Pintos Fernando Mascarenhas Pedro Fernando Athayde
As configurações do lazer na cidade do Salvador e suas relações com a constituição da Universidade Federal da Bahia	2017	Wilson de Lima Brito Filho Coriolano Pereira da Rocha Junior Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior
O lazer da pessoa com deficiência física em Belo Horizonte um estudo preliminar	2019	Loren Salles Souza Pereira Cristiane Miryam Drumond de Brito Ana Amélia Cardoso Rodrigues
Percepções históricas sobre a sociabilidade e as práticas de lazer em Alagoinhas-BA	2018	Lizandra de Souza Lima

Quadro 31 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019) (continuação)

Título	Ano	Autor (es)
Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/pridealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação	2016	Daniella Tschöke Santana
Educação cidadã pelo lazer: a contribuição das Políticas Públicas de Esporte e Lazer	2017	Carlos Nazareno Ferreira Borges
Espaços públicos de lazer de uma capital brasileira avaliação da qualidade e uso para a prática de atividade física	2019	Jaina Bezerra de Aguiar Iara Noronha Moizinho do Nascimento Maluma de Almeida Melo Andréia Késsia Uchôa Freire Lucas Calixto Saraiva Ana Luisa Batista Santos Luilma Albuquerque Gurgel
A Política de Esporte e Lazer no Município de Campo Grande/MS: caminhos e possibilidades para a gestão pública	2019	Rodrigo Barbosa Terra Rafael Presotto Vicente Cruz
O financiamento do esporte e do lazer pelos municípios do Estado do Mato Grosso de 2005 a 2008	2019	Edmilson Santos dos Santos Fernanda Gimenez Milani Riller Silva Reverdito Fernando Augusto Starepravo
O esporte e suas práticas no PELC: desafios para a Educação à Distância	2017	Eliene Lopes Faria
Políticas Públicas de Esporte e Lazer na cidade: não só de pista de skate vive o skatista de Recife-PE	2019	Vilde Gomes de Menezes Lorena de Oliveira Carvalho, Tetsuo Tashiro Tony Honorato
A “Escola Aberta” como instrumento de lazer: um estudo de caso no Centro Educacional de Coaraci	2016	Heber Silva Maia Luciano Marques Farias Marco Aurélio Ávila
Análise do desempenho do Edital de 2012 do PELC	2017	Edmilson Santos dos Santos
o lugar de lazer na cidade: um espaço de diálogo e de vivências	2015	Emília Amélia Pinto Costa da Silva
Coordenadas geográficas dos espaços destinados ao esporte e ao lazer no município de Porto velho: estudo da Rede Cedes de Rondônia	2019	Ramón Núñez Cárdenas Ivete Aquino Freire André Luiz Nascentes Coelho Joaser Álvares da Silva Junior
O esporte e o lazer na estrutura organizacional da Administração pública municipal	2016	Filipe Fuhrmann Mertins Mauro Myskiw Gustavo Roese Sanfelice
Perfil das Prefeituras que descentralizaram o PELC de 2003 a 2012	2018	Edmilson Santos Santos Fernando Augusto Starepravo Edson Hirata

Quadro 31 – Publicações do Periódico LICERE com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019) (conclusão)

Título	Ano	Autor (es)
As 'tradições varzeanas' nos 'times de camisa': notas etnográficas sobre a circulação de jogadores num circuito de lazer da cidade de Porto Alegre	2015	Mauro Myskiw
Corrida de rua e política pública: um estudo a partir das ações do Poder Público municipal de Curitiba-PR	2017	Jeferson Roberto Rojo
"Cabelo ao vento, gente jovem reunida": um diálogo entre o lazer e as juventudes na cidade de Fortaleza-CE	2017	Francisca Rejane Bezerra Andrade Tereza Nair de Paula Pachêco
Manifestação de lazer na história de vida de idosas do Grupo Pioneiras de Rondônia práticas de lazer na fase adulta	2018	Ivete de Aquino Freire Ramón Núñez Cárdenas Rosa de Luz Ambrósio dos Reis Miranda Sá Ednes Pereira dos Santos Souza Paola Lima Tristão
A formação profissional em lazer na cidade de Belém e o olhar discente	2015	Gustavo Maneschky Montenegro
A Dança Flamenca em Londrina – Paraná	2019	Ana Claudia Tamborlim Silvia Pavesi Sborquia
O processo de transformação de um estádio para arena: o caso Arena da Baixada	2017	Andréia Juliane Drula

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Quadro 32 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Espaço de Lazer (2015-2019) (continua)

Título	Ano	Autor (es)
Mapeamento dos espaços públicos urbanos de lazer na cidade de Capitão Poço – PA.	2019	Antonio Thiago Santos Thales Igor Barbosa Tamirez Santana Muniz
Considerações humanas dos espaços-tempos de lazer	2017	Esperanza Osorio
Minha casa, minha vida... Meu lazer": reflexão sobre o lazer em um empreendimento habitacional popular urbano	2017	Shaiane Vargas da Silveira Maria dos Remédios Andrade Pereira
"Possíveis" espaços de lazer do colégio estadual do paraná: os hiatos entre discursos, planejamento e usos	2016	Fernando Richardi da Fonseca Simone Rechia Luize Moro
A rela�o entre as transforma�es dos espaços de lazer advindas dos megaeventos esportivos e a humaniza�o das cidades	2017	Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues Simone Rechia
Espaços de lazer, meio ambiente e infância: rela�o entre sustentabilidade social e ambiental para o desenvolvimento integral do cidadão urbano	2015	Simone Rechia Iverson Ladewig

Quadro 32 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Espaço de Lazer (2015-2019) (conclusão)

Título	Ano	Autor (es)
O lazer sob a perspectiva de pessoas idosas: importância, significados e vivências	2017	Gleice Aparecida Ferreira
Entre o tradicional e o eletrônico: significados do brincar para crianças de uma escola pública de Piracicaba -SP.	2017	Benecta Patrícia Fernandes e Fernandes Ida Carneiro Martins Adalberto dos Santos Souza Cinthia Lopes da Silva
O lazer em ações do ministério da saúde: ênfase no lazer ativo	2018	Priscilla de Cesaro Antunes Ricardo Lira de Rezende Neves Roberto Pereira Furtado
Megaeventos e dinâmicas sócio-espaciais no Rio de Janeiro, 1919-2016	2017	Christopher Gaffney
Os equipamentos de lazer como cenários das experiências e das atividades no tempo livre	2017	Luiz Wilson Pina
Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade	2015	Silvio Lima Figueiredo Larissa Latif Plácido Saré

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Quadro 33 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Lazer e Meio Ambiente (2015-2019)

Título	Ano	Autor (es)
Editorial: Lazer e Meio Ambiente	2015	Mirleide Chaar Bahia Christianne Luce Gomes
Espaços de lazer, meio ambiente e infância: relação entre sustentabilidade social e ambiental para o desenvolvimento integral do cidadão urbano	2015	Simone Rechia Iverson Ladewig
Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade	2015	Silvio Lima Figueiredo Larissa Latif Plácido Saré
A preguiça, a culpa e o tempo: reflexões sobre o lazer contemporâneo	2015	Marco Bettine Almeida Gustavo Luis Gutierrez
Os destinos turísticos: entre a ecoeficiência e a competitividade	2015	Roberto Paolo Vico Ricardo Ricci Uvinha
Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa	2015	Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco Sidnei Raimundo

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Quadro 34 – Publicações do Periódico RBEL com a utilização do descritor Lazer e Cidade (2015-2019)

Título	Ano	Autor (es)
Privatização da ação estatal por meio de organizações sociais nas políticas de esporte e lazer na cidade do rio de janeiro: a Vila Olímpica do Encantado em tela	2016	Marcelo de Paula Melo Gustavo Martins Andrade Marina Boechat Rudson Santos Silva
A gestão pública do lazer em espaços públicos urbanos: um estudo de caso da praça do operário, no município de Breves - PA	2016	Vandacy da Silva Castro Cleber Augusto Trindade Castro
Os equipamentos de lazer como cenários das experiências e das atividades no tempo livre	2017	Luiz Wilson Pina
A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo	2018	Evandro Brandão Secco Edmur Antonio Stoppa

Fonte: elaborado pela autora (2020).

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTO

Bom Dia.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa sobre os Espaços de Lazer nos Igarapés em Santa Isabel do Pará. Esta pesquisa servirá para construção da Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E teremos como entrevistadora a aluna do Curso de Doutorado em Estudos Interdisciplinares em Lazer como Pesquisadora Responsável Professora Ana Cristina Guimarães de Oliveira.

Desde já nossos agradecimentos pela sua contribuição para a pesquisa.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**” Nesta pesquisa pretendemos compreender as formas de lazer e as experiências culturais nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Aproximação com identificação; Assinatura do TCLE, Preenchimento de Formulário para identificação do entrevistado, Entrevista semi-estruturada com perguntas e respostas com gravação das entrevistas em áudio; permissão de uso de imagem fotográfica.

Quanto aos **riscos** pode ocorrer através de desconforto em desprender parte do seu tempo de trabalho ou lazer para responder as perguntas. Outro desconforto pode surgir no registro de imagem ou na gravação das respostas. Para evitá-las solicitamos que nos informe antecipadamente, caso não aceite o registro de imagem e ou gravação, para tomarmos as devidas providencias garantindo seu direito.

Quanto aos **benefícios** garantiremos o sigilo total e a posterior exclusão de seu nome e dados obtidos na entrevista da pesquisa. Outros benefícios estão relacionados em fazer transparecer os discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e suas experiências da cultura local permitindo que a população izabelense tenha expandido aspectos turísticos nas diferentes regiões do Brasil.

A duração da entrevista será de aproximadamente 15 a 20 minutos e o local da entrevista se dará dentro do Município de Santa Izabel do Pará, e nas comunidades que possuem igarapés apropriados para o banho ou lazer.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos, pode retirar o consentimento de guarda e utilização de sua pesquisa, valendo a desistência a partir da data de formalização desta.

A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Após a conclusão da pesquisa este material gravado, ou equivalente ficará arquivado durante 05 anos no Laboratório de Atividades e Pesquisas em Lazer da Amazônia Paraense da Universidade do Estado do Pará, sob a responsabilidade da pesquisadora. Cumprido este período os documentos, gravações ou imagens serão icinerados/destruídos, não restando nada que venha comprometê-lo agora ou futuramente.

Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição no repositório de dissertações e teses da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais quando finalizada. **Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação.**

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções N° 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a).

Nos casos **de dúvidas e esclarecimentos de dúvidas éticas**, procurar os pesquisadores através do endereço ou pelos telefones (Ana Cristina Guimarães de Oliveira, Telefone: 984711169; e-mail: anjo1402@yahoo.com.br; Universidade do Estado do Pará – Campus III, Rua João Paulo II, 817). **Caso suas dúvidas não forem resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, recorrer a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG)** pelo contato de endereço Av. Antônio Carlos pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901, Email: coep@prpq.ufmg.br ; Telefone: (031) 34094592

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. E, terei os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si **ou para seu tratamento (se for o caso)**; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações.

Concordo em participar desta pesquisa. **Recebi uma via original deste TCLE assinado por mim e pelo pesquisador**, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

- () Autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.
- () Não autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.

Santa Izabel-PA, _____ de _____ de _____.

Nome Completo do Participante (LETRAS EM CAIXA ALTA):

Assinatura do Participante

Nome Completo do Responsável pela Pesquisa:

ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Endereço: AVENIDA JOÃO PAULO II, 817

CEP:66095-492/ BELÉM-PA

Telefones: (91) 984711169 /32

E-mail: anjo1402@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável - (Doutorando)

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

O Sr. (a) está autorizando a criança ou adolescente a participar como voluntário (a) a participar da pesquisa **“ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ”** Nesta pesquisa pretendemos compreender as formas de lazer e as experiências culturais nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: Aproximação com identificação; Assinatura do TCLE, Preenchimento de Formulário para identificação do entrevistado, Entrevista semi-estruturada com perguntas e respostas com gravação das entrevistas em áudio; permissão de uso de imagem fotográfica.

Quanto aos **riscos** pode ocorrer através de desconforto em desprender parte do seu tempo de trabalho ou lazer para responder as perguntas. Outro desconforto pode surgir no registro de imagem ou na gravação das respostas. Para evitá-las solicitamos que nos informe antecipadamente, caso não aceite o registro de imagem e ou gravação, para tomarmos as devidas providencias garantindo seu direito.

Quanto aos **benefícios** garantiremos o sigilo total e a posterior exclusão de seu nome e dados obtidos na entrevista da pesquisa. Outros benefícios estão relacionados em fazer transparecer os discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e suas experiências da cultura local permitindo que a população izabelense tenha expandido aspectos turísticos nas diferentes regiões do Brasil.

A duração da entrevista será de aproximadamente 10 a 15 minutos e o local da entrevista se dará dentro do Município de Santa Izabel do Pará, e nas comunidades que possuem igarapés apropriados para o banho ou lazer.

Para participar deste estudo a criança ou adolescente não terão nenhum custo nem receberão qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a criança ou adolescente terá assegurado o direito à indenização. Após o esclarecimento sobre o estudo o responsável poderá dar a anuência ou não da participação da criança ou do adolescente a qualquer tempo e, sem quaisquer prejuízos, poderá retirar o consentimento de guarda e utilização da pesquisa a qual a criança ou adolescente participou, valendo da desistência a partir da data de formalização desta.

A participação da criança ou do adolescente é voluntária, e será realizada através de entrevista a qual a criança responderá de acordo com sua compreensão, e poderá contribuir através de desenhos sobre o assunto da pesquisa, cujos materiais serão fornecidos pelos pesquisadores. Caso haja recusa em participar, não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que serão atendidos pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Após a conclusão da pesquisa o material gravado, ou equivalente ficará arquivado durante 05 anos no Laboratório de Atividades e Pesquisas em Lazer da Amazônia Paraense da Universidade do Estado do Pará, sob a responsabilidade da pesquisadora. Cumprido este período os documentos, gravações ou imagens serão icinerados/destruídos, não restando nada que venha comprometer a criança ou o adolescente agora ou futuramente.

Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição no repositório de dissertações e teses da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais quando finalizada. **O nome ou o material que indique a participação da criança ou do adolescente não será liberado sem a sua permissão. A criança ou o adolescente não será identificado (a) em nenhuma publicação.**

Os pesquisadores tratarão a identidade da criança ou do adolescente com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria

2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr. (a). Responsável pela criança ou adolescente.

Nos casos **de dúvidas e esclarecimentos de dúvidas éticas**, procurar os pesquisadores através do endereço ou pelos telefones (Ana Cristina Guimarães de Oliveira, Telefone: 984711169; e-mail: anjo1402@yahoo.com.br; Universidade do Estado do Pará – Campus III, Rua João Paulo II, 817). **Caso suas dúvidas não forem resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, recorrer a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG)** pelo contato de endereço Av. Antônio Carlos Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901, Email: coep@prpq.ufmg.br; Telefone: (031) 34094592

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão de autorizar a participação da criança ou adolescente sob minha responsabilidade se assim desejar. E, terei os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de reverter a autorização dada a criança ou adolescente na participação da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si **ou para seu tratamento (se for o caso)**; a garantia de privacidade da identidade e do sigilo de informações.

Autorizo a criança/adolescente: _____ sob minha responsabilidade em participar desta pesquisa. **Recebi uma via original deste TCLE assinado por mim e pelo pesquisador**, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

() Autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.

() Não autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.

Santa Izabel-PA, _____ de _____ de 2020.

Nome Completo do Responsável pela Criança/Adolescente (LETRAS EM CAIXA ALTA):

Assinatura do Responsável

Nome Completo do Responsável pela Pesquisa:

ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Endereço: AVENIDA JOÃO PAULO II, 817 - CEP:66095-492/ BELÉM-PA

Telefones: (91) 984711169 /32 - E-mail: anjo1402@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável - (Doutorando)

APÊNDICE E – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (08 A 10 ANOS)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**” Nesta pesquisa pretendemos compreender as formas de lazer e as experiências culturais nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. E faremos em algumas etapas: Identificação; Explicação do TALE, Assinatura do TALE, Entrevista Com ou Sem Gravação, Imagem Fotográfica caso haja autorização do responsável.

Quanto aos **riscos** pode ocorrer através de desconforto em desprender parte do tempo de lazer para responder as perguntas. Outro desconforto pode surgir no registro de imagem ou na gravação das respostas. Para evitá-las solicitamos que nos informe antes, caso não aceite o registro de imagem e ou gravação, para tomarmos as devidas providencias garantindo seu direito.

Quanto aos **benefícios** garantiremos o sigilo total e a posterior exclusão de seu nome e dados obtidos na entrevista da pesquisa. Outros benefícios estão relacionados ao conhecimento dos discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e as experiências culturais do local permitindo que a população izabelense tenha expandido aspectos turísticos nas diferentes regiões do Brasil.

A duração da entrevista será de aproximadamente 10 a 15 minutos e o local da entrevista se dará nas comunidades que possuem igarapés no município de santa Izabel do Pará.

Entendi que minha participação será para responder algumas perguntas sobre o lazer nos igarapés e poderei fazer através de desenhos, que serão usados unicamente para os fins dessa pesquisa.

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento meu responsável poderá solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. E, terei os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si **ou para seu tratamento (se for o caso)**; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações.

ESSE TERMO DE LIVRE ASSENTIMENTO ESCLARECIDO (TALE) SERÁ ANEXADO JUNTAMENTE COM O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO POR SEU RESPONSÁVEL.

Concordo em participar desta pesquisa. **Recebi uma via original deste TALE assinado por mim e pelo pesquisador**, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. E que este TALE está grampeado juntamente com o TCLE de meu Responsável.

() Autorizo a gravação de voz, fotografia e imagines.

() Não autorizo a gravação de voz, fotografia e imagines.

Santa Izabel-PA, _____ de _____ de 2020.

Nome Completo do Participante (LETRAS EM CAIXA ALTA):

Assinatura do Participante

Assinatura do Responsável

Nome Completo do Responsável pela Pesquisa:

ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Endereço: AVENIDA JOÃO PAULO II, 817 - CEP:66095-492/ BELÉM-PA

Telefones: (91) 984711169 /32 - E-mail: anjo1402@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável - (Doutorando)

APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (11 A 14 ANOS)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**” Nesta pesquisa pretendemos compreender as formas de lazer e as experiências culturais nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. E faremos em algumas etapas: Identificação; Explicação do TALE, Assinatura do TALE, Entrevista Com ou Sem Gravação, Imagem Fotográfica caso haja autorização do responsável.

Quanto aos **riscos** pode ocorrer através de desconforto em desprender parte do tempo de lazer para responder as perguntas. Outro desconforto pode surgir no registro de imagem ou na gravação das respostas. Para evitá-las solicitamos que nos informe antes, caso não aceite o registro de imagem e ou gravação, para tomarmos as devidas providencias garantindo seu direito.

Quanto aos **benefícios** garantiremos o sigilo total e a posterior exclusão de seu nome e dados obtidos na entrevista da pesquisa. Outros benefícios estão relacionados ao conhecimento dos discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e as experiências culturais do local permitindo que a população izabelense tenha expandido aspectos turísticos nas diferentes regiões do Brasil.

A duração da entrevista será de aproximadamente 10 a 15 minutos e o local da entrevista se dará nas comunidades que possuem igarapés no município de santa Izabel do Pará.

Entendi que minha participação será para responder algumas perguntas sobre o lazer nos igarapés e poderei fazer através de desenhos, que serão usados unicamente para os fins dessa pesquisa.

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa “**ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento meu responsável poderá solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. E, terei os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si **ou para seu tratamento (se for o caso)**; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações.

ESSE TERMO DE LIVRE ASSENTIMENTO ESCLARECIDO (TALE) SERÁ ANEXADO JUNTAMENTE COM O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO POR SEU RESPONSÁVEL.

Concordo em participar desta pesquisa. **Recebi uma via original deste TALE assinado por mim e pelo pesquisador**, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. E que este TALE está grampeado juntamente com o TCLE de meu Responsável.

() Autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.

() Não autorizo a gravação de voz, fotografia e imagens.

Santa Izabel-PA, _____ de _____ de 2020.

Nome Completo do Participante (LETRAS EM CAIXA ALTA):

Assinatura do Participante

Assinatura do Responsável

Nome Completo do Responsável pela Pesquisa:

ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Endereço: AVENIDA JOÃO PAULO II, 817 - CEP:66095-492/ BELÉM-PA

Telefones: (91) 984711169 /32 - E-mail: anjo1402@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável - (Doutorando)

APÊNDICE G – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES (15 A 18 ANOS)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ”** Nesta pesquisa pretendemos compreender as formas de lazer e as experiências culturais nos igarapés do município de Santa Izabel do Pará. E faremos em algumas etapas: Identificação; Explicação do TALE, Assinatura do TALE, Entrevista Com ou Sem Gravação, Imagem Fotográfica caso haja autorização do responsável.

Quanto aos **riscos** pode ocorrer através de desconforto em desprender parte do tempo de lazer para responder as perguntas. Outro desconforto pode surgir no registro de imagem ou na gravação das respostas. Para evitá-las solicitamos que nos informe antes, caso não aceite o registro de imagem e ou gravação, para tomarmos as devidas providencias garantindo seu direito.

Quanto aos **benefícios** garantiremos o sigilo total e a posterior exclusão de seu nome e dados obtidos na entrevista da pesquisa. Outros benefícios estão relacionados ao conhecimento dos discursos dos sujeitos sobre o lazer nos igarapés e as experiências culturais do local permitindo que a população izabelense tenha expandido aspectos turísticos nas diferentes regiões do Brasil.

A duração da entrevista será de aproximadamente 10 a 15 minutos e o local da entrevista se dará nas comunidades que possuem igarapés no município de Santa Izabel do Pará.

Entendi que minha participação será para responder algumas perguntas sobre o lazer nos igarapés, que serão usados unicamente para os fins dessa pesquisa.

Para participar deste estudo não terei nenhum custo nem receberei qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, terei assegurado o direito à indenização. Terei esclarecimentos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e sou livre para participar ou recusar-me a participar a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos.

Após a conclusão da pesquisa este material gravado, ou equivalente ficará arquivado durante 05 anos no Laboratório de Atividades e Pesquisas em Lazer da Amazônia Paraense da Universidade do Estado do Pará, sob a responsabilidade da pesquisadora. Cumprido este período os documentos, gravações ou imagens serão icinerados/destruídos, não restando nada que venha comprometê-lo agora ou futuramente.

Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição no repositório de dissertações e teses da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais quando finalizada. **Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão nem será identificado (a) em nenhuma publicação.**

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Este Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Nos casos **de dúvidas e esclarecimentos de dúvidas éticas**, procurar os pesquisadores através do endereço ou pelos telefones (Ana Cristina Guimarães de Oliveira, Telefone: 984711169; e-mail: anjo1402@yahoo.com.br; Universidade do Estado do Pará – Campus III, Rua João Paulo II, 817). **Caso suas dúvidas não forem resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, recorrer a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP-UFMG) pelo contato de endereço Av. Antônio Carlos pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil.**

Rubrica do participante: _____

Rubrica da pesquisadora: _____

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **“ESPAÇOS SOCIAIS DE LAZER E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NOS IGARAPÉS DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento meu responsável poderá solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. E, terei os seguintes **direitos**: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si **ou para seu tratamento (se for o caso)**; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações.

ESSE TERMO DE LIVRE ASSENTIMENTO ESCLARECIDO (TALE) SERÁ ANEXADO JUNTAMENTE COM O TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ASSINADO POR SEU RESPONSÁVEL.

Concordo em participar desta pesquisa. **Recebi uma via original deste TALE assinado por mim e pelo pesquisador**, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas. E que este TALE está grampeado juntamente com o TCLE de meu Responsável.

- () Autorizo a gravação de voz, fotografia e imagines.
 () Não autorizo a gravação de voz, fotografia e imagines.

Santa Izabel-PA, _____ de _____ de 2020.

Nome Completo do Participante (LETRAS EM CAIXA ALTA):

Assinatura do Participante

Assinatura do Responsável

Nome Completo do Responsável pela Pesquisa:

ANA CRISTINA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Endereço: AVENIDA JOÃO PAULO II, 817 - CEP:66095-492/ BELÉM-PA

Telefones: (91) 984711169 /32 - E-mail: anjo1402@yahoo.com.br

Assinatura do pesquisador responsável - (Doutorando)

APÊNDICE H – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES OU VISITANTES DOS ESPAÇOS DE LAZER EM IGARAPÉS

1ª Parte: Pesquisa Socioeconômica

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: Masculino () Feminino () Outros () _____
4. Atividade Laboral (Trabalho) _____
5. Com vínculo empregatício () Autônomo ()
6. Renda familiar:
 - () menos do que o salário-mínimo (0,00 a 987,00)
 - () até 01 salário-mínimo (988,00)
 - () 02 a 03 salários (1.976 a 2.964)
 - () 04 ou mais salários (3.952 ou +)
7. Nível de estudo:
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - completo
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - incompleto
 - () Ensino fundamental II (6 ao 9 ano) – completo
 - () Ensino médio – completo
 - () Ensino Superior – completo Curso: _____
 - () Técnico ou profissionalizante

Pós-graduação: () Sim () Não. Qual nível? _____
8. Morador de Santa Izabel do Pará () Visitante ()

2ª Parte: Pesquisa Sobre o Lazer nos Igarapés:

9. Qual a frequência de uso do igarapé?
 - Diária () _____ x na semana
 - Semanal ()
 - Mensal ()
 - Raramente ()
 - Primeira vez ()
- 9.1 E qual o tempo de permanência? _____ h
- 9.2 Qual o turno: () Manhã () Tarde () Noite

10. Existem gastos que você realiza em sua visita nos igarapés? _____(valor aproximado)
11. Como você avalia a estrutura e acesso aos igarapés local?
() Ruim () Razoável () Bom () Muito Bom Ótimo ()
12. É feito investimento público para o lazer em igarapés?
() Sim () Não () Desconheço.
Quais os observáveis ou anunciados pela prefeitura:

_____.
13. Santa Isabel é conhecida como “cidade dos igarapés”. Qual a importância desta marca identitária para a cidade?
14. Qual a importância do lazer nos igarapés para a comunidade?
15. Quais as principais atividades que acontecem nos igarapés? Existem atividades culturais no uso dos igarapés, tais como, ritos religiosos, crenças populares, narrativas de histórias imaginárias, outros saberes?
16. Como você percebe o impacto das mudanças trazidas pelo desenvolvimento urbano nestes espaços naturais? Ganhos e Perdas.
17. Comparando os igarapés privatizados com aqueles de livre acesso. O que pode melhorar na comunidade para o lazer e para a cultura nesses espaços da comunidade?
18. Gostaria de contribuir com mais alguma informação?

APÊNDICE I – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES MENORES DE 18 ANOS (FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS) AUTORIZADOS PELOS RESPONSÁVEIS

1ª Parte: **Pesquisa Socioeconômica**

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: Masculino () Feminino () Outros () _____
4. Renda familiar:
 - () menos do que o salário-mínimo (0,00 a 987,00)
 - () até 01 salário-mínimo (988,00)
 - () 02 a 03 salários (1.976 a 2.964)
 - () 04 ou mais salários (3.952 ou +)
5. Nível de estudo:
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - completo
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - incompleto
 - () Ensino fundamental II (6 ao 9 ano) – incompleto
6. Morador de Santa Izabel do Pará () Visitante ()

7. Quanto você acha que se gasta quando você vem ao igarapé aproximadamente?

8. O que você acha que deve melhorar nos igarapés?
9. O que você mais gosta de fazer no igarapé?
10. Conte uma história que foi contada por seus pais sobre os igarapés?

**APÊNDICE J – GUIA DE ENTREVISTA PARA OS HABITANTES MENORES DE
18 ANOS (FAIXA ETÁRIA DE 15 A 18 ANOS) AUTORIZADOS
PELOS RESPONSÁVEIS**

1ª Parte: **Pesquisa Socioeconômica**

1. Nome completo: _____
2. Idade: _____
3. Gênero: Masculino () Feminino () Outros () _____
4. Renda familiar:
 - () menos do que o salário-mínimo (0,00 a 987,00)
 - () até 01 salário-mínimo (988,00)
 - () 02 a 03 salários (1.976 a 2.964)
 - () 04 ou mais salários (3.952 ou +)
5. Nível de estudo:
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - completo
 - () Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - incompleto
 - () Ensino fundamental II (6 ao 9 ano) – incompleto
 - () Ensino Fundamental II (6 ao 9 ano) - completo
6. Morador de Santa Izabel do Pará () Visitante ()

7. Quanto você acha que se gasta quando você vem ao igarapé aproximadamente?

8. O que você acha da estrutura dos igarapés?
 - () Ruim () Razoável () Bom () Muito Bom Ótimo ()
9. O que pode ser melhorado na estrutura?
10. Você sabe se a prefeitura fez investimento para melhoria do igarapé na comunidade?
Se sim. Quais?
11. Quais as atividades de lazer são feitas nesse igarapé?
12. Existem outras atividades culturais como: procissões ou comemorações religiosas;
festividades; ou histórias contadas pelos mais velhos dos igarapés?
13. Qual a atividade que você mais gosta de fazer no igarapé?
14. Conte uma história que foi contada por seus pais sobre os igarapés?

**APÊNDICE K – GUIA DE ENTREVISTA PARA A GESTÃO E OU ASSESSORIA
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER, TURISMO
E DESPORTO (SECULTD)**

1. Nome completo: _____

2. Idade: _____

3. Gênero: Masculino () Feminino () Outros () _____

4. Função na SECULTD _____

5. Renda familiar:

() menos do que o salário-mínimo (0,00 a 987,00)

() até 01 salário-mínimo (988,00)

() 02 a 03 salários (1.976 a 2.964)

() 04 ou mais salários (3.952 ou +)

Nível de estudo:

() Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - completo

() Ensino fundamental I (1 ao 5 ano) - incompleto

() Ensino fundamental II (6 ao 9 ano) – completo

() Ensino médio – completo

() Ensino Superior – completo Curso: _____

() Técnico ou profissionalizante

Pós-graduação: () Sim () Não. Qual nível? _____

6. Você mora em Santa Izabel

() Sim () Não

7. Quantas vezes ao mês usufruem do lazer nos igarapés.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

8. Como você avalia a estrutura dos igarapés

() Ruim () Razoável () Bom () Muito Bom Ótimo ()

9. É feito investimento público para o lazer em igarapés

() Sim () Não () Desconheço

10. Vocês conhecem todos os igarapés usados para o lazer da cidade.

() Sim () Não () Alguns

11. Qual o motivo da criação da Marca Identitária “Cidade dos Igarapés”?

12. Como se planejou o processo de desenvolvimento urbano da cidade com vista aos espaços sociais de lazer nos igarapés?
13. Existe um levantamento cartográfico dos igarapés e o acompanhamento dos processos para privatização de alguns balneários?
14. Como a SECULTD elabora seu planejamento de lazer para os igarapés?
15. Quais são as atividades culturais e de lazer (permanentes e ou temporárias) envolvendo as comunidades?
16. Como a SECULT trabalha para a preservação dos saberes culturais que envolvem os igarapés nas comunidades.

APÊNDICE L – CHECKLIST DE OBSERVAÇÃO DOS IGARAPÉS

Identificação do Espaço			
Nome:			
Localização:			
Data da Observação:			
Espaço Público Planejado () Espaço Público Não Planejado ()			
Espaço Público com Concessão ()			
Espaço Particular com Fins Lucrativos () Espaços Particular Familiar ()			
Urbano () Rural ()			
DIMENSÃO MORFOLÓGICA	Mobilidade Urbana:		
	Sistema Viário	() Terra Batida () Asfaltado	() Latossolo Amarelo () Argilossolo Amarelo () Com Danos () Sem Danos
	Acesso aos utentes para se chegar ao local (Formas de Condução)	() Caminhando () Moto () Bicicleta () Ônibus () Transporte Alternativo () Canoa () Outro	
	Ponto ou Parada de ônibus próximo ao local	() Sim () Não	() Com Estrutura (Assento/Cobertura) () Sem Estrutura
	Iluminação Viária	() Sim () Não	() Baixa intensidade () Média Intensidade () Alta intensidade
	Sinalização	() Sim () Não	() Placas () Semáforos
	Segurança Viária	() Sim () Não	() Policiamento Ponto Base () Policiamento Ostensivo
	Arborização Viária	() Sim () Não	
	Contexto ao redor do espaço	() Sim () Não	() Casas () Igrejas () Comércio () Outros.
	Estrutura e Equipamentos:		
	Pórtico ou Identificação	() Sim () Não	Especificar:
	Bancos	() Sim () Não	() Madeira () Alvenaria () Outros
	Estacionamento para carros, motos, bicicletas, ônibus	() Sim () Não	
	Iluminação Artificial	() Sim () Não	() Baixa intensidade () Média Intensidade () Alta intensidade
	Lixeiras/ Contentores	() Sim () Não	() Adaptados () Industriais () Padronizado para Reciclagem
	Banheiros Masculino/Feminino/Familiar	() Sim () Não	() Público () Privado

	Chuveiros	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> externos <input type="checkbox"/> interno
	Bebedouros		
	Mesas	Com Guarda sol Sem Guarda Sol	
	Piso		
	Palco/Coreto		
	Segurança		
	Wi-Fi Publico		
	Conservação e Limpeza	<input type="checkbox"/> Diária <input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Mensal	
	Acessibilidade		
	Acesso à água (rampas, plataformas, escadas, outros.)		
	Equipamentos Adaptados (bebedouros, banheiro, rampas de acesso, sinalização etc.)		
	Depredações		
	Riscos para os utentes		
DIMENSÃO FUNCIONAL	Usos e Atividades		
	Quadras Esportivas	<input type="checkbox"/> Areia <input type="checkbox"/> Cimento	
	Equipamentos para prática de esporte ou exercícios físicos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
	Parque infantil ou Brinquedos	Adaptados ou Não	
	Espaço para atividade de Esporte na Natureza ou de atividades de lazer vôlei, campo, etc.	<input type="checkbox"/> Rapel <input type="checkbox"/> Tirolesa <input type="checkbox"/> Trilha para caminhada ou de bike <input type="checkbox"/> Canoagem <input type="checkbox"/> Jet Ski <input type="checkbox"/> Outros ()	
	Profissionais que atuam no local	<input type="checkbox"/> Salva Vidas <input type="checkbox"/> Animador Cultural <input type="checkbox"/> Cantores <input type="checkbox"/> Outros	
	Funcionalidade	<input type="checkbox"/> Banho <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Festas Culturais <input type="checkbox"/> Festividades Religiosas <input type="checkbox"/> Turismo <input type="checkbox"/> Convivência <input type="checkbox"/> Práticas Esportivas <input type="checkbox"/> Jogos	
	Histórias Orais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Qual?

DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA	Fins Mercadológico:			
	Restaurantes	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Bar	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Lanchonetes ou Quiosque para alimentação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Vendedores Autônomos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Materiais de Banho:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Gratuito	<input type="checkbox"/> Bóias Industriais <input type="checkbox"/> Câmeras de Pneus <input type="checkbox"/> Canoas <input type="checkbox"/> Outros
	Sociabilidade:			
	Faixa etária atendida	<input type="checkbox"/> Crianças <input type="checkbox"/> Aolescente <input type="checkbox"/> Adulto <input type="checkbox"/> Idoso		
	Maior fluxo de uso durante a semana	<input type="checkbox"/> Dias de semana <input type="checkbox"/> Finais de Semana <input type="checkbox"/> Feriados		
	Horário de Funcionamento	<input type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite		
Ingresso	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
DIMENSÃO AMBIENTAL	Conforto Ambiental			
	Clima	<input type="checkbox"/> Quente <input type="checkbox"/> Chuvoso <input type="checkbox"/> Suave		
	Silencio	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Sons	<input type="checkbox"/> Aparelhagem <input type="checkbox"/> Bares <input type="checkbox"/> Carros		
	Paisagem			
	Contenção dos Igarapés	<input type="checkbox"/> Pneus <input type="checkbox"/> Sacos de Areia <input type="checkbox"/> Alvenaria <input type="checkbox"/> Outros		
	Espaços com arborização	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Movimento das Água	<input type="checkbox"/> Represada <input type="checkbox"/> Fluxo Corrente <input type="checkbox"/> Água potável encanada		
	Temperatura da água	<input type="checkbox"/> Fria <input type="checkbox"/> Aquecida naturalmente		
	Turbidez da Água	<input type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta		
	Área Preservada	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	Limpeza Fundo dos igarapés	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		

